MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas

Departamento de Ciências Humanas e Sociais

PPC

Projeto Pedagógico de Curso

Serviço Social

Teófilo Otoni, 2026

UFVJM

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Equipe Gestora

Reitor

Heron Bonadiman Laiber

Vice-Reitor

Flaviana Tavares

Pró-Reitor de Graduação

Douglas Sathler dos Reis

Diretor de Ensino

Marcus Alessandro de Alcantara

Diretor da Unidade Acadêmica

Agnaldo Keiti Higuchi

Coordenador de Curso

Mônica Freitas Ferri

- **Membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE), conforme Portaria FACSAE nº 52, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025:**

Mônica Freitas Ferri - Presidente

Diogo Prado Evangelista

Márcio Achtschin Santos

Ana Paula De Magalhães Leite

Ricardo Silvestre Da Silva

Naara De Lima Campos

Claudilene Da Costa Ramalho

Jhony Oliveira Zigato

- **Membros do Colegiado de Curso, conforme Portarias FACSAE: Nº 21, DE 28 DE ABRIL DE 2025; Nº 24, DE 06 DE MAIO DE 2025; Nº 27, DE 27 DE MAIO DE 2025; Nº 84, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025; Nº 30, DE 06 DE ABRIL DE 2026 e Nº 41, DE 27 DE ABRIL DE 2026.**

Mônica Freitas Ferri- Presidente

Ana Paula De Magalhães Leite- Vice-Presidente

Ricardo Silvestre Da Silva - Titular

Fábio Fraga Santos – Suplente

Márcio Achtschin Santos – Membro Titular

Jhony Oliveira Zigato - Suplente

Diogo Prado Evangelista - Membro Titular

Ciro Andrade da Silva – Suplente

Naara De Lima Campos – Titular

André Moulin Dardengo – Suplente

Fran De Oliveira Alavina – Membro Titular

José Carlos Freire - Membro Suplente

Priscila Gonçalves Cardoso - Titular

Joyce Ramos De Almeida Guimarães - Suplente

Hélio Luiz Medeiros Costa – Titular

Raiane Alves Pereira – Suplente

Amanda de Brito Neves – Titular

Eduardo de Souza Teles – Suplente

SUMÁRIO

1 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....3
2 BASE LEGAL DE REFERÊNCIA 4
3 APRESENTAÇÃO 8
4 JUSTIFICATIVA 10
4.1 Histórico e Identidade Institucional da UFVJM 10
4.2 Histórico do Curso Serviço Social 17
4.3 O contexto regional.....22
5 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS 27
5.1 Objetivo geral.....28
5.2 Objetivos específicos.....28
6 METAS 28
7 PERFIL DO EGRESSO 29
8 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES 30
9 CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL 31
10 PROPOSTA PEDAGÓGICA 32
10.1 Metodologia de ensino.....37
10.2 Unidade teoria-prática.....38
10.3 Integração entre graduação e pós-graduação 39
10.4 Interdisciplinaridade.....39
10.5 Tecnologias de Informação e de Comunicação nos processos de ensino e aprendizagem.....41
10.6 Educação Empreendedora.....44
10.7 Educação Ambiental.....46
10.8 Educação em direitos humanos.....47
10.9 Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida 48
10.10 Educação das relações Étnico-raciais e diversidade sexual 51
10.11 Apoio ao discente.....56
11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 59
11.1 Princípios da organização curricular 59
11.2 Conteúdos curriculares 60
11.3 Matriz Curricular.....65
11.4 Fluxograma da matriz curricular.....71
11.5 Estágio Curricular Supervisionado 71
11.5.1 Estágio Curricular não-obrigatório 76
11.6 Atividades complementares - AC 79
11.7 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....80
11.8 Atividades de extensão.....81
11.9 Ementário e bibliografias.....84
12 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO -APRENDIZAGEM.....204
13 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPC 206
14 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO.....211
14.1 Coordenação do Curso.....211
14.2 Colegiado do Curso 212
14.3 Corpo Docente 212
14.4 Núcleo Docente Estruturante.....213
15 TRANSIÇÃO CURRICULAR.....214

15.1 Quadro de equivalência entre unidades curriculares Currículo 2007 e Currículo 2026/2 217
16 REFERÊNCIAS.....219
17 ANEXOS.....226
17.1 Infraestrutura.....226
17.2 Corpo Docente.....227
17.3 Corpo Técnico Administrativo.....229
17.4 Regulamentos de Estágio, TCC, AC, Extensão.....230
ANEXO I - Política de estágio do curso de Serviço Social da UFVJM 231
Anexo II - Diretrizes para elaboração do TCC 266
Anexo III - Regulamentação das Atividades Curriculares Complementares 281
ANEXO IV - A Política de Extensão do curso de Serviço Social: a inserção curricular das atividades de extensão e seus desafios 289
ANEXO V - Quadro da Natureza de Extensão das Unidades Curriculares 313
17.5 Referendo do NDE para referências bibliográficas.....324
17.6 Acordos de Cooperação para oferta de unidades curriculares ofertadas por outros departamentos/ cursos 326
17.7 Modelo de requerimento de migração curricular 338

1 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

DADOS DA INSTITUIÇÃO	
Instituição	UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Endereço	Campus do Mucuri – Rua do Cruzeiro, nº 01 - Jardim São Paulo
CEP/Cidade	39803-371 / Teófilo Otoni (MG)
Código da IES no INEP	596
DADOS DO CURSO	
Curso de Graduação	Serviço Social
Área de conhecimento	Ciências Sociais Aplicadas
Grau	Bacharelado
Habilitação	Bacharel em Serviço Social
Modalidade	Presencial
Regime de matrícula	Semestral
Formas de ingresso	- Processo Seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SISu) via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Processo Seletivo por Avaliação Seriada (SASI) da UFVJM; - Processo seletivo 60+ -Vestibular único da UFVJM - Transferência entre *Campi* para cursos de graduação com habilitação idêntica ou permuta; - Processo Seletivo/Vagas Remanescentes; - Programas de Convênio; - Transferência *ex-officio*.
Número de vagas oferecidas	30 por semestre
Turno de oferta	Noturno
Carga horária total	3000 horas
Tempo de integralização	4 Anos (48 meses)
Local da oferta	UFVJM – Campus do Mucuri: Rua do Cruzeiro, nº 01 – Jardim São Paulo, Teófilo Otoni – MG
Ano de início do Curso	2006
Atos legais de Criação, Autorização, Reconhecimento e Renovação de reconhecimento do curso	Criação do Curso: Ata COSUP 229 de 31/12/2006 Autorização de Funcionamento: Portaria da UFVJM nº 120, de 22/02/2007. Reconhecimento: Portaria SERES/MEC Nº 297, de 14 de abril de 2015. Renovação de Reconhecimento - Portaria SERES/MEC nº 211, de

	25/06/2020, D.O.U. seção 1, pág. 118, de 07/07/2020.
Classificação CINE BRASIL	Área Geral: 09 – Saúde e bem-estar Área Específica: 092 – Bem-estar Área Detalhada: 0923 – Serviço Social Rótulo: 0923S01

2 BASE LEGAL DE REFERÊNCIA

A fundamentação legal do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social está intimamente relacionada com os desafios contemporâneos que a formação profissional dos assistentes sociais enfrenta, especialmente diante das mudanças no Ensino Público Brasileiro, com ênfase no Ensino Superior. Nesse sentido, a necessidade de atualização curricular em resposta às demandas da sociedade e do mercado de trabalho é latente. Essa dinâmica exige que o curso de Serviço Social esteja em constante diálogo com as diretrizes nacionais e o debate promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), reforçando o compromisso de formar profissionais com capacidade crítica e competência técnica.

Além de buscar a garantia da Qualidade e Validade Acadêmica, na qual a fundamentação legal, que inclui a observância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social (1996), bem como as resoluções e normas específicas do Ministério da Educação (MEC), oferecem uma base sólida para a elaboração do Projeto Pedagógico. Elas garantem que o curso atenda aos padrões de qualidade exigidos para a formação de profissionais competentes e habilitados para o exercício da profissão. Pauta-se no alinhamento com as Normas Éticas e Profissionais, pois além da legislação educacional e a fundamentação legal deve considerar as orientações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993).

Isso assegura que o conteúdo curricular forme profissionais não apenas tecnicamente qualificados, mas também comprometidos com os valores éticos da profissão, como a defesa dos direitos humanos, a justiça social e a equidade. Portanto, a fundamentação legal do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFVJM é um pilar essencial que não apenas confere legitimidade ao curso, mas também orienta a formação de profissionais comprometidos com as transformações sociais e a garantia

de direitos, elementos centrais ao exercício profissional de assistentes sociais. O aparato legal que norteou a elaboração deste Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFVJM consiste nos seguintes instrumentos:

2.1 Constituição, Leis, Decretos e Portarias Federais

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE- 2026-2036.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial.

BRASIL. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior.

BRASIL. Portaria MEC nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade no ensino superior.

BRASIL. PORTARIA MEC Nº 381, DE 20 DE MAIO DE 2025 Dispõe sobre as regras de transição para a aplicação do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que regulamenta a oferta de educação a distância - EaD por Instituições de Educação Superior em cursos de graduação, e estabelece o calendário de processos regulatórios no Sistema e-MEC para o ano de 2025.

BRASIL. PORTARIA MEC Nº 506, DE 10 DE JULHO DE 2025. Regulamenta o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica e às atribuições do corpo docente, dos mediadores pedagógicos, dos tutores e dos responsáveis pelos Polos de Educação a Distância - Polos EaD, às atividades presenciais e avaliações de aprendizagem, aos materiais didáticos e plataformas digitais, bem como à criação, funcionamento, alteração de endereço e extinção dos Polos EaD.

2.2. Pareceres e Resoluções do CNE/MEC e CONAES

BRASIL. CNE/CES. Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social etc.

BRASIL. CNE/CES. Retificação do Parecer 492/2001. Brasília, 2001.

BRASIL. CNE/CES. Parecer nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001.

BRASIL. CNE/CES. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

BRASIL. CNE/CP. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais.

BRASIL. CNE/CP. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. CNE/CP. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. CONAES. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

BRASIL. CNE/CP. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior.

2.3. Documentos de Extensão Universitária

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das IFES, 2012.

FORPROEX. Recomendações sobre a inserção curricular da extensão. 48º Encontro Nacional do FORPROEX, UERJ, 2021.

2.4. Documentos da Área de Serviço Social

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

2.5. Normas Institucionais da UFVJM (CONSEPE e CONSU)

RESOLUÇÃO Nº 01 (CONSEPE), de 21 de setembro de 2007. Regulamento das Ações de Extensão Universitária. Anexo alterado pela Resolução nº 24/2008.

RESOLUÇÃO Nº 23 (CONSEPE), de 27 de agosto de 2008. Regulamenta o Bacharelado Interdisciplinar da UFVJM.

RESOLUÇÃO Nº 6 (CONSEPE), de 17 de abril de 2009. Aprova a Política de Extensão da UFVJM.

RESOLUÇÃO Nº 4 (CONSEPE), de 10 de março de 2016. Institui o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

RESOLUÇÃO Nº 24 (CONSEPE), de 12 de setembro de 2025. Estabelece o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM.

RESOLUÇÃO Nº 8 (CONSU), de 27 de novembro de 2023. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2024–2028.

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 2, DE 18 DE JANEIRO DE 2021. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da UFVJM.

3. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus do Mucuri. Sua elaboração está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFVJM, com as legislações educacionais vigentes e com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A proposta resulta da reestruturação do PPC anterior, de 2007, motivada pela necessidade de atualização frente às transformações sociais, institucionais e territoriais, bem como pela incorporação de novas temáticas e marcos legais essenciais à formação dos/as discentes.

O PPC aqui apresentado expressa a trajetória do Curso de Serviço Social na UFVJM e sua consolidação no cenário regional, especialmente nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha. Desde sua implantação, o curso tem se constituído como um importante espaço de formação crítica, articulado às demandas sociais do território e comprometido com a defesa dos direitos sociais, com a democratização do acesso à educação superior e com o fortalecimento das políticas públicas. A atuação de docentes e discentes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão acompanha essa dinâmica, reafirmando o compromisso institucional com a qualidade da formação e com a intervenção profissional qualificada.

Nesse sentido, o marco teórico que fundamenta a formação do assistente social ancora-se na compreensão da questão social como eixo estruturante da profissão e articulador dos conteúdos da formação, em sua indissociabilidade com o trabalho profissional (Yazbek, 2018; Mota, 2007). O Serviço Social é concebido simultaneamente como profissão e como área de produção de conhecimento, o que exige uma formação capaz de integrar fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Esta perspectiva dialoga com a teoria social crítica, que oferece referenciais para orientar a formação e o trabalho profissional (Iamamoto, 1990).

O curso tem por objetivo formar profissionais com sólida capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, capazes de intervir de forma crítica e propositiva na realidade social, assegurando a compreensão do movimento histórico da sociedade brasileira e das múltiplas expressões da questão social que incidem sobre a vida da classe trabalhadora.

O documento contempla a previsão de carga horária destinada às atividades de extensão universitária, em conformidade com a Resolução MEC nº 07/2018. Incorpora, ainda, princípios e políticas fundamentais à formação, como a educação ambiental, a educação em direitos humanos, a educação empreendedora, a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Também integra diretrizes para o atendimento e inclusão de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas, reafirmando o compromisso com a equidade, a diversidade e a democratização do acesso e permanência no ensino superior.

Essas orientações dialogam diretamente com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e com as diretrizes da ABEPSS, reafirmando o compromisso da formação profissional com a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça social e da transformação das condições de vida da classe trabalhadora.

Na conjuntura atual, o Serviço Social continua a desempenhar um papel fundamental diante da ampliação e diversificação do mercado de trabalho, o que requer dos profissionais contínuo aperfeiçoamento para enfrentar as demandas complexas da sociedade contemporânea. O assistente social, ao perceber as mudanças estruturais e conjunturais da realidade, posiciona-se de forma crítica e progressista, buscando ações propositivas de transformação social, frequentemente desenvolvidas em parcerias intersetoriais e interdisciplinares (Iamamoto, 1990).

Nos últimos anos, o Curso de Serviço Social tem se engajado em importantes lutas sociais, alinhado às campanhas e iniciativas promovidas pela ABEPSS e pelo CFESS, que buscam ampliar a reflexão sobre temas essenciais para a justiça social no Brasil. Entre essas lutas, destaca-se o compromisso com o combate ao capacitismo, promovendo a inclusão e a defesa dos direitos das pessoas com deficiência. O curso tem apoiado a luta anticapacitista ao pautar a acessibilidade e a equidade como princípios formativos, incentivando a preparação de assistentes sociais capazes de enfrentar as barreiras estruturais e atitudinais que limitam a participação plena dessas pessoas na sociedade (CFESS, 2022).

Além disso, o debate sobre a questão étnico-racial e de gênero têm se destacado nas discussões promovidas pelo curso. Em sintonia com as campanhas da ABEPSS e do CFESS, o Serviço Social tem enfrentado o racismo estrutural e a violência de gênero, fomentando a formação crítica e a intervenção profissional dos/as assistentes sociais na promoção da igualdade racial e de gênero (ABEPSS, 2021). O curso incentiva o debate

sobre o enfrentamento das desigualdades, seja no combate à discriminação racial que historicamente afeta a população negra e indígena no Brasil, seja na luta pelos direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+, conforme reforçam os princípios ético-políticos da profissão, voltados à construção de uma sociedade justa e inclusiva.

Essas bandeiras, incorporadas de forma transversal ao processo formativo, reafirmam o compromisso do curso com uma formação crítica, ética e socialmente referenciada, contribuindo para a preparação de profissionais capazes de intervir de maneira qualificada e comprometida nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Assim, este PPC reúne de forma sistematizada os princípios, diretrizes e fundamentos que orientam a formação profissional em Serviço Social no Campus do Mucuri da UFVJM. Abrange desde a caracterização do curso e seus marcos legais até a definição de objetivos, metas, competências e habilidades esperadas do egresso, além da proposta pedagógica que integra ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável. Apresenta a organização curricular, os componentes formativos, os estágios obrigatórios e não obrigatórios, as atividades extensionistas e complementares, bem como os mecanismos de avaliação do ensino-aprendizagem e do próprio curso. Inclui ainda a descrição das instâncias de gestão acadêmica, orientações sobre a transição curricular e os anexos que detalham infraestrutura, corpo docente, corpo técnico-administrativo e regulamentos internos. Desse modo, o PPC consolida-se como instrumento norteador do processo formativo, assegurando a coerência entre o Projeto Ético-Político Profissional, as demandas sociais contemporâneas e o compromisso institucional com uma educação pública, crítica, democrática e socialmente referenciada.

4. JUSTIFICATIVA

4.1 Histórico e Identidade Institucional da UFVJM

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) tem sua origem na criação do curso de Odontologia, vinculado à antiga Faculdade de Odontologia – FADEOD, instituída pela Lei Estadual nº 990/1953 e federalizada pela Lei nº 3.489/1960. A expansão institucional teve continuidade com a criação, em 1997, do curso de Enfermagem, autorizado pela Portaria nº 776/1998. Em 2002, a instituição passou a denominar-se Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID), momento em

que foram implantados seis novos cursos: Farmácia Bioquímica e Industrial, Fisioterapia, Nutrição, Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia. Em 2005, com a promulgação da Lei nº 11.173, a instituição foi transformada na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), inicialmente composta pelos campi I e JK, em Diamantina, e pelo Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, onde foram implantados os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Serviço Social e Matemática.

O processo de expansão institucional ganhou novo impulso com o Programa REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096/2007. Com a adesão ao programa, a UFVJM implantou, em 2009, os Bacharelados Interdisciplinares (BI), com destaque para o Bacharelado em Humanidades (BHU), ofertado em Diamantina, e o Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T), ofertado em Diamantina e Teófilo Otoni. O BHU possibilitou o acesso aos cursos de Geografia, História, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Pedagogia, Políticas Públicas e Gestão Social e Turismo (este último com entrada independente a partir de 2012). O BC&T tornou-se porta de entrada para cursos de Engenharia, como Engenharia de Alimentos, Química, Mecânica, Geológica, Civil, Hídrica e de Produção. Em 2012, a UFVJM ampliou sua inserção territorial com a criação dos campi Janaúba e Unaí, expandindo sua atuação para as mesorregiões do Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais.

Atualmente, a universidade é composta por cinco campi: Campus I e Campus JK, em Diamantina; Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni; Campus Janaúba; e Campus Unaí. No total, oferta 56 cursos de graduação presenciais, 05 cursos de graduação a distância, além de programas de pós-graduação stricto sensu e lato sensu. No Campus do Mucuri, os cursos estão distribuídos em três unidades acadêmicas: a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE), o Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia (ICET) e a Faculdade de Medicina (FAMMUC).

Em Teófilo Otoni (Campus do Mucuri), os cursos estão distribuídos em três unidades acadêmicas. A Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE) oferta os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Matemática (Licenciatura) e Serviço Social. O Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia (ICET) oferta o Bacharelado em Ciência e Tecnologia e os cursos de Engenharia Civil, Ciência da Computação, Engenharia Ambiental e Sanitária,

Engenharia Hídrica e Engenharia de Produção. Já a Faculdade de Medicina (FAMMUC) oferta o curso de Medicina.

Além dos cursos presenciais, a UFVJM, por meio da Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAD), oferece cursos de graduação na modalidade a distância, como Administração Pública e as Licenciaturas em Física, Matemática, Química e Pedagogia. Ademais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFVJM (2023) prevê a ampliação do acesso aos cursos de pós-graduação stricto sensu nos quatro campi da universidade, incluindo a oferta por meio do ensino a distância.

Segundo o Relatório de Gestão 2024, publicado em 2025, a UFVJM contabilizava, em 2024, 7.467 estudantes de graduação (presencial e a distância), 310 mestrandos acadêmicos, 233 doutorandos, 260 mestrandos profissionais, 853 estudantes de especialização e 43 residentes em áreas da saúde. A distribuição discente evidencia maior concentração em Diamantina: 63,73% no Campus JK e 3,75% no Campus I; seguida do Campus do Mucuri (21,14%), Campus Janaúba (3,61%) e Campus Unaí (7,77%). No âmbito da pós-graduação, a instituição contava com 28 programas stricto sensu, entre mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e doutorados.

Até 2024, a instituição possuía 28 cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* (9 doutorados, 18 mestrados acadêmicos e 9 mestrados profissionais) distribuídos nas diversas áreas de conhecimento, conforme detalha o Quadro 1.

Quadro 1: Cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* da UFVJM em 2024

NOME DOS PROGRAMAS	SIGLA	TIPO	CONCEITO CAPES
Administração Pública	PPGAP	MP	3
Associado em Zootecnia	PPGAZ	D	A
Biocombustíveis	PPGBiocomb	M e D	4
Biologia Animal	PPGBA	M	3
Ciência e Tecnologia de Alimentos	PPGCTA	M	3
Ciência Florestal	PPGCF	M e D	4
Ciências da Nutrição	PPGCN	M	3
Ciências da Saúde	PPGCS	M e D	4

Ciências Farmacêuticas	PPGCiFarm	M	3
Ciências Humanas	MPICH	MP	4
Ciência, Tecnologia e Inovação	PPGCTI	M	A
Educação	PPGED	MP	3
Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia	PPGECMaT	MP	3
Ensino em Saúde	EnSa	MP	4
Estudos Rurais	PPGER	M	4
Geologia	PPGGEO	M	3
Mestrado Profissional em Saúde da Família	PROFSAÚDE	MP	4
Mestrado Profissional em Matemática	PROFMAT	MP	5
Multicêntrico em Química de Minas Gerais	PPGMQ	D	4
Odontologia	PPGOdonto	M e D	4
Produção Vegetal	PPGPV	M e D	5
Química	PPGQ	M e D	4
Reabilitação e Desempenho Funcional	REAB	M e D	4
Saúde, Sociedade e Ambiente	SaSA	MP	3
Tecnologia, Ambiente e Sociedade	PPGTAS	MP	3
Turismo e Territórios Protegidos	PPGTTeP	M	A
Zootecnia	PPGZOO	M	4

M: Mestrado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; D: Doutorado.
*Conforme Avaliação Quadrienal CAPES - 2017/2020; A: em Avaliação
Fonte: UFVJM, 2025a

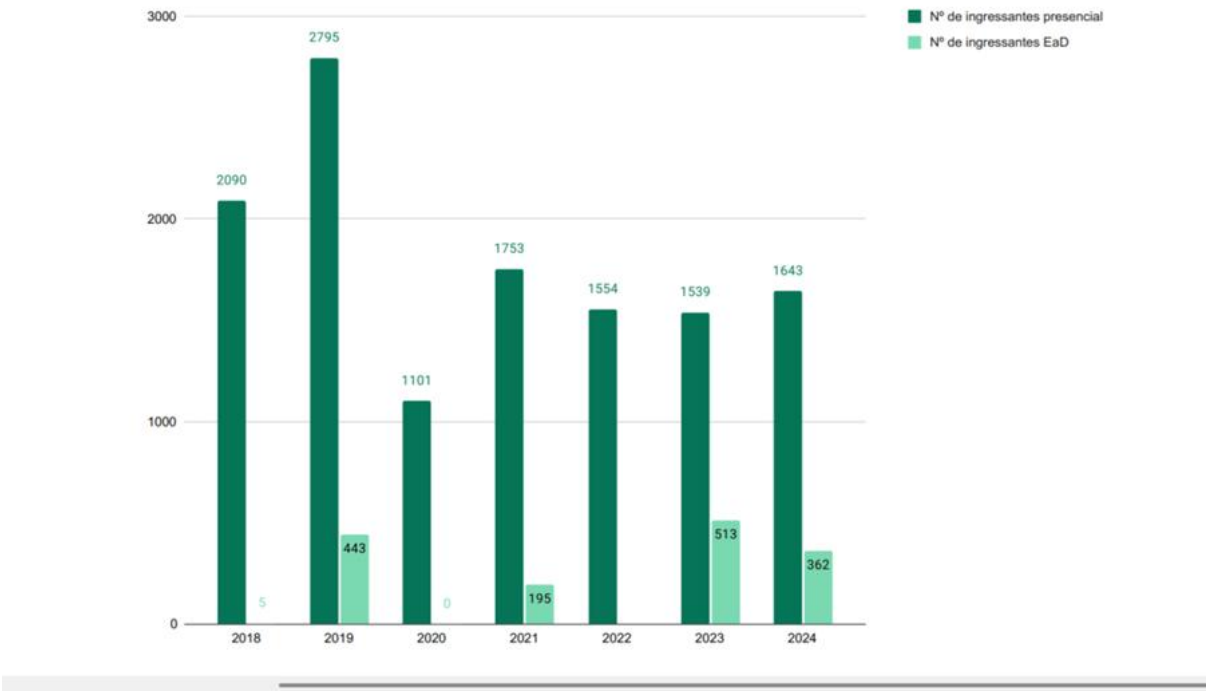
Em 11 de março de 2024, a CAPES aprovou o Mestrado Interinstitucional (MINTER) em Política Social, desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal Fluminense (instituição promotora) e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (instituição receptora). As atividades acadêmicas, incluindo aulas e orientações, tiveram início em agosto de 2025.

Em 2025, a CAPES aprovou também o Programa de Pós-Graduação em Política Social e Desenvolvimento Regional (PGPSDR), em nível de mestrado acadêmico, sediado no Campus do Mucuri. O programa conta com a participação de docentes dos cursos de Serviço Social e de Ciências Econômicas, fortalecendo a integração entre graduação e pós-graduação e ampliando a produção científica na área.

As formas de ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) são diversificadas, contemplando a Seleção Seriada (SASI), que avalia o desempenho do estudante ao longo do ensino médio; o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que utiliza as notas do ENEM; o processo seletivo específico para os cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEC); e os processos voltados aos cursos na modalidade a distância ofertados pela DEAD. Além dessas modalidades regulares, a universidade realiza processos semestrais para preenchimento de vagas não ocupadas e remanescentes, possibilitando a mudança de curso, campus ou polo. A instituição oferece ainda processos de Transferência Externa, destinados a estudantes de outras instituições de ensino superior, e de Obtenção de Novo Título, voltado a candidatos já graduados que desejam obter uma nova formação.

A análise do ingresso de estudantes na UFVJM ao longo dos últimos anos permite compreender a dinâmica de acesso ao ensino superior na instituição e identificar tendências relevantes para o planejamento acadêmico. Nesse sentido, o Gráfico 1 apresenta a evolução do número de ingressantes nas modalidades presencial e a distância (EaD), evidenciando como fatores institucionais, sociais e conjunturais influenciaram o comportamento das matrículas. Essa visualização contribui para contextualizar os movimentos de expansão, estabilidade ou retração no ingresso discente, subsidiando reflexões sobre políticas de acesso, inclusão e permanência estudantil.

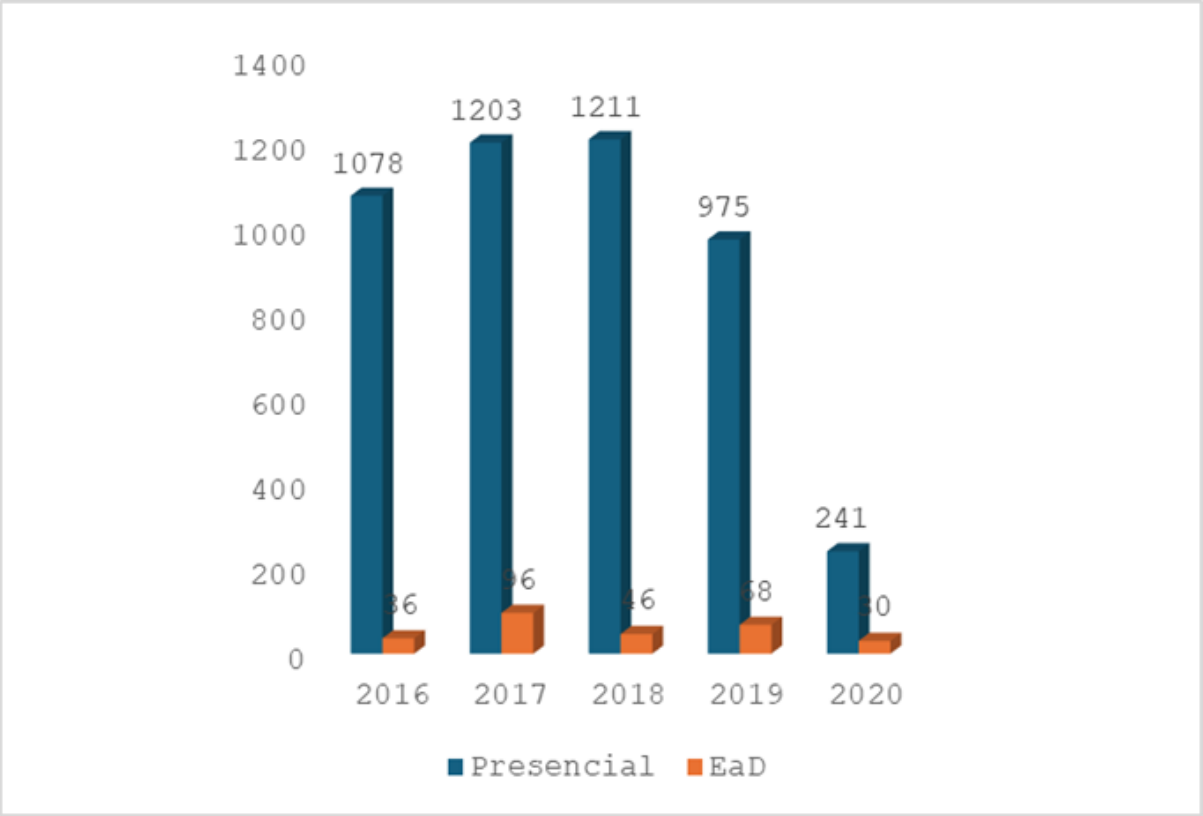
Gráfico 1: Ingressantes nas categorias presencial e EaD



Fonte: UFVJM, 2025

Os dados apresentados no Gráfico 1 devem ser analisados à luz dos impactos provocados pela pandemia de COVID-19. No ano de 2020, as universidades brasileiras foram fortemente afetadas pela suspensão das atividades presenciais, pelas dificuldades relacionadas ao ensino remoto emergencial e pelas desigualdades socioeconômicas agravadas no período. Esses fatores contribuíram para o aumento da evasão e para a redução significativa no número de ingressantes, tanto nos cursos presenciais quanto na modalidade a distância. Tal movimento demonstra uma defasagem nas inscrições em ambos os formatos de ensino, conforme ilustrado no Gráfico 2, que sintetiza os principais efeitos da pandemia sobre o ingresso discente.

Gráfico 2: Impactos da Covid-19



Fonte: UFVJM, 2021

Apesar dos impactos temporários provocados pela pandemia, a trajetória da UFVJM demonstra um movimento contínuo de expansão e consolidação institucional. A UFVJM, conforme estabelecido em seu Estatuto, orienta-se por princípios institucionais que asseguram a formação universitária pautada no respeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais. Entre esses princípios destacam-se: a ética; a gestão democrática; a transparência; a participação; a legalidade e legitimidade; a economicidade; a impessoalidade; a moralidade; a publicidade dos atos institucionais; o planejamento; a avaliação contínua; e o compromisso com a sustentabilidade. A universidade também reafirma o respeito à liberdade de pensamento e de expressão, a universalização do conhecimento com profissionalismo e competência técnica, bem como a valorização da cidadania e da diversidade étnica e cultural.

Defende, ainda, a natureza pública e gratuita do ensino de graduação e da pós-graduação stricto sensu, sob responsabilidade da União; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e o tratamento justo e digno às pessoas; a preservação e promoção dos valores culturais; e a integração entre educação, trabalho e ação social. Soma-se a isso o compromisso com a democratização

da educação, assegurando igualdade de oportunidades de acesso e a socialização dos seus benefícios.

A missão institucional da UFVJM consiste em promover o desenvolvimento científico, econômico e sociocultural, atuando de forma estratégica nas mesorregiões dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, bem como nas mesorregiões Norte e Noroeste de Minas Gerais. Compromete-se a garantir um ensino de qualidade em diversas áreas do conhecimento, em consonância com o respeito ao meio ambiente e inspirada nos ideais de democracia, liberdade e solidariedade. A universidade busca produzir, integrar e disseminar conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociável, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável da região (UFVJM, 2014). Dessa forma, a instituição reafirma seu papel fundamental ao promover a formação de profissionais qualificados e socialmente responsáveis, preparados para intervir de maneira crítica, ética e comprometida com o desenvolvimento regional e com o pleno exercício da cidadania.

4.2 Histórico do Curso Serviço Social

O curso de Serviço Social da UFVJM insere-se no contexto de expansão do ensino superior público federal iniciado nos anos 2000, processo intensificado a partir de 2005 com a criação de novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)[1] e com a transformação de escolas federais em universidades. Com a conversão da FAFEID em UFVJM[2], foi implantado um campus avançado na cidade de Teófilo Otoni[3], cujo propósito central consistiu em ampliar o acesso da população dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri ao ensino superior.

[1] Em Agosto de 2005, foram criadas as seguintes universidades federais: UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados – em Dourados, no interior de Mato Grosso do Sul, UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano – em Cruz das Almas, interior da Bahia, Ufersa – Universidade Federal Rural do Semi-Árido – em Mossoró, no interior do Rio Grande do Norte e em Uberaba e Alfenas, no interior de Minas Gerais foram criadas a UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro – e a Unifal – Universidade Federal de Alfenas. (Cf. Portal do Mec).

[2] A transformação da FAFEID – Faculdades Integradas de Diamantina – em UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – deu-se através da Lei Federal nº. 11.173 de 06 de setembro de 2005.

[3] Os cursos iniciais propostos para Teófilo Otoni foram: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Matemática e Serviço Social, que se organizaram a partir da FACSAE – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas.

As atividades no campus avançado tiveram início em setembro de 2006. No caso específico do curso de Serviço Social, o projeto pedagógico vigente à época não estava alinhado às atuais diretrizes curriculares[4], incluindo discussões já superadas no campo profissional. Tornou-se necessário, portanto, incorporar debates e conteúdos essenciais à formação, fundamentados na compreensão da profissão articulada à sociabilidade do trabalho no contexto capitalista (Iamamoto, 1990).

É importante destacar que, no período de 2007/1, a UFVJM vivenciou seu primeiro processo de eleição para reitoria, mobilizando a comunidade acadêmica e impactando o andamento de trâmites administrativos, inclusive aqueles relacionados à aprovação de alterações curriculares. Ademais, durante os períodos 2006/2 e 2007/1, o curso contava apenas com um assistente social e com uma estrutura universitária ainda precária[5], uma vez que as instâncias deliberativas não acompanhavam, com a celeridade necessária, às demandas emergenciais de adequação dos projetos pedagógicos dos novos cursos. A carência de concursos públicos para docentes assistentes sociais também dificultou modificações substantivas no PPC inicial, dadas as limitações impostas pela reduzida equipe docente (UFVJM, 2007).

Mesmo com o CONSEPE ainda não plenamente estruturado, algumas alterações curriculares foram realizadas a partir de 2007/1, buscando aproximar o curso das diretrizes nacionais de formação em Serviço Social, como a inclusão das disciplinas de Teoria Sociológica e de Fundamentos do Serviço Social. Com a chegada de novos docentes em 2007/2, foi possível construir a primeira versão qualificada do projeto pedagógico, processo que contou com a participação de representantes do corpo discente.

A revisão da proposta original ocorreu por meio da constituição de um Grupo de Trabalho (GT), formado por docentes do curso e representantes estudantis, sob

[4] As atuais diretrizes curriculares para o Serviço Social, foram aprovadas pelo conjunto dos sujeitos que formam a categoria profissional em 1996, e referendadas pelo MEC apenas em 2000. Estas diretrizes inauguraram uma nova lógica curricular, fundada em três núcleos centrais: Núcleo de Fundamentos Teóricos- Metodológicos, Núcleo de Fundamentos da Formação da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Sobre as diretrizes ver Caderno ABESS nº 07, 1996.

[5] Mesmo a FAFEID tendo se transformado em UFVJM em setembro de 2005, apenas em novembro de 2006 foi aprovado o seu estatuto, e o CONSU – Conselho Universitário – que é o órgão deliberativo máximo da universidade, foi instalado apenas em janeiro de 2007. Este quadro universitário interno, trouxe grandes prejuízos aos novos cursos, como é o caso do Serviço Social, que não teve condições de realizar as alterações necessárias para o seu desenvolvimento. A primeira reunião do CONSEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – responsável pela aprovação dos projetos pedagógicos ocorreu apenas em setembro de 2007.

coordenação dos professores assistentes sociais. Esse processo resultou em uma estrutura curricular mais adequada às diretrizes e exigências da formação profissional em Serviço Social (UFVJM, 2007). Também foi necessária a construção de uma política de estágio articulada à relação teoria-prática, ausente no projeto inicial. Como referência, utilizou-se o projeto pedagógico da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Após a aprovação e implementação do PPC, o curso vem, desde 2010/1, empreendendo esforços para sua revisão e atualização, inicialmente por meio da instituição de um Grupo de Trabalho e, posteriormente, com a criação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)[6]. A rotatividade do quadro docente ao longo desses anos foi um dos fatores que dificultou o encaminhamento de um novo PPC que contemplasse os indicativos provenientes do processo de autoavaliação e da avaliação do INEP/MEC realizada em 2012. Ademais, em 2018, foi publicada pelo MEC a Resolução nº 07/2018, que regulamenta as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior, determinando a inserção de, no mínimo, 10% (dez por cento) de atividades de extensão na matriz curricular dos cursos, o que demandou regulamentação interna pela Universidade, efetivada apenas em 2021.

Não se pode desconsiderar que a pandemia de COVID-19[7] instaurou uma grave crise sanitária no país, ceifando milhares de vidas e impondo medidas de isolamento e distanciamento social necessárias à preservação da vida, o que alterou significativamente o trabalho e a formação profissional. A adoção de tecnologias da informação e comunicação (TIC) intensificou-se no cotidiano social, e o uso de

[6] O Núcleo Docente Estruturante foi um conceito criado pela Portaria n.º 147 de 2 de fevereiro de 2007 e normatizado pela Resolução n.º 01 de 17 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Na UFVJM, o NDE nos cursos de graduação é instituído pela Resolução n.º 04 CONSEPE, de 10 de março de 2016, de acordo com a redação: “Art. 2º O NDE tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica”. Art. 3º O NDE integra a estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação, sendo corresponsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo as seguintes atribuições: I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (UFVJM, 2016)

[7] Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus Sars-CoV-2) como uma pandemia. Em de 05 maio de 2023 a OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID, mas a propagação da doença ainda é caracterizada como uma pandemia, pois ainda representa uma ameaça à saúde (Paho, 2023).

ferramentas remotas tornou-se a principal forma de realização de atividades de trabalho e acesso a serviços. Nas universidades não foi diferente, sendo necessária a adaptação dos conteúdos dos projetos pedagógicos durante o período pandêmico. A adoção do trabalho remoto e do Ensino Remoto Emergencial (ERE), a partir da Portaria nº 343/2020, que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, desafiou toda a comunidade acadêmica a garantir a continuidade da formação sem comprometer a qualidade, os princípios e as diretrizes da formação profissional em Serviço Social.

Todo esse resgate histórico evidencia que um projeto pedagógico é um documento historicamente datado, mas sua materialização está intrinsecamente condicionada à dinâmica das relações sociais vigentes e às contradições presentes na realidade cotidiana.

Ao longo de sua trajetória, o curso incorporou temáticas fundamentais e contemporâneas à formação profissional, por meio da oferta de disciplinas eletivas, projetos de pesquisa e extensão, e de eventos acadêmico-científicos abordando questões étnico-raciais, gênero e diversidade sexual, capacitismo e justiça ambiental. Tais inserções dialogam com as diretrizes nacionais do curso de Serviço Social, ao mesmo tempo em que consideram as especificidades regionais e territoriais da formação.

Assim, a proposta ora apresentada resulta de um processo de amadurecimento institucional e pedagógico, fundamentado na interlocução com o território, nas orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), nas normativas do Ministério da Educação e nas diretrizes internas da UFVJM. Trata-se de um PPC comprometido com as exigências do tempo presente, mas também orientado por princípios e diretrizes que apontam para a construção de respostas futuras, frente aos constantes e novos desafios colocados pela realidade social.

A proposta pedagógica que ora se apresenta reafirma o entendimento de que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é um instrumento historicamente situado, que deve ser permanentemente revisitado, atualizado e reconstruído à luz das transformações societárias, institucionais e profissionais. Conforme orientam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e a Resolução CNE/CES nº 15/2002, o PPC deve manter caráter

dinâmico, crítico e flexível, assegurando sua constante adequação às demandas sociais emergentes, às condições objetivas da formação e às particularidades regionais. Isso implica reconhecer que sua atualização sistemática é condição necessária para garantir a qualidade do processo formativo, a coerência com o projeto ético-político profissional e a capacidade de apreensão da realidade social em permanente movimento.

Nesse sentido, esta proposta resulta de um esforço coletivo do corpo docente e discente do Curso de Serviço Social da UFVJM/Campus Mucuri, orientado pela centralidade do trabalho e da questão social como eixo estruturante da formação e pela articulação indissociável entre os núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional, são eles: o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, conforme previsto nas diretrizes nacionais. Busca-se assegurar uma formação crítica capaz de apreender as determinações histórico-sociais da vida em sociedade, compreender as expressões da questão social em suas múltiplas dimensões e construir respostas profissionais qualificadas às demandas contemporâneas do trabalho do assistente social.

A proposta reafirma, ainda, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, eixo essencial das Diretrizes Curriculares do Curso Serviço Social/ABEPSS e das diretrizes do CNE, assegurando que a formação profissional se dê em permanente diálogo com a realidade social e com as demandas do território. Nesse âmbito, o curso vem fortalecendo suas ações de pesquisa e extensão e ampliando sua articulação com instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil, consolidando sua inserção acadêmica regional e contribuindo para a formação de profissionais comprometidos com a transformação social.

No processo de consolidação da profissão na região, reconhece-se que ainda há desafios quanto à ampliação e legitimação de espaços ocupacionais nos setores governamental, empresarial e não governamental. O curso tem contribuído para esse fortalecimento, especialmente pela oferta de atividades de educação permanente para assistentes sociais que atuam no território, incluindo seus egressos, por meio da supervisão acadêmica e de campo articuladas, da realização de eventos acadêmico-científicos, da oferta de cursos de extensão e cursos de pós-graduação.

A localização da UFVJM em um território socialmente complexo exige uma formação crítica, comprometida com a realidade regional e com a intervenção qualificada

na vida social, reafirmando o papel da universidade pública na promoção do desenvolvimento local e na garantia de direitos.

Assim, é necessário, problematizar o contexto geográfico, político, econômico e social das regiões nas quais a UFVJM está inserida, a fim de compreender, a partir desse quadro mais amplo, o significado de sua presença neste vasto território e os desafios que se colocam para a instituição como um todo e, de modo particular, para o Campus do Mucuri e para o curso de Serviço Social.

4.3 O contexto regional

A compreensão do contexto regional em que a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) está inserida constitui elemento fundamental para a definição das diretrizes formativas e para a construção de um projeto pedagógico comprometido com as necessidades sociais dos territórios que a instituição abrange. Considerar as particularidades históricas, geográficas, políticas, econômicas e socioculturais dessa região permite reconhecer os desafios estruturais que marcam os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, bem como identificar potencialidades que podem orientar a formação acadêmica e a atuação profissional de futuros assistentes sociais.

Trata-se de um território historicamente caracterizado por desigualdades socioeconômicas persistentes, dificuldades no acesso a políticas públicas e processos de vulnerabilização que incidem sobre amplos segmentos da população. Ao mesmo tempo, é uma região marcada por forte diversidade cultural, por movimentos sociais atuantes e por iniciativas comunitárias que fortalecem estratégias de resistência, organização social e desenvolvimento local.

Nesse cenário, compreender a dinâmica regional é essencial para qualificar o processo formativo, aproximando-o das reais demandas da sociedade e dos desafios enfrentados pela população que vive nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Essa contextualização permite situar o papel estratégico da universidade e, de modo particular, do Curso de Serviço Social, na promoção de uma formação crítica, eticamente orientada e socialmente comprometida com a transformação da realidade.

Conforme o IBGE (2017), os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri compõem a Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni (RGInt). Os municípios que integram

essa região[8] ocupam uma área territorial de 77.921,27 km², o que corresponde a 13,28% da área total do estado de Minas Gerais. Tratam-se, em sua maioria, de municípios de pequeno porte, cuja população total é de 1.171.690 habitantes[9]. Teófilo Otoni e Diamantina são os municípios mais populosos, com 137.418 e 47.702 habitantes, respectivamente, conforme dados da Fundação João Pinheiro (2021) e do IBGE (2022).

Em relação ao estado de Minas Gerais, a RGInt de Teófilo Otoni apresenta a menor taxa de crescimento populacional no período de 2010 a 2022, registrando -0,4%, o que representa um esvaziamento populacional de aproximadamente 52,7 mil pessoas, atingindo 78% dos seus municípios.

> O crescimento populacional de uma região está diretamente relacionado com a natalidade, a mortalidade e a migração. O crescimento populacional do estado e de suas regiões tem se tornado cada vez mais desvinculado do crescimento vegetativo (diferença entre os nascimentos e as mortes) e, portanto, mais diretamente relacionado aos processos migratórios (FJP, 2023, p. 10-11).

Os fluxos migratórios podem ser influenciados por diversos fatores, entre eles o nível do PIB per capita, que funciona como um importante indicador de oportunidades socioeconômicas. A RGInt de Teófilo Otoni esteve, entre 2010 e 2020, entre as três piores posições no ranking estadual de PIB per capita. Em 2020, o PIB per capita da região correspondia a apenas 44% da média mineira, enquanto sua taxa líquida migratória[10] era de -44,47%.

Considerando a Taxa Específica de Mortalidade (TEM) por grupos etários, a RGInt de Teófilo Otoni apresenta as maiores taxas do estado nas faixas de 0 a 1 ano e

---

[8] [1] Água Boa, [2] Águas Formosas, [3] Águas Vermelhas, [4] Almenara, [5] Alvorada de Minas, [6] Angelândia, [7] Araçuaí, [8] Aricanduva, [9] Ataléia, [10] Bandeira, [11] Berilo, [12] Bertópolis, [13] Cachoeira de Pajeú, [14] Campanário, [15] Capelinha, [16] Caraí, [17] Carbonita, [18] Carlos Chagas, [19] Catuji, [20] Chapada do Norte, [21] Comercinho, [22] Coronel Murta, [23] Couto de Magalhães de Minas, [24] Crisólita, [25] Datas, [26] Diamantina, [27] Divisa Alegre, [28] Divisópolis, [29] Felício dos Santos, [30] Felisburgo, [31] Francisco Badaró, [32] Franciscópolis, [33] Frei Gaspar, [34] Fronteira dos Vales, [35] Gouvêa, [36] Itaipé, 37] Itamarandiba, [38] Itambacuri, [39] Itaobim, [40]Itinga, [41] Jacinto, [42] Jenipapo de Minas, [43]Jequitinhonha, [44] Joaíma, [45] Jordânia, [46] José Gonçalves de Minas, [47] Ladainha, [48] Leme do Prado, [49] Machacalis, [50] Malacacheta, [51] Mata Verde, [52] Medina, [53] Minas Novas, [54] Monte Formoso, [55]Nanuque, [56] Nova Módica, [57] Novo Cruzeiro, [58] Novo Oriente de Minas, [59] Ouro Verde de Minas, [60] Padre Paraíso, [61] Palmópolis, [62] Pavão, [63]Pedra Azul, [64] Pescador, [65] Ponto dos Volantes, [66] Poté, [67] Presidente Kubitschek, [68] Rio do Prado, [69] Rubim, [70] Salto da Divisa, [71] Santa Helena de Minas, [72] Santa Maria do Salto, [73] Santo Antônio do Itambé, [74] Santo Antônio do Jacinto, [75] São Gonçalo do Rio Preto, [76] São José do Divino, [77] Senador Modestino Gonçalves, [78] Serra Azul de Minas, [79] Serra dos Aimorés, [80] Serro, [81] Setubinha, [82] Teófilo Otoni, [83] Turmalina, [84] Umburatiba, [85] Veredinha, [86] Virgem da Lapa (Fundação João Pinheiro, 2020).

[9] Corresponde a 5,5% da população total de Minas Gerais (IBGE, 2024)

[10] É medida pela diferença entre as pessoas que imigraram e emigraram da região.

de 1 a 14 anos, além de registrar a maior Taxa de Mortalidade Infantil (TMI). Entre 2010 e 2018, a participação média da região no Produto Interno Bruto (PIB) estadual foi de 2,3% (Fundação João Pinheiro, 2021b).

Segundo o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS[11]), na dimensão Vulnerabilidade, a região apresenta grau de carência significativamente superior ao observado no estado. Em 2020, a RGInt de Teófilo Otoni ocupava a segunda posição entre as regiões mais vulneráveis de Minas Gerais: 46,5% de seus municípios foram classificados como carentes, bem como 28,3% de sua população. No estado, esses índices são de 20% e 6,4%, respectivamente. Nenhum município da região foi classificado como afluente segundo o IMRS-Vulnerabilidade, e Teófilo Otoni destacou-se como o único município-polo mineiro não afluente em nenhum indicador (Fundação João Pinheiro, 2023a).

Ainda segundo a Fundação João Pinheiro (2021b), a RGInt de Teófilo Otoni apresenta a maior TEM nas faixas etárias de 0 a 1 ano e de 1 a 14 anos, além da maior TMI do estado. Dados da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (2025) demonstram que, em 2023, a Taxa de Mortalidade Infantil da região foi de 14,5 por mil nascidos vivos, enquanto a média estadual foi de 11,4 por mil.

> Cabe salientar que essas regiões concentram importantes populações indígenas, historicamente afetadas por iniquidades no acesso aos serviços de saúde, e que registram taxas de mortalidade infantil significativamente superior à média estadual. Essa vulnerabilidade reforça a urgência de estratégias específicas, intersetoriais e culturalmente adequadas, voltadas à equidade na atenção materno-infantil (MINAS GERAIS, 2025, p. 42).

Quando consideradas as crianças indígenas, a TMI é aproximadamente duas vezes maior, em razão das condições às quais estão expostas, como moradias precárias, saneamento inadequado, barreiras linguísticas e culturais, além do acesso

[11] O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) é gerado a partir de 32 indicadores construídos com base em registros administrativos e agrupados em cinco dimensões: educação, saúde, saneamento/meio ambiente, vulnerabilidade e segurança pública. O índice da dimensão Vulnerabilidade (IMRS-Vulnerabilidade) tem peso de 18% no IMRS 2020 e é composto a partir de dez indicadores, com pesos iguais: (1) percentual da população no Cadastro Único, (2) percentual da população pobre ou extremamente pobre no Cadastro Único, (3) percentual de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Bolsa Família, (4) percentual de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) e sem ocupação do Cadastro Único, (5) percentual de pessoas com idade de 18 anos ou mais e ensino fundamental incompleto no Cadastro Único, (6) percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade em função do tipo de escoamento sanitário no Cadastro Único, (7) taxa de emprego no setor formal, (8) indicador de desenvolvimento do Conselho Municipal de Assistência Social (IDConselho), (9) indicador de desenvolvimento de Centros de Referência da Assistência Social (Idcras) e (10) existência da Proteção Social Especial na estrutura administrativa do órgão gestor (Fundação João Pinheiro, 2023).

limitado à informação e aos serviços de saúde, fatores que contribuem para o adoecimento e a maior mortalidade desse grupo (MINAS GERAIS, 2025).

A participação média da RGInt de Teófilo Otoni, em 2020, foi de 2,45% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, registrando um crescimento nominal de 6,5%, percentual superior ao verificado no estado. Destaca-se a predominância do setor de serviços na estrutura produtiva regional, que representou 80,9% em 2018 (sendo 42,7% relativos aos serviços privados e 34,7% correspondentes à administração pública). A agropecuária correspondeu a 12,5% do total, enquanto a atividade industrial representou 10,0%. Ressalta-se que, desde 2011, a região tem apresentado queda na atividade industrial, fenômeno também observado em nível estadual (Fundação João Pinheiro, 2021c).

A administração pública configura-se como a principal atividade econômica na maior parte dos municípios da RGInt de Teófilo Otoni (69 deles), desempenhando papel central diante da ausência de oportunidades econômicas mais dinâmicas. Em contrapartida, os setores de serviços privados e de indústria têm relevância menor quando comparados aos do estado.

A baixa representatividade dos serviços privados na RGInt de Teófilo Otoni relaciona-se a dois fatores principais: o menor poder de compra da população, que reduz a demanda por serviços pessoais, e a demanda limitada por serviços empresariais, decorrente da menor complexidade produtiva regional. Uma evidência desse reduzido poder aquisitivo é que o PIB per capita da região (R$ 13.644,38 em 2020) foi 57,5% inferior ao PIB per capita do estado (R$ 32.066,73 em 2020). Como o consumo das famílias é limitado pela renda mais baixa, segmentos como alojamento e alimentação fora do domicílio, bem como educação mercantil, possuem menor relevância na estrutura econômica regional, quando comparados ao peso que exercem na média estadual.

Conforme o SEBRAE (2025), a remuneração média por trabalhador na região, em 2024, foi de R$ 1.914,00 — valor muito inferior à média nacional, que, segundo dados do IPEA (2025), foi de R$ 3.400,00 no mesmo ano.

A educação também se configura como um ponto de vulnerabilidade social na região. Dados do Censo de 2022 indicam que 48,2% da população com 18 anos ou mais não possui instrução ou têm o ensino fundamental incompleto — índice superior aos verificados no Brasil (32%) e no estado de Minas Gerais (34%). Quanto ao analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais, o percentual regional alcança 15,3%, representando

a maior taxa entre todas as regiões mineiras. No Brasil, a taxa de analfabetismo é de 7%, enquanto, no estado, é de 5,8% (IBGE, 2024a).

No que se refere à expectativa do número médio de anos de estudo da população com 11 anos ou mais, o Brasil apresenta média de 9,5 anos; Minas Gerais, média de 9,4 anos; e a região, média de 7,7 anos — a menor entre todas as regiões do estado (IBGE, 2024a).

É importante lembrar que a ocupação histórica desses Vales se deu de forma verticalizada, frequentemente marcada pelo uso da força, o que limitou a participação de grupos subalternizados e empobrecidos nos processos decisórios e impediu que suas demandas fossem incorporadas às dinâmicas de poder. Como consequência, houve intensa devastação dos recursos naturais e quase extermínio de povos tradicionais, em nome do “progresso”, isto é, privilegiando os interesses das elites econômicas nacionais articuladas ao capital estrangeiro.

De acordo com o Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – PEAS (2020), o Vale do Mucuri abriga três povos indígenas (Maxakali, Mocoriñ e Pataxó Hã Hã Hãe) distribuídos nos municípios de Bertópolis, Santa Helena de Minas, Ladainha, Teófilo Otoni e Campanário. Já o Vale do Jequitinhonha possui seis povos indígenas (Pankararu, Pataxó, Araña, Caboclo, Canoeiros e Maxakali) localizados nos municípios de Araçuaí e Coronel Murta.

No que se refere à população quilombola, essas regiões concentram o maior número de comunidades quilombolas de Minas Gerais: o Vale do Jequitinhonha possui 146 comunidades reconhecidas e outras 61 não certificadas; o Vale do Mucuri possui 16 comunidades certificadas (CEDEFES, 2021).

A economia regional baseia-se na pecuária, na agricultura de pequeno e médio porte e em atividades extrativistas[12]. Recentemente, ganhou destaque a exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha, que concentra 85% da reserva nacional desse mineral estratégico, essencial para o mercado tecnológico e a produção de baterias de veículos elétricos. Desde 2022, observou-se um crescimento de 562% nos processos minerários

[12] Ainda hoje existem vários pontos de garimpo ao longo dos Vales em questão, sendo que Teófilo Otoni é considerado a capital mundial das pedras preciosas. Sabemos que apesar de ser geradora de renda, esta atividade traz prejuízos ambientais de toda ordem e na maioria dos casos caracteriza-se pelo subemprego e condições de trabalho muitas vezes precário, que contribui com o aumento da pobreza. Sobre a questão do garimpo, ver Martins (1997).

referentes ao lítio, provocando impactos significativos sobre as condições de vida urbana e rural, especialmente no que diz respeito à insegurança jurídica no acesso à terra e à água. Sob a promessa do desenvolvimento econômico, têm sido identificados efeitos como “[...] a sobrecarga dos serviços públicos, sobretudo referentes aos serviços de saúde; aumento da exploração sexual de mulheres e meninas, gravidez na adolescência, aumento da violência; deslocamento forçado e/ou expulsão das comunidades de seus territórios” (CAMPOS et al., 2025, s/p).

Desse modo, considerando a função social da Universidade, é imprescindível sua articulação com os movimentos sociais populares da região, apoiando suas lutas, uma vez que a presença do Estado, por meio das políticas sociais, é central para assegurar o atendimento às necessidades dessa população. Nessa direção, destaca-se a importância da UFVJM em contribuir para o desenvolvimento regional[13] por meio de um ensino de qualidade, aliado à pesquisa e à extensão.

Por isso, ao refletir sobre a construção e consolidação de uma universidade pública nessa região, é necessário fazê-lo com o propósito firme de garantir o acesso da população a uma formação qualificada, além de oferecer processos formativos articulados com as demandas e características locais.

Essa breve contextualização e problematização evidencia que há inúmeros desafios a serem enfrentados na região dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, ao mesmo tempo em que aponta que a presença e a consolidação de uma universidade pública, capaz de produzir conhecimento qualificado para compreender e intervir na realidade concreta, pode representar uma importante contribuição social. Sabe-se que a produção e utilização do conhecimento são capazes de promover grandes avanços históricos e, por isso, esse processo deve ser acompanhado de estratégias que permitam direcionar tais conhecimentos ao desenvolvimento humano, considerando as demandas regionais.

5 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

[13] Sabemos que uma universidade sozinha não conseguirá desenvolver nenhuma região, pois são necessários investimentos governamentais em várias áreas, como transporte, comunicação, educação, saúde, cultura, etc., mas não podemos deixar de considerar que a presença da UFVJM, com a perspectiva de ampliar-se, pode contribuir em muito com o desenvolvimento regional, principalmente através do fortalecimento da pesquisa e a formação de profissionais qualificados em diversas áreas.

5.1 OBJETIVO GERAL

- Garantir formação profissional em Serviço Social, orientada pelas Diretrizes Curriculares do curso, construídas a partir do debate realizado pelo conjunto da categoria profissional ao longo do seu desenvolvimento histórico contemporâneo.

5.2 Objetivos Específicos

- Assegurar a formação profissional pautada pela ética como princípio formativo;
- Imprimir rigor teórico-metodológico e histórico no trato da realidade social;
- Possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico, criativo e investigativo;
- Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas sociais;
- Concorrer para o fortalecimento do exercício da cidadania e para o processo de democratização da sociedade brasileira;
- Contribuir para o desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri mediante o fortalecimento e a ampliação das políticas sociais na região;
- Proporcionar uma formação profissional fundada na unidade teoria–prática, considerando as particularidades do território em que se insere a Universidade.

6 METAS

• Formar um corpo discente capaz de atuar criticamente no campo das políticas sociais, com sólida base teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, assegurando competência crítica para intervir nas expressões da questão social nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

● Ampliar o conhecimento sobre o curso na região desmistificando o Serviço Social como profissão e área de produção do conhecimento, desenvolvendo ações articuladas com a participação de docentes, discentes, comunidade acadêmica e comunidade externa.

• Estabelecer mecanismos de articulação com os municípios e organizações da sociedade civil dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, fortalecendo a cooperação, o

diálogo e a construção coletiva por meio de convênios, parcerias e ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o fortalecimento das políticas sociais locais e regionais.

• Definir diretrizes de pesquisa alinhadas à área de Serviço Social e afins, especialmente aquelas vinculadas à questão social, às políticas sociais, aos direitos humanos, ao desenvolvimento regional, às populações tradicionais, à saúde, à assistência social, à educação e ao trabalho, articulando a interdisciplinaridade conforme as necessidades formativas.

• Ampliar e consolidar ações de caráter extensionista, fortalecendo a educação permanente e o compromisso social da universidade, garantindo que a extensão esteja articulada à pesquisa e ao ensino e responda às demandas regionais.

• Propor e desenvolver projetos de pesquisa vinculados às realidades locais e regionais, garantindo que o processo formativo esteja constantemente em diálogo com o território, suas desigualdades, potencialidades e desafios, contribuindo para a produção de conhecimento crítico e socialmente referenciado.

• Estimular a participação discente em Grupos de Estudos, Observatórios, Grupos de Pesquisa e Projetos de Extensão, fortalecendo a formação crítica, a vivência acadêmica e a inserção nas atividades científicas e nos processos coletivos de produção e socialização do conhecimento.

• Estreitar as relações entre o Curso de Serviço Social e programas de pós-graduação da UFVJM, prioritariamente aqueles cuja interface teórica e prática dialoga diretamente com o projeto de formação profissional, tais como: Mestrado Interinstitucional (MINTER) em Política Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Desenvolvimento Regional- PGPSDR, dentre outras.

7. PERFIL DO EGRESSO

Espera-se que o egresso do curso de Bacharelado em Serviço Social da UFVJM seja:

- Profissional com formação intelectual e cultural ampla, generalista e crítica, detentor de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que lhe permitam apreender as demandas sociais postas à profissão e responder às diversas expressões da questão social, por meio da análise, elaboração, operacionalização, gestão e avaliação de políticas sociais.

- Profissional apto ao exercício profissional em conformidade com as competências e atribuições privativas definidas pela Lei de Regulamentação da Profissão, atuando de acordo com os valores e princípios do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Nesta direção, a proposta curricular está organizada em consonância com o debate nacional estabelecido pelas Diretrizes Curriculares, historicamente construídas pelos sujeitos que compõem a categoria profissional, por meio de suas entidades representativas. Tal organização assegura o tratamento dos conteúdos necessários à formação generalista e crítica, sem perder de vista as particularidades regionais.

Busca-se, ainda, em alinhamento com o debate nacional, garantir uma formação crítica capaz de preparar o egresso para o ingresso qualificado no mercado de trabalho, fomentando uma postura propositiva, investigativa e criativa na construção de estratégias de enfrentamento das expressões da questão social. Essa atuação se dá por meio da inserção nos espaços socio-ocupacionais, orientada pela capacidade de análise concreta da realidade e de suas contradições.

Compreende-se, assim, que o processo formativo envolve “[...] a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais**”** (ABEPSS, 2017, p. 1-2).

8 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Em consonância com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, do MEC e com as determinações da Lei Federal nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão e estabelece suas competências e habilidades, afirmamos que:

A formação profissional deve assegurar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício das atividades técnico-operativas, possibilitando a apreensão crítica dos processos sociais em uma perspectiva de totalidade;

• Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e na realidade regional;
• Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico nos cenários internacional, nacional e regional, desvelando as possibilidades de intervenção contidas na realidade;
• Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento das expressões da questão social, considerando as relações entre o público e o privado.

Conforme a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), o assistente social deve desenvolver as seguintes competências e habilidades técnico-operativas:

- Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionadas às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- Realizar visitas técnicas, perícias, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social;
- Assumir o magistério em Serviço Social, bem como coordenar cursos e unidades de ensino;
- Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.

9. CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

A partir das competências e habilidades adquiridas ao longo do processo de formação profissional, espera-se que o egresso esteja apto a atuar em instituições públicas e privadas nas diversas áreas: saúde, educação, assistência social, previdência social, habitação, sociojurídica, direitos humanos e política ambiental. A atuação poderá ocorrer em distintos espaços sócio-ocupacionais, tais como autarquias, prefeituras, governos estaduais, empresas privadas, hospitais, escolas, centros de educação infantil, unidades de saúde, serviços de proteção aos direitos da mulher, da classe trabalhadora, da pessoa idosa, de crianças e adolescentes, de pessoas com deficiência e da população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, queer, intersexo, assexual, pansexual, não binária e outras (LGBTQIAPN+), bem como de povos e comunidades tradicionais; órgãos ambientais; organizações não governamentais; movimentos sociais; universidades públicas e privadas e institutos de pesquisa.

A atuação profissional se dará em conformidade com as diretrizes nacionais do curso de Serviço Social, com as competências e habilidades indicados no item 8 deste documento, e nas atribuições e competências profissionais previstas no artigo 4º e 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93).

10 PROPOSTA PEDAGÓGICA

Para apresentar a concepção de educação em que se ancora esta proposta pedagógica, partimos da definição dos direitos sociais expressa na Constituição Federal de 1988, que afirma, em seu artigo 6º: "[...] são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". Na mesma Carta Magna, em seu artigo 205, lê-se que *"a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*" (grifo nosso).

Sabemos que esta Constituição foi resultado de ampla mobilização social durante a década de 1980, incluindo movimentos ligados à educação[14], numa tentativa da sociedade brasileira de realizar um acerto de contas com o período autocrático anterior.

[14] Sobre esta discussão ver Gohn (2001).

Contudo, o processo de concretização dos direitos sociais, ainda que respaldado em um arcabouço jurídico, é constantemente atravessado por interesses antagônicos e diversas determinações, produzindo, em muitos momentos, uma sobreposição dos interesses do mercado sobre conquistas sociais legitimamente adquiridas.

Podemos perceber esse movimento na própria promulgação da LDB[15], legislação complementar que tem por finalidade organizar a política educacional no Brasil, mas que se alinha ao ideário neoliberal ao prever ações segmentadas em detrimento da universalização do acesso à educação, como, por exemplo, os cursos sequenciais e ao incentivar ações paralelas às de responsabilidade do Estado, estimulando formas pseudo-solidárias e comunitárias. Além disso, a LDB permite a ampla organização do ensino pelo setor privado, sem estabelecer a obrigatoriedade de garantia da qualidade dos processos educacionais, o que vem contribuindo para a proliferação de instituições privadas de ensino. Nesse cenário, observamos o deslocamento de um serviço público básico, a educação, do campo do direito social para o campo do direito de consumo. Tal deslocamento altera profundamente o significado da educação, colocando em risco o modelo de Universidade fundamentado em sólidos princípios ético-humanistas.

Em uma economia capitalista como a nossa, na qual tudo tende a se transformar em mercadoria[16] em boa medida devido à força política dos “lobistas” do setor privado, a educação também acaba, de certa forma, rendendo-se a essa lógica economicista[17]. Entretanto, é fundamental destacar que a universidade pública brasileira é um patrimônio da sociedade e, por isso, sua manutenção nesses moldes deve constituir um compromisso ético e político de todos aqueles comprometidos com a justiça social e a dignidade humana.

Devemos compreender ainda, que a universidade exerce um papel essencial na produção e disseminação de conhecimentos científicos e culturais de cada época. Esse compromisso, enquanto instituição pública de ensino superior, torna-se ainda mais relevante nesta região, que historicamente não recebeu a devida atenção

[15] Lei Federal n.º 9394 de 20/12/06.

[16] Ver Marx (2001), particularmente à discussão sobre a mercadoria no Capítulo I, do Livro I.

[17] É claro que não estamos aqui, desqualificando indiscriminadamente todos os processos pedagógico/educacionais dos espaços públicos ou privados, e seus sujeitos, porque acreditamos ser a educação um poderoso instrumento que contribui com a emancipação humana. (Cf. Freire, 2005). A crítica consiste em subordinar incondicionalmente e radicalmente os processos educacionais à lógica econômica.

governamental, fato evidenciado pelos indicadores anteriormente apresentados, especialmente no que se refere à garantia de direitos básicos e fundamentais, como o acesso a serviços públicos gratuitos e de qualidade.

Nessa direção, compartilhamos a compreensão de que a construção do conhecimento no interior de uma universidade deve estar fundamentada no tripé ensino, pesquisa e extensão, garantindo uma formação crítica, socialmente referenciada e comprometida com a transformação da realidade.

> A dimensão pública das instituições de ensino superior se efetiva simultaneamente pela sua capacidade de representação social, cultural, intelectual e científica. E a condição básica para o desenvolvimento desta representatividade é a capacidade de assegurar uma produção de conhecimento inovador e crítico que respeite a diversidade e o pluralismo e não simplesmente preencha uma função de reprodução de estruturas, relações e valores, antes acolha os mais diversos elementos que possam constituir questionamentos críticos que configurem a universidade como protagonista da evolução histórica da sociedade. (Andes, 2003, p.15).

A universidade pública, enquanto patrimônio social, deve pautar-se pela autonomia acadêmica, pelo compromisso ético-político e pela articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Sua atuação requer a participação ativa de docentes, discentes e técnicos, sujeitos que, em diálogo com a realidade regional, identificam demandas sociais e formulam respostas capazes de promover o desenvolvimento humano e a efetivação de direitos.

No contexto brasileiro, a expansão do ensino superior ocorreu sob forte influência das políticas neoliberais, expressas na mercantilização da educação, na ampliação do setor privado e na precarização do trabalho docente. Esse movimento resultou no deslocamento da educação do campo dos direitos sociais para a lógica do consumo, colocando em risco o caráter público e universal da universidade. Diante desse cenário, reafirma-se a centralidade da universidade pública na produção e socialização do conhecimento científico, na formação crítica e no compromisso com a transformação social. Na UFVJM, esse papel se torna ainda mais relevante frente às desigualdades históricas dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, territórios marcados por vulnerabilidades socioeconômicas e por insuficiência de políticas públicas.

O fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação, a garantia de condições adequadas de trabalho docente, a expansão responsável dos cursos e a consolidação de práticas de extensão comprometidas com as demandas regionais constituem pressupostos fundamentais para o cumprimento dessa missão. É nesse horizonte que

se insere o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, comprometido com a formação crítica, ética e socialmente referenciada, orientada pelas diretrizes nacionais da formação profissional, pela defesa da educação como direito social e pela compreensão das contradições que atravessam a realidade regional.

Neste sentido, torna-se necessário, de forma constante e sistemática, refletir sobre o significado da UFVJM, que passa a existir em uma região historicamente marcada pelo descaso do poder público e por indicadores que evidenciam a vulnerabilidade social como uma característica regional. Ao mesmo tempo, trata-se de uma região com importantes potencialidades econômicas, culturais e turísticas, o que aponta para as perspectivas que a presença desta IFES pode trazer, especialmente no que se refere à formação de cidadãos críticos, à produção de conhecimento de qualidade e à articulação com a comunidade local, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico e social.

Portanto, considerando o processo de contínua expansão e consolidação da UFVJM, é fundamental levar em conta todo esse território, pois sua atuação certamente exercerá influência sobre a região, seja ao receber estudantes das macrorregiões abrangidas, seja pela presença de seus egressos, que poderão atuar em distintos municípios. Desse cenário emerge um campo privilegiado para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão em toda essa área.

Assim, torna-se evidente que uma universidade pública inserida nesses territórios deve buscar construir conhecimento de excelência em suas diversas áreas, tanto na graduação quanto na pós-graduação. É por meio desse compromisso que será possível oferecer uma contribuição expressiva ao desenvolvimento social, econômico, cultural e político da região.

A concepção do curso de Serviço Social da UFVJM articula-se com o debate nacional realizado pelo conjunto de protagonistas da categoria profissional, organizados através de suas entidades. Este debate tem o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e ENESSO[18] como espaços em que se realiza a condução do projeto de formação

[18] O conjunto CFESS/CRESS representa o conjunto do conselho federal e dos conselhos regionais de serviço social, responsáveis pela fiscalização e normatização do exercício profissional. A ABEPSS – Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – responsabiliza-se pela relação com as Unidades de Formação Acadêmicas (UFA) é uma entidade acadêmica, responsável pela coordenação e articulação do projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós-graduação. A ENESSO – Executiva Nacional e Estudantes de Serviço Social – é a entidade nacional representativa do movimento estudantil em Serviço Social. Este conjunto de entidades, forma uma base de sujeitos que protagonizam o debate em serviço social no Brasil.

profissional, pautado em um debate coletivo sobre a concepção do curso, que obteve inúmeros avanços sobre o entendimento do significado profissional nas últimas décadas.

Este denso processo histórico possibilitou a construção do atual projeto de formação profissional, bem como o entendimento do lugar desta profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e suas contribuições nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

A atual proposta de formação em Serviço Social é resultado de um longo processo de debate, conduzido pela ABEPSS a partir da década de 1990, procurando sintonizar a prática profissional à realidade brasileira, materializando-se em diretrizes curriculares que buscam

> Capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-critica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais. (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

As diretrizes curriculares, amplamente debatida pelo conjunto da categoria profissional são aprovadas pelo CNE, ainda que com algumas alterações em 2002, através da Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002. Deste modo, a proposta de formação profissional da UFVJM, pauta-se na concepção nacional e direção política construída historicamente pelos sujeitos participantes deste processo, que tem os seguintes pressupostos norteadores:

> 1. O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
> 2. A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
> 3. O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
> 4. O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996).

Tais pressupostos refletem uma concepção de formação e de profissão calcada na realidade social, no desvendamento das configurações assumidas pela questão social e pelo trabalho na sociedade capitalista nos seus diferentes contextos históricos, o que põe e repõe demandas à profissão e a necessidade de construção de respostas mediatizadas pela relação teoria-prática.

10. 1 Metodologia de ensino

A fundamentação teórica do curso Graduação em Serviço Social – Bacharelado – da UFVJM articula-se com o PPI desta IFES, procurando contribuir com o objetivo do fortalecimento da educação pública. A partir desta inserção institucional e tendo as diretrizes gerais orientadoras para a formação profissional, aprovadas pela ABEPSS em 1996 e pelo CNE em 2002, é que o curso constrói sua fundamentação teórica-metodológica.

Nesta direção, tendo este contexto mais geral o NDE do curso busca garantir a materialização desta proposta. Atento às particularidades e desafios regionais, de modo que a formação profissional proposta consiga oferecer contribuições para a comunidade local, sem perder de vista a necessidade de garantir a articulação com questões mais amplas.

A linha metodológica do curso busca garantir uma formação profissional, capaz de garantir o acúmulo de conteúdos de ordem teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, proporcionando ao estudante o desvelamento da realidade, bem como aspectos particulares do exercício profissional, o entendimento do significado do Estado e dos espaços ocupacionais, contribuindo com este processo a lógica curricular que tem nos núcleos de fundamentação da formação seus eixos centrais, detalhados no item “Organização Curricular”.

Deste modo, o conjunto dos componentes curriculares na primeira metade do curso, articuladamente com projetos de extensão, pesquisa e iniciação científica, possibilitam aos estudantes acessar conteúdos e exercerem protagonismo no interior deste processo, de modo que a partir da inserção no estágio supervisionado, possam experimentar com mais profundidade a articulação com a realidade social, bem como assumir uma postura investigativa e proativa neste processo.

Visando fomentar a autonomia intelectual dos estudantes e práticas que estimulem a ação discente embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas na formação em Serviço Social, o curso realiza articulação sistemática com a realidade social local, através dos campos de estágios, extensões, movimentos sociais e instituições que tenham ou não a presença do serviço social, visando a partir deste contato, apreender as mediações com o contexto nacional e, contribuindo deste modo com um processo de formativo atualizado e dinâmico às demandas profissionais existentes.

10.2 Unidade teoria-prática

A proposta curricular do curso de Serviço Social, em consonância com as diretrizes curriculares da ABEPSS, sustenta-se numa lógica de articulação entre os núcleos da formação profissional em que a unidade teoria-prática deve permear todo o currículo, articulando ensino-pesquisa-extensão (ABEPSS, 1996).

A partir do debate realizado para a construção das diretrizes curriculares em Serviço Social, brevemente abordado anteriormente, construiu-se a necessidade de indissociabilidade entre três dimensões do exercício profissional, a saber: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Tais dimensões existem articuladas entre si, não devendo as mesmas ser compreendidas de forma autônomas, isoladas, sobrepostas ou fragmentadas.

Assim, a dimensão interventiva está presente no escopo profissional enquanto uma necessidade objetiva, tendo em vista que é pressuposto da organização profissional uma intervenção qualificada a partir do entendimento das categorias necessárias para o exercício profissional. Portanto, a unidade teoria-prática é algo presente neste processo mediante algumas estratégias:

- A constituição de grupos de estudos no âmbito da graduação (ensino, pesquisa, extensão) e da pós-graduação (lato sensu e stricto-sensu), a partir do desenvolvimento de estratégias e técnicas, que possibilitem a operacionalização de referenciais teórico-críticos que subsidiem a formação e o exercício do trabalho profissional;

- Desenvolver atividades de caráter de ensino, pesquisa e extensão com vistas a atribuir visibilidade às dimensões interventiva e operativa da profissão, articulando novas competências inscritas nos parâmetros teóricos e ideo-políticos preconizado nas diretrizes curriculares da ABEPSS.

10.3 Integração entre graduação e pós-graduação

Em consonância com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) afirmamos que o processo formativo envolve a relação entre graduação, pós-graduação. Neste sentido, o projeto de formação profissional ora proposto pretende estabelecer relação direta com os programas de pós-graduação atualmente vinculados ao curso, tais como: Mestrado Interinstitucional (MINTER) em Política Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Desenvolvimento Regional- PGPSDR, além da interlocução com outros programas de pós-graduação da UFVJM, tais como o PPGTAS e o PPGAP.

A relação entre graduação e pós-graduação fortalece o desenvolvimento científico dos/as discentes possibilitando o desenvolvimento de pesquisas e contribuindo para a produção de conhecimentos na área e sua socialização através da constituição de grupos de pesquisa e participação em eventos acadêmicos-científicos.

10.4 Interdisciplinaridade

A interdisciplinariedade está presente na proposta das diretrizes curriculares da ABEPSS como um dos princípios que fundamentam a formação profissional em Serviço Social, indicando “7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional” (ABESS, 1996, p. 7). Também nas diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social aprovadas pelo MEC em 2002, está colocado no aspecto da organização do curso “presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional” (BRASIL, 2002).

De acordo com Jorge e Pontes (2017) a interdisciplinaridade aproxima diferentes conhecimentos disciplinares separados pelas especializações das ciências com uma intencionalidade, ou seja, orientada por finalidades ética e política, se relacionando à

práxis, cuja finalidade tem caráter coletivo e visa atender às necessidades humanas e sociais.

> Assim, aproximação e interação entre profissões ou disciplinas científicas visam alcançar e atender as demandas de necessidades humanas geradas pelas expressões da questão social, fundadas nas desigualdades e divisão de classes sociais em disputa no modo de produção capitalista (JORGE E PONTES, 2017, p. 180).

Desse modo, entende-se que a interdisciplinaridade é fundamental no processo de formação profissional em Serviço Social, que visa formar profissionais capazes de responder às diversas expressões da questão social que se colocam no cotidiano de trabalho. Por isso, a interdisciplinaridade nesta proposta de formação profissional é uma dimensão que atravessa todo o processo formativo de forma constante. Sendo possibilitada pela indissociabilidade dos núcleos de fundamentação da formação profissional, em conformidade com as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, que se desdobram em áreas de conhecimento necessárias à apreensão da realidade social e subsidiam a formulação de respostas profissionais às demandas historicamente colocadas. Os núcleos de **fundamentos teórico-metodológicos da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e de fundamentos do trabalho profissional**, constituem-se como eixos articuladores da formação que se desdobram em áreas do conhecimento e que se traduzem pedagogicamente no conjunto dos componentes curriculares rompendo com a visão formalista do currículo reduzido a matérias e unidades curriculares, conforme explicitado no item 11 deste documento que se refere à organização curricular.

Portanto, toda a formação e sua lógica organizativa leva em consideração a necessidade da presença sistemática da interdisciplinaridade como condição imprescindível de êxito de tal proposta, tendo a realização do Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso, enquanto atividades integradoras do currículo, onde a interdisciplinaridade deverá ser catalisada.

Deste modo, a interdisciplinaridade não está localizada em um único local, mas permeia toda a formação, através da articulação entre os conteúdos das unidades curriculares, que se conectam em distintos temas e conteúdo, bem como também com outros cursos da FACSAE dentro das possibilidades existentes como a realização de disciplinas eletivas e optativas, com destaque para o curso de ciências econômicas e matemática. Além disto, podemos fortalecer esta dimensão no interior da formação, através dos projetos de extensão e pesquisa que podem atuar como espaços de

produção e articulação do conhecimento, através dos conteúdos presentes nas diferentes unidades curriculares do curso.

10.5 Tecnologias de Informação e de Comunicação nos processos de ensino e aprendizagem

O Serviço Social brasileiro possui um entendimento que discutir as TIC's é importante e fundamental para democratização de informações, possibilitando em alguma medida interferir em processos formativos de forma positiva. Consideramos que

> As TIC são produto da convergência das telecomunicações com a informática e a computação, e, em termos gerais, sua definição remete ao conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos relacionados a uma determinada infraestrutura, composta por computadores, softwares e sistemas de redes que têm a capacidade de processar e distribuir informações para as organizações e os sujeitos sociais que compõem a sociedade (VELOSO, 2021, p. 64).

Contudo, devemos problematizar que pensar em abordagens sobre as TIC's, enquanto estratégias de ensino-aprendizagem em um contexto de precarização dos processos educacionais, adoecimento dos trabalhadores devido a condições precárias de trabalho e escassez de pessoal, além de condições desiguais de acesso a tais tecnologias ao conjunto da sociedade, bem como, o não acesso universalizado às mesmas, torna-se algo inócuo e sem sentido, pois necessitamos atingir patamares de igualdade e acesso à tecnologia e informação, para que possamos concretamente ter condições de incorpora-las na formação numa perspectiva inclusiva. Deve-se ressaltar ainda, que o conjunto da categoria profissional do Serviço Social, coloca-se contrário ao movimento que parte dos defensores das TIC's fazem que é de articular o aprimoramento destas tecnologias ao avanço de modalidades de ensino à distância no interior dos cursos presenciais.

De acordo com IBGE em 2024 93,6% dos domicílios no Brasil tinham acesso à internet. A proporção de domicílios onde a rede móvel celular funcionava para internet móvel ou telefonia foi de 92%, contudo, há discrepância entre o acesso na área urbana (95,3%) e na área rural (65,8%), demonstrando que esse acesso não é igual para todos (IBGE, 2025). Quanto ao percentual de domicílios com microcomputador ou tablet identifica-se uma queda desde 2016, em 2024 o percentual de domicílios com tablet foi de 11,8% na área urbana e 3% na área rural, quanto ao microcomputador apenas 42% dos domicílios na área urbana tinham acesso, na área rural esse percentual foi de 12%

(IBGE, 2025b). Considerando que a educação exige o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, o acesso a esses instrumentos é fundamental para o desempenho acadêmico adequado

Considerando que a região em que se insere à UFVJM é constituída por municípios com traços predominantemente rurais, afirmar o ensino à distância como estratégia de democratização do acesso ao ensino superior é atestar o desconhecimento do território e da realidade. Defender o ensino à distância é desconsiderar que esta modalidade exclui uma população historicamente alijada do acesso à política de educação.

Ainda assim, o curso de Serviço Social da UFVJM entende que as tecnologias de informação e comunicação, as chamadas TICS, se bem utilizadas, ou seja, com os cuidados que lhe são inerentes para que permitam o acesso de todos os alunos a essas ferramentas, e usadas, sobretudo, de maneira complementar a conteúdos trabalhados em aulas presenciais, podem ajudar na melhoria do ensino e aprendizagem, auxiliando na construção de uma autonomia no processo formativo do discente. Buscamos utilizar estas ferramentas a fim de aprimorar o conteúdo apreendido em sala de aula, de modo a estarem a serviço do curso sem que haja oferta do chamado ensino a distância. A intenção é que o uso das TIC’s possa sempre auxiliar o processo de aprendizagem e a fixação daquele conteúdo já trabalhado em sala de aula.

Demarcando que não ofertamos ensino a distância e somos contrários à ampliação desta modalidade em cursos presenciais, o curso entende que as TIC’s podem ser usadas como um suporte metodológico, sobretudo nas unidades curriculares que possuem atividades extraclasses, isto é, aquelas que não se caracterizam como unidades curriculares a distância, mas que permitem que uma parte das suas atividades seja feita fora da sala de aula, devendo este debate ser sistematicamente discutido pelo NDE e colegiado do curso, podendo serem utilizadas (as TIC’s) no desenvolvimento das unidades curriculares de Pesquisa em Serviço Social I e II, além de Orientação do TCC I e II, por exemplo, pois a carga horária extraclasse de parte dessas unidades curriculares, se justifica para que o discente realize seu projeto de pesquisa, realize análise de dados, pesquisas de campo, a escrita de sua monografia propriamente, e para elaborar parte das atividades de extensão.

São consideradas tecnologias digitais de informação o e-mail e outras ferramentas que podem ser usadas para envio de relatórios de monografias, resenhas

de pesquisa, realização de contatos com o orientador, e para participação em eventos remotos extraclasse de pesquisa e extensão.

Caso o docente de alguma dessas unidades curriculares que possuem atividades extraclasses entenda que seja necessário o uso de um ambiente virtual de aprendizagem poderá usar o *Moodle,* o Google *Classroom* e Google *Workspace*. Estes ambientes, que são oferecidos pela UFVJM, são entendidos como facultativos para essas atividades extraclasses, e já são utilizados pelos docentes e discentes.

Para o uso das ferramentas TICs, entretanto, será preciso que os docentes dessas unidades curriculares indiquem a sua utilização no plano de ensino especificando as atividades que serão realizadas bem como qual plataforma tecnológica será usada. Neste caso, caberá ao docente responsável pela unidade curricular orientar, acompanhar e avaliar as atividades extraclasses por meio das TICs.

No que tange ao uso de ferramentas de **Inteligência Artificial (IA),** o curso se orientará pelo referencial para desenvolvimento e uso responsáveis de inteligência artificial publicado pelo MEC em 2026, que define a Inteligência Artificial (IA) como o:

> Conjunto de técnicas computacionais que permitem a sistemas e máquinas executar tarefas que, em contextos tradicionais, demandariam capacidades cognitivas humanas, como aprendizagem, raciocínio, reconhecimento de padrões, tomada de decisão e adaptação a novos contextos. No âmbito educacional, a IA é utilizada como ferramenta de apoio a processos pedagógicos, administrativos e de formulação de políticas públicas (BRASIL, 2025, p. 15).

Assim, a IA poderá ser utilizada pelo curso como ferramenta de apoio aos processos pedagógicos, considerando que a capacidade crítica e a construção coletiva de conhecimentos comprometidos com a transformação da sociedade são capacidades essencialmente humanas, que não podem ser substituídas pelas ferramentas de inteligência artificial (IA).

Neste sentido, o curso se orienta também pela Resolução nº 24/2025 da UFVJM, que regula o uso responsável, ético e transparente da IA nos processos de ensino e aprendizagem. O uso de IA é permitido como recurso de apoio às atividades pedagógicas, sendo vedada a apresentação de trabalhos gerados integralmente por IA sem a devida identificação pelos discentes. Os docentes poderão propor atividades que utilizem recursos de IA para estimular a criatividade e o letramento digital, bem como impor restrições ao seu uso nos componentes curriculares, conforme julgarem pertinente. É vedado o uso exclusivo da IA como ferramenta de avaliação de

desempenho escolar (Art. 331, §7º, Resolução nº 24/2025/UFVJM). O Núcleo de Formação Docente da UFVJM deverá oferecer capacitações regulares sobre o uso ético da IA aos docentes do curso (Art. 331, §9º).

No âmbito da pesquisa científica, especialmente nos TCCs, projetos de Iniciação Científica e atividades de extensão, o uso de Inteligência Artificial Generativa (IAG) deve observar adicionalmente a Portaria CNPq nº 2.664/2026, que institui a Política de Integridade na Atividade Científica. Essa normativa determina que o uso de IAG deve ser declarado em qualquer fase da pesquisa, com especificação da ferramenta e da finalidade (Art. 9º, I, 'c'), sendo vedada a submissão de conteúdo gerado por IAG como autoria humana, com responsabilidade integral dos autores pelo conteúdo final (Art. 9º, I, 'd' e 'f'). A Portaria reforça ainda os princípios de honestidade intelectual, vedação ao plágio e ao autoplágio, e estabelece que a autoria em trabalhos científicos deve ser restrita a quem tenha efetivamente contribuído, sendo vedada tanto a inclusão de autorias sem contribuição real quanto a exclusão de participantes, norma especialmente relevante para trabalhos colaborativos entre docentes e discentes (Art. 9º, II, 'p' e 'q'). Esses princípios orientam a produção de TCCs, artigos e demais trabalhos acadêmicos do curso.

10.6 Educação Empreendedora

O Serviço Social brasileiro, possui uma visão crítica sobre este tema, pois em muitos espaços este debate é realizado de forma acrítica, contribuindo com um processo de despolitização das relações sociais, e a construção de uma pseudo igualdade política, além de não contribuir verdadeiramente com a emancipação de movimentos, grupos e pessoas. Realizamos ao longo de nossa formação, uma densa discussão sobre a concepção ontológica e dialética do trabalho, que se coloca contrária ao empreendedorismo como uma mera abstração política conforme vem sendo indiscriminadamente utilizado em diversos espaços formativos e políticos. Entendemos que o debate do empreendedorismo em muitos casos é utilizado como uma estratégia meramente política e ideológica, que escamoteia relações de trabalho, trazendo consequências negativas para a reprodução material e cultural da classe trabalhadora.

Nesta análise está a consideração de que a profissão se legitima pela inserção em espaços sócio-ocupacionais majoritamente públicos, o assistente social é um

trabalhador assalariado que depende da contratação de sua força de trabalho e dos meios necessários a execução deste, que em geral se refere à viabilização do acesso às políticas sociais. De acordo com pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social entre 2016 e 2019, 59,8% dos/as assistentes sociais no Brasil estão empregados na esfera estatal (CFESS, 2022).

O desenvolvimento de atividades supostamente autônomas, são em geral, formas de subcontratação da força de trabalho por meio de contratos instáveis, afetando a continuidade do trabalho desenvolvido junto aos usuários das políticas sociais, o que tem se dado pelo processo chamado de pejotização[19].

Contudo, sendo uma exigência para a construção deste PPC, o curso de Serviço Social da UFVJM, compreende que a interdisciplinaridade, juntamente com a adoção de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, pode contribuir com o objetivo de possibilitar ao discente o desenvolvimento de uma postura crítica e autônoma essencial também para o desenvolvimento de uma educação empreendedora.

De acordo com a diretriz institucional da UFVJM, parte do seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (2017-2021), uma educação empreendedora tem como foco o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos para que o discente entenda a realidade local e sobre ela atue. A intenção não é meramente a criação e a manutenção de empreendimentos direcionados ao lucro, mas voltar-se, sobretudo, a ações em prol do desenvolvimento econômico e social.

O tema deverá integrar-se às atividades extraclasses que poderão ser organizadas pelos discentes e docentes, podendo ser parte dos debates, oficinas e/ou minicursos, envolvendo a comunidade acadêmica bem como a comunidade externa à UFVJM, podendo inclusive estar articuladas às atividades de extensão do curso propostas neste PPC.

Destacamos que o curso desenvolveu ao longo de sua trajetória e continua desenvolvendo ações junto a organizações da sociedade civil que tem como foco o cooperativismo e iniciativas de economia solidária, como alternativas a fontes de renda em razão do desemprego estrutural. Cabe mencionar, o trabalho desenvolvido junto à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Nova Vida – ASCANOVI em Teófilo

[19] Trata-se da chamada *pejotização*, uma nova modalidade de terceirização que surge nos anos 2000, a partir da regulamentação da transformação dos trabalhadores em microempresas individuais ou Pessoa Jurídica (PJ), modalidade que tende a transferir para os trabalhadores os custos da responsabilidade social, legal e econômica da atividade (LIMA, 2024).

Otoni, onde houve a inserção de estagiários do curso. Atualmente, consta no rol de eletivas do PPC do curso a disciplina “Economia solidária” que é ofertada pelo Curso de Ciências Econômicas.

10.7 Educação Ambiental

De acordo com a legislação (Lei 9795/99) que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, alterada pela Lei 14926/2024, a educação ambiental deve ser desenvolvida no ensino superior como prática educativa integrada, contínua e permanente. A discussão não deve estar circunscrita a uma disciplina específica, mas ser abordada de forma transversal no projeto pedagógico do curso. Desse modo, a temática estará presente em unidades curriculares obrigatórias e eletivas, possibilitando aos discentes, espaços de debate e estudos, bem como a articulação com o desenvolvimento de uma concepção de ensino conectadas com as demandas contemporâneas. Além disso, os estudantes poderão participar de projetos e ações interdisciplinares desenvolvidas no interior da UFVJM.

Atualmente, o curso conta com uma disciplina eletiva, intitulada “Questão Agrária e Realidade Regional” e outras duas eletivas ofertadas pelo Curso de Ciências Econômicas intituladas “Questão Agrária no Brasil” e “Crise do Capital e Emergência Climática”. Todas essas disciplinas envolvem em seus conteúdos temas relacionados à questão ambiental no contexto atual.

Além disso, o curso tem introduzido os debates da categoria em torno da justiça ambiental, incorporando mesas de debates nos eventos realizados pelo curso, como no II Seminário Nacional de Políticas Sociais (SNPS, 2024)[20], no Seminário Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas (SENAPECISA, 2025)[21] e na realização do 3º Encontro Mineiro de Assistentes Sociais da Região do Mucuri e do Jequitinhonha em maio de 2025, atendendo à chamada nacional do Conjunto CFESS/CRESS, para debater a questão ambiental e as desigualdades sociais, a partir do território no qual estamos inseridos. Os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha tem sido alvo da monocultura, da mineração, das queimadas, da seca, do processo de desertificação, que incidem e contribuem para o agravamento da desigualdade social,

[20] A programação pode ser consultada em: https://snps.mesolucoes.com.br/programacao/

[21] A programação pode ser consultada em: https://www.even3.com.br/i-seminario-nacional-de-pesquisa-senape-496023/

sobretudo, envolvendo indígenas, quilombolas, ribeirinhas/os, pequenas/os agricultoras/os, populações com as quais o Serviço Social trabalha, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido, a incorporação da temática ambiental é um compromisso ético da categoria e que tem se materializado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Desde 2014, docentes do curso tem contribuído com o Movimento Sem Terra (MST) para a realização da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular (JURA) no Campus Mucuri, proporcionando atividades para debater temas como a luta pela terra, reforma agrária, soberania alimentar, agroecologia e direitos humanos. Essa parceria tem proporcionado uma maior interlocução entre a Universidade e a sociedade, contribuindo para o adensamento de estudos, atividades de pesquisa e extensão entre docentes, discentes e os movimentos populares do campo.

No PPC ora proposto além das ações mencionadas acima inclui-se a unidade curricular de extensão “Questão Agrária, Territorialidade e Realidade Regional”, envolvendo atividades extra-classe e permitindo o conhecimento da realidade concreta no território.

10.8 Educação em direitos humanos

A educação em Direitos Humanos visa a formação para a vida e para a convivência no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e internacionais. Este objetivo deverá orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos. (Cf. Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012).

Assim, a resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012 estabelece em seu artigo oitavo que a Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais.

O debate sobre os direitos humanos no interior do processo formativo em Serviço Social também é transversal, atravessando toda a lógica curricular, não existindo um momento apenas em que se discute isoladamente esta questão, mas ocorre de forma

articulada em diversos conteúdos e através do estágio supervisionado, enquanto local privilegiado de articulação teórico-prática. Na matriz atual também inserimos uma unidade curricular obrigatória “Legislação Social e direitos humanos” no 5º período, mas sua lógica se articula aos demais conteúdos da formação profissional que são indispensáveis à construção de um perfil comprometido com os direitos humanos.

Destaca-se no Código Ética Profissional de assistentes sociais (1993), um dos princípios fundamentais que orientam a profissão, ligado diretamente à referida temática - “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”.

Portanto, esta opção torna-se em uma postura política, assumida pelo conjunto da categoria, através de suas entidades representativas e também da ABEPSS, enquanto instância acadêmica que organiza e articula nacionalmente o ensino em Serviço Social no âmbito da graduação e pós-graduação. Objetivamente este processo reverbera-se em conteúdo como o debate sobre a ética, políticas sociais, o trabalho profissional, fundamentos da vida social e da formação brasileira, além de conteúdos importantes organizados em forma de unidades curriculares eletivas que permitem sintonizar a formação e a prática profissional com o debate e fortalecimento de uma postura em defesa dos direitos humanos, enquanto elemento essencial para a construção de uma sociabilidade emancipatória.

10.9 Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

A portaria MEC nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, visa assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino. Neste sentido, é importante apontar que UFVJM criou, por meio da Resolução CONSU/UFVJM nº 11/2014, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI), atualmente Diretoria de Acessibilidade e Inclusão (DACI) que se refere a um espaço institucional de coordenação e articulação de ações voltadas para a eliminação de barreiras impeditivas do acesso, permanência e usufruto e dos serviços e oportunidades oferecidas pela tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, assim como dos espaços físicos. Tais medidas também estão em consonância com a Lei federal 14924/2024 que abrange como parte da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Programa Incluir de Acessibilidade na

Educação Superior que se destina “[...] a implantar e consolidar núcleos de acessibilidade que promovam ações para a garantia do acesso pleno das pessoas com deficiência à educação superior e à educação profissional, científica e tecnológica, nas instituições federais de ensino” (BRASIL, 2024).

Para atendimento a esta lei, a resolução CONSEPE 24/2025 instituiu o Regime Especial de Permanência (REP) para discentes em situações específicas. Conforme art. 156, poderão solicitar o REP:

> I – discentes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem, doença crônica ou prolongada ou transtorno psíquico, que impossibilite o acesso à instituição de ensino (UFVJM, 2025b);

De acordo com o regulamento os cursos deverão ofertar o REP favorecendo o prosseguimento dos estudos e a permanência qualificada dos/as discentes por meio de adaptações pedagógicas com o apoio da Prograd e da Proaae, especialmente por meio da Diretoria de Acessibilidade e Inclusão (DACI).

Sobre a estrutura dos seus espaços físicos também nesta direção da inclusão, há rampas de acesso aos diferentes prédios do campus do Mucuri, banheiros adaptados para circulação de pessoas em cadeira de rodas, barras nas rampas e banheiros, lavabos e bebedouros adaptados para pessoas em cadeira de rodas, vagas preferenciais de estacionamentos para pessoas com deficiência e piso tátil nas principais calçadas de acesso às estruturas do campus para viabilizar o acesso à pessoas com deficiência visual. Atualmente a DACI oferece os seguintes serviços: i) orientação educacional, ii) terapia ocupacional, iii) tradução e interpretação do par linguístico Libras-Português, iv) cuidador escolar.

A Diretora de Acessibilidade e Inclusão (DACI) identifica e acompanha semestralmente, o ingresso de discentes com necessidades educacionais especiais na UFVJM, incluindo o transtorno do espectro autista, no ato da matrícula e/ou a partir de demandas espontâneas dos próprios, ou ainda, solicitação da coordenação dos cursos e docentes. A partir dessa identificação, são desenvolvidas, entre outras, as seguintes ações para o seu atendimento: a) realização de reunião da DACI com esses/as estudantes, com a finalidade de acolhê-los na Instituição, conhecer suas necessidades específicas para os devidos encaminhamentos; b) realização de reunião com as coordenações de cursos, com o objetivo de cientificá-las do ingresso e das necessidades específicas desses/as estudantes, tanto no âmbito pedagógico, quanto de acesso a equipamentos de tecnologia assistiva, bem como propor alternativas de atendimento e

inclusão; c) realização de reunião com os setores administrativos da Instituição para adequação de espaços físicos e eliminação de barreiras arquitetônicas, visando o atendimento às demandas dos (as) estudantes e/ou servidores/as; d) empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva; e) disponibilização de tradutor e intérpretes de LIBRAS para os alunos surdos; f) inclusão da Língua Brasileira de Sinais-Libras como unidade curricular obrigatória nos currículos dos cursos de Licenciaturas e como optativa nos currículos dos cursos Bacharelados.

Nesse sentido, compete à coordenação deste Curso, juntamente com os docentes e servidores técnico-administrativos que apoiam as atividades de ensino, mediante trabalho integrado com o DACI, oferecer as condições necessárias para a inclusão e permanência com sucesso dos discentes com necessidades especificas. Atualmente, o curso conta com duas monitorias remuneradas para o acompanhamento individual de discente PcD, e também com um cuidador.

Em suas atividades o curso tem incorporado, sempre que a instituição ofereça as condições, linguagem inclusiva para os/as participantes dos eventos que realiza. Em 2024 o curso realizou o 4º Encontro Mineiro de Assistentes Sociais dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha com o tema “Nossa liberdade é anticapacitista”, que foi definido em consonância com a campanha do conjunto CFESS-CRESS, em diálogo com os territórios do Mucuri e Jequitinhonha. A luta anticapacitista é um compromisso da categoria profissional, que tem se expressado na publicação de documentos como a Resolução CFESS nº 992/2022 que estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social, regulamentando os princípios II, VI e XI[22] inscritos no Código de Ética Profissional, destaca-se também no âmbito da formação profissional o documento “Subsídios para a formação anticapacitista em Serviço Social” publicado em 2025.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) estabelece em seu art. 28º, que compete ao poder público, inciso “XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos

[22] “II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”; e “XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2012, p. 23).

de conhecimento. Neste sentido, o presente projeto pedagógico aborda o debate anticapacitista, incluindo conteúdos e/ou componentes curriculares que discutem a temática da deficiência e os direitos dessa população, abrangendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, a temática está presente nos trabalhos de conclusão de curso, além da inserção de estudantes em campos de estágio que prestam serviços às pessoas com deficiência. Neste projeto pedagógico a temática é abordada de forma transversal, com destaque para as unidades curriculares, Ética e Serviço Social, Legislação Social e Direitos Humanos, Educação, diversidade e inclusão social (extensão).

Além disso, o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado de Curso tem discutido estratégias para garantir o acesso, permanência e diminuição de barreiras institucionais sejam elas arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e pedagógicas, conforme orientação da ABEPSS (2024). Nesta direção, pretende-se realizar o levantamento do perfil dos/as com deficiência e/ou mobilidade reduzida para identificação de demandas de acessibilidade e desenvolver uma política de formação docente alinhada com a educação anticapacitista.

10.10 Educação das relações Étnico-raciais e diversidade sexual

O curso de Serviço Social da UFVJM fundamenta sua atuação no campo das relações étnico-raciais e do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, africana e Indígena em um robusto arcabouço normativo, que expressa o reconhecimento do Estado brasileiro quanto à centralidade desses temas para a construção de uma educação equânime e antirracista. Esse arcabouço é composto pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB); pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004 e pela Resolução CNE/CP nº 01/2004, que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que ampliou a obrigatoriedade ao incluir a História e Cultura Indígena; pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), que estabelece medidas para a promoção da igualdade racial nas diversas esferas da vida social, incluindo a educação; pela Resolução CNE nº 08/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Escolar Quilombola; e pela Portaria MEC nº 470, de 14 de maio de 2024, que institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), com a finalidade de implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais na educação brasileira. Em alinhamento com esse conjunto normativo e com os princípios e valores estabelecidos no PDI 2024–2028 da UFVJM, o curso integra ao seu currículo o estudo das relações étnico-raciais e da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, com vistas a combater práticas discriminatórias e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em consonância com o compromisso institucional de promover uma formação crítica, inclusiva e socialmente responsável.

O debate sobre gênero, questão étnico-racial e diversidade sexual torna-se importante, no sentido de contribuir com o enfrentamento das históricas desigualdades presentes na sociedade brasileira, a partir de um debate acadêmico pautado pela qualidade e criticidade.

Neste sentido, as entidades representativas em Serviço Social, vêm fomentando em âmbito nacional o debate sobre estas temáticas, que também contribuam com a alteração de práticas institucionais e políticas, atuando na luta antirracista, contra o patriarcado e o machismo. Especialmente o Serviço Social, que possui uma dimensão eminentemente interventiva e está presente em diversos espaços sócio-ocupacionais, onde se formula e executa variadas políticas sociais, torna-se fundamental que realize estes debates de forma qualificada. Assim, a profissão vem oferecendo contribuições nessa direção, tanto quanto a produção científica sobre os temas em questão, como práticas profissionais também qualificadas que possibilitam a reflexão e a mudança de direção em relação à posturas individuais, coletivas e institucionais que não correspondem à necessidade de enfrentar preconceitos e visões deturpadas da realidade e de grupos sociais classificados como “minorias”.

Ademais, o código de ética profissional do assistente social e a lei que regulamenta a profissão[23], preconizam uma prática profissional livre de preconceitos e plural, que garantam a inclusão de demandas dos diversos grupos sociais no bojo da organização pública das políticas sociais. Assim, são princípios do código de ética profissional atuar no *“VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito,*

[23] O atual código de ética profissional foi aprovado em 13 de março de 1993, e a lei que regulamenta a profissão é a Lei Federal 8.662/93.

incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças"; e *"XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física"* (BRASIL, 2012, p. 23).

Comprometida com a luta antirracista a categoria através da ABEPSS publicou em 2018 o documento "Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social" e em 2022, a entidade lançou a Plataforma Antirracista, que reúne conteúdos, dentre eles publicações por área da formação como sugestões a serem incorporadas pelos Cursos de Serviço Social em seus projetos pedagógicos (ABEPSS, 2018; 2022).

Além disso, o CFESS publicou em 2022 uma nota técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia, ampliando o debate sobre a importância da coleta deste quesito "[...] no âmbito da pesquisa acadêmica, da intervenção profissional, da produção de documentos técnicos e na elaboração de planos, programas e projetos nas diferentes políticas públicas em que profissionais do Serviço Social desenvolvem suas funções" (p. 1), com vistas a reduzir os impactos do racismo institucional (EURICO, 2022).

Em 2023 a entidade publicou a Resolução CFESS n° 1.054/2023 que estabelece normas vedando condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional do/a assistente social, considerando o combate ao racismo como uma exigência ética e política para a atuação do/a assistente social (CFESS, 2023).

A Lei nº 11.645/2008, ao ampliar o escopo da Lei nº 10.639/2003, reconheceu a centralidade dos povos originários na formação histórica, social e cultural do Brasil, tornando obrigatório o ensino de sua história e cultura nos estabelecimentos de ensino. A Resolução CNE nº 08/2012, por sua vez, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, orientando que as práticas pedagógicas respeitem as especificidades sociais, culturais, políticas e econômicas de cada comunidade. No âmbito do curso de Serviço Social da UFVJM, essas determinações normativas adquirem significado particular em razão do contexto regional em que a instituição está inserida: os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri são territórios marcados por uma expressiva e historicamente enraizada presença de comunidades quilombolas

e povos indígenas, que se destacam pela riqueza de suas culturas e pela contribuição inestimável desses grupos para a identidade regional.

Essas duas regiões concentram o maior quantitativo de comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais, conforme abordando no item 4.3. Somam-se a esse cenário a presença de comunidades indígenas e o dado de que mais de 50% da população regional é composta por mulheres (IBGE, 2022) elementos que, em conjunto, expressam a rica diversidade étnica, cultural e de gênero desse território e, ao mesmo tempo, evidenciam um campo concreto de desigualdades históricas que demandam atenção qualificada por parte dos profissionais que nele atuam. Esse contexto impõe ao curso de Serviço Social da UFVJM o compromisso de formar profissionais capazes de reconhecer e valorizar as múltiplas identidades presentes no território, compreendendo suas especificidades históricas, culturais e sociais sem hierarquizá-las, e de atuar de forma comprometida com os direitos das populações quilombolas, dos povos originários e dos demais grupos historicamente marginalizados, em articulação com as políticas sociais voltadas a esses sujeitos.

Por isto, este debate que é compreendido de forma transversal a todo o processo de formação profissional, será tratado de forma privilegiada em uma unidade curricular (*Relações Étnico-Raciais, gênero e Diversidade Sexual*) que foi inserida com o objetivo de garantir as particularidades deste debate. Contudo, devemos ressaltar que este debate foi incorporado como uma unidade curricular obrigatória, seguindo orientação da ABEPSS, que vem orientando a incorporação deste debate nos cursos de Serviço Social, tendo em vista sua relevância na cena contemporânea.

Quanto ao debate da diversidade sexual o CFESS empreendido esforços para contribuir para uma maior visibilidade da temática da diversidade sexual e reforçar o compromisso com uma sociedade livre de exploração e opressão. Desde 2006 tem aprovado resoluções estabelecendo normas e condutas para os/as assistentes sociais em relação a orientação e diversidade sexual, destacam-se as Resoluções 489/2006[24], 594/2011[25], 615/2011[26] e a 845/2018[27]. Além de campanhas, como “Nem rótulos, nem

[24] Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional.
[25] Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero.
[26] Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional.
[27] Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador.

preconceito: Quero respeito” em 2014, reafirmando a importância da utilização do nome social, com o intuito de apoiar as lutas em respeito à identidade de gênero e à despatologização da transexualidade, a realização em 2015 do “Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero”, realizado no ano de 2015. O lançamento de um Folder de cunho formativo, intitulado “Orientações para atendimento de pessoas trans e travestis” em 2019 e o Seminário Nacional ‘Serviço Social, Feminismos e Diversidade Trans’ em 2024 que culminou na produção de um relatório final, publicado em 2025[28].

No que se refere à ABEPSS, em 2010 foi instituído no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) o GTP “Serviço social, relações de exploração/ opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades”[29], objetivando fortalecer o debate sobre a temática no Serviço Social, tendo como ementa “Sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo. O GT estimulou debates e produções sobre a área e em 2014, no XIV ENPESS foi aprovado pela Assembleia “a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração” (ABEPSS, 2016, p. 05).

No ano de 2020, o conteúdo foi abordado no Projeto ABEPSS Itinerante[30], concentrando-se nas temáticas Crítica ao conservadorismo, Direitos Humanos, Diversidade Humana e Serviço Social. Em 2022 a Assembleia Geral da ABEPSS aprovou uma Política de Comunicação, construída coletivamente, junto às IES, às regionais e às/aos sócios individuais que tem como um dos seus princípios a “Defesa de uma linguagem inclusiva, antidiscriminatória, que respeita as raças, etnias, religiões, dialetos, orientações sexuais e as distintas identidades de gênero” (ABEPSS, 2022a, p. 40).

São notáveis os esforços e caminhos percorridos pela categoria na inserção debate sobre a diversidade sexual, contudo muito ainda precisa ser feito para a garantia desse conteúdo na formação. Os estudos de Barros (2025) indicam que no âmbito da

[28] CFESS (2025).

[29] Em 2018 o grupo passou a ser intitulado de “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades”.

[30] O Projeto ABEPSS Itinerante tem por objetivo: “Fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais, na direção do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior (ABEPSS, 2025).

formação profissional ainda é pouca a presença da temática da diversidade sexual nos currículos ocorre de forma incipiente e majoritamente em disciplinas de caráter optativo, não garantindo o acesso a todos/as os/as discentes.

Diante do quadro normativo, do contexto regional e do diagnóstico sobre as lacunas na formação profissional, o curso de Serviço Social da UFVJM adota uma dupla estratégia pedagógica: o tratamento transversal das temáticas étnico-raciais, de gênero e de diversidade sexual ao longo de toda a formação profissional, de modo que perpassem as diferentes unidades curriculares e práticas do curso; e a oferta da unidade curricular obrigatória Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual, que garante o aprofundamento específico e sistemático desses debates, incorporando conteúdos até então tratados majoritariamente em disciplinas eletivas, atividades de extensão e de pesquisa.

Ao incorporar essas temáticas de forma obrigatória e transversal, o curso de Serviço Social da UFVJM reafirma seu compromisso com uma formação que tem a liberdade como valor ético central, que reconhece e valoriza a diversidade humana em suas múltiplas dimensões étnica, racial, de gênero e de diversidade sexual e que se coloca a serviço da luta permanente contra todas as formas de discriminação, preconceito e opressão. Esse compromisso se expressa tanto na organização curricular quanto nas práticas pedagógicas e no projeto institucional da UFVJM, em consonância com o Código de Ética Profissional do/a assistente social, com as diretrizes das entidades representativas do Serviço Social e com os princípios e valores estabelecidos no PDI 2024–2028.

10.11 Apoio ao discente

O atendimento ao discente na coordenação do Curso é feito pelo coordenador, vice-coordenador e/ou secretário(a) do curso. O atendimento é realizado nos dias úteis, nos períodos vespertino e noturno.

O atendimento extraclasse ao discente em nível de unidade curricular é efetuado através do programa de apoio didático (monitoria), no qual os monitores (estudantes da Universidade que já cursaram a disciplina) cumprem uma carga horária semanal de 12 horas para sanar eventuais dúvidas sobre o conteúdo de algumas unidades curriculares.

Relativo às questões de registro e controle acadêmico, o atendimento ao discente é realizado pela DRCA – Divisão de Registro e Controle Acadêmico, órgão ligado à PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação, que tem por finalidade a organização, a supervisão e a execução dos processos de admissão, registro e controle acadêmico. Acompanha a vida escolar dos estudantes desde o seu ingresso na UFVJM, registrando dados e fornecendo documentos por eles solicitados: declarações, certidões, históricos escolares, até a sua formação, através da emissão de diplomas. Podemos citar ainda os seguintes programas e espaço/tempo de apoio as discentes: Programa de Educação Tutorial pelo Trabalho (PET); Programa de Apoio ao Ensino – PROAE; Programa de Enfrentamento à Retenção e Evasão (PROGER); Centro de Inovação Tecnológica da UFVJM – CITEC; Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX e Diretoria de Acessibilidade e Inclusão – DACI.

Além disso, a PROGRAD, no Campus do Mucuri conta com o órgão DIPPE – Divisão de Programas e Projetos de Ensino, que dentre outras atividades é responsável pelo gerenciamento dos programas de monitoria e a DAP – Divisão de Apoio Pedagógico, responsável pelo acompanhamento da política educacional e por sua articulação com o ensino de graduação, funcionando como apoio técnico-pedagógico para as diversas atividades relacionadas ao desenvolvimento e aprimoramento dos cursos de graduação. O Programa de Apoio Didático, desenvolvido pela PROGRAD, visa a participação efetiva e dinâmica em atividades acadêmicas de ensino, exercendo funções de monitoria e tutoria no âmbito de unidades curriculares, sob a supervisão direta de docente responsável. Como objetivos do Programa destacam-se: Aprimorar as atividades didáticas nas unidades curriculares e melhorar o rendimento acadêmico; estimular a cooperação dos discentes nas atividades de ensino; promover uma aprendizagem colaborativa por meio da integração entre professor supervisor, bolsistas, voluntários e discentes. (UFVJM, 2025c)

A instituição investe em dois programas principais com o objetivo de aprimorar o ensino e reduzir a evasão estudantil mantendo a permanência desses discentes na universidade. O Programa de Monitoria Remunerada, permite que os alunos auxiliem os professores em diversas disciplinas, e; o Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (Proae), iniciado em novembro de 2023, que visa implementar projetos para melhorar a oferta de cursos e componentes curriculares da universidade (UFVJM, 2025c).

Um dos principais programas na UFVJM é o Programa de Assistência Estudantil (PAE), financiado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação. Este programa desempenha um papel crucial ao oferecer serviços de assistência estudantil que visam ampliar as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O objetivo é garantir igualdade de oportunidades no acesso à graduação presencial e contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão, especialmente quando causadas por dificuldades financeiras, socioeconômicas e culturais dos alunos matriculados na UFVJM, proporcionando a oferta de benefícios como: Auxílio-Emergencial, Auxílio-Manutenção, Auxílio-Material Pedagógico (Instrumental Medicina e Odontologia), Auxílio-Moradia, Auxílio Hospedagem, Acesso ao Restaurante Universitário (Campus Mucuri)[31] e Moradia Estudantil Universitária (Diamantina)[32].

Além disso, conta com o Programa de Bolsa Permanência do MEC que concede auxílio financeiro diretamente aos estudantes, a partir de critérios próprios, estabelecidos pelo MEC[33].

Importante ressaltar que, as políticas de assistência estudantil são extremamente importantes para a permanência dos/as estudantes na UFVJM. Pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace) da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) indicou que em 2018[34], 84,6% dos/as estudantes da UFVJM eram oriundos de escolas públicas, e 85,7% dos estudantes tinham renda mensal de até 1,5 salário-mínimo e apenas 24% tinham renda mensal de mais de 3 salários-mínimos, caracterizando um público formado pelas camadas populares (UFVJM, 2019).

---

[31] O restaurante universitário do *campus* do Mucuri foi inaugurado em 05/06/2023.

[32] Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/proace/pae.html

[33] O Programa de Bolsa Permanência (PBP) é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro no valor de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) mensais para estadia de estudantes de graduação em instituições federais de ensino superior, que têm por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial, **os indígenas e quilombolas**, nas instituições federais de ensino superior. (Disponível em: https://portal.ufvjm.edu.br/proace/estudante/bolsas-e-auxilios/programa-de-bolsa-permanencia-mec. Acesso em: 04 out. 2025).

[34] Os dados foram coletados no primeiro semestre de 2018, ocasião em que a UFVJM tinha 8.949 estudantes matriculados/as.

A maioria dos estudantes de graduação da UFVJM está na faixa etária entre 17 e 24 anos (91%), sendo 61,7% do gênero feminino e 38,3% do gênero masculino. Em relação à cidade de origem, 62% dos estudantes não são naturais do Vale Jequitinhonha ou Mucuri. No que se refere a cor, 53,67% declaram ser parda; 27,46%, branca; 15,07%, preta; 1,16%, amarela; 0,13%, indígena, e 2,49% optaram por não autodeclarar sua cor ou etnia (UFVJM, 2023).

O perfil discente da UFVJM indica que a Universidade deve articular políticas que considerem um corpo estudantil formado por pessoas oriundas das classes trabalhadoras, majoritariamente mulheres e negras, isso deve estar no horizonte de uma instituição que efetive políticas de permanência pautadas pela equidade na construção de uma educação superior inclusiva e de qualidade para todos/as.

11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

11.1) Princípios da organização curricular

O curso de Serviço Social da UFVJM, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394, de 20/12/96), no art. 3º, alínea 10 e 11, bem como com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso, adotará como princípios na sua organização curricular:

- Flexibilidade da organização do currículo do curso, contemplando o desenvolvimento dos componentes curriculares de forma integrada, quais sejam: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades complementares e Unidades curriculares, utilizando procedimentos diversos de ensino e recursos pedagógicos adequados.
- Rigor teórico-metodológico e histórico-social da realidade e do Serviço Social, de forma a possibilitar a apreensão das multifacetadas expressões da questão social;
- Apreensão da totalidade social a partir da teoria social crítica, no movimento singular, particular e universal.
- Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular
- Indissociabilidade das dimensões investigativa e interventiva**,** como princípios e condição central da formação profissional e da unidade teórico-prática;
- Interdisciplinaridade nas várias dimensões do projeto de formação profissional;

- Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo teórico como um elemento próprio do âmbito acadêmico-profissional, debatendo as várias perspectivas que consubstanciam as ciências humanas e sociais, na luta pela direção social crítica da formação profissional;
- Indissociabilidade entre supervisão acadêmica e supervisão de campo na realização do estágio supervisionado curricular;
- A ética como princípio formativo e transversal à formação profissional.

11.2) Conteúdos curriculares

De acordo com as Diretrizes Curriculares *"a formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade socioinstitucional"* (ABEPSS/CEDEPSS, 1997, p. 62). Nessa concepção a relação profissão e realidade é determinada pelo estatuto teórico-histórico que assume a questão social no seio profissional e que, portanto, seus conteúdos (teóricos, éticos, políticos, culturais) devem se desdobrar na formação acadêmico-profissional por meio de "um conjunto de conhecimentos indispensáveis, que se traduzem em núcleos de fundamentação" (Ib., p. 69).

A construção das competências e habilidades, definidas no perfil do curso, ocorrerá a partir dos **Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional em Serviço Social**. Os núcleos compõem um todo indissociável que articula a vida social, as especificidades da sociedade brasileira e o trabalho profissional. São eles: 1) **Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 2) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.**

Tais núcleos de fundamentação contemplam os conteúdos necessários para a compreensão dos processos de trabalho em que se inserem os/as assistentes sociais e possibilitam, segundo indica a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): *"a permanente construção de conteúdos teóricos, éticos, políticos e culturais para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica e flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação*

do Assistente Social[35]". Como eixos articuladores da formação, os núcleos se desdobram em áreas do conhecimento que se traduzem pedagogicamente no conjunto dos componentes curriculares e rompem com a visão formalista do currículo reduzido a matérias e unidades curriculares.

Assim, a lógica curricular que sustenta a formação profissional é permeada pela relação teoria-prática e pela articulação entre ensino-pesquisa-extensão. Conforme afirma a ABEPSS (1996): *"um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional"*, lembrando-se que tais núcleos não são autônomos nem subsequentes, mas expressam diferentes níveis de apreensão da realidade social e da profissão, indispensáveis para a intervenção profissional. A seguir segue descrição dos núcleos, tendo como referência as diretrizes para o curso de Serviço Social.

Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social

Tomando como referência as Diretrizes formuladas e aprovadas pela ABEPSS (1996), temos que este núcleo nesta lógica curricular é responsável pelo tratamento do ser social como totalidade histórica, devendo fornecer os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Pretende compreender o ser social situado no processo de constituição e desenvolvimento histórico da sociedade burguesa, evidenciando assim, a apreensão dos elementos de continuidade e ruptura, considerando os momentos anteriores do desenvolvimento histórico.

A categoria Trabalho é assumida como eixo central do processo de reprodução da vida social, concebido como práxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, desenvolvendo a liberdade. A sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada de acordo com as suas especificidades: a divisão social do trabalho, a propriedade privada, a divisão de classes, as relações de exploração e dominação, e ainda, as suas formas de alienação e resistência.

[35] Cadernos ABESS, nº 07, p. 63.

Evidencia-se ainda o reconhecimento das dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas que constituem os processos sociais, apreendidas no movimento contraditório e incorporados os elementos de sua superação.

Segundo a ABEPSS (1996, p.10)

> O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica *a priori* ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos.

Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira

Neste núcleo, evidencia-se o conhecimento sobre os elementos constitutivos da sociedade brasileira nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais: configurada como capitalista dependente, urbano-industrial, portadora da rica diversidade regional e local, e analisada ainda sob o ponto de vista da questão agrária e agrícola, como elemento histórico fundamental do país.

Considera-se ainda a apreensão dos movimentos responsáveis pela consolidação dos padrões do desenvolvimento capitalista e seus impactos econômicos, sociais e políticos que refletem as desigualdades sociais, as questões étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e humana e de classe. Este núcleo deve analisar:

> - Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas, criando uma nova configuração do “mundo do trabalho”;
> - A constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que assume em diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto. Trata-se, portanto, de apreender as relações entre Estado e Sociedade, desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais criados, em especial as políticas sociais, tanto no nível de seus objetivos e metas gerais, quanto no nível das problemáticas setoriais a que se referem;
> - O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas;
> - Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas.

Todos esses conteúdos devem considerar as transformações conjunturais da sociedade brasileira e sua inserção internacional, as determinações para o trabalho e as

formas de manifestação da questão social. As configurações atuais das lutas de classes, as tendências do Estado e das políticas sociais.

Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

O Serviço Social é configurado como uma especialização do trabalho coletivo e que tem por objeto as múltiplas expressões da questão social. A compreensão de suas particularidades como especialização do trabalho coletivo remete à apreensão do processo de institucionalização e desenvolvimento da própria profissão, ou seja, apreender as determinações sócio-históricas de sua inserção na sociedade brasileira, que legitimam a profissão, e a herança cultural que respalda suas explicações sobre as relações sociais, sistematizações, saberes e exercício profissional. Neste sentido, nos ensina Iamamoto,

> [...] a *história da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados ao longo de seu desenvolvimento*. Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão. Decifrar essa especialização do trabalho supõe, nesse sentido, *elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político — das relações entre as classes e destas com o Estado —, assim como a inscrição do Serviço Social no debate teórico e cultural de seu tempo.* Portanto, *situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão* (IAMAMOTO, 2014, p. 621-622, grifos da autora).

O Serviço Social tem como base a história da sociedade brasileira, da qual emanam as requisições profissionais, as determinações do trabalho profissional e a formulação das respostas da profissão. O acompanhamento da dinâmica societária aliada ao rigor teórico-metodológico "que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão" (ABEPSS, 1996, p. 13). Reconhecer o caráter interventivo da profissão implica a capacitação crítico-analítica na construção e (re)construção de seus objetos de ação, considerando as particularidades socioinstitucionais, os projetos societários em disputa, para a elaboração de estratégias de intervenção comprometidas com a direção ético-política da profissão. Isso exige competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que devem ser desenvolvidas durante a formação profissional.

> A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da questão social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social

> e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa, mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais (ABEPSS, 1996, p. 13-14).

Desse modo, a nova lógica curricular visa superar a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem através da articulação entre os núcleos de fundamentação da formação profissional, que constituem uma totalidade de conhecimentos, contextualizados historicamente e com suas particularidades congregam os conteúdos necessários para a compreensão dos processos de trabalho em que se o/a assistente social.

Nessa lógica estão colocadas as matérias básicas essenciais à formação profissional. Entendidas como “áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares”. (ABESS, 1996, p. 15).

Nesta direção, os componentes curriculares distribuídos em unidades curriculares obrigatórias, unidades curriculares eletivas, atividades de extensão, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, buscam articular os diversos conteúdos organizados em uma proposta de matriz curricular, possibilitando alcançar os objetivos propostos.

A concepção da presente proposta pauta-se, em uma consistente articulação dos conteúdos estabelecidos nos núcleos de fundamentação da formação acadêmico-profissional, de forma que seja possível produzir conhecimento, garantindo o devido acúmulo que possibilite ao final deste processo a apreensão da realidade e dos elementos necessários para uma intervenção profissional pautada nos princípios estabelecidos na Lei 8.662/93 e o código de ética profissional de 1993.

11.3 Matriz curricular

Quadro 1 - Quadro Matriz Curricular

1º PERÍODO													
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/01
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
SSO102	Leitura e Produção de Textos	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	-	-	-
SSO105	Filosofia	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	-	-	SSO014
SSO075	Formação Sócio-Histórica do Brasil I	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	-	-	ECO042
SSO013	Introdução ao Serviço Social	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	-	-	SSO013
SSO076	Teoria Social I	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	-	-	SSO017
Total				**300**	**0**	**0**	**0**	**0**	**300**	**20**			

2º PERÍODO													
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/01
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
SSO077	Teoria Social II	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	Teoria Social I	-	SSO012
SSO078	Acumulação Capitalista e Questão Social	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	-	-	SSO018
SSO079	Formação Sócio-Histórica do Brasil II	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	Formação Sócio-Histórica do Brasil I	-	-
SSO016	Fundamentos do Serviço Social I	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	Introdução ao Serviço Social	-	SSO016
SSO080	Universidade e Sociedade	**O**	P	0	0	0	0	75	75	05	-	-	-
Total				**240**	**0**	**0**	**0**	**75**	**315**	**21**			

3º PERÍODO													
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/01
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
SSO019	Fundamentos do Serviço Social II	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	Fundamentos do Serviço Social I	-	SSO019
ECO126	Teoria Política	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	-	-	ECO041
SSO25	Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	-	-	SSO025

ECO143	Economia Política	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	-	-	ECO043
SSO083	Questão agrária, territorialidade e realidade regional	**O**	P	0	0	0	0	75	75	05	-	-	-
Total				**240**	**0**	**0**	**0**	**75**	**315**	**21**			

4º PERÍODO													
Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	**Mod**	**Carga Horária**						**CR**	**Pré-requisitos**	**Correquisitos**	**Equivalência Estrutura Curricular 2007/01**
				T	**P**	**ECS**	**D**	**EX**	**CHT**				
SSO023	Fundamentos do Serviço Social III	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	Fundamentos do Serviço Social II	-	SSO023
SSO084	Antropologia	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	-	-	SSOO021
SSO085	Ética e Serviço Social	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	Fundamentos do Serviço Social II	-	SSO027
SSO086	Fundamentos da Política Social	**O**	P	60	0	0	0	0	60	04	-	-	SSO022
SSO087	Formação e Trabalho de Assistentes Sociais no Vale do Mucuri e região	**O**	P	0	0	0	0	75	75	05	-	-	-
Total				**240**	**0**	**0**	**0**	**75**	**315**	**21**			

5º PERÍODO													
Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	**Mod**	**Carga Horária**						**CR**	**Pré-requisitos**	**Correquisitos**	**Equivalência Estrutura Curricular 2007/01**
				T	**P**	**ECS**	**D**	**EX**	**CHT**				
SSO029	Fundamentos do Serviço Social IV	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	Fundamentos do Serviço Social III	-	SSO029
SSO088	Política Social Setorial: Previdência Social e Saúde	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	Fundamentos da Política Social	-	SSO026
SSO089	Processo de Trabalho e Serviço Social	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social	-	SSO030
SSO035	Pesquisa em Serviço Social I	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	Teoria Social I e Teoria Social II	-	SSO035
SSO031	Oficina de Estágio em Serviço Social I	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	Fundamentos do Serviço Social III /	-	SSO031

											Ética e Serviço Social		
SSO090	Estágio Supervisionado I	**O**	P	00	00	150	00	00	150	10		Oficina de Estágio em Serviço Social I	
Total				**300**	**0**	**150**	**0**	**00**	**450**	**30**			

6º PERÍODO													
Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	**Mod**	**Carga Horária**						**CR**	**Pré-requisitos**	**Correquisitos**	**Equivalência Estrutura Curricular 2007/01**
				T	**P**	**ECS**	**D**	**EX**	**CHT**				
SSO037	Pesquisa em Serviço Social II	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	Pesquisa em Serviço Social I	-	SSO037
SSO091	Legislação Social e Direitos Humanos	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	-	-	SSO049
SSO092	Planejamento e Gestão Social	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	-	-	SSO034
SSO093	Política Social Setorial: Assistência Social	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	Fundamentos da Política Social I	-	SSO028
SSO032	Oficina de Estágio em Serviço Social II	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	Oficina de Estágio em Serviço Social I	-	SSO032
SSO094	Estágio Supervisionado II	**O**	P	00	00	150	00	00	150	10	Estágio Supervisionado I	Oficina de Estágio em Serviço Social II	
Total				**300**	**0**	**150**	**0**	**00**	**450**	**30**			

7º PERÍODO													
Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	**Mod**	**Carga Horária**						**CR**	**Pré-requisitos**	**Correquisitos**	**Equivalência Estrutura Curricular 2007/01**
				T	**P**	**ECS**	**D**	**EX**	**CHT**				
SSO033	Estado, Classes e Movimentos Sociais	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	-	-	SSO033
SSO095	Relações Étnico-Raciais, gênero e Diversidade Sexual	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	-	-	-
SSOXXX	Eletiva I	**EL**	P	60	00	00	00	00	60	04	-	-	-
SSO096	Trabalho de Conclusão de Curso I	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	Pesquisa em Serviço Social II	-	SSO041
SSO036	Oficina de Estágio em Serviço Social III	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	Oficina de Estágio em Serviço Social II	-	SSO036

SSO097	Estágio Supervisionado III	**O**	P	00	00	150	00	00	150	10	Estágio Supervisionado II	Oficina de Estágio em Serviço Social III	
Total				**300**	**0**	**150**	**0**	**00**	**510**	**30**			

8º PERÍODO													
Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	**Mod**	**Carga Horária**						**CR**	**Pré-requisitos**	**Correquisitos**	**Equivalência Estrutura Curricular 2007/01**
				T	**P**	**ECS**	**D**	**EX**	**CHT**				
SSOXXX	Eletiva II	**EL**	P	60	00	00	00	00	60	04	-	-	-
SSO098	Psicologia Social	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	-	-	CEX062
SSO099	Educação, diversidade e inclusão social	**O**	P	00	00	00	00	75	75	05	-	-	-
SSO100	Trabalho de Conclusão de Curso II	**O**	P	60	00	00	00	00	60	04	Trabalho de Conclusão de Curso I	-	SSO043
SSO048	Atividades Complementares	**O**	P	00	150	00	00	00	150	10	-	-	SSO048
Total				**180**	**150**	**00**	**00**	**75**	**405**	**27**			

Legenda:

Mod. – Modalidade presencial (P) / Distância (D)
OB – Obrigatória
EL – Eletiva
T – Carga horária teórica
P – Carga horária prática
EX – Carga horária de extensão
CHT – Carga Horária Total
ECS – Estágio Curricular Supervisionado
CR – Crédito

Quadro 2 - Unidades Curriculares Eletivas ou Opção Limitada ou Livre Escolha

Unidades Curriculares Eletivas									
Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	**Mod**	**Carga horária**				**Pré-requisito**	**Equivalência Estrutura Curricular 2007/01**
				T	**P**	**CHT**	**CR**		
SSO066	Oficina de Textos Acadêmicos	EL	P	60	00	60	04	-	SSO066
ECO019	Questão Agrária no Brasil	EL	P	60	00	60	04	-	ECO019
ECO081	Economia Brasileira II	EL	P	60	00	60	04	-	ECO081
ECO023	Economia Solidária	EL	P	60	00	60	04	-	ECO023

ECO027	Economia do Setor Público	EL	P	60	00	60	04	-	ECO027
SSO062	Estado, Violência e Controle Social	EL	P	60	00	60	04	-	SSO062
SSO063	Orçamento Público	EL	P	60	00	60	04	-	SSO063
SSO072	Literatura, Cinema e Sociedade no Brasil Contemporâneo	EL	P	60	00	60	04	-	SSO072
SSO071	Religião e Sociedade no Brasil	EL	P	60	00	60	04	-	SSO071
SSO015	Metodologia Científica	EL	P	30	00	30	02	-	SSO015
SSO106	Área de Intervenção: Criança Adolescente – sociojurídico	EL	P	60	00	60	04	-	SSO056
SSO058	Área de Intervenção: Envelhecimento Populacional e Espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social	EL	P	60	00	60	04	-	SSO058
SSO059	Área de Intervenção: Questão Agrária e Realidade Regional	EL	P	60	00	60	04	-	SSO059
SSO057	Área de Intervenção: Serviço Social e Saúde	EL	P	60	00	60	04	-	SSO057
SSO061	Assistência Social e Gestão do SUAS	EL	P	60	00	60	04	-	SSS061
ECO125	Crise do Capital e Emergência Climática	EL	P	60	00	60	04	-	ECO125
SSO060	Educação Popular e Serviço Social	EL	P	60	00	60	04	-	SSO060
CEX181	Língua Espanhola para iniciantes	EL	P	30	00	30	02	-	CEX181
SSO064	Neodesenvolvimentismo, Proteção Social e Serviço Social	EL	P	60	00	60	04	-	SSO064
SSO107	Processamento da ação profissional: processos e relações de trabalho	EL	P	60	00	60	04	-	SSO069
SSO073	Relações étnico-raciais e serviço social	EL	P	60	00	60	04	-	SSO073
SSO067	Serviço Social e relações de gênero	EL	P	60	00	60	04	-	SSO067
SSO068	Tópicos especiais em direito	EL	P	60	00	60	04	-	SSO068
SSO065	Trabalho e educação	EL	P	60	00	60	04	-	SSO065
SSO104	Teoria Social III	EL	P	60	00	60	04	-	-
CEX134	Línguas Brasileiras de Sinais-LIBRAS	EL	P/D	60	00	60	04	-	-
ECO115	Crise do Capital e Emergência Climática II	EL	P	60	00	60	04	-	ECO115

Quadro 3 - Unidades Curriculares Optativas

Unidades Curriculares Eletivas						
Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	**Mod**	**Carga horária**		

				T	P	CHT	CR	Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/01
SSO074	Estágio Curricular Não-Obrigatório	OP	P	30	00	30	02	-	SSO074

Legenda:
T – Carga horária teórica
P – Carga horária prática
EL – Eletiva
OP – Optativa
Modalidade presencial (P) / Distância (D)
CHT – Carga Horária Total
CR – Crédito

Quadro 4 - Síntese para Integralização Curricular

Componente Curricular	Carga Horária	Nº de Créditos
Unidades Curriculares Obrigatórias	1920	124
Unidades Curriculares Eletivas	120	08
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120	08
Atividades Complementares	150	10
Unidades Curriculares de Extensão	300	20
Estágio Curricular Supervisionado	450	30
Total	3000	200
Tempo para Integralização Curricular	Mínimo: 4 anos	
	Máximo 6,5 anos	

11.4 Fluxograma da matriz curricular

1º Período 300h	2º Período 315h	3º Período 315h	4º Período 315h	5º Período 450	6º Período 450	7º Período 450	8º Período 405
Leitura e Produção de Textos	Fundamentos do Serviço Social I	Economia Política	Fundamentos do Serviço Social III	Pesquisa em Serviço Social I	Pesquisa em Serviço Social II	Trabalho de Conclusão de Curso I	U.C. de Extensão: Educação, diversidade e inclusão Social
Filosofia	Acumulação Capitalista e Questão Social	Fundamentos do Serviço Social II	Antropologia	Processo de Trabalho e Serviço Social	Legislação Social e Direitos Humanos	Estado, Classes e Movimentos Sociais	Eletiva II
Formação Sócio-Histórica do Brasil I	Teoria Social II	Teoria Política	Ética e Serviço Social	Fundamentos do Serviço Social IV	Planejamento e Gestão Social	Oficina de Estágio em Serviço Social III	Psicologia Social
Introdução ao Serviço Social	Formação Sócio-Histórica do Brasil II	Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social	U. C. de Extensão – Formação e trabalho de assistentes sociais no Vale do Mucuri e região	Oficina de Estágio em Serviço Social I	Oficina de Estágio em Serviço Social II	Relações étnico-raciais, gênero e diversidade sexual	Trabalho de Conclusão de curso II
Teoria Social I	U. C. de Extensão: Universidade e Sociedade	U. C de Extensão: Questão Agrária, Territorialidade e Realidade Regional	Fundamentos da Política Social	Política Social Setorial: Previdência Social e Saúde	Política Social Setorial: Assistência Social	Eletiva I	AC-Atividades Complementares
				Estágio Supervisionado 1*	Estágio Supervisionado 2*	Estágio Supervisionado 3*	

* Refere-se ao cumprimento da carga horária prática do estágio no campo.

Unidades curriculares obrigatórias
Unidades curriculares de extensão
Unidades curriculares eletivas

11.5 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio supervisionado em Serviço Social é uma atividade curricular obrigatória, indispensável e integradora do currículo que deve ser desenvolvido ao longo da estrutura curricular e a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares, e deve se desenvolver concomitante ao período escolar. Conforme indicado nas diretrizes curriculares,

> O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio (BRASIL, 2021).

Este componente possui uma importância estratégica, particularmente porque assume um lugar privilegiado da unidade teórico-prática e de capacitação para o exercício profissional, sendo conduzido nacionalmente pela Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que construiu uma Política Nacional de Estágio (PNE), documento orientador para a organização do estágio supervisionado nos distintos cursos das Unidades de Formação Acadêmica (UFA). Serve de referência também para organização do estágio no curso, a Lei 11.788/08, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências, a Resolução 533/08 do CFESS, que regulamenta a supervisão do estágio em Serviço Social, a Lei de Regulamentação da Profissão 8662/93 e o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM (Resolução CONSEPE 24/2025).

Em conformidade com o aparato jurídico-político nacional, o estágio no curso de Serviço Social da UFVJM é um componente curricular obrigatório, podendo também ser realizado na modalidade de não obrigatório[36], conforme previsão legal, desde que respeitadas as normas vigentes.

O estágio supervisionado deve se materializar ancorado nos princípios ético-políticos profissionais, previstos no Código de Ética de Assistentes Sociais, quais sejam, a defesa da liberdade, a autonomia, a democracia, a cidadania, a defesa dos direitos humanos, o compromisso com os serviços prestados à população, o combate ao preconceito, o pluralismo, o compromisso com um projeto de construção de uma ordem societária, sem exploração, dominação e opressão de classe, raça, etnia, gênero, sexo, pertencimento cultural, idade e diversidade corporal, todos esses princípios devem balizar a realização do estágio supervisionado nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

---

[36] "Cabe enfatizar que um dos problemas que permeiam o estágio curricular não-obrigatório, impulsionado pela lógica capitalista, é o caráter reducionista que lhe é conferido ao utilizar o(a) estudante como força de trabalho, desfigurando-se, assim, a dimensão educativa desta atividade. Tal situação, em decorrência da dificuldade, cada vez mais acentuada, de inserção no mercado de trabalho, não pode ser entendida e, sobretudo, mantida pelas UFAs, como política de permanência na universidade, papel este de responsabilidade da assistência estudantil. Daí a necessidade de gestões permanentes no combate à essa distorção, para que também o estágio não-obrigatório possibilite ao estudante de Serviço Social a necessária inserção no cotidiano profissional e a capacitação para o exercício da profissão". (ABEPSS, 2010, p.18).

Em conformidade com a PNE, devemos destacar um conjunto de outros princípios orientadores do estágio curricular, a saber: indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, articulação entre Formação e Exercício Profissional, indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, articulação entre universidade e sociedade, unidade teoria-prática, interdisciplinaridade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A concepção do estágio curricular obrigatório, no interior da formação profissional, está pautada na necessidade de oportunizar ao estudante a articulação direta e mediata entre os conhecimentos teórico-metodológicos e a realidade do trabalho profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais de intervenção profissional, possibilitando o desenvolvimento da capacidade técnico-operativa e instrumentais profissionais necessários para o desenvolvimento de uma atuação profissional orientada por princípios e valores ético-políticos.

Além disto, fortalecer e consolidar a dimensão ético-político presente no exercício profissional em favor das classes trabalhadoras no contexto de desenvolvimento de relações capitalistas, sendo um processo indissociável entre a supervisão acadêmica e profissional, quer seja na modalidade de estágio “obrigatório” ou “não obrigatório”, possibilitando ao estudante produzir conhecimento qualificado sobre a realidade em que está inserido, e intervir sobre a mesma através de políticas sociais.

Desta maneira, considerando as questões mais gerais apresentadas sobre a organização e concepção do estágio curricular em Serviço Social, bem como a legislação existente sobre o tema, o curso propõe uma organização deste importante componente curricular, em sintonia com a direção social e coletivamente construída para a formação em Serviço Social no Brasil, contribuindo assim, com este processo, conforme preconiza as diretrizes gerais do curso e a política nacional de estágio.

Por ser um processo didático-pedagógico, a operacionalização do estágio envolve de forma direta diferentes sujeitos: coordenação de curso e de estágio, supervisores acadêmicos, supervisores de campo e estagiário/as. Contudo, a responsabilidade de condução do estágio não deve ser atribuída exclusivamente a esses sujeitos, mas a todos/as responsáveis pela formação profissional. Para que o estágio se constitua como momento privilegiado de aprendizado téorico-prático como indicam as diretrizes, é necessário que a formação assegure o conjunto de conhecimentos presentes

nos núcleos de fundamentação da formação profissional, pois são eles que subsidiarão a análise da realidade e a construção de propostas de intervenção. Conforme afirma a PNE

> […] o processo de ensino-aprendizagem, materializado no estágio supervisionado, deve impulsionar a articulação dos conteúdos que compõem os diversos componentes curriculares, abrangendo a concepção de estágio e supervisão e sua importância no processo de formação profissional; a apreensão da realidade dos campos de estágio e da dinâmica da atuação do(a) assistente social nestes espaços sócio-institucionais; [...] (ABEPSS, 2010, p. 26-27).

Essa lógica de não fragmentação do ensino-aprendizagem, de unidade teórico-prática, deve estar presente nas disciplinas que antecedem a realização do estágio curricular, é necessário que o estudante tenha consolidado um conjunto de conhecimentos que permitam o desenvolvimento de senso crítico, bem como de conhecimentos específicos básicos da profissão. Por isso, apenas tendo cumprido as unidades curriculares de fundamentos do Serviço Social I, II, III e unidade curricular de Ética e Serviço Social.

A organização e gestão da política de estágio no curso, será conduzida pela coordenação de estágio que terá entre outras funções, atuar juntamente com a coordenação de curso no processo de acompanhamento da política de estágio, bem como propor ações permanentes que visem o aprimoramento deste processo, além de acompanhar e certificar toda a documentação do estágio, podendo contar com o apoio de todas as instâncias da gestão acadêmica do curso, como o NDE, colegiado, docentes e discentes.

Conforme previsão legal, a supervisão acadêmica deverá ser exercida exclusivamente por docentes assistentes sociais, vinculados ao curso de Serviço Social, que também serão co-responsáveis pela concretização dos objetivos expressos na política de estágio.

A organização curricular do estágio obrigatório no curso está disposta entre o 5º e 7º períodos, especificamente nas unidades curriculares Oficina de Estágio em Serviço Social I, II, e III, com carga horária de 60 horas cada, totalizando 180 horas, cujos conteúdos específicos permitirão a aproximação, problematização, análise e intervenção nas variadas realidades institucionais onde se desenvolverá o estágio. Além disto, e concomitantemente à realização destas unidades curriculares, o estagiário deverá cumprir 150 horas semestrais de estágio no campo totalizando 450 horas.

A estratégia de organização dos conteúdos das Oficinas de Estágio em Serviço Social por unidades curriculares, prevê que o docente responsável pela Oficina de Estágio I (alocada no 5º período), acompanhará os estagiários/as até o final deste processo, migrando posteriormente para as unidades curriculares Oficina de Estágio II e III (6º e 7º período respectivamente), isso permitirá ao docente uma orientação mais adequada e contextualizada deste percurso, acompanhando o estagiário no seu processo de desenvolvimento no campo e das competências e habilidades necessárias à formação. Essa estratégia, já implementada, possibilita uma maior aproximação entre supervisor acadêmico, de campo e estagiário fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem materializado no estágio.

> O processo de supervisão de estágio realizado conjuntamente pelo(a) supervisor(a) acadêmico(a) e de campo, requerendo encontros periódicos/sistemáticos entre estes(as) – [...] Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do(a) estagiário(a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários(as) (ABEPSS, 2010), p. 10).

Considerando que a entrada no curso de Serviço Social é de 30 estudantes e as variadas áreas de estágio, prevê-se uma divisão de ao menos duas oficinas, o que seria necessário no mínimo 6 salas de aula para realização desta atividade. Esta divisão está em consonância com a orientação da Política Nacional de estágio de que a supervisão acadêmica não ultrapasse 15 estudantes por turma. Para que isso ocorra, será necessário que a instituição garanta a estrutura adequada para a concretização desta proposta, pois será necessário a disponibilização de salas individualizadas e concomitantes para o desenvolvimento da supervisão acadêmica. A PNE – Política Nacional de Estágio – assim se posiciona sobre a organização acadêmica deste componente curricular:

> A supervisão acadêmica não deve ultrapassar o limite de 15 estudantes por turma, tendo em vista as especificidades da disciplina de estágio, bem como critérios de avaliação institucional previstos pelo INEP, em relação às disciplinas que articulam teoria e prática. Indica-se que as turmas sejam sub-divididas por áreas de atuação/conhecimento do Serviço Social (políticas sociais, fundamentos, trabalho, questão urbana e rural, questão geracional, etc.), organizados conforme realidade dos campos de estágio e quando possível, a compatibilização com as áreas dos Grupos Temáticos de Pesquisa – GTP's da ABEPSS (ABEPSS, 2010, p. 34).

Outra estratégia utilizada pelo curso para proporcionar as atividades coletivas entre os/as estagiários/as inseridos em diversos campos, tem sido a alocação de todas as disciplinas de Oficina de Estágio no mesmo horário de oferta, possibilitando a realização de atividades coletivas planejadas nas reuniões periódicas dos/as professores de estágio ao longo do semestre. Tais atividades tem envolvido supervisores de campo, estagiários e supervisores acadêmicos ampliando as trocas de experiências e possibilitando o estabelecimento de parcerias.

Em conformidade com o art. 1 da Resolução CFESS 533/2008, a abertura dos campos de estágio deve ser realizada, por meio dos coordenadores de curso, coordenadores de estágio e/ou outro profissional de serviço social responsável nas respectivas instituições pela abertura de campo de estágio, obrigatório e não obrigatório.

> Parágrafo 5º. Cabe ao profissional citado no caput e ao supervisor de campo averiguar se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social, se garante as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4 º e 5 º da Lei 8662/1993.

A definição do tipo de organização do estágio, deverá resultar de um debate entre a coordenação de estágio e de curso em conjunto com o NDE, que avaliarão a possibilidade e disponibilidade do corpo docente para implementação da organização mais adequada e possível.

Nesta direção, a organização dos conteúdos do estágio e da supervisão acadêmica privilegiará sempre que possível, um tipo de organização que garanta a orientação preconizada pela política nacional da ABEPSS, sendo necessário que este processo seja sistemática e continuamente problematizado no interior do curso pelos sujeitos que o compõem, particularmente pelas coordenações de curso, estágio e pelo NDE no sentido de construírem estratégias que melhor qualifiquem o processo.

11.5.1 - Do estágio curricular não obrigatório

O estágio não-obrigatório no curso, assim como o obrigatório, é uma atividade curricular supervisionada na área de Serviço Social, um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996; ABEPSS, 2010). Ocorre a partir da inserção do/a estagiário/a nos espaços sócio-institucionais em que trabalham os/as assistentes

sociais. O Estágio Não Obrigatório é uma atividade opcional e complementar, de caráter formativo, que tem como objetivo aprimorar o processo de ensino-aprendizagem por meio da inserção em ambientes profissionais compatíveis com a área de formação do estudante, em conformidade com a legislação federal e as normas internas em vigor. Ainda que seja opcional, o estágio não-obrigatório deve contribuir significativamente para o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, estreitando a relação entre a formação acadêmica e as demandas profissionais da região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, alinhado ao projeto de desenvolvimento regional e às diretrizes da UFVJM. O estágio não obrigatório está regulamentado pela Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, lei federal que dispõe sobre o estágio de estudantes, e pela Resolução CONSEPE nº 24, de 12 de setembro de 2025, que estabelece as normas gerais para as atividades de estágio nos cursos da UFVJM.

Para realizar o Estágio Não Obrigatório, assim como no estágio obrigatório, o/a estudante deve ter cumprido as unidades curriculares de Fundamentos do Serviço Social I, II e III e a unidade curricular de Ética e Serviço Social. Além disso, deverá estar regularmente matriculado na Unidade Curricular correspondente no semestre de início do estágio, com carga horária mínima de 30 horas, o que permitirá a validação das atividades no histórico escolar. O estágio não obrigatório em serviço social, se realiza por meio da inserção do estudante no cotidiano do trabalho, na área do Serviço Social, mediante supervisão direta de assistente social docente da unidade de formação acadêmica e assistente social do campo de estágio. Para formalização do estágio alguns requisitos devem ser cumpridos:

I - comprovação da efetivação da matrícula e frequência regular do estudante no curso;

II - celebração do Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante, a parte concedente do estágio e a UFVJM; e

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio e no Plano de Atividades de Estágio.

IV – Exigência de relatórios semestrais;

V – Documentação comprobatória da frequência no campo de estágio;

VI- Inserção discente somente em atividades atinentes ao exercício da profissão;

VII- Garantia da supervisão de campo e acadêmica.

O estágio não obrigatório, considerando o perfil de formação dos discentes do Curso Serviço Social, pode ser realizado em órgãos públicos, autarquias, empresas privadas, instituições de ensino e pesquisa, entre outros espaços que permitam ao discente, por meio de seu plano de estágio, desenvolver atividades relacionadas ao perfil de sua formação. A instituição concedente deve atender a algumas exigências, como a obrigatoriedade de pagamento de bolsa e auxílio-transporte, além de garantir um seguro contra acidentes pessoais. A duração do estágio não obrigatório é de, no máximo, 2 anos na mesma empresa ou órgão concedente, exceto no caso de pessoas com deficiência. A modalidade de estágio presencial, deve respeitar os limites estabelecidos pela legislação vigente, com carga horária máxima de 6 horas diárias e 30 horas semanais, salvo exceções previstas na Lei 11788/2008. A orientação do estágio será exercida por docente do curso, designado para acompanhar o discente, em conformidade com as normativas internas do Regulamento de Estágio da UFVJM. A carga horária atribuída aos docentes orientadores encontra-se regulamentada pela Resolução CONSU nº 01, de 17 de janeiro de 2023, que reconhece a relevância pedagógica e institucional dessa função.

A gestão do Estágio Não Obrigatório é responsabilidade da coordenação de estágio do Curso Serviço Social, que é responsável pela análise, verificação de conformidade, tramitação e arquivamento dos documentos dos discentes, além de fornecer informações para o Censo da Educação Superior. Quando necessário, ou seja, apenas quando a instituição concedente exigir, os convênios serão firmados com a Universidade, cabendo tal formalização à Diretoria de Convênios e Projetos da UFVJM.

A carga horária desenvolvida em estágio não obrigatório poderá ser convertida à carga horária do estágio obrigatório não sendo necessária a elaboração de novo Termo de Compromisso de Estágio, mediante o atendimento dos seguintes requisitos que serão avaliados pelo colegiado de curso, conforme estabelecido pelo art. 252 da Resolução CONSEPE 24/2025:

> I - A carga horária descrita no Termo de Compromisso de Estágio não obrigatório deverá ser compatível, ou seja, igual ou superior à carga horária do estágio obrigatório no semestre vigente.
> II - As atividades desenvolvidas no estágio não obrigatório deverão ser analisadas pelo coordenador do estágio que, por sua vez, emitirá parecer ao colegiado contendo avaliação da adequação das atividades em relação ao previsto no Projeto Político Pedagógico e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A carga horária do estágio não-obrigatório poderá ser computada como atividade complementar, conforme previsto neste PPC e nas normas internas da UFVJM. Cabe

destacar que, em nenhuma hipótese a realização do estágio não-obrigatório substituirá a realização do estágio obrigatório, conforme orienta a PNE.

11.6 Atividades Complementares - AC

As atividades complementares são realizadas ao longo do processo formativo, que oportunizem experiências variadas aos estudantes de participarem em diferentes momentos que contribuam com a reflexão da realidade como encontros, monitoria, estágio não-obrigatório, seminários, pesquisas, produção científica, atividades culturais, de extensão ou qualquer outra ação que o colegiado considerar pertinente à formação acadêmica.

As Diretrizes Curriculares, assim estabelecem as atividades complementares:

> Atividades complementares: constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade. (ABEPSS, 1996, p.15).

No âmbito da UFVJM, o Regulamento dos Cursos de Graduação considera como atividades complementares (AC):

> [...] a iniciação científica; a iniciação à docência/monitoria; a participação em projetos de extensão; o estágio não obrigatório; a bolsa atividade; o Programa de Educação Tutorial (PET); o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e demais projetos institucionais; os eventos oficiais de natureza acadêmica, científica ou tecnológica; participação em órgãos colegiados da UFVJM; as atividades desportivas e culturais; a participação em comissões, designada por portaria; a participação em entidades de representação estudantil (UFVJM, 2025b).

O regulamento supramencionado, estabelece também que o colegiado de curso poderá autorizar outras atividades para integralização curricular, consideradas relevantes para a formação do/a discente.

A carga horária das atividades complementares será de 150 horas e poderão ser integralizadas em outras atividades, tais como: seminários multidisciplinares sob a responsabilidade conjunta da equipe de docentes do curso; seminários, jornadas culturais, debates e sessões artístico-culturais sob a responsabilidade dos docentes e/ou discentes; participação em espaços públicos: feiras de ciências, mostras culturais.

Entende-se que as ACs poderão ser integralizadas em atividades que permitirão o enriquecimento didático, curricular, científico e cultural, realizadas em contextos sociais variados e situações não formais de ensino e aprendizagem, regulamentadas de acordo com as normas internas da UFVJM.

Caberá ao Colegiado de Curso acompanhar a execução das atividades complementares, indicar o/a docente responsável pelo levantamento e registro total de horas realizadas pelo/a discente ao longo do curso.

11.7 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – é um importante componente curricular obrigatório no curso de Serviço Social, pois possibilita uma síntese reflexiva sobre alguma temática pertinente ao exercício profissional inserido na realidade social, que permite articular o conjunto de conteúdos administrados durante a formação profissional.

Conforme as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, no Documento Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, o Trabalho de Conclusão de Curso

> [...] é uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o estudante sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente, gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso (ABEPSS, 1996, p. 19).

A organização do TCC, efetivamente construído nas unidades curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I e II (7º e 8º período respectivamente), iniciar-se-á do ponto de vista da organização pedagógica, nas unidades curriculares de Pesquisa em Serviço Social I e II, onde o estudante construirá uma proposta de pesquisa, a partir de temas relevantes na área do Serviço Social, que servirá de referência para a construção da monografia, podendo ser o tema articulado ou não à área do estágio curricular obrigatório.

O TCC poderá ser realizado individual ou em dupla e terá a orientação individualizada de um professor orientador. Após a conclusão das unidades curriculares de pesquisa, o estudante deverá cursar Trabalho de Conclusão de Curso I e II, com

carga horária de **60 horas cada**, localizadas no último ano do curso, onde efetivamente será elaborado o trabalho.

A coordenação de curso estabelecerá semestralmente o cronograma de apresentação das bancas, que deverá ser composta pelo professor orientador e outros dois componentes que poderão ser docentes da UFVJM, de outras instituições ou profissionais, sendo realizada em uma sessão pública. O trabalho será considerado aprovado, quando a banca se manifestar nesta direção devendo ser registrado em ata e arquivado digitalmente pela coordenação do curso em processo SEI.

Com o objetivo de aprimorar este processo, e oportunizar um espaço de debate sobre as temáticas das monografias está prevista, a realização de um Seminário de Monografia, que deverá ocorrer ao final de cada período com os estudantes matriculados na unidade curricular Trabalho de Conclusão de Curso I. O objetivo deste momento é socializar as pesquisas realizadas para o conjunto do curso, possibilitando contribuições às mesmas por outros docentes, além de contribuir com o fortalecimento da política de TCC.

Deve-se ressaltar ainda, que o curso possui diretrizes que visam organizar o processo de elaboração do TCC, sendo este um documento orientador para os docentes e discentes, que consta no anexo II desta proposta.

11.8 Atividades de Extensão

A discussão sobre a inserção curricular da Extensão no âmbito acadêmico é um processo realizado por vários anos no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional de 1996, preconiza em seu artigo 14º, inciso VII, que uma das finalidades da educação superior é “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. A discussão retornou como tema imprescindível para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) devido à necessidade de implementação da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Trata-se, entre outras estratégias, de “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e

projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (PNE/2014-2024, p. 11)[37].

Em 2018 o MEC através da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação Superior publicou a Resolução no 7, CNE/CES, de 18 dezembro de 2018, que estabeleceu as diretrizes para a Extensão na Educação Superior brasileira e regulamentou a inserção curricular das atividades de extensão nos cursos de graduação e define

> Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.
>
> Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

No âmbito interno da UFVJM, temos a Resolução CONSEPE 02/2021, que regulamenta esta questão. O Projeto Pedagógico Institucional da UFVJM (2017-2021), por sua vez, aponta que a qualidade da Extensão Universitária se manifesta por meio de cinco diretrizes – interação dialógica, interprofissionalidade, interdisciplinaridade, impacto na formação do estudante e impacto na transformação social, indissociabilidade Ensino-Pesquisa- Extensão, especialmente no contexto da flexibilização curricular por meio da Extensão. Nesse sentido, as atividades extensionistas devem englobar todas aquelas que contemplem processo educativo, cultural e/ou científico que articulem o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabilizem uma relação transformadora da universidade e da sociedade.

Considerando as 3.000 horas do curso, serão destinadas 300 horas de atividades de extensão, conforme previsto nas legislações em vigor. Em conformidade com a Resolução CONSEPE/UFVJM 02/2021 as atividades de extensão poderão ser integralizadas no curso a partir das seguintes opções:

I. projeto de extensão;

[37] A lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação (2026-2036) coloca como estratégia promover melhor integração entre ensino, pesquisa e extensão e a inserção desta última na pós-graduação.

II. programa de extensão;

III. curso e oficinas

IV. evento.

A proposta do curso de serviço social para a inserção curricular da extensão, conforme Política de Extensão do Curso (ANEXO 2), ocorrerá **por meio da criação de quatro unidades curriculares com carga horária de 75 horas cada, totalizando 300 horas.** Cada unidade curricular corresponderá a um eixo da política de extensão, cujas ações deverão ser registradas na Proexc, são eles: 1) Universidade e Sociedade; Questão agrária, territorialidade e realidade regional; 3. Formação e Trabalho de Assistentes Sociais na Região do Mucuri; 4. Educação, diversidade e inclusão Social. As unidades curriculares de extensão serão ofertadas do 2º ao 8º período de curso, cabendo aos professores responsáveis pelas unidades curriculares, registrar na Proexc as propostas de atividades de extensão nas modalidades previstas nesta política, em conformidade com as legislações vigentes.

Os Planos de Ensino deverão apresentar os critérios de avaliação das respectivas unidades curriculares. Não poderá ser computada a carga horária de 20% na modalidade remota ou à distância para as atividades de extensão.

A decisão de criar unidades curriculares de extensão visa garantir a oferta de atividades de extensão no período noturno, em que o curso é ofertado, para que os/as estudantes não residem em Teófilo Otoni e/ou trabalham consigam participar das atividades integralizando a carga horária necessária.

Todo o processo de organização da curricularização de extensão, principalmente sua curricularização no sistema acadêmico deverá ser dialogado com a DAP – Divisão de Apoio Acadêmico – que será a responsável por viabilizar a operacionalização deste processo, junto com o setor responsável pela gestão do sistema acadêmico utilizado pela UFVJM.

Espera-se que a partir da construção e ampliação de ações de extensão, por meio da inserção curricular no curso, seja fortalecida a relação entre universidade e sociedade e que os/as discentes compreendam a extensão em sua unidade teórico-prática, orientado pelos princípios ético-políticos da profissão, contribuindo com o seu amadurecimento acadêmico, crítico e teórico, além da necessária articulação com a realidade social.

Este movimento certamente ampliará a difusão do conhecimento gerado internamente, promovendo circulação/as dos discentes no interior da universidade e o acesso da comunidade em geral à universidade, contribuindo deste modo, para sua democratização. Ampliando a dimensão da função social da universidade pública, a partir das relações interdisciplinares provenientes dos debates plurais que se pretende realizar e pelas interações com diferentes setores da sociedade, permitindo assim, uma contribuição relevante no processo cultural, educativo e científico.

11.9 Ementário e bibliografia básica e complementar

1º PERÍODO

Unidade Curricular: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS		
Período: 1º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência:/as	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: Linguagens e sociedade. A linguagem do cotidiano e a linguagem científica. Teoria da Comunicação. Comunicação linguística. Produção e intelecção de textos técnicos, acadêmicos e profissionais. Tipologia textual.		
Objetivo: Desenvolver a habilidade do estudante para a produção de textos técnicos, acadêmicos e profissionais. Apresentar os vários tipos de textos técnicos. Desenvolver conhecimentos para a aplicação de critérios de redação em diferentes gêneros textuais. Desenvolver no estudante habilidade de leitura e interpretação de mundo.		
Bibliografia Básica: BELLENGER, Lionel. A persuasão e suas técnicas. França. Coleção Cultura Contemporânea. 1987 CEGALLA, P. de Domingos. Gramática da língua portuguesa. 33 ed. São Paulo, Nacional, 1990. CUNHA, C. e CINTRA, L. F. L. Gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975. FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos. Campinas, Papirus, 1991. GARCIA, Othon M. Comunicação e prosa moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1977. **Bibliografia Complementar:** FAUFMAN, Ana Maria & RODRIGUEZ, Maria Helena. Escola, leitura e produção de textos. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995. FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos. Campinas, Papirus, 1991. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto – Leitura e Redação, 16ª ed. São Paulo. Ática, 2002. GARCIA, Othon M. Comunicação e prosa moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1997. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Desvendando os segredos do texto. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português Instrumental de acordo com as normas da ABNT. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.		

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo, Atlas, 1991.
MEDEIROS, João Bosco. Redação empresarial. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.
Revisitações: edição comemorativa: 30 anos da Faculdade de Letras / UFMG / organização Eliana Amarante de Mendonça Mendes, Paulo Motta Oliveira, Veronika Benn – Ibler – Belo Horizonte: UFMG / FALE, 1999.
TREVISAN, Zizi. As milhas do texto – escola, literatura, cinema. São Paulo, Eliper, 1998.
ZANOTELLO, Simone. Redação – reflexão e uso. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.
KAUFMAN, Ana Maria & RODRIGUEZ, Maria Helena. Escola, leitura e produção de textos. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

Unidade Curricular: FILOSOFIA		
Período: 1º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Filosofia e Ética – SSO014	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
Introdução à Filosofia: formas de apreensão da realidade, atitude filosófica. Filosofia Antiga: origens da filosofia grega, pré-socráticos, filosofia clássica, helenismo. Filosofia Medieval: origens da filosofia cristã, patrística, escolástica. Filosofia Moderna: origens da modernidade, Descartes, Kant, Hegel, Marx. Filosofia contemporânea: crise do pensamento moderno, irracionalismo, fenomenologia, existencialismo, pragmatismo, pós-modernidade. Filosofia brasileira e latino-americana: principais autores, colonialismo cultural, filosofia desde a periferia do capitalismo.

Objetivo:
Propiciar uma introdução ao exercício do filosofar, analisando as principais correntes de filosóficas ao longo da história, com ênfase no período moderno a partir dos seguintes objetivos específicos: estudar a origem do pensamento filosófico na antiguidade clássica; avaliar os principais momentos da história da filosofia; destacar a modernidade como período histórico de consolidação do pensamento, da ciência e das instituições que fundamentam a sociedade ocidental; elencar os traços fundamentais da filosofia contemporânea e apresentar os elementos mais significativos da filosofia brasileira e latino-americana e sua relevância para a superação dos problemas históricos dos países periféricos.

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.
CHAUÍ, Marilena de Souza. **Iniciação à Filosofia***.* São Paulo: Ática, 2016.
FORTI, Valéria, GUERRA, Yolanda. **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social**. Coleção Fundamentos críticos para o Serviço Social, n.1. Fortaleza. Socialis, 2020.
GALLO, Sílvio. **Filosofia***.* Experiência do pensamento. São Paulo: Ed. Scipione, 2016.
MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2009.
MARGUTTI, Paulo R. **História da Filosofia do Brasil (1500–hoje).** 1° parte: o período colonial, São Paulo, Edições Loyola, 2013.
REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. 2. ed. São Paulo, SP: Paulus, 2004-2005. 7 v.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 4. ed. rev. São Paulo, SP: Moderna, 2009.
ARISTÓTELES. **Aristóteles**. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultura, 1996.
CARVALHO, Luíz Fernando. **Introdução à filosofia latino-americana.** A partir de Enrique Dussel. Campinas: Ed. Saber Criativo, 2020.
DOMINGUES, Ivan. **Filosofia no Brasil: Legados e Perspectivas**. Ensaios metafilosóficos. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. **O que é realidade**. 10. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.
ENGELMANN, Jaqueline (orgs.). **Filosofia contemporânea**: niilismo, política, estética. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC-Rio, 2008.
MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**: de Platão a Foucault. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2009.
MARGUTTI, Paulo. **História da filosofia do Brasil (1808-1843).** 2a. parte: A ruptura iluminista. São Paulo: Loyola, 2020.
PLATÃO. **Platão**. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultura, 1996.
SCRUTON, Roger. **Uma breve história da filosofia moderna**: de Descartes a Wittgenstein. Rio de Janeiro, RJ: Ed. José Olympio, 2008.
SMITH, Paul. **Filosofia**: moral e política: principais questões, conceitos e teorias. São Paulo, SP: Madras, 2009.

Unidade Curricular: FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL I		
Período: 1º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Formação Social Histórica e Política do Brasil – ECO042	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho: a colonização como acumulação primitiva de capital. A herança colonial, classes sociais e a formação do Estado Nacional. Lutas sociais e formas de resistência no processo de colonização. Acumulação de capital e "questão social" no Brasil, determinações da questão étnico-racial e suas formas de enfrentamento.

Objetivo:
Compreender criticamente as particularidades do processo de formação sócio-histórica do Brasil, a partir das contradições fundantes e o processo de emergência do capitalismo brasileiro, a questão social e as lutas sociais.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de.; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006
FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. São Paulo: Brasiliense, 1970.
FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo, Edusp: 1998.
FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4a edição revista. São Paulo: Global, 2009.
FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala.51ª Edição. São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.
IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
IANNI, Otávio. Raças e classes sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.
PRADO JUNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo Brasiliense, 1942.
QUEIROZ, Marcos. **Clóvis Moura e Florestan Fernandes:** interpretações marxistas da escravidão, da abolição e da emergência do trabalho livre no Brasil. Revista Fim do Mundo, n.4, Dossiê temático: Capitalismo e Racismo: a práxis negra (2021). Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/issue/view/635.
SANTOS, Márcio Achtschin. **A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri**. Teófilo Otoni: Independente, 2018.
SANTOS, Márcio Achtschin. **O poder em pedaços**: relações agregas no Vale do Mucuri (MG). 1. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2022.

Bibliografia Complementar:

IANNI, Octávio. O ciclo da revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
CARVALHO, José M. A formação das almas: Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
CARVALHO, José M. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
CARVALHO, José M. O longo amanhecer: Reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
FAORO, Raimundo. Os donos do poder. São Paulo: Publifolha, 2000.
HOLANDA. Sérgio Buarque (org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: DIFEL / Difusão Editorial, 1982.

Unidade Curricular: INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL		
Período: 1º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Introdução ao Serviço Social – SSO013	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
O Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais. A relação entre questão social, política social e Serviço Social. O projeto de formação profissional em Serviço Social, sua direção social historicamente construída. Demandas, requisições, atribuições e competências do assistente social na atualidade. Mercado de trabalho e instâncias político-organizativas do Serviço Social no Brasil. Formação e trabalho profissional nos Vales do Mucuri, Jequitinhonha e região.

Objetivo:
- Facilitar a compreensão do Serviço Social como profissão inserida na divisão sociotécnica, racial e sexual do trabalho e sua relação com a questão social;
- Situar historicamente o projeto Ético-político do Serviço Social e discutir seus desafios e perspectivas na atualidade;
- Apresentar a legislação profissional os espaços normatizadores e fiscalizadores da profissão e as instâncias representativas da categoria;

- Realizar uma aproximação com as demandas atuais e as condições de trabalho dos assistentes sociais particularizando as regiões dos Vales do Mucuri, Jequitinhonha e região.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Ed. Comemorativa trilíngue. Brasília: ABEPSS, 2021. (25 anos das diretrizes curriculares da ABEPSS). Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_20230302165042293950O.pdf. Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do/a Assistente Social de 1993. Resolução CFESS no. 273/93 de 13 de março de 1993 institui o código de ética profissional e dá outras providências. Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Formação, trabalho e participação sociopolítica: dados complementares ao perfil de assistentes sociais no Brasil. Brasília: CFESS, 2024. E-book.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022.

FERRI, Mônica Freitas. Trabalho e formação-acadêmico profissional em serviço social no município de Teófilo Otoni-MG. In: Anais. XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Fortaleza, 2024.

GUERRA, Yolanda. O que as requisições institucionais dizem sobre a profissão? In: **Anais**. XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Fortaleza, 2024.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. Temporalis. ABEPSS: Ano 2. n. 3, 2001, p. 9-20.

IAMAMOTO, Marilda V. Renovação e conservadorismo. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço Social e Questão Étnico-Racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão. **Sociedade em Debate**, Pelotas-RS, v. 27, n. 1, 2021.https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2812

REIS, Marcelo Braz dos. Notas sobre o Projeto ético-Político da Profissão. In: CRESS/7a. Região. Assistente social: ética e direitos. Rio de Janeiro, CRESS/7a. Região, 2000.

Bibliografia Complementar:

ABEPSS. "Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político". Serviço Social e Sociedade, nº 79, ano XXV, 2004.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. In: OLIVEIRA e SILVA, Ma. L. de. Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016, p. 119-140.

CAMARGO, Maria Angelina B. Carvalho. Relações e Condições de trabalho do assistente social na atualidade. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Editora Cortez, 2021, nº 142, set/dez, pg. 488-507.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. R. Katálysis., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica. São Paulo: Cortez, Lima, Peru, CELATS, 1982.

IAMAMOTO, Marilda. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. In. Atribuições Privativas do(a) Assistente Social. CFESS, 2012.
MOREIRA, T. W. F. Serviço Social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. Letramento, Belo Horizonte, 2020.
NASCIMENTO, N. S. F. Desenvolvimento capitalista e questão social: notas para o debate. In: Revista Praia Vermelha, n. 10, Rio de janeiro: UFRJ, 2004.
NETTO, J.P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In. MOTA, Elizabete [et al.]. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. In: TEMPORALIS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001, p. 41-46.
OLIVEIRA E SILVA, M. L. de (Org.). Congresso da virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.
REIDEL,T. CORREA, L.D. 25 Anos das diretrizes curriculares da ABEPSS: desafios para uma formação crítica e dialética no Serviço Social. In: PRATES, J.C.; REIS, C.N.; ANDRADE, R. F.C. Serviço social, economia política e marxismo. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2021, p. 59-80.
SOUZA, Cristiane L. S. de.; TELES, H. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021.
YAZBEC, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: 2009.

Unidade Curricular: TEORIA SOCIAL I		
Período: 1º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Sociologia II – SSO017	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
A teoria social crítica e a razão moderna. Marx: vida e obra. A crítica ao pensamento Hegeliano. O método dialético e o materialismo histórico. Marx e a crítica à economia política. A compreensão da sociedade burguesa e as classes sociais. Apontamentos introdutórios sobre o trabalho, emancipação política e humana e acumulação capitalista. Marx e a revolução.

Objetivo:
Compreender os elementos introdutórios do significado do pensamento de Marx para o entendimento do capitalismo e suas contradições, a partir das principais categorias de análise presentes em seu pensamento, com ênfase para o método dialético materialista como elemento central de sua construção teórico-política.

Bibliografia Básica:

COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo. Expressão Popular, 2010.
MARX, Karl. A metafísica da economia política. In: A miséria da filosofia. Lisboa, Editorial Estampa, 1978.
MARX, Karl. O método da economia política. In: Manuscritos econômico- filosóficos e outros textos escolhidos. 4ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).

MARX. Karl; ENGELS, Frederich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Moraes, 1984.
MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels).
MARX, Karl. Crítica da Filosofia do direito de Hegel- Introdução. In: MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.
NETTO, José Paulo. Capitalismo e Reificação. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

Bibliografia Complementar:

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
LUKÁCS, Georg. A decadência ideológica da burguesa. Coleção grandes cientistas sociais. Ática, 1992.
MARX, Karl. Para a crítica da economia política, Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, “Os economistas”, 1982.
MARX, Karl. A revolução antes da revolução. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Assim lutam os povos, volume 2).
MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).
NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. IN: Serviço Social e Sociedade. Nº 30. Cortez Editora: São Paulo, 1989.
QUINTANEIRO, Tania *eti ali.* Um toque de clássicos. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.

2º PERÍODO

Unidade Curricular: TEORIA SOCIAL II		
Período: 2º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Sociologia I – SSO012	**Pré-Requisito:** Teoria social I	

Ementa:
O positivismo e a sociologia de Durkheim. A sociologia como ciência da moral. A construção de uma ciência empírica autônoma. Fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos em Weber. Teoria Weberiana no pensamento sociológico contemporâneo. O estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons.

Objetivo:
Realizar o debate sobre a sociologia tendo como centralidade as contribuições de Durkheim, Weber, Parsons e a importância desta discussão no interior do pensamento social, procurando identificar sua relevância no interior do Serviço Social.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
DURKHEIM, Émile. O suicídio. São Paulo: Martins Fontes, 2000. DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
PARSONS, T. A Estrutura da ação social. Petrópolis: Vozes, 2010. (vol. II).

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Bibliografia Complementar:

CHON, Gabriel. Weber. Coleção Os grandes cientistas sociais. São Paulo, Editora Ática,
DURKHEIM, Emile. Durkheim-Sociologia. Coleção Os grandes cientistas sociais. São Paulo, Editora Ática, 1993.
DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
QUINTANEIRO, Tania *eti ali.* Um toque de clássicos. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.
WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. In: Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UnB, 2000.

Unidade Curricular: ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL		
Período: 2º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Questões Sociais e Globalização – SSO018	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
As determinações socio-históricas da gênese da questão social no contexto da acumulação primitiva do capital. Acumulação capitalista e questão social. O capitalismo dependente brasileiro e a questão social. Sexismo, racismo e questão social na sociedade capitalista. As expressões contemporâneas da questão social, com ênfase nas interseccionalidades de raça-etnia, gênero e geração. A questão social e sua relação com o Serviço Social. As expressões da questão social e suas particularidades no contexto brasileiro e nos Vales Jequitinhonha e Mucuri.

Objetivo:

-Analisar a gênese e o desenvolvimento da questão social no contexto da acumulação capitalista;
- Compreender as particularidades do capitalismo dependente brasileiro e suas expressões da questão social;
- Refletir sobre a questão social e sua relação com o Serviço Social;
- Promover discussões e análises sobre a questão social e a interseccionalidade de raça-etnia, gênero, geração e diversidade humana;
- Refletir criticamente sobre as expressões contemporâneas da questão social no Brasil e, em especial, nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Rosana Soares Pinheiro. A subordinação de raça no processo de formação da classe trabalhadora brasileira. **Revista Fim do Mundo**, n. 4, Dossiê temático: Capitalismo e Racismo: a práxis negra (2021). Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/issue/view/. Acesso em: 27 out. 2025.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, jun. 2021.

CERQUEIRA FILHO, G. **A questão social no Brasil**: crítica do discurso político. RJ: Civilização Brasileira, 1982.
FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. **Superexploração e Racismo no Brasil**: Diálogos e Questões. Curitiba: Appris, 2022.
GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálysis**, v. 21, p. 514-522, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/abstract/?lang=pt. Acesso em: 25 out. 2025.
IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
IANNI. Octávio. A Questão Social. **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo, n. 05, jan./mar. 1991.
MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. RJ: Civilização Brasileira, 2002.
MARTINS, José de Souza**.** Reflexão crítica sobre o tema da "exclusão social". In: MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petropólis: Vozes, 2002, p. 25-48.
MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Racismo Estrutural, Formação Social Brasileira e "Questão Social". In: MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e luta antirracista**: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. Letramento, Belo Horizonte, 2020.
MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. A indissociabilidade entre as lutas antirracista e anticapitalista: aproximações necessárias. In: ABRAMIDES, M. B. C. **Marxismo e questão étnico-racial**: desafios contemporâneos. EDUC - PUC-SP, 2021. Disponível em: https://www.pucsp.br/educ/downloads/Marxismo_questao_etnico.pdf
NASCIMENTO, N. S. F. Desenvolvimento capitalista e "questão social": notas para o debate. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, 2004.
NETTO, José P. Cinco notas a propósito da "questão social". PEREIRA, P. A. A questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. **Temporalis**. Brasília, Ano 2, n. 3, 2001, p.
.
NETTO, José P. Estado e "questão social" no capitalismo dos monopólios. In: NETTO, José P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. SP: Cortez Editora, 1996.
PANKARARU, Elisangela Cardoso de Araújo Silva. Trabalho, expropriação, povos indígenas no
Brasil e a lógica do capital. Temporalis, n. 43, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38228
PASTORINI, Alejandra. **A categoria "questão social" em debate**. São Paulo Editora Cortez, 2004.
PEREIRA, P. A. A questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. **Temporalis**. Brasília, Ano 2, n. 3, 2001, p. 51-62.
SANTOS, Josiane Soares. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
SANTOS, Márcio Achtschin; BARROSO, L. C.. A estrada Santa Clara no século XIX: caminho de 'gentes' e vivências no Mucuri. 01. ed. Belo Horizonte: Gráfica O lutador, 2017. v. 500. 120p.
SANTOS, Márcio Achtschin. A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri. 1. ed. Teófilo Otoni: s.n., 2018.

Bibliografia Complementar:

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil – São Paulo Selo Negro, 2011. Disponível em: https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/Racismo-Sexismo-e-Desigualdade-SueliCarneiro-1.pdf
CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade. SP: Cortez Editora, 2000.
IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília, Ano 2, n. 3, 2001.
MARX, K. Manifesto do partido comunista. SP: Cortez Editora, 1988.
MIRANDA, S. M. Infância, trabalho e direitos no Vale do Mucuri – MG. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós – Graduação em História. USP, 2006.
NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. SP: Cortez Editora, 2006.
PEREIRA, P. A. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 7, 2003.
SERRA, R. A questão social hoje. **Ser Social**, Brasília, n. 6, 2000.
YASBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**. Brasília, Ano 2, n. 3, 2001.

Unidade Curricular: FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL II		
Período: 2º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Criada sem equivalência		**Pré-Requisito:** Formação Sócio-Histórica do Brasil I
Ementa: O capitalismo dependente brasileiro na relação com a América Latina. Racismo e luta de classes na América Latina. A luta de classes sociais e a revolução burguesa no Brasil. A modernização conservadora do pós-64 no novo padrão de acumulação. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Teoria da Dependência do Brasil e sua relevância para a atualidade. A abertura política e o neoliberalismo.		
Objetivo: Compreender a instauração e colapso do Estado Novo. Analisar o processo de industrialização e urbanização no contexto do nacional desenvolvimentismo brasileiro. Analisar a modernização conservadora e seus reflexos na transição democrática e na atualidade.		
Bibliografia Básica: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de.; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006 FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo, Edusp: 1998. FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Editora Globo, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4482634/mod_resource/content/1/Florestan%20Fernandes %20-%20A%20integra%C3%A7%C3%A3o%20do%20negro%20na%20sociedade%20de%2		

0class es%20-%20Vol%20I%20-%20O%20legado%20da%20ra%C3%A7a%20branca-1.pdf.
FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
IANNI, Octávio. A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1994.
MARINI, Ruy Mauro. A dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta, STEDILE, João Pedro. (Orgs) Ruy Mauro Marini Vida e Obra. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
ORTEGAL, Leonardo. Relações Raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. In: Serviço Social & Sociedade: Questão Étnico-Racial e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zxQfQVHgVLVdr8ZMvQRHMkz/abstract/?lang=pt
SADER, Emir e GENTILI, Pablo. (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
SANTOS, Márcio Achtschin. A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri. Teófilo Otoni: Independente, 2018.
SANTOS, Márcio Achtschin. O poder em pedaços: relações agregas no Vale do Mucuri (MG). 1. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2022.
SANTOS, Theotônio dos. A teoria da dependência: Balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
SOUZA, Cristiane Luiza S. de. Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec editora, 2020.

Bibliografia Complementar:

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Publifolha, 2000.
PRADO JR., Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
_____. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2000.
RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.
SODRÉ, Nelson Werneck. História da burguesia brasileira. Petrópolis: Vozes, 1983.

Unidade Curricular: FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL I		
Período: 2º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO016 – Fundamentos do Serviço Social I	**Pré-Requisito:** Introdução ao Serviço Social	

Ementa:
A emergência do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e a sua relação com a organização do capitalismo monopolista. O Serviço Social europeu e norte-americano. O Serviço Social na América Latina, suas particularidades e as influências do empirismo, do humanismo cristão, do positivismo. Racismo na gênese do Serviço Social brasileiro. Questão Social e Serviço Social no Brasil: institucionalização e legitimação da profissão.

Objetivo:
Aprofundar a discussão sobre a gênese da profissão e sua vinculação com a dinâmica do capitalismo na sua fase monopolista. Contextualizar a origem do Serviço Social Brasileiro e a influência europeia e norte-americana. Questão Social e questão étnico-racial na gênese do Serviço Social brasileiro. Analisar as particularidades do Serviço Social latino-americano.

Bibliografia Básica:

BASTOS, M. D. F. **Divergências Político-Ideológicas no Processo de Profissionalização nos Estados Unidos**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 27. São Paulo: Cortez, 1988.
CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. Cortez Editora, ed., São Paulo, 1984.
EURICO, Márcia Campos [et al] (Orgs.). **Antirracismos e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022 (cap. 2 e cap. 7).
IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez Editora Celats, 1982.
IAMAMOTO, M. V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social: Identidade e alienação. 2 ed. São Paulo, Cortez Editora, 1991.
NETTO, J.P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
PEREIRA, Mariana Figueiredo de Castro. A influência norte americana no serviço social: formação histórica e rebatimentos contemporâneos. Revista Serviço Social em Debate, v. 2, n. 1, 2019, p. 94-111. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/4337. Acesso em: 14 jun. 2022.

Bibliografia Complementar:

AMANN, S. B. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
FERREIRA, Camila Manduca. O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947). Dissertação de mestrado (Pós-Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000759425&local_base=UFR01#.Y36-FXbM LIU
HAMILTON, Gordon. Teoria e prática do Serviço Social de casos. Rio de Janeiro: Agir, 1986.
IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez Editora Celats, 1982.
IANNI, Otavio. Imperialismo e cultura. Vozes, Petrópolis. v (5) 2ª Ed. 1976.
MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: Identidade e alienação. 2 ed. São Paulo, Cortez Editora, 1991.
ORTIZ, Fátima Grave. O pensamento conservador e projeto reformista brasileiro. In. O Serviço Social no Brasil: fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010 (cap. II - p. 88-100)
VIEIRA, Balbina Otoni. História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria. Agir, Rio de Janeiro, 1977.

Unidade Curricular: Universidade e Sociedade		
Período: 2º	**C.H. Total:** 75 horas de extensão	**Créditos:** 05
Equivalência: -	**Pré-Requisito:** -	

Ementa:
Função social do saber e diferentes projetos de Universidade. O tripé ensino, pesquisa e extensão. Crítica ao modelo de expansão da educação superior brasileira no século XXI e a interiorização na particularidade dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e região. Acesso e permanência universitária, diversidade, equidade e inclusão. A relação Universidade-sociedade e as interações com a cultura, educação, religiosidades e arte popular nos Vales. Ações de extensão devidamente registradas na Proexc, voltadas para a abordagem de temas constantes na ementa da unidade curricular.

Objetivo:
- Proporcionar aos discentes a compreensão da relação entre Universidade e Sociedade;
- Propiciar a primeira experiência no curso entre os discentes e a extensão universitária;
- Compreender a importância social da universidade pública no contexto social do Vale do Mucuri;

Bibliografia Básica:

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a, p. 29-49.
BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. Vol. I. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018. Brasília, 2018.
CHAUI, Marilena. **Escritos de Marilena Chaui. Vol. 6. Em Defesa da Educação Pública, Gratuita e Democrática**. Organização de Homero Santiago. Belo Horizonte. Autêntica Editora: 2018.
CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Ensaios sobre ideias e formas. 4. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed., 2020. 400p.
GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (vol. 2).
HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **A Indústria Cultural**: Iluminismo como mistificação das massas. In: Dialética do Esclarecimento, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1991.
PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo, Ática, 1990.
PORTES, Edileila Maria L. **Herdeiros das origens**: um estudo das relações entre arte erudita e arte popular. Belo Horizonte: Editora Comissão Mineira de Folclore, 2019.
RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
SILVA, Vanessa Juliana. **O presente vivido e o futuro pensado**: condição juvenil e estudantil de jovens universitários dos/nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha. 2013.

(Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
SILVA, V.J. A Educação Popular na construção de relações horizontalizadas entre Universidade e outros Territórios e Saberes. In: BERGER, W (org). **No olho do furacão**: populações indígenas, lutas sociais e Serviço Social em tempos de barbárie. Vitória: Editora Milfontes, 2019.
TREVISAN, Zizi. **As milhas do texto.** Escola, literatura, cinema. São Paulo, Eliper, 1998.
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 2, de 18 de janeiro de 2021. Diamantina: UFVJM, 2021.
WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, F. Educação e Sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus Editora, 1966.
GIZELE; PRUDÊNCIO, Juliana D. L. “Quarto de despejo” acadêmico: assistência e permanência estudantis nas Universidades Públicas Federais. Temporalis, *[S. l.]*, v. 24, n. 47, p. 172–188, 2024. DOI: 10.22422/temporalis.2024v24n47p172-188. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44028. Acesso em: 4 jul. 2025.
SAVIANI, Dermeval. A universidade é um lugar de todos e para todos? Revista Cenas Educacionais, Caetité, v. 3, n. e8365, 2019, p. 1-15. Disponível em: revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/8365/6007. Acesso em: 09 marc. 2022.
SILVA, Simone; LEHER, Roberto. A austeridade comprometendo o futuro da universidade pública e sua função social. Temporalis, *[S. l.]*, v. 24, n. 47, p. 15–34, 2024. DOI: 10.22422/temporalis.2024v24n47p15-34. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44279. Acesso em: 4 jul. 2025.

3º PERÍODO

Unidade Curricular: FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL II		
Período: 3º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO019 – Fundamentos do Serviço Social II	**Pré-Requisito:** Fundamentos do Serviço Social I	

Ementa:
A questão social e seu enfrentamento pelo Estado e pela sociedade civil no pós 2ª guerra. O serviço social no processo de maturação e consolidação do capitalismo monopolista. A modernização do Serviço Social, suas elaborações teórico-metodológicas do funcionalismo e do estrutural funcionalismo. A ideologia desenvolvimentista e o debate da Organização e do Desenvolvimento de Comunidade na América Latina e no Brasil e seu rebatimento no Serviço Social. O processo de erosão do serviço social tradicional na América Latina.

Objetivo:
- Analisar o processo de expansão e desenvolvimento do Serviço Social latino-americano e brasileiro identificando suas formulações, influências e tendências.
- Compreender a ideologia desenvolvimentista e o debate da Organização e do Desenvolvimento de Comunidade na América Latina.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M. A. R. A. de. **O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro 1947 a 1961**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008
CASTRO, M. Manrique. História do Serviço social na América Latina. São Paulo: Cortez Editora, 1994.
CHASIN, J. **As vias prussiana e colonial de objetivação do capitalismo e suas expressões teóricas conservadoras**: o fascismo e o integralismo. Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 131-165, nov. 2019.
COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**: Ensaio sobre ideias e formas.
São Paulo: Expressão Popular, 2011.
IAMAMOTO, Marilda. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
MAZZEO, Antônio Carlos. Polêmicas em torno da via Prussiana no Brasil. In: MAVI, Rodrigues; BRAZ, Marcelo (Orgs). **Cultura, Democracia e Socialismo**: as ideias de Carlos
Nelson Coutinho em debate. Rio de Janeiro: Mórula, 2016
NETO, José P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
PROCOPIO. A. P. Formação social brasileira e questão étnico- racial. O racismo estrutural em
debate. In: ELPIDIO, M. H, VALDO, J. P., ROCHA, R. (Orgs) Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate. São Paulo: Analume, 2021

Bibliografia Complementar:

BASTOS, Durvalina. Divergências político-ideológicas no processo de profissionalização do Serviço Social nos Estados Unidos. Serviço Social e Sociedade nº 27. São Paulo, Cortez Editora, 1988.
FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e Ideologia do trabalho social. 3. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez Editora-CELATS, 1982.
SILVA, Ilda Lopes Rodrigues da. *Mary Richmond*: um olhar sobre os fundamentos do Serviço Social. Rio de Janeiro: CBCISS, 2004.
SOUZA, Maria Luiza de. Serviço Social e Instituição: a questão da participação. 5ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

Unidade Curricular: TEORIA POLÍTICA		
Período: 3º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Ciência Política – ECO041	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
O nascimento da política na Grécia Antiga. Maquiavel e antimaquiavelismo. Jusnaturalismo e contratualismo: Hobbes, Locke, Rousseau. Teoria do Estado moderno: a crítica marxista e a corrente social-democrata. As distintas concepções de sociedade civil e Estado. Antigas e novas concepções de Democracia.

Objetivo:
Compreender o nascimento da política como esfera autônoma da coletividade. Entender as teses de Maquiavel sobre a origem do estado e as diferentes formas de governo. Examinar a teoria política moderna e as relações entre Estado e Sociedade Civil. Compreender os princípios do liberalismo político e sua relação com o jusnaturalismo. Examinar a crítica de Marx e da tradição marxista às concepções modernas de Estado. Estabelecer as diferentes concepções de Democracia.

Bibliografia Básica:

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1987.
CARNOY, Martin. (1994), **Estado e teoria política**. Tradução da equipe de tradutores da PUCCAMP. 4ª edição. Campinas. Papirus.
ENGELS, Frederich. (1984). **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 5ª edição. Tradução de José Silveira Paes. Global editora.
GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
LEBRUN, Gerard. **O que é poder?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Ed. 34, 2017.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo.** Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
CHÂTELET, François (org.). **História das Ideias Políticas**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
CHEVALLIER, Jean-Jacques. A**s Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Agir, 1998.
RIBEIRO, João Ubaldo. **Política; quem manda, porque manda, como manda**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.
SAES, Décio Azevedo Marques de. **O conceito de Estado burguês**. Campinas. IFCH/UNICAMP, 1992.
WEFFORT, Francisco (org.). **Os clássicos da política**. Volumes I e II 8ª edição. São Paulo: Ática, 1997.

Unidade Curricular: TRABALHO, SOCIABILIDADE E SERVIÇO SOCIAL		
Período: 3º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social – SSO025	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa: George Lukács e as categorias fundantes da ontologia do ser social: trabalho, linguagem e reprodução. As categorias marxianas sobre os modos de produção e formação social. Leis específicas do modo de produção escravista colonial e a ordem escravocrata-senhorial no Brasil. Modernização no escravismo tardio, desagregação da ordem escravocrata-senhorial e capitalismo dependente. Bases originárias da formação do trabalho assalariado e reprodução social no Brasil: determinações étnico-raciais e gênero. A particularidade do trabalho profissional da/o Serviço Social na reprodução da totalidade da vida societária brasileira. Metamorfoses no mundo do trabalho e Serviço Social no Brasil.

Objetivo:

- Apresentar a ontologia do ser social como um complexo formador dos complexos categoriais trabalho, linguagem e reprodução;
- Demonstrar a contradição entre a socialização do ser social e as formas de dominação-exploração no trabalho do ser social;
- Estudar as categorias modo de produção e formação social como via analítica das formas distintas de sociabilidade.
- Estudar as leis específicas do modo de produção escravista colonial no Brasil e suas implicações para a formação do trabalho assalariado.
- Apresentar a modernização do escravismo tardio como base fundante da formação do capitalismo dependente no Brasil.
- Estudar a determinação histórico-social da dominação-exploração de gênero e da racialização das relações sociais na objetivação do capital no Brasil.
- Identificar e apreender a particularidade do trabalho profissional da/o assistente social na totalidade da vida societária brasileira.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Ney L. T. de.; ALENCAR, Mônica M. T. de. Trabalho e Serviço Social. In: Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.
ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital / Ricardo Antunes -1.ed. São Paulo: Boitempo.2018.
COSTA, G. da. Serviço Social em debate: ser social, trabalho, ideologia. Maceió: Edufal, 2011.
ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Revista Outubro, n. 23, 1º semestre de 2015. Disponível em http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em 30/07/2022 às 21h32
DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2016
FEDERICI, S. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução de Heci Regina Candiahi. São Paulo: Boitempo, 2021
FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.
FERNANDES, F. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.

GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo: Editora Ática, 1985.
HIRATA, H. Nova divisão sexual do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.
IAMAMOTO, M. V. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
IANNI, Octavio. Escravidão e racismo. São Paulo: Hucitec, 1978.
KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo in: HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009 (324 p.)
LARA, R.; DIOGO, P, R. A herança escravista de longa duração na formação do mercado de trabalho no Brasil. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.145, p. 72-90, set/dez 2022.
LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013
MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular, 2017
MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007
MOURA, C. Dialética do Brasil Negro. São Paulo: Editora Anita, 1994.
NOGUEIRA, C. M. O trabalho duplicado. A divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
RAICHELIS, R. (orgs.) A nova morfologia do trabalho no serviço social. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 3ª.ed., 2013
SOUZA-LOBO, E. A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência. 3ª ed. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. Editora Expressão Popular, 2021.
MARX, K. ***O Capital****: crítica da economia política*. vol. I e II. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985
MARX, K. Capítulo VI Inédito do Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Centauro, 2004.
MARX, K. Trabalho assalariado e capital. São Paulo: Global, 1981.
TRINDADE, Rosa P.; LINS, Maria Alcina T. (Orgs). Assistente social trabalhador/a assalariado/a: Fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica. Maceió: Edufal, 2015.

Bibliografia Complementar:

ALVES, G. O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.
ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? São Paulo: Cortez Editora, 1996.
ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Editorial Boitempo, 2000.
ANTUNES, R. O desenho multifacetado do trabalho e sua nova morfologia. In: Serviço Social & Sociedade, v. 69. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
IAMAMOTO, Marilda Vilela. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e regulação social. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 01: NEAD/CEAD – Universidade de Brasília. 1999.
IAMAMOTO, Marilda Vilela. Trabalho e indivíduo social. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 15 ed. São Paulo, Cortez Editora, 2008.
NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

Unidade Curricular: ECONOMIA POLÍTICA		
Período: 3º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Economia Política e Serviço Social – ECO043	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
Princípios do liberalismo e teoria do valor-trabalho em Adam Smith e David Ricardo. Crítica marxiana da economia política: a teoria do valor-trabalho; produção da mais-valia; reprodução ampliada do capital. Fase concorrencial do capitalismo. Neocolonialismo e racialização das relações sociais de produção capitalistas. O imperialismo e a fase "clássica" do capitalismo monopolista. Estado, capitalismo monopolista, keynesianismo e neoliberalismo.

Objetivo:
Compreender os princípios fundamentais do liberalismo e seus expoentes. A crítica da economia política como forma de compreensão do processo de acumulação do capital nas suas diversas fases.

Bibliografia Básica:

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
FANON, Frantz. Os condenados da terra. São Paulo: Zahar, 2022
LENIN, W. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.
MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
NETTO, J. P. e BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
BARAN, P. A. e SWEEZY, P. M. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
BELLUZZO, L. G. M. Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política. 3ª Ed. Campinas-SP: UNICAMP/IE, 1998.
BUKHARIN, N. I. A economia mundial e o imperialismo. São Paulo: Abril Cultural. 1984.
CARNEIRO, R. (Org.) Os Clássicos da economia. São Paulo: Ática, 2004.
CHESNAIS, F. (Org) A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações e consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.
CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia. n.º 5, dez/1995, p. 1-30.
CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
CHOSSUDOVSKY, M. A globalização da pobreza. São Paulo: Moderna, 1999.
HILFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
HIRST, P. e THOMPSON, G. Globalização em questão. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

HOBSBAWM, E. A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
HOBSBAWM, E. A era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
HOBSBAWM, E. J. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
HOBSON. J. A. A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
IANNI, O. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
JEVONS, W. S. A teoria da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
LUXEMBURGO, R. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
MARX, K. Manuscritos Económicos-Filosóficos de 1844. Lisboa: Avante, 1994.
MAZZUCCHELLI, F. A contradição em processo: o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985.
MEEK, R. Economia e ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
MIGLIOLI, J. Acumulação de capital e demanda efetiva. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
OHMAE, K. Além das fronteiras nacionais: as empresas no século XXI: o Japão e o mundo. São Paulo, Arteciência, 1988.
PANITCH, L. e GINDIN, S. Capitalismo global e império norte-americano. In: *Socialist register* 2004: O novo desafio imperial. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
PINTO, N. P. A. O capital financeiro. Crítica Marxista, n.º 5, 1997.
PLIHON, D. A Ascensão das Finanças Especulativas. In: Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia. n.º 5, dez. 1995.
QUESNAY, F. Análise do Quadro Econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
RICARDO, D. Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. In: NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo, Marx. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
ROLL, E. História das Doutrinas Econômicas. São Paulo: Cia das Letras, 1962.
RUBIN, I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.
SWEEZY, P. Teoria do desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
VARGA, E. O capitalismo do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

Unidade Curricular: Questão agrária, territorialidades e realidade regional		
Período: 3º	**C.H. Total:** 75 horas de extensão	**Créditos:** 05
Equivalência: Criada sem equivalência	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: Acumulação de capital e a questão agrária no Brasil, particularidades em Minas Gerais e Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O avanço do capitalismo no campo e a questão urbana no Brasil. Soberania alimentar e Reforma agrária. Territorialidades, povos, comunidades tradicionais, sujeitos políticos e lutas sociais. Gênero, racismo ambiental e luta de classes: impactos da mineração e desenvolvimento do capital no campo. Intervenção estatal na questão agrária, urbana e ambiental. Ações de extensão		

devidamente registradas na Proexc, voltadas para a abordagem de temas constantes na ementa da unidade curricular.

Objetivo:

- Proporcionar um espaço de interação com a comunidade, relato de experiências entre os discentes, docentes com os sujeitos políticos, nos espaços de atuação dos movimentos sociais e populares, organizações da sociedade civil e povos e comunidades tradicionais;
- Contribuir com o fortalecimento das pautas de lutas agrária e urbanas desses movimentos e organizações populares;
- Possibilitar a compreensão das contradições que permeiam a realidade brasileira, particularmente dos Vales;
- Realizar debates e reflexões sobre a do Estado na questão agrária, urbana e ambiental;
- Debater sobre a soberania alimentar e a atualidade da reforma agrária na realidade regional; - Analisar criticamente os impactos da mineração e os modelos de desenvolvimento do capital no campo, articulando também com as relações de gênero e raciais, especialmente o racismo ambiental.

Bibliografia Básica:

ABREU, Maria Helena Elpídio. Território e produção do espaço no contexto da ideologia neodesenvolvimentista no Brasil. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 27, 2015.

AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

ACHTSCHIN, Márcio; BARROSO, L. C. **A estrada Santa Clara no século XIX**: Caminhos de gentes e vivências no Mucuri, 2017.

BISPO, Antônio. **Colonização, Quilombos**: Modos e Significações. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018. Brasília, 2018.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL**. A atuação de Assistentes Sociais na Política Urbana**: subsídios para a reflexão. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSSubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf>.

COUTINHO, Ronaldo. Direito Ambiental das Cidades: questões teórico-metodológicas. In: COUTINHO, R.; ROCCO, R. (Org.). **O Direito Ambiental das Cidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

DELGADO, G C. Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio – Mudanças Cíclicas e Meio Século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, 144p.

ELIAS, M. F. M. A atualidade da questão agrária e das lutas sociais do campo no Vale do Mucuri- Minas Gerais. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. Londrina, 2013.

FANON, Frantz - Os Condenados da Terra, Editora Civilização Brasileira, 1968.

GRAZIANO, E; GRAZIANO NETO, F. As condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. In: Revista perspectivas, v. 06, São Paulo; 1983. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/226/1473>. Acesso em: 12 out. 2019.

GRAZIANO, Francisco. Qual Reforma Agrária? São Paulo: Geração Editorial, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
GOMES, M. F. C. M. Política Urbana e Serviço social. Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social. UFRJ/Programa de Pós-Graduação em Serviço social, v. 16,17, p. 176-227, 2007
HEIDRICH, Álvaro Luiz. Além do Latifúndio. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
IANNI, Octávio. Origens agrárias do estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Princípios e diretrizes para o enfrentamento do racismo ambiental no Brasil. Brasília, DF: Inesc, 2024. Disponível em: https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/03/fc-doc-principios_e_diretrizes_enfrentamento_racismo_ambiental.pdf?x69356 .
MARICATTO, Hermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.
MATTOS, Izabel Missagia de. Civilização e revolta: povo Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas. Tese. Campinas, SP: s.n., 2002.
MORISSAWA, Mitsue, A história da luta pela terra e o MST. São Paulo, Expressão Popular, 2001.
KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras. 2020.
SANT'ANA, R. S. Serviço Social e Trabalho Rural: as interfaces do modelo de desenvolvimento agrário no cotidiano profissional in SILVA, J. F. S., SANT'ANA, R. S. e LOURENÇO, E. A. S. (Org.) Sociabilidade burguesa e Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.
KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1968.
MARTINS, J.S. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
MARTINS, José de Souza. O Cativeiro da Terra. 3ª. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. A luta de classes no campo e a luta por Reforma Agrária Popular. O Caderno de Formação n. 53. São Paulo: Setor de Formação do MST, 2022. Disponível em: https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-53-a-luta-de-classes-no-campoe-a-luta-por-reforma-agraria-popular/. Acesso em: 28/10/2025.
PACHECO, Tânia. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. 2008. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/. Acesso em: 18 maio 2023.
SANTOS, Márcio Achtschin. A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri. Teófilo Otoni: Independente, 2018.
SANTOS, Márcio Achtschin. O poder em pedaços: relações agregas no Vale do Mucuri (MG). 1. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2022.
SANTOS, Josiane Soares; SILVA, Everton Melo da.; SILVA, Mylena da. Racismo ambiental e desigualdades estruturais no contexto da crise do capital. Temporalis, v. 22, n. 43, p. 158–173, 2022.
SILVA, Ciro Andrade. Os caminhos e descaminhos da política de habitação em Portugal e no Brasil no contexto de crise econômica do início do século XXI. Tese de doutorado (Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro Centro De Ciências Sociais - CCS Departamento De Serviço Social. Rio de Janeiro, 2015

RAMALHO, C. C. Mulheres quilombolas do Vale do Jequitinhonha: Tecelãs da resistência. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em política social da Universidade Federal do Espírito Santo, 2023.
RATTS, Alex; RIOS, Flávia. Lélia Gonzalez. São Paulo: Edições Selo Negro, 2010
RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. Belo Horizonte: editora UFMG, 2013.
RIBEIRO, E.; GALIZONI, F. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha. In: TORRES, H. & COSTA, H. População e meio ambiente. São Paulo, SENAC, 2000. 351p.
SAN'TANA, R. S.; SILVA, M. G.; LUSTOSA, M. G. O. P. (org.). Crise socioambiental e serviço social. São Paulo: Cortez, 2024.
SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP, 2008.
SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
SILVA, Maria Aparecida Moraes; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de; REIS, Tainá. Cercamentos: imagens dos camponeses na contemporaneidade do Brasil. Eutopía - revista de desarrollo economico territoral, Quito, n. 16, pp. 31-50, dez./2019.
SOARES, Maria Raimunda Penha. Dossiê Territórios e lutas sociais: insurgências e resistências contra a mercantilização da vida. In: Quilombo e luta pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2020 Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/32939
PANKARARU, Elisangela Cardoso de Araújo Silva. Trabalho, expropriação, povos indígenas no Brasil e a lógica do capital. Temporalis, n. 43, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38228
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 2, de 18 de janeiro de 2021. Diamantina: UFVJM, 2021.
VIEIRA JUNIOR, Itamar. Torto Arado. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2019.

Bibliografia Complementar:

ACHTSCHIN, Márcio. SOREL, Igor. Rua Direita *versus* "rastacoro": dominação e resistências em Teófilo Otoni e região no século XX (1910-1974). Teófilo Otoni: s.n., 2015.
CARDOSO, Maisa G. Estranhos no Quintal de Miguilim: A lógica do agronegócio no Vale do Jequitinhonha. Dissertação de mestrado. UNB/PPGPS, 2015.
LEFEBVRE, Henri. O direito à Cidade. São Paulo: Centauro 2001.
LEFEBVRE, Henri. Espaço e poder. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
LOWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Outubro. N. 1 edição 01. São Paulo: Instituto de Estudos Socialista, 1998. Disponível em: <www.revistaoutubro.com.br>. Acesso em: 12 out. 2019.
MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.
MATTOS, Izabel Missagia de. Civilização e revolta: povo Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas. Tese. Campinas, SP: s.n., 2002

MÉSZAROS, I. A crise estrutural do capital. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: Xamã VM Editora Grafica LTDA, 2000, Nº4.
MARIA MOURA, M. Os deserdados da terra: à lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução /Ruy Mauro Marini. Florianópolis: Insular, 2012.
MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.
MOURA, Wallace Gomes. Kischen Katak: nossa aldeia. 2 ed. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri, 2024.
NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.
RAMALHO, C. C. Os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha: entre a superexploração e a resistência. 2014. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.
RAMALHO, C. C.; APÓSTOLOS, G. G. R.; REIS, T. (In)visíveis e essenciais: migração de trabalhadores rurais na pandemia. Argumentum. Vitória. v. 13, n. 2, p. 159-176, 2021.
SERVILHA, Mateus de Moraes. Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
SOUZA, C. L. S. Questão agrária, superexploração e migração sazonal: o Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em política social da Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.
SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
STÉDILE, João Pedro (coord.). A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre: Editora Universitária, 1994. UFRGS, 1994.

4º PERÍODO

Unidade Curricular: FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL III		
Período: 4º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO023 – Fundamentos do Serviço Social III	**Pré-Requisito:** Fundamentos do Serviço Social II	
Ementa: O contexto social, político, econômico e cultural brasileiro e latino-americano na segunda metade do século XX, a autocracia burguesa e o golpe civil-empresarial-militar de 1964. O movimento de Reconceituação no Serviço Social e suas expressões particulares na América Latina e no Brasil. As sistematizações teórico-metodológicas da profissão no período da reconceituação: o funcional-estruturalismo, a fenomenologia e a tradição marxista. Aproximações do Serviço Social à teoria social crítica. O processo de constituição de novo projeto profissional centrados em novos valores e referenciais teóricos de cunho histórico-crítico a partir dos anos 1980 no bojo da redemocratização.		
Objetivo:		

- Contextualizar o movimento de reconceituação e de renovação no Serviço Social latino-americano e brasileiro apresentando suas principais vertentes teórico-metodológicas e políticas.
- Estudar as direções da renovação do Serviço Social e a autocracia burguesa (o reformismo reconceituador, a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e Intenção de ruptura);
- Debater o Serviço Social pós década de 1980 sob o contexto da redemocratização.

Bibliografia Básica:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. O projeto ético-político do serviço social: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019. (p. 33-114).
ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus.
Assistentes sociais negras na construção “da virada” do Serviço Social brasileiro. In: SILVA,
Maria Liduína de Oliveira e. **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. – São Paulo: Cortez, 2019. pgs. 169-181.
EIRAS, Alexandra L.T.S; YASBEK, Carmelita; SANTOS, Cláudia Mônica. Os movimentos contestatórios no Serviço Social iberoeuropeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980. In: Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, nº40, vol. 15, 2º semestre, 2017, pg. 22-39.
IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. A História pelo avesso - A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo, Cortez. 2021.
IAMAMOTO. Marilda V. Marxismo e serviço social: uma aproximação. Revista Libertas, v. 18 n. 2 (2018) - ISSN: 1980-8518 (jul. dez. 2018) Juiz de Fora: UFJF. 2018. https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18603
LOPES, Josefa Batista. O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (Org.) Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
MARQUES, Morena Gomes. Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo. Revista Katál, Florianópolis, v. 21, nº 01, jan./abr 2018, p. 137-146.
NETTO, José Paulo Netto. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

Bibliografia Complementar:

CBCISS. Teorização do Serviço Social: Documento de Alto Boa Vista. Rio de Janeiro, Agir: 1988.
CBCISS. Teorização do Serviço Social: Documentos. Araxá, Teresópolis, Sumaré – Rio de Janeiro: Editora Agir, 1986.
BATISTONI, R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: O Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 136 - 150, 2017.

FERNANDES. Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 5 ed., 2006.
IASI, Mauro. Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). Serv. Soc. Soc., Dez 2019, no.136, p.417-438.
LOPES, Josefa Batista. “50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo”. In: Revista de Políticas Públicas. V.20, n.1, PP. 237-252, jan/jun 2016. São Luís: UFMA.
LOWY, Michael. O que é o Cristianismo da Libertação: Religião e Política na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
LUKÁCS, G. Introdução a uma Estética Marxista: Sobre a particularidade como categoria da estética. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.MARX, K. O método da Economia Política. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular,2008 (257-268).
NETTO, J. P. Pequena História da ditadura brasileira (1964 1985). São Paulo. Cortez: 2014.
NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, v. 10, n. 30, p. 89-102, 1989.
NETTO, José Paulo Netto. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. Ser. Soc. Soc. São Paulo, n. 84, 2005.
NETTO, José Paulo Netto. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
PAVÃO, Ana Maria. O princípio da autodeterminação no Serviço Social: visão fenomenológica. 3ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 1984.
PONTES, Reinaldo. Mediação e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
REVISTA HISTÓRIA E LUTA DE CLASSES. 1964: O Golpe de Estado. Nº 01, abril. 2015.
SANTOS, Leila Lima. Textos de Serviço Social. 5ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 1993.
SERRA, Rose. Crise da materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
SILVA E SILVA, M. O. (coord.). O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. S. Paulo, Cortez Editora, 1995.

Unidade Curricular: ANTROPOLOGIA		
Período: 4º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Antropologia Cultural e Serviço Social – SSO021	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: Objeto e método na antropologia. Alteridade e etnocentrismo. Material e simbólico na construção das identidades sociais. Formação do povo brasileiro Cultura e ideologia. Os tipos de cultura: popular, de massa, erudita, nacional e regional. Patriarcado. Raça. Etnicidade. Gênero. O debate sobre a cultura e pós-modernidade.		
Objetivo:		

Conhecer o processo de constituição da ciência antropológica, seu campo de estudo e método de análise das relações sociais e culturais de alteridade. Compreender a dinâmica e a diversidade cultural. Apreender o processo de formação do povo brasileiro considerando suas particularidades socioculturais.
Bibliografia Básica: AZEVEDO, Eliane. Raça: conceito e preconceito. São Paulo: Ática, s/d. BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Cia das Letras, 1992. BOSI, Eclea. Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias. Petrópolis: Editora Vozes, 1972. CASCUDO, Luís da Câmara. Superstição no Brasil. São Paulo: Global, 2001. CHAUI, Marilena. cultura e democracia. São Paulo: Cortez Editora, 1989. CHAUI, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. COSTA, Everardo. O que é etnocentrismo? São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf HALL, Stuart. A identidade na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2006. LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1991. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 11 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994. **Bibliografia Complementar:** MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 1982. PELTO, Pertti J. Iniciação ao estudo da Antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. P. 84-100. PINSKY, Jaime. As primeiras civilizações. São Paulo: Atual, 1994. TODOROV, Tzevetan. “A descoberta da América”. In: A conquista da América. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983. WERNER, Dennis. Uma introdução às Culturas Humanas: comida, sexo, magia. Petrópolis: Vozes, 1987. P. 36-67.

Unidade Curricular: ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL		
Período: 4º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Ética profissional e Serviço Social – SSO027	**Pré-Requisito:** Fundamentos do Serviço Social II	
Ementa:		

Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. A trajetória ético-política do Serviço Social brasileiro e o debate dos códigos de ética profissionais de assistentes sociais. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: processo de ruptura com o conservadorismo e afirmação do Serviço Social crítico. O Código de Ética de 1993 e as normativas da categoria na atualidade. Relações de exploração-opressão de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade, geração e diversidade humana e os desafios e perspectivas ao projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Objetivo:

- Apresentar as formas de objetivação das categorias fundantes da moralidade e da reflexão ética na vida social.
- Estudar as formas ideológicas do conservadorismo no Brasil diante das novas conexões entre imperialismo e capitalismo dependente.
- Contextualizar os determinantes histórico-sociais na construção de um *ethos* profissional do serviço social.
- Analisar os desafios e perspectivas do projeto ético-político da profissão serviço social na atualidade.
- Estudar o aprofundamento e atualização dos princípios éticos da profissão da/o assistente social.

Bibliografia Básica:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org). **Marxismo e questão étnico-racial**: desafios contemporâneos. EDUC - PUC SP, São Paulo, 2021. https://www.pucsp.br/educ/downloads/Marxismo_questao_etnico.pdf

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro**: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

BARROCO, M. L. Módulo 1. Ética e história. In: Ética em Movimento. 5ª Ed. Brasília-DF: CFESS, 2022.

BARROCO, M. L. S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BARROCO, M. L. S. Ética: fundamentos sócio-históricos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARROCO, M.L. S.; TERRA, S. H. Código de Ética do/a Assistente Social comentado. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BONETTI, D. A. (org). Serviço Social e ética**:** convite a uma nova práxis. 5ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BONFIM, Paula. Conservadorismo Moral e Serviço Social: a particularidade da formação moral brasileira e sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015.

BORGIANNI, E.; GUERRA, Y.; MONTAÑO, C. (org.) Servicio Social Critico: Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BRASIL. Códigos de Ética do Assistente Social de 1947, 1965,1975 e 1986

BRASIL. Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993.

BRITES, C. M.; BARROCO, M. L. S. Serviço Social e ética profissional: fundamentos e intervenções críticas. São Paulo: Cortez, 2022. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 9).

BRITES, C. Módulo 2. Ética e trabalho profissional. In: Ética em Movimento. 5ª Ed. Brasília-DF: CFESS, 2022.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do/a Assistente Social de 1993. Resolução CFESS no. 273/93 de 13 de março de 1993 institui o código de ética profissional e dá outras providências. Brasília: CFESS, 1993.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O que é preconceito**? Série: Assistentes Sociais no combate ao preconceito. Brasília: CFESS. Volumes 1 ao 9. Disponível em: https://www.cfess.org.br/publicacao/index?RevistaSearch%5Bid_revista_categoria%5D=4
EURICO, M. C. [et. al.]. Antirracismos e serviço social. São Paulo: Cortez, 2023.
EURICO, M. C. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Diálogos do Cotidiano assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional. CADERNO 2, CFESS, Brasília (DF), 2022, p. 41-56
MATOS, M. C. de. Serviço social, ética e saúde: reflexões sobre o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2014.
OLIVEIRA, E. M. A. P. de. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017
SAN'TANA, R. S.; SILVA, M. G.; LUSTOSA, M. G. O. P. (org.). Crise socioambiental e serviço social. São Paulo: Cortez, 2024.
SANTOS, S. M de M dos. Módulo 3. Ética e direitos humanos. In: Ética em Movimento. 5ª Ed. Brasília-DF: CFESS, 2022.
SILVA, J. S. da. Serviço social: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2014.
TERRA, S. H. Módulo 4. Ética e instrumentos processuais. In: Ética em Movimento. 5ª Ed. Brasília-DF: CFESS, 2022.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a formação anticapacitista em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2024.
BRITES, M. C., Barroco, L. A centralidade da ética na formação profissional. **Temporalis**. Brasília, n. 2, 2000.
BARROCO, M. L. S. Bases filosóficas para uma reflexão sobre Ética e Serviço Social In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, v. 39, 1988.
BARROCO, M. L. S . As implicações ético-políticas do agir profissional. Capacitação em Serviço Social. Módulo 02: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília, CEAD, 1999.
BARROCO, M Lúcia S. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade, nº 79, São Paulo: Cortez, 2004.
BARROCO, M Lúcia S. Ética, Direitos Humanos e Diversidade. In: Cadernos Especiais n. 37, edição: 28 de agosto a 25 de setembro de 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br. Acesso em 12 de setembro de 2017.
BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o Projeto Ético Político do Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 78, 2004.
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL-RJ. Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação

crítica de assistentes sociais. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro: CRESS, 2013.
CRESS/7ª Região. Assistente social: ética e direitos. Rio de Janeiro, CRESS/7ª região, 2000.
FORTI, V. L. Ética, Crime e Loucura: reflexões sobre a Dimensão Ética no Trabalho Profissional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
FORTI, Valéria L.; GUERRA, Yolanda A. D. (Orgs.). Projeto ético do serviço social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
NOVAES, A. (org.). Ética. S. Paulo, Cia. das Letras/Sec. Mun. Cultura, 1992.
TONIOLO, C. Presenças imperiosas nas elaborações sobre sigilo profissional nos Códigos de Ética do assistente social de 1947 e 1965. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 142, p. 568-588, set./dez. 2021.
OLIVEIRA, M. A. Ética e práxis histórica. S. Paulo, Ática, 1995.
OLIVEIRA, M. Ética e economia. S. Paulo, Ática, 1995.

Unidade Curricular: FUNDAMENTOS DA POLÍTICA SOCIAL		
Período: 4º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 60
Equivalência: Política Social e Serviço Social I – SSO022	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
Os fundamentos sócio-históricos da política social. As concepções e interpretações da política social: liberalismo clássico, marxismo, social-democracia e neoliberalismo. As lutas de classes e a formação de sistemas de proteção social nos países de capitalismo avançado e de capitalismo dependente. Constituição e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Tendências da política social na atualidade e a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas políticas sociais. Formulação, gestão, financiamento e controle social das políticas sociais. A relação entre Serviço Social e política social no Brasil. A atuação de assistentes sociais nas políticas sociais na atualidade.

Objetivo:
Analisar a constituição das políticas sociais no capitalismo monopolista identificando suas concepções e tendências no marco das lutas de classe. Conhecer os sistemas de proteção social nos países capitalistas centrais e no Brasil. Compreender as tendências da política social e suas implicações no cotidiano do trabalho profissional.

Bibliografia Básica:

BEHRING, Elaine. R. **Fundo público, valor e política social**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil:** história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 119-140.
BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. Rossetti; LIMA, R. L. (Org.). **Marxismo, Política Social e Direitos**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018. v. 1. 304

COSTA, Gracyelle. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: União e Resistência dos trabalhadores negros. 2020. 309f. (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16398
COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, 2020. https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/51982#:~:text=A%20proposta%20deste%20artigo%20%C3%A9,foi%20orientada%20por%20metodologia%20qualitativa.
FALEIROS, V. P. **A Política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
GUERRA, Yolanda. Desafios para o Serviço Social na seguridade social: formação nas políticas ou para as políticas sociais? In: GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia Leite; ORTIZ, Fatima Grave. (org.). **Temas contemporâneos em Serviço Social**: uma análise de seus fundamentos. Campinas: Papel Social, 2019.
MATTOS, M. Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.
RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; VIEIRA, Nuria Pardillos (Orgs). **Nova-velha morfologia do trabalho no serviço social - TICS e pandemia**. - São Paulo: EDUC: CAPES, 2022. E-book. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/40659/1/9788528306774.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.
PASTORINI, Alejandra. **Políticas Sociais na América Latina**: Desafios Contemporâneos. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; NALESSO, Ana Patrícia Pires. Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 144, p. 91-109, maio/set. 2022.
SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO TICS E POLÍTICAS SOCIAIS, 1., 2025, Florianópolis. **Anais** […]. Florianópolis: UFSC; FAPESC; CNPq, 2025. Disponível em: https://ticpoliticassociais.org/seminario/. Acesso em: 02 nov. 2025.
SOUZA, Maria Cristina. **Mulheres negras, pobreza e racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2022.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital. São Paulo: Boitempo, 2020.
ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda dos direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
MARQUES, R.M. O capitalismo financeiro e as políticas sociais: a nova fase da contemporaneidade. In: RAICHELIS, R., VICENTE, D., ALBUQUERQUE, V. (org**.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018
MARX, K. A. Jornada de Trabalho. In: O Capital: crítica da economia política. RJ: Civilização Brasileira, 2002.
MOTA, A. E. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

PAIVA, Beatriz. Augusto. de; OURIQUES, Nildo. Domingos. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? Revista Katálysis. 2006, vol.9, n.2, p.166-175.

Unidade Curricular de Extensão: Formação e Trabalho de Assistentes Sociais no Vale do Mucuri e região		
Período: 4º	**C.H. Total:** 75 horas de extensão	**Créditos:** 05
Equivalência: -	**Pré-Requisito:** -	

Ementa:
O perfil profissional crítico nas diretrizes curriculares da ABEPSS e a política de educação superior brasileira. A capacidade teórico-metodológica, ética política e técnico operativa para o exercício profissional. A relação graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais na região. Demandas e requisições socioinstitucionais em tempos de ultraconservadorismo e desmonte das políticas sociais. Atribuições e competências profissionais. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o trabalho de assistentes sociais na particularidade do Vale do Mucuri e região. Ações de extensão devidamente registradas na Proexc, voltadas para a abordagem de temas constantes na ementa da unidade curricular.

Objetivo:
- Compreender o significado sócio-histórico da profissão de Serviço Social do Vale do Mucuri (MG) a partir da formação sócio-histórica regional que incide no campo da formação e do trabalho profissional através da participação de profissionais que atuam na região, excedendo o debate para além da sala de aula.

Bibliografia Básica:
ACHTSCHIN, Márcio A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri. Teófilo Otoni: [s. n.], 2018. 176 p.
BATISTONI, Maria Rosângela. Aproximações à tradição Marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, Marilda Vilela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. A História pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.
BEHRING, Elaine Rosseti; CISLAGHI, Juliana Fiuza; SOUZA, Gisele. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a Política Social. In: BRAVO, Maria Inês de Souza; MATOS, Maurílio Castro; FREIRE, Silene de Moraes (org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 2 mar. 2025.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018. Brasília, 2018.
CAMARGO, Maria Angelina Baia de Almeida. Processamento e proletarização do trabalho do Assistente Social no acirramento da crise capitalista: estudo das condições e das relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais. 2019. Tese

(Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
CFESS. Trinta anos do Congresso da Virada (1979-2009). Brasília, DF: CFESS, nov. 2009.
CHAVES, Edna Oliveira; CAMARGO, Maria Angelina Baia de Almeida; NEPOMUCENO, Romilda Aparecida. O Serviço Social no Vale do Mucuri e região: expansão e reconfiguração do trabalho profissional. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS: 80 ANOS DO SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS, 4., 2016, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: Cress-MG, 2016.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atribuições Privativas do(a) Assistente Social: em questão. Brasília: CFESS, vol. 2, 2020, p. 81-106
CRESS-MG. Documento para o fortalecimento dos Núcleos de Assistentes Sociais. Belo Horizonte: Cress, nov. 2022.
FERRI, Mônica Freitas. O estágio supervisionado em Serviço Social: um estudo sobre o trabalho e formação profissional no município de Teófilo Otoni-MG. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020
GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo, 1997.
GUERRA, Yolanda. O que as requisições institucionais dizem sobre a profissão? In: Anais. XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Fortaleza, 2024.
IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Ser. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014.
IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
IASI, Mauro. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudos guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). Ser. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 417-438, 2019.
JESUS, Amanda. Silva de. Trabalho assalariado: as condições de trabalho dos assistentes sociais do SUAS no município de Teófilo Otoni- MG. 2017. Dissertação (Mestrado em Política Social). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
MOLJO, Carina Berta. Cultura Política e Serviço Social. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 4, n. especial, p. 171-191, 2005.
MOLJO, Carina Berta; CARVALHO, Thaíse Seixas Peixoto. Tendências teórico metodológicas presentes no debate do Serviço Social brasileiro. Temporalis, Brasília, DF, ano 22, n. 44, p. 189-206, jul./dez. 2022.
NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. Brasília, DF: Cead/Abepss/Cfess, 1999. (Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 1)
NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 1961.
PEREIRA, Larissa Dahmer; SOUZA, Andréa C. V de; FERREIRA, Andreza T. dos S. Ensino superior mercantilizado e seus impactos para o perfil profissional de Serviço Social. In: MOTTA, Vânia Cardoso da; PEREIRA, Larissa Dahmer. (org.). Educação e Serviço Social: subsídios para uma análise crítica. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (coord. da série). Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2017, p. 187-210.
RAICHELIS, Rachel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Rachel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (orgs.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.
SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO TICS E POLÍTICAS SOCIAIS, 1., 2025, Florianópolis. Anais […]. Florianópolis: UFSC; FAPESC; CNPq, 2025. Disponível em: https://ticpoliticassociais.org/seminario/. Acesso em: 02 nov. 2025.
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 2, de 18 de janeiro de 2021. Diamantina: UFVJM, 2021.
YAZBECK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.
ZIGATO, Jhony Oliveira. A reconstrução histórico-crítica do Serviço Social no Vale do Mucuri (MG): institucionalização, consolidação e expansão da profissão. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025.

Bibliografia Complementar:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. O Projeto Ético Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.
AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.
ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do
trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.
CHAUÍ, Marilena. Cultura Política e Política Cultural. Estudos Avançados, São Paulo, v. 9, n. 23, 1995.
FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma Nova Era. São Paulo: Globo, 2008. v. 2
IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios Críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 2019.
PRADO JÚNIOR, Caio. A formação Política do Brasil. Companhia das letras. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1975. p. 155-190. Tomo III. v. 1.
ROTHE, Max. Cem anos de colonização alemã em Teófilo Otoni. Ijuí: Correiro Serrano, 1956.

SILVA, Ricardo Silvestre. O avanço da contrarreforma neoliberal no ensino superior brasileiro pós anos 2000 e a formação profissional em Serviço Social. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
ZIGATO, Jhony Oliveira; LANES, Mônica Paulino; CAMARGO, Maria Angelina Baia Almeida. Serviço Social e Conservadorismo: Neofacismo, Neoliberalismo e irracionalistas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9., ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 16., 2023, Vitória. Anais [...]. Vitória: UFES, 2023.

5º PERÍODO

Unidade Curricular: FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL IV		
Período: 5º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO029 - Fundamentos do Serviço Social IV	**Pré-Requisito:** Fundamentos do Serviço Social III	

Ementa:
O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias e a construção do projeto profissional. As sistematizações teórico-metodológicas a partir da tradição marxista. As tendências teórico-metodológicas no Serviço Social na contemporaneidade. Cultura profissional e fundamentos do Serviço Social no marco do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. O assistente social como trabalhador assalariado. Crise capitalista, metamorfoses no mundo do trabalho e seus desdobramentos nas condições e relações de trabalho e na formação profissional dos assistentes sociais. Teoria social crítica e reação conservadora no Serviço Social: a disputa de projetos no interior da profissão.

Objetivo:
Situar o Serviço Social no contexto das transformações societárias e seus reflexos no trabalho e no projeto profissional, destacando a importância de suas elaborações teórico-metodológicas, fortalecendo a concepção dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social substanciada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS na problematização do trabalho profissional e das requisições institucionais em articulação com a formação.

Bibliografia Básica:

ABEPSS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. In. Caderno ABESS n. 7, São Paulo: Cortez, 1997.
CARDOSO, Isabel Cristina da Costa [et. al.]. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. In. Caderno ABESS n. 7, São Paulo: Cortez, 1997.
ABREU, Marina Maciel. O Serviço Social e a organização da cultura. São Paulo: Editora Cortez, 2002. (Cap. 3).
BARROCO, Maria. Lúcia. S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. Serviço Social & Sociedade [online]. 2022, n. 143, pp. 12-21. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zjrwPzBctDGqj84D74Vg4cv/. Acesso em 27. Jul. 2025.
CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. Serviço Social & Sociedade., São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016. Disponível em:

www.scielo.br/j/sssoc/a/j87K7xkFQgWzfNDGpqr8hnd/abstract/?lang=pt. Acesso em: 31 mar. 2025.
CAVALCANTE, Rita.; PRÉDES, Rosa. Tecnologias de informação e de comunicação, políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais. Serviço Social & Sociedade., São Paulo, n. 144, p. 110-128, mai./set. 2022. Disponível em: www.scielo.br/j/sssoc/a/JW9dK5Qt5wX4tVM8rnxDDVJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 jul. 2025.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Anticapacitismo e exercício profissional: perfil de assistentes sociais com deficiência. Brasília: CFESS, 2023
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Série: Assistentes Sociais no combate ao preconceito. Brasília: CFESS, [..]. Disponível em: https://cfess.org.br/noticia/view/2204/serie-assistente-social-no-combate-ao-preconceito-agora-tem-versao-em-audiolivro. Acesso em 27.Jul. 2025.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Formação, trabalho e participação sociopolítica: dados complementares ao perfil de assistentes sociais no Brasil. Brasília: CFESS, 2024. E-book.
CFESS. Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. CFESS, 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf Acesso em 27. Jul. 2025.
CISNE, Mirla.; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.
ELPIDIO, M. H. Os fundamentos do Serviço Social e a questão étnico-racial. In: ELPIDIO, M.
H, VALDO, J. P., ROCHA, R. (Orgs.). Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate. São Paulo: Analume, 2021, pgs.73-98.
GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporânea da prática profissional. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 91, 2007.
GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In. GUERRA, Yolanda el al (Org.) Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.
GUERRA, Yolanda. Precarização estrutural do trabalho e requisições profissionais: mudança no ethos, no perfil e no modus operandi do trabalho de assistentes sociais. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 17., 2022, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2022. Disponível em: www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0909_0001.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.
IAMAMOTO, Marilda Vilela; SANTOS, Cláudia Mônica. A História pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora; CNPQ, 2021.
IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade. S. Paulo, Cortez Editora, 1998.
IAMAMOTO, M.V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007. (Cap. IV).
MOLJO, Carina; SILVA, José Fernando Siqueira. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate. In. GUERRA, Yolanda el al (Org.) Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

MOLJO, Carina Berta; CARVALHO, Thaíse Seixas Peixoto. Tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social brasileiro. Temporalis, Brasília, DF, ano 22, n. 44, p. 189-206, jul./dez. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38131/26225
MOLJO, Carina Berta; BORGES, Maria Elizabeth S.; OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de; BRAVO, Maria Inês Souza. Da organização política do Serviço Social: a virada crítica no contexto da autocracia burguesa. Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, p. 41-54, 2025. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/89040
MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. A indissociabilidade entre as lutas antirracista e anticapitalista: aproximações necessárias. In: ABRAMIDES, M. B. C. Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos. EDUC - PUC-SP, 2021. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/40654/1/9786587387635.pdf Acesso em 27.jul. 2025.
MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço Social e Questão Étnico-Racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão. Sociedade em Debate, Pelotas-RS, v. 27, n. 1, 2021.https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2812. Acesso em 27. Jul. 2025.
MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. Katálysis, v.23, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/ Acesso em 27. Jul. 2025.
NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade nº 50, p. 87-132. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
SILVA, Mossicléia. Mendes. O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita. R e v i s t a P r a i a V e r m e l h a, v. 2 9, n . 2 (2019) . D i s p o n í vel em: https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/22839. Acesso em 27. Jul. 2025.
SIMIONATO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 1993.
SIMIONATO, Ivete. A influência do pensamento de Gramsci no Serviço Social. IN: Revista Trilhas, Belém: UNAMA, 2001.
TEIXEIRA, Rodrigo José. Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas. In. GUERRA, Yolanda el al (Org.) Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.
YAZBECK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

Bibliografia Complementar:

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In. Revista Serv. Soc. Soc. [online]. 2011, n.106, pp.205-218.

CAMARGO, Maria. Angelina. B. de Carvalho de A. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão. Serviço Social & Sociedade [online]. 2021, n. 142, p. 488-507. https://www.scielo.br/j/sssoc/a/jg4F8Xsmf8m3nFhFwfW493n/?lang=pt#.
CFESS. Mesa dos depoimentos históricos: A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão... Anais de Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada/ Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 2012.
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS (Org.). A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2023.E-book
IAMAMOTO, Marilda. Ensino e pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. In. In. Caderno ABESS n. 6, São Paulo: Cortez, 1998.
MORSCH, C.; MARIA. BAPTISTA. LEWGOY, A. Tendências teórico-políticas dos assistentes sociais no Facebook. Argumentum, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 167–186, 2021. DOI: 10.47456/argumentum.v13i1.32097. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/32097.
MOTA, A. E. As transformações no mundo do trabalho e seus desafios para o Serviço Social. O Social em Questão. Rio de Janeiro, PUC, vol. 1, nº 1, 1997.
MOTA, Ana Elizabete. Questão social e Serviço Social: um debate necessário. IN.
MOTA, Ana Elizabete (Org). O mito da assistência social. São Paulo: Cortez, 2016.
MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (org). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.
RAMOS, M. H. R., Gomes, M. F. C. M. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: uma contribuição para pensar a natureza do Serviço Social enquanto prática profissional. Temporalis. Brasília, ABEPSS, nº 2, 2000.
RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; V. ALBUQUERQUE (Orgs.) A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo, 2018.
RODRIGUES, Mavi. O exercício profissional 30 anos depois do Congresso da Virada. Revista Praia Vermelha, n. 21. Rio de Janeiro, Vol. 21, nº 2, p. 51-68, 2012.
SANTOS, Josiane. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.
SILVA, Maria Liduina de O. (Org.) Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
TEIXEIRA, F. J. S. e Oliveira, M. O. (orgs.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva. S. Paulo, Cortez Editora/UECE, 1998.

Unidade Curricular: PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I		
Período: 5º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO035 – Pesquisa em Serviço Social I	**Pré-Requisito:** Teoria Social I e Teoria Social II	
Ementa: O processo de construção do conhecimento no campo social. A importância da pesquisa na formação e no trabalho profissional do Assistente Social. Os elementos constitutivos do projeto de pesquisa. Métodos e Técnicas de pesquisa. Dimensão ética da pesquisa em Serviço Social. Elaboração do Pré-Projeto de Pesquisa.		
Objetivo:		

Oferecer elementos para análise crítica da produção do conhecimento científico. Qualificar para a elaboração, execução e avaliação de projetos de pesquisa empírica e documental, considerando a natureza da investigação em Serviço Social.

Bibliografia Básica:

ABREU, Marina Maciel.; CARDOSO, Franci Gomes. Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social. v. 11. São Paulo: Cortez, 2025.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social / Jussara Ayres Bourguignon. — São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2015.

BOURGUIGNON, J. A. O projeto de pesquisa e os procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados na pesquisa social e qualitativa. Humanidades em Perspectivas, [S. l.], v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/9.

BRANDÃO, C. R (org). Pesquisa participante. São Paulo: Editora brasiliense, 1999.

CARVALHO, Denise B. B. de; SANTANA, Joana V; SILVA, Maria Liduina de O e. Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos. São Paulo: Cortez Editora, 2020.

CARVALHO, Denise Bomtempo; SILVA, Maria Ozanira. Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

CARVALHO, M. do C. B. de.; NETTO, J. P. Cotidiano: conhecimento e crítica. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

CAVALCANTE, L.L; MELO, L.F. Ética em Pesquisa e a Sociabilidade Capitalista. In: CARVALHO et al. Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2020.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Penso, 2014.

DESLANDES, S. et al. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2013

EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf.

FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LARA, Ricardo. A produção do conhecimento no serviço social: o mundo do trabalho em debate. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MORAES, Carlos de Souza; LIMA, Neusa C. Pesquisa em Serviço Social: teoria, método e metodologias. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2024.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método em Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011

STAKE, Robert. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Tradução: Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.

TONET. Ivo. Método Científico: uma abordagem ontológica. 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016;
VERONEZE, T. R. Pesquisa em Serviço Social: dimensão constitutiva do Trabalho do Assistente Social. Curitiba: InterSaberes, 2020.
YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

Bibliografia Complementar:

BARROCO, Maria Lucia Silva. Reflexões sobre ética, pesquisa e serviço social. In: Revista Temporalis, ano V, nº 9, janeiro a junho de 2005 (p. 103-116).
BUARQUE, C. A Aventura da universidade. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
CASSAB, Latif Antonia. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. In: Revista K a t á l y s i s . F l o r i a n ó p o l i s , v 1 0 , n ú m e r o e s p e c i a l , 2 0 0 7 . (p. 55- 63). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300006&lng=pt&nrm=iso
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.
LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.
PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. In: Revista Temporalis, ano V, nº 9 janeiro a junho de 2005 (p. 131-146).
RAUEN, F. J. PROJETO DE PESQUISA: REDAÇÃO E NORMALIZAÇÃO. (mimeo)
TONET, Ivo. Estudar Marx - para iniciantes. DOI: ttp://dx.doi.org/10.5380/nesef.v6i1.59532
SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. In: Revista Katálysis. Florianópolis, v 10, número especial, 2007. (p.64-72). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300007&lng=pt&nrm=iso
SETUBAL, A. A pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

Unidade Curricular: Política Social Setorial: Previdência Social e Saúde		
Período: 5º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO026 - POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL II	**Pré-Requisito:** Fundamentos da Política Social	

Ementa:
O conceito de Seguridade Social e os seus princípios constitutivos como resultado histórico das lutas sociais no Brasil. Fundo público e seguridade social no Brasil e sua relação com os processos de acumulação capitalista. A processualidade histórica das políticas de previdência e saúde no Brasil. Reforma Sanitária e Construção do Sistema Único de Saúde. A Contrarreforma do Estado e os rebatimentos nas políticas de saúde e previdência social. Concepção, gestão, financiamento, controle social e direitos de saúde e previdenciários. Racismo institucional e o acesso das populações negras e

indígenas às políticas de saúde e previdência social. O trabalho de assistentes sociais nas políticas de saúde e previdência social no Vale do Mucuri e região.

Objetivo:

- Compreender a constituição da política de saúde no Brasil, enquanto objeto de intervenção do Estado e sua inserção na seguridade social pós-constituição de 1988, problematizando sua trajetória e desafios postos para sua concretização;
- Problematizar a constituição da previdência social no Brasil a partir de sua inserção na seguridade social, articulando este processo com o quadro de contrarreforma do Estado brasileiro e apontado os desafios para sua consolidação enquanto direito social;
- Analisar as tendências das políticas sociais de saúde e previdência na contemporaneidade e possibilidades interventivas de assistentes sociais.

Bibliografia Básica:

BRAVO, Maria Inês Souza. Desafios atuais do controle social no Sistema único de Saúde (SUS). Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº88, Cortez, 2006.

CARTAXO, A. M. B.; CABRAL, M. S. R. (Org.). **Seguridade social, previdência e serviço social**: desafios do tempo presente. 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

CARDOSO, M. D. Políticas de saúde indígena no Brasil: do modelo assistencial à representação política. Langdon E.J., Cardoso M.D. (org.) **Saúde indígena**: políticas comparadas na América Latina. Florianópolis: Ed**.** da UFSC, p. 83-106, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL**. Diretrizes de ações do serviço social no INSS**. Brasília: CFESS, 2018.

COELHO, Auriana Rodrigues. **A atenção às mulheres indígenas na política de saúde**: um estudo sobre a produção do Serviço Social acerca dessa temática. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Teófilo Otoni, 2024.

COSTA, Gracyelle. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: União e Resistência dos trabalhadores negros. 2020. 309f. (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16398

COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/51982

DAMASCENO, W. M. F. O impacto das reformas previdenciária e trabalhista sobre negros e negras: um diálogo com José Dari Krein. **Argumentum**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 3546, 2022. DOI: 10.47456/argumentum.v14i3.39655. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/39655. Acesso em: 14 mar. 2023.

GOUVEIA, R. P. ; GOMES, T. ; FARIAS, J. ; ARAUJO, G. C. L. A (re)manicomialização da política de saúde mental em tempos bolsonaristas: a volta do eletrochoque e das internações psiquiátricas. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 13, p. 42-64, 2021. Disponível em: https: //periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/80618/47990

LEAL, F. X. O lugar das estratégias de resistência para a Luta Antimanicomial . Argumentum, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 2735, 2020. DOI: 10.18315/argumentum.v12i2.31294. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/31294. Acesso em: 14 mar. 2023.

MAGGI, Rubem Schindler. Editorial: A saúde indígena no Brasil. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. N. 14, v. 1, JanMar 2014. Disponível em:https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/XWjFcBsfwwb7dFxdwwy5Gnb/.
MATOS, Maurílio. Castro. Serviço Social, Ética e Saúde: reflexões para o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017. v. 01
MOTA, Ana Elizabete da et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
PASSOS, Rachel Gouveia; MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Reforma Psiquiátrica Brasileira e Questão Racial: contribuições marxianas para a Luta Antimanicomial. Ser Social, Brasília, v. 19, n. 41, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14943/13262.
SILVA, L.L., Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018.
SUMAR, Norhan; FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues. Atenção Primária à Saúde: a construção de um conceito a m p l i a do. J M a na g P r i m H e a l t h C a r e . n . 5 , v . 2 , p . 2 0 2 - 2 1 2 , 2 0 1 4 . D i s p o n í v e l e m : w w w . j m p h c . c o m . b r / j m p h c / a r t i c l e / v i e w / 2 1 7 .
SIMÕES, Carlos. Curso de Direito do Serviço Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

BERNARDES, A.G. Saúde Indígena e políticas públicas: alteridade e estado de exceção. Interface - Comunicação, Saúde e Educação, v. 15, n. 36, p. 153-64, jan./mar. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/4rSjg3vXppY7j7DnWN5CWxz/abstract/?lang=pt.
CARDOSO, M. D. Políticas de saúde indígena no Brasil: do modelo assistencial à representação política. Langdon E.J., Cardoso M.D. (org.) Saúde indígena: políticas comparadas na América Latina. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 83-106, 2015.
CFESS. Nota. Por uma Saúde Pública que respeite a cultura e especificidade indígena e contra a privatização da Saúde Indígena. 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-criacao-Insi-2014.pdf. Acesso em: setembro de 2023
GONÇALVES, Renata; FORNAZIER, Tales. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, n. 140, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/5GqfkcSgwKxcvBjnYBzJmHC/?format=pdf=pt
SOBRAL DE LIMA, L.; PINHEIRO MONTENEGRO , F. V. . Redução de Danos na realidade do CAPS-ad de Quixadá (CE). Argumentum, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 238252, 2020. DOI: 10.18315/argumentum.v12i2.29224. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/29224. Acesso em: 14 mar. 2023.
MOTA, Ana Elizabete. Crônica de uma morte anunciada: as reformas da Previdência Social Brasileira nos anos 1990 e 2000. In: BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (orgs.). O serviço social na previdência: trajetória, projetos e saberes. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
SIMÕES, Carlos. Curso de Direito do Serviço Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda. Saúde da População Negra: Da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, Jurema (org.). Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil. Disponível: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/889/1/Mulheres%20negras%20um%20olhar %20sobre.pdf

Unidade Curricular: PROCESSO DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL		
Período: 5º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Processo de Trabalho e Serviço Social I – SSO030	**Pré-Requisito:** Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social	

Ementa:
O Serviço Social na divisão sócio-técnica, étnico-racial e sexual do trabalho, demandas e requisições sócio-profissionais. Condições e relações de trabalho de assistentes sociais. A mediação como categoria central para o Serviço Social. A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. A unidade das dimensões constitutivas da profissão no cotidiano do trabalho profissional. A particularidade da dimensão técnico operativa como ação teleológica no contexto do projeto ético-político profissional.

Objetivo:
- Compreender o trabalho do assistente social na sociedade capitalista e a indissociabilidade das dimensões constitutivas da profissão no exercício profissional.
- Possibilitar a capacitação técnico-operativa em unidade com as dimensões teórico-metodológica e ético-política.

Bibliografia Básica:

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no currículo Mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Disponível em: < http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_20160331113816637721O.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.
CARVALHO, M. do C. B. de.; NETTO, J. P. Cotidiano: conhecimento e crítica. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
AMORIM, H. *Trabalho imaterial*: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.
AMORIM, H.. As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 31-45, jan./abril, 2014.
ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão. São Paulo: Boitempo, 2018.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. RESOLUÇÃO CFESS nº 1114/2025, de 04 de setembro de 2025 - Dispõe sobre as condições éticas e técnicas para o exercício profissional do (a) assistente social. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/legislacao/5343/oLyINKoMJ2ER4kgTH9r-_EpRWI-heQ6n.pdf
DAL ROSSO, Sadi. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. *Caderno CRH*. Salvador, v. 27, n. 70, 2014. Disponível em http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=1359&layout=abstract. Acesso em: 10 de Jun. de 2016.
FREIRE. L. M. B. A categoria mediação na tendência marxista do Serviço Social e sua presença no trabalho do assistente social. In: SERRA. R. (org.) Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 62, 1996.

HOLANDA, M. N. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade, nº 69, 2002.
HORST, Claudio M. Horst; ANACLETO, Talita Freire M. A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais/; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). – Belo Horizonte: CRESS, 2023.
IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
LESSA, S. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
MARX, K. Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Morais, 1969.
PONTES. Reinaldo. Mediação e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
PONTES, R. N. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Capacitação em Serviço Social e política social. Modulo 4. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD/NED, UNB. 2000.
RAICHELIS, Raquel. Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social. Revista Em Pauta. Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 41, v. 16, p. 154 – 170, 2008.
SANTOS, Cláudia Mônica dos. Na prática a teoria é outra?: Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. (p. 53- 92).
SANTOS, Cláudia Mônica dos; NORONHA, K. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social: uma perspectiva crítica. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 47-63.
SANTOS, Cláudia Mônica dos; GUERRA, Yolanda; BACKX, S. (Orgs.). A dimensão técnico operativa no Serviço Social: Desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.
SILVA, Jaqueline Lima da. O assalariamento dos trabalhadores improdutivos nos serviços: fundamentos para compreender a condição de assalariamento dos Assistentes sociais. In: TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes; LINS, Maria Alcina Terto. Assistente social, trabalhador/a assalariado: fundamentos teóricos e históricos para uma análise. Maceió: EDUFAL, 2015.

Bibliografia Complementar:

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.
ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.
ANTUNES, R Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 1. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD/NED, UnB, 2000.
AMARAL, Ângela Santana do. & CESAR, Monica. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRAZ. M; RODRIGUES. M. O ensino em Serviço Social na era neoliberal (1990-2010): Avanços, retrocessos e enormes desafios. In: SILVA. J. F. S; SANT´ANA. R.S; LOURENÇO, E. A. de. S. (Org.). Sociabilidade burguesa e Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
CARDOSO. F. G; LOPES. J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social. Brasilia (DF), 2022.
FÁVERO E. T. Serviço Social e o campo sócio jurídico: Reflexões sobre o rebatimento da questão social no trabalho cotidiano. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
FORTI, V. L. Ética, Crime e Loucura: reflexões sobre a Dimensão Ética no Trabalho Profissional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
IAMAMOTO, M. V. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e regulação social. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 1, Brasília; CFESS, ABEPSS, CEAD – UNB, 2000.
RAMOS, S. R. Organização política dos (as) assistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez Editora, nº 88, nov. 2006, p. 160 – 182.
TEIXEIRA, N. L.; BARBOSA, F. G.; CARDOSO. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 52, 1996.

Unidade Curricular: OFICINA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL I		
Período: 5º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Oficina de Estágio em Serviço Social I – SSO031	**Pré-Requisito:** Fundamentos do Serviço Social III e Ética e Serviço Social	
Ementa: Concepção de estágio supervisionado circunscrita no projeto de formação profissional da ABEPSS e instrumentos jurídico-políticos do estágio supervisionado; unidade teórico-prática no estágio supervisionado; análise do espaço socioinstitucional; conhecimento, análise e sistematização das expressões da questão social; perfil da população usuária a partir da realidade social brasileira e das particularidades do Vale do Mucuri e região. Trabalho profissional, demandas e requisições socioinstitucionais. Instrumentalidade no exercício profissional.		
Objetivo: - Discutir a concepção de estágio do projeto de formação profissional da ABEPSS e os instrumentos jurídicos-políticos do Estágio Supervisionado; - Compreender os princípios e formas de organização do estágio supervisionado previstos na Política Nacional de Estágio em Serviço Social e no curso de serviço social da UFVJM; - Promover espaços de discussão sobre as condições institucionais do exercício profissional do assistente social e as particularidades de cada área de estágio;		

- Identificar as expressões da questão social no cotidiano do trabalho do assistente social: as demandas sociais e as requisições socioinstitucionais;
- Conhecer o perfil da população usuária a partir da realidade social brasileira e das particularidades do Vale do Mucuri e região.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss. Brasília, 2009.
BRASIL. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social. Brasília, 1993.
BRASIL. Lei nº 11788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008.
BISNETO, José Augusto. Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
BRITES, Cristina M.; BARROCO, Maria Lúcia S. Serviço Social e ética profissional: fundamentos e intervenções críticas. São Paulo: Cortez, 2022. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 9).
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Cartilha meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão de estágio direta em Serviço Social. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do Assistente Social de 1993. Resolução CFESS no. 273/93 de 13 de março de 1993 institui o código de ética profissional e dá outras providências, Brasília: CFESS, 1993.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Brasília: CFESS, 2008
EURICO, Márcia Campos. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Diálogos do Cotidiano assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional. CADERNO 2, CFESS, Brasília (DF), 2022, p. 41-56
GUERRA, Y. A. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. In: SANTOS, C. M. dos., LEWGOY, A. M. B., ABREU, M. H. E. (Orgs.). FORTI, V., GUERRA, Y. (Coord. da série). A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios. Coletânea nova de serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 101-116.
HILLESHEIM, Jaime; J. MANFROI, Vania Maria; CARTAXO, Ana Maria Baima. Estágio supervisionado em serviço social [recurso eletrônico]: contradições no cotidiano de trabalho. - 1. ed. - Florianópolis [SC] : Emais, 2022.
IAMAMOTO, Marilda V. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Diálogos do cotidiano: reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 1. Brasília, CFESS, 2021, p. 16-48.

MATOS, Maurílio C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 124. São Paulo: Cortez, outubro-dez. de 2015.
MIOTO, Regina Célia Tamaso e LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n . 1 p . 9 3 - 1 0 4 . j a n . / j u n . 2 0 0 7 . D i s p o n í v e l e m: h t t p : / / r e v i s t a s e l e t r o n i c a s. p u c r s . b r / o j s / i n d e x . p h p / f a s s / a r t i c l e / v i e w F i. l e / 1 0 4 8 / 3 2 3 4.
MIOTO, Regina Célia Tamaso e LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e família. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009, p. 497-513.
MESQUITA, Andréa P. de.; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de. M. Dicionário crítico: estágio supervisionado em Serviço Social. Fortaleza: Socialis, 2019
MOREIRA, T. W. F.; SANTOS, P. M. S. Estágio em Serviço Social, combate ao racismo e trabalho com famílias: uma experiência antirracista no contexto do trabalho no CRAS. Serviço Social em Perspectiva, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/2579/2861
RAICHELIS, R. As atribuições e competências profissionais à luz da “nova” morfologia do trabalho In. CFESS. Atribuições Privativas do(a) Assistente Social: em questão. Vol. 2. CFESS, 2020, p. 11-80.
SANTOS, Claudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira M. B., ABREU, Maria H. E. (Orgs.). FORTI, Valéria, GUERRA, Yolanda (Coord. da série). A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios. Coletânea nova de serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016
SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em: http://www.uepg.br/emancipacao.
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Resolução CONSEPE nº 24/2025, de 12 de setembro de 2025. Estabelece o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Diamantina: UFVJM, 2025.

Bibliografia Complementar:

COELHO, Marilene. Imediaticidade: Na Prática Profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris,2016
CFESS. Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Brasília (DF)2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf
CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf
CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf
CFESS. Subsídios para atuação de Assistentes sociais na Política de Educação. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf

CFESS. Atuação de Assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidios_sociojuridico2014.pdf
CFESS. Diretrizes de ações de Assistentes Sociais no INSS. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessFenasps-DiretrizesINSS.pdf
EURICO, Marcia, Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. Serviço Social e Sociedade. 2013, n. 114, pp. 290-310. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnCjknqyL/?lang=pt
LEWGOY, A. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para formação e exercício profissional. Disponível em: http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/estagio-supervisionado-1/supervisao-de-estagio
MARTINS, Ludson Rocha. A questão dos documentos profissionais no Serviço Social. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017.
QUEIROZ, V. D. C. et.al. O diário de campo e suas contribuições para o processo de formação profissional. 10º CBAS, 2019. Disponível em: https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1065/1042
TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. In: Temporalis, Brasília: ABEPSS, Ano 2, nº 4, 2001.

6º PERÍODO

Unidade Curricular: LEGISLAÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS		
Período: 6º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Legislação Social e Serviço Social – SSO049	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: O estudo de Legislação social a partir do conjunto de leis e normas que regulamentam os direitos e deveres sociais como saúde, trabalho, moradia, educação e assistência social. Legislação Social e Direitos Humanos, no contexto da construção e luta social por cidadania e democracia no capitalismo contemporâneo. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais no Brasil. A constituição federal de 1988 e suas interfaces com o Serviço Social. As principais legislações presentes no exercício profissional do assistente social sobre direitos humanos, sociais e políticos. Judicialização e Direitos Humanos no Brasil. Temas específicos sobre legislação social, direitos humanos e Serviço Social (sexualidade humana, crianças, idosos, trabalho, saúde, racismo, pessoas com deficiência, etc).		
Objetivo: - Propiciar o estudo sobre Legislação Social, e Direitos Humanos e Fundamentais no Brasil, debate indispensável ao exercício profissional do Serviço Social, - Levar os estudantes a compreenderem a relevância do debate sobre cidadania e democracia no Brasil contemporâneo, para a construção dos direitos políticos, sociais e para a efetivação de políticas públicas que garantam a defesa dos Direitos Humanos a todos.		

- Contribuir para que os/as estudantes do curso de Serviço Social ampliem seus conhecimentos sobre as legislações, políticas e debates no interior da profissão, que versam sobre Direitos Humanos de forma ampla e crítica.
- Proporcionar aos estudantes debates sobre temas que abordam legislação social e Direitos Humanos para idosos, crianças, mulheres, pessoas LGBT+, negras e indígenas, pessoas com deficiências, etc.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 40. ed. São Paulo: 2007.
CRESS/MG. Contribuições para o Exercício Profissional de Assistente Social: Coletânea de Leis. Belo Horizonte: 2014.
DAUER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. 13. Ed. Saraiva, 2005.
LENZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL ESQUEMATIZADO. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
SIMÕES, Carlos. CURSO DE DIREITO DO SERVIÇO SOCIAL. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALFONSIN, Jacques T. Direitos Humanos. In.: Dicionário da Educação do Campo, 2012.
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
BOBBIO, N. O FUTURO DA DEMOCRACIA. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
BOBBIO, N. LEI PLANOS DE BENEFÍCIOS (Lei nº 8213 de 24 de julho de 1991).
BRASIL. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS (Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993).
BRITO, Jadir A. de. Judicialização. In: Dicionário da Educação do Campo, 2012.
CAMPILONGO, C. F. DIREITO E DEMOCRACIA. São Paulo: Max Limonad, 1997.
Comissão Inter-Americana dos Direitos Humanos. Situação dos Direitos Humanos no Brasil. 12 de fevereiro de 2021.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1948.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
GRAU, Eros Roberto. A ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997.
HESSEL, Stéphane. Indignai-vos! SP: Loyola, 2011.
JESUS, Damásio. Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2002.
MARTINS, Sérgio Pinto. DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL. São Paulo: Atlas, 2005.
MARTINS, Sérgio Pinto. FUNDAMENTOS DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO. São Paulo: Atlas, 2005.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. 24. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2007. Vol. 1.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional.21. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
MULLER, F. Que grau de exclusão social ainda pode ser tolerado por um sistema democrático? In: PIOVESAN, F.(coord). DIREITO HUMANOS, GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E INTEGRAÇÃO REGIONAL. São Paulo: Max Limonad, 2002.
PEREIRA, P. A. P. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS: CRÍTICA AOS PADRÕES DOMINANTES DE PROTEÇÃO AOS POBRES NO BRASIL. Brasília: Thesaurus, 1996.
REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007, v. 1 a 7.

Unidade Curricular: PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II		
Período: 6º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II	**Pré-Requisito:** Pesquisa em Serviço Social I	

Ementa:
Coleta de dados em pesquisa social. Análise e apresentação de dados. As modalidades de trabalho científico. Comitê de Ética em Pesquisa e seus requisitos. Elaboração do Projeto de Pesquisa. Diretrizes do TCC do Curso de Serviço Social da UFVJM.

Objetivo:
Possibilitar a vivência do processo de iniciação científica e incentivar os acadêmicos à atitude investigativa/reflexiva no exercício da profissão.

Bibliografia Básica:

ABREU, Marina Maciel.; CARDOSO, Franci Gomes. Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social. v. 11. São Paulo: Cortez, 2025.
BARROCO, Maria Lúcia. A dimensão ético-político do Ensino e da Pesquisa em Serviço Social. In. Revista Temporalis. Ano 10. N. 19. ABPESS, 2010.
BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar T. da; SATIKO, Rose (orgs). Imagem-conhecimento: antropologia, cinema e outros diálogos. Campinas: Papirus, 2009.
BAUER, Martin W; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
BARDIN, Lawrence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante. 5a. Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
BRANDÃO, C. R. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.
CRESWELL, Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Penso, 2014.
FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.
FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MARTINELLI, Maria Lucia et al. A história oral na pesquisa em serviço social: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019.
MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. São Paulo: Contexto, 2011.
MORAES, Carlos de Souza; LIMA, Neusa C. Pesquisa em Serviço Social: teoria, método e metodologias. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2024.
SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (orgs). Teoria e Métodos da Pesquisa Social. Petrópolis, RJ: 2015.
STAKE, Robert. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Tradução: Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.
YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

Bibliografia Complementar:

CERVO, Amado Luiz. Metodologia Cientifica. 4ª Ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
CARVALHO, A. M. P. A. A pesquisa no debate contemporâneo e o Serviço Social.
CASTRO, C. Moura. A prática da pesquisa. IN: Cadernos ABESS nº 5. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
GALLIANO, Guilherme. O método científico. Teoria e pratica. São Paulo: Harbra, 1986.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.
GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.
LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.
MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografia e dissertação. São Paulo: Atlas, 1995.
MARCONI, Marina Andrade, Eva Maria Lakatos. Técnicas de pesquisa. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1990.
MINAYO, M.C. (Organizadora). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 10 edição. São Paulo: Martins e Fontes, 2001. (p. 251-269).
SETUBAL, Aglair A. Pesquisa no Serviço Social: utopia e realidade. 5ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 19ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

Unidade Curricular: PLANEJAMENTO E GESTÃO SOCIAL		
Período: 6º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Administração em Serviço Social – SSO034	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:

As dimensões constitutivas do trabalho profissional na construção do planejamento e de indicadores sociais. O planejamento e a gestão social/participativa. As formas do planejamento: plano, programa e projeto. A avaliação e o monitoramento no campo das políticas sociais. A elaboração de um plano de trabalho e do projeto de intervenção do Serviço Social. O trabalho do assistente social nas funções do e planejamento e gestão social em órgãos da administração pública, empresas e organizações sociais/ sociedade civil.

Objetivo:
Exercitar as dimensões constitutivas do exercício profissional no âmbito do planejamento, gestão social e avaliação das políticas sociais, tomando por base os órgãos da administração pública, empresas e organizações sociais.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, M. Veras. O planejamento estratégico na prática profissional cotidiana. IN: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 47. São Paulo, Cortez Editora, 1995.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. Gestão: Planejamento e Administração. In. Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 4, n.8 (jul./dez.2004). Porto Alegre:ABEPSS, Gráfica Odisseia, 2004-180p.p.51-76.

BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BONIN, Silvana. KRUGER, Tânia. Planejamento e Serviço Social. Sociedade em Debate, n. 21, v. 2, 2015. (p. 63-83). Disponível em: http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1216

BOSCHETI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABPESS Brasília, 2009.

BUENO, Nayara; CARLOTO, Cristina Cássia Maria. Avaliação e monitoramento da política de assistência social: uma proposta em construção. Espaço temático Rev. katálysis 18 (1) Jan-Jun 2015 https://doi.org/10.1590/1414-49802015000100002 Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/J54rDMbvR34WmdP6VjVNTNz/abstract/?lang=pt#

CAMPELO, Graham Stephan Bentzen. Administração Pública no Brasil: Ciclos entre Patrimonialismo, Burocracia e Gerencialismo, uma simbiose de Modelos. In: Ci & Tróp., Recife, v.34, nº2, p.297-324, 2010.

CAMPOS, A.E.M.; ABEGÃO, L.H; DELAMARO,M.C. O planejamento de projetos sociais: dicas, técnicas e metodologias. Rio de Janeiro : Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.

CUNHA, E. da P. Planejamento e financiamento da política de assistência social. In. Cadernos de Assistência Social: trabalhador. Belo Horizonte, NUPASS, 2006. (cap. 6)

EURICO, Márcia Campos. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf.

FILHO, Rodrigo de Souza & GURGEL, Cláudio.Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica. – São Paulo: Cortez, 2016. – (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 7).

FRITSCH, Rosângela. Planejamento Estratégico: Um instrumental para a intervenção do Serviço Social?. Serviço Social e Sociedade, nº 52. São Paulo: Cortez Editora. 1996.

GUEDES, Odilon. O plano diretor e as leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA) como instrumentos de planejamento na administração pública. Disponível em:http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_cidadania/Congresso/II_Congresso/2odilon-leis%20or%C3%A7ament%C3%A1rias%20como%20instrumento%20de%20planejamento.doc

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABPESS Brasília, 2009.

GONZALEZ, Lelia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.
HORST, Claudio, H. M; ANACLETO, Talita Freire M. A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). – Belo Horizonte: CRESS, 2023. Disponível em: https://cress-mg.org.br/2023/06/07/livro/
JANUZZI, Martino de Paulo. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de políticas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005 137
JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Planejamento e Políticas Públicas PPP, n o 36, Jan/Jun, IPEA, 2011.
http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/issue/view/30
JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas: definição, tipologias e etapas para sua elaboração. In: JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.
RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e Toyotismo. Lutas Sociais, São Paulo, vol.19 n.35, p.65-79, jul./dez. 2015.
MOTA, Ana E. (org.) A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial. O trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
PINTO, Geraldo Augusto. A Organização do Trabalho no Século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
SOUZA FILHO, R. Gestão Pública e Democracia. A Burocracia em Questão. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. Gestão e planejamento no campo das políticas sociais (Cap 1) In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.554-574.
VASCONCELOS, Ana Maria. A/O Assistente Social na Luta de Classes. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar:

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth. Avaliação de Políticas: uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez Editora; IEE/PUC/SP, 1998. p.29-39.
BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
BARBOSA, Mario da Costa. Planejamento e Serviço Social. 4ª Edição. Cortez Editora, São Paulo,1991.
BERTOLLO, Kathiuça. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan./jun. p. 333-356, 2016.
BRAGA, Marcus Vinícius de Azevedo; VISCARDI, Pedro Ribeiro. Gestão Estratégica do Terceiro Setor, In: PAULA, Renato Francisco dos Santos (Org.). Gestão Social e Planejamento Público: Temas de Políticas Públicas. Curitiba, CVR, 2018.(pp. 111-131).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. In: RAP. Rio de Janeiro 34 (4): 7-26, Jul./Ago. 2000.
CADERNO ABESS, nº 6. São Paulo, Cortez Editora, 1993.
CARDOSO, I. C. C; MARLOVA, E. Novas tecnologias de gerenciamento e novas demandas colocadas ao profissional de Serviço Social. Cadernos ABESS - Produção científica e formação profissional, n. 6. São Paulo: Cortez, 1993.
CESAR, Monica de Jesus. Empresa-cidadã: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.
COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional In: CEFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.651-666.
FALEIROS, Vicente de Paula. Saber Profissional e poder Institucional. São Paulo: Cortez Editora,1987.
FERREIRA, Francisco Whitaker. Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo permanente de mudança. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra,1978.
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Sistemas e ciclos de monitoramento e avaliação: recomendações da análise ex ante de políticas públicas e de programas governamentais: Rio de Janeiro : Ipea , 2023.
KARSCH, U. O Serviço Social na era dos serviços. São Paulo, Cortez Editora, 1989.
KLISBERG, B. A gerência na década de 90. IN: Revista de Administração pública n° 22. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
LOBO, T. Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, E. M. (Org.). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009, p. 75-84.
MOTA, Ana Elizabete. O feitiço da ajuda, São Paulo, Cortez Editora, 1987.
NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Avaliação e Monitoramento de Políticas e Programas Sociais revendo conceitos básicos. In: Revista Katálysis. Florianópolis, v 5, número 2 jul/dez, 2002. (p.141-152).
RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; PAULA, Renato Francisco dos Santos. Gestão Pública e Gestão Social no Brasil: uma história de caminhos, descaminhos e esperanças, In: PAULA, Renato Francisco dos Santos (Org.). Gestão Social e Planejamento Público: Temas de Políticas Públicas. Ed. CRV, 2018.
SALVADOR, E; BEHRING,E; BOSCHETTI,I; GRANEMANN,S. (orgs). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.
SANTOS, Cláudia Mônica dos. BACKX, Sheila. GUERRA, Yolanda (orgs.). A dimensão técnico operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. In: TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Ações Profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.
SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.
TAYLOR, Frederick Winslow. Princípios da Administração Científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

Unidade Curricular: POLÍTICA SOCIAL SETORIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Período: 6º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Política Social e Serviço Social II – SSO026	**Pré-Requisito:** Fundamentos da Política Social	
Ementa:		

A constituição sócio-histórica da política de assistência social no Brasil e seu marco legal. As configurações da política de Assistência Social no marco da reforma e a contrarreforma do Estado brasileiro. O Sistema Único de Assistência Social sua organização, gestão e controle social face ao capitalismo mundializado. Os enfoques teórico-metodológicos da política de assistência social no interior do Serviço Social.

Objetivo:
Analisar as tendências assumidas pela Assistência Social Pública no Brasil diante das mudanças realizadas pelo capitalismo na sua fase contemporânea e sua relação entre o sistema de proteção e o mercado.

Bibliografia Básica:

ABEPSS. O Serviço Social e suas responsabilidades na Luta das Pessoas com Deficiência. Disponível em:https://www.abepss.org.br/noticias/wwwabepssorgbrdiadeluta_dapessoacom_deficiencia-565. Acesso em: 12 set. 2024.
BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Institui a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 8 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 23 ago. 2024.
BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a organização e o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 7 jul. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. Acesso em: 23 ago. 2024.
BRASIL. Ministério da Cidadania. Política Nacional de Assistência Social: PNAS 2004. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.
BRASIL. Ministério da Cidadania. Norma Operacional Básica dos Serviços de Proteção Social e de Assistência Social (NOB, SUAS/RH). Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2021. Disponível em: [URL]. Acesso em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.
BRASIL. Ministério da Cidadania. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.
BRASIL. Política Nacional de cuidados e família. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Cartilha/Cartilha.pdf
CAMPOS, Edval Bernardino. O protagonismo do usuário da assistência social na implementação e controle social do SUAS. In: Caderno de textos: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS / Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Brasília, DF: CNAS, MDS, 2009, p. 17-24.
CFESS. Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasil, 2009.

CFESS. O trabalho do assistente social no Suas: seminário nacional/ Conselho Federal de Serviço Social Gestão Atitude Crítica para avançar na luta Brasília: CFESS, 2011, p. 72-107.
CFESS. Resolução CFESS nº 992/2022. Estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social, regulamentando os princípios II, VI e XI inscritos no Código de Ética Profissional. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/rescfess992.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.
CFESS. Anticapacitismo e Exercício Profissional. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/LivroAnticapacitismoExercicioProfissional2023Cfess-Acessivel.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.
COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Maria Carmelita. A política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas (et al.) (Orgs.) O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2017.
FONSECA, Dagoberto José; SILVA, Rosicler Lemos da; PEDROSO, Luciana da Silva. Invisibilidade do debate étnico-racial no SUAS: a materialização no CRAS e no SCFV. Revista Brasileira de Serviço Social*, São Paulo, v. 31, n. Fluxo contínuo, p. 196-2013, 2022. Disponível em: https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4167. Acesso em: 26 de agosto de 2024.
HORST, Claudio Henrique Miranda. Serviço Social e a temática família: renovação e conservadorismo na produção do conhecimento. Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 392-414,jul. / dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32043
MARTINS, Valdete de Barros. Participação e controle social no SUAS: o que temos e o que queremos. In: Caderno de textos: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS / Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Brasília, DF: CNAS, MDS, 2009, p. 7- 16.
NASCIMENTO, Paula Fonseca; MELAZZO, Everaldo Santos. Território: conceito estratégico na assistência social. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 16, n. 1, p. 66-88, jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.sigas.pe.gov.br/files/07062016082301-atualiz.vigilancia.recife.13.a.17.06.2016.8.pdf. Acesso em: 26 de agosto de 2024.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Maria Helena Elpídio. Território e produção do espaço no contexto da ideologia neodesenvolvimentista no Brasil. Revista Praia Vermelha, v. 24, n. 1. 2014. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/3464
BEHRING, Elaine Rosseti. Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. In: Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional O trabalho do/a Assistente Social no SUAS. Brasília: CFESS, 2011. p. 84-95.
BOSCHETTI, Ivanete. A Assistência Social no Brasil: um direito entre a originalidade e conservadorismo. Brasília: UNB, 2003. p. 39-116.
BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social e trabalho no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2017.
BOSCHETTI, Ivanete. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de

crise do capital. Argumentum, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 8, n. 2, p.12-29, maio/ago. 2016.
CAMPOS, Naara de Lima; FERRAZ, Jeane Andreia; CARRARO, Gissele. Crise, contra reformas e assistência social: Concepções e projetos em disputa. In: 7º ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E 14º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2019, Vitória. Anais [...].Vitória, 2019.
CAMPOS, Naara de Lima; FERRAZ, Jeane. Assistência social, crise e contrarreformas: inflexões entre o novo e o velho. Temporalis, Brasília, ano 20, n. 39, p. 11-26, jan./jun. 2020. Disponível em https: //periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/28653. Acesso em: 30 ago. 2020.
FERRAZ, Jeane Andreia; CAMPOS, Naara de Lima; BERWIG, Solange. Fundo público e assistência social: o desfinanciamento público. In: 7º ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E 14º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2019, Vitória. Anais [...]. Vitória, 2019.
MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. Katálysis, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 13 n. 2, p. 173-180, jul./dez. 2010.
MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N° 87. São Paulo. Cortez. 2006.
PAIVA, Beatriz Augusto. Assistência Social e políticas sociais no Brasil, configuração histórica: contradições e perspectivas. Katálysis, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 4. p. 11-34, 1999. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6250/5828. Acesso em: 10 dez. 2020.
PAIVA, Beatriz Augusto. Cartografia teórico-metodológica no estudo da proteção socioassistencial básica do SUAS. In: PAIVA, Beatriz Augusto. Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração. São Paulo: Veras Editora, 2014.
RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e condições de trabalho no SUAS. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 104, Dez/2010.
SILVA, Meyrieli de Carvalho. A questão racial e suas implicações para o serviço social no Sistema Único da Assistência social SUAS. Dissertação. Disponível em: tese_14938_Dissertacao - Meyrieli Silva.pdf (ufes.br)
SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N° 87. São Paulo. Cortez. 2006.
SPOSATI, Aldaíza. Qual política de assistência social queremos defender no contexto de crise do capital? Argumentum (Vitória), v. 8, n. 2, p. 6-15, maio./ago. 2016.

Unidade Curricular: OFICINA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL II		
Período: 6º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Oficina de Estágio em Serviço Social II – SSO032	**Pré-Requisito:** Oficina de Estágio em Serviço Social I	
Ementa: As dimensões constitutivas da profissão e sua indissociabilidade no exercício profissional; as dimensões investigativa e interventiva no exercício profissional; a particularidade da dimensão técnico-operativa do exercício profissional. Elaboração do projeto de intervenção a partir das demandas identificadas nos campos de estágios.		

Objetivo:
Aprofundar o debate sobre as dimensões constitutivas da profissão e sua indissociabilidade no exercício profissional
- Identificar as requisições sócio-profissionais e aprofundar o debate da dimensão técnico-operativa do exercício profissional;
- Aprofundar o debate sobre os instrumentos e técnicas como um dos elementos da dimensão técnico-operativa da intervenção profissional;
-Exercitar com o estagiário o processo de elaboração e sistematização de um projeto de intervenção profissional.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Magali, S. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CRESS. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados a atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. Disponível em: https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicioprofissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf
BAPTISTA, M. V. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. 2 ed. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000. (Série livro-texto; 1).
BRITES, C. M.; BARROCO, M. L. S. Serviço Social e ética profissional: Fundamentos e intervenções críticas. São Paulo: Cortez, 2022. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 9).
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. RESOLUÇÃO CFESS nº 1114/2025, de 04 de setembro de 2025 - Dispõe sobre as condições éticas e técnicas para o exercício profissional do (a) assistente social. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/legislacao/5343/oLyINKoMJ2ER4kgTH9r-_EpRWI-heQ6n.pdf
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social. Brasília (DF): CFESS, 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCfessDocOpiniaoTecnica2022-Final.pdf
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS (Orgs.). A Dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. Belo Horizonte: CRESS, 2023. Disponível em: https://cress-mg.org.br/wpcontent/uploads/2023/06/Livro-CRESS-MG-_-A-dimensa%CC%83o-te%CC%81cnico-operativa-no-trabalho-deassistentes-sociais-.pdf
DEGENSZAJN, R. R. Crise do capital, pandemia e o trabalho no Serviço Social [entrevista]. SILVA, A. P. P. da; DOURADO, E. O. *Em Pauta:* teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 220-237, set/dez., 2023. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2023.78953
EURICO, Márcia Campos. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf
EURICO. Márcia. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.133, p.515-529, set/dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?lang=pt&format=pdf

FERRI, M. F. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL. Temporalis, [S. l.], v. 20, n. 39, p. 225240, 2020. DOI: 10.22422/temporalis.2020v20n39p225-240. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/26085
GUERRA, Y. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. São Paulo: Vozes Editora, 2009, p. 79-106.
GUERRA, Yolanda. O que as requisições institucionais dizem sobre a profissão? In: **Anais**. XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Fortaleza, 2024.
GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Disponível em: http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf
MESQUITA, Andréa P. de.; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de. M. Dicionário crítico: Estágio supervisionado em Serviço Social. Fortaleza: Socialis, 2019
NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Cotidiano: conhecimento e crítica. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 64-90.
RAMOS, Adriana; Ortiz, Fátima Grave; PAULA, Luciana Gonçalves P. de. O trabalho profissional do/a assistente social e suas possibilidades: reflexões sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social. Juiz de Fora: Editoria UFJF/Selo Serviço Social, 2023.
RAMOS, Adriana; SANTOS, Francine H. C. dos (Org.). A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018.
SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 3ª edição, 2016.
SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio (orgs.). A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2016.
VASCONCELOS, A. M. A/O Assistente Social na Luta de Classes: Projeto Profissional e Mediações TeóricoPráticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Curriculares de 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603111138166377210.pdf
ABEPSS. Política Nacional de Estágio, 2010. Disponível em: http://arquivos.mp.pb.gov.br/psicosocial/servico_social/politica_nacional_esta gio.pdf
CAPUTI, L.; MOREIRA, T. W. F. Estágio Supervisionado em Serviço Social: contribuição para defesa do projeto ético-político profissional. UNIVERSIDADE E SOCIEDADE (BRASÍLIA), v. 62, p. 126-135, 2018.
CFESS/ABESS/CEAD/UnB. Recomendações para a elaboração do projeto de intervenção. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 05, Brasília: CEAD/UnB, 2001.
CFESS/CRESS. Coletânea Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS, 2009
CFESS. Regulamentação da supervisão direta de estágio (Resolução n. 533). Brasília, 2008. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf.

CFESS. Cartilha meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão de estágio direta em Serviço Social. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf.
CFESS. Série “Assistente Social no combate ao preconceito” (cadernos 1 a 8). Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/livros.
CFESS. Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão. 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf
CFESS. Resolução 557/2009, dispõe sobre a emissão de laudos, pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf
CFESS. Código de ética do(a) assistente social e Lei de regulamentação da profissão (Lei 8662 de 1993). Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. 134 p. Disponível em: https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de- assistentes-sociais.pdf
HILLESHEIM, Jaime; MANFROI, Vania Maria Manfroi; CARTAXO, Ana Maria Baima. Estágio supervisionado em serviço social: contradições no cotidiano de trabalho / organização - 1. ed. - Florianópolis [SC]: Emais, 2022.
MARCONSIN, C. Documentação em Serviço Social: Debatendo a Concepção Burocrática e Rotineira. In: Serviço Social: Direitos Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2011.
MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. de. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 93-104. jan./jun. 2007. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1048/3234.
PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.
SANTOS, C. M.; NORONHA, K. O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social – uma Perspectiva Crítica. In: Serviço Social: Direitos Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2011.
SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 119-132, 2008. Disponível em: https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/k7maNx2767S70XHK8137.pdf.

7º PERÍODO

Unidade Curricular: ESTADO, CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS		
Período: 7º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO033 – Estado, Classes e Movimentos Sociais	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
Estado, sociedade civil e luta de classes. O debate teórico sobre classes sociais, luta de classes e lutas sociais no capitalismo contemporâneo. Os novos movimentos sociais e as concepções teóricas pós-modernas. Movimentos sociais, identidade, reconhecimento e identitarismo. Movimentos sociais nas redes sociais e plataformas digitais. O Serviço Social e sua relação com os movimentos sociais no Brasil.

Objetivo:
Analisar os movimentos sociais a partir do processo histórico de organização das classes e lutas sociais no capitalismo contemporâneo. Aprofundar os debates sobre temas contemporâneos, considerando a relação entre Estado, classes sociais, lutas sociais e movimentos sociais. Considerar a relevância dos debates e ações do Serviço Social junto aos movimentos sociais.

Bibliografia Básica:

ABDALLA, Maurício. **O significado da crítica ao identitarismo.** Outras Palavras, 2024.
ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão. São Paulo: Boitempo, 2018.
ABEPSS. Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidios-para-o-debate-sobre as-lutas-e-os-movimentos-sociais-na-formacao-profissional-em-servico-social-23032213285054261 70.pdf.
ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.
CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança** movimentos sociais na era da internet; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
COGGIOLA, Osvaldo. O assassinato de Trotsky. **A Terra é redonda**, 2020.
COGGIOLA, Osvaldo. Rosa Luxemburgo e a Revolução. **A Terra é redonda**, 2021.
COTTA, C. C.; PEREIRA, J.M.V.; FONSECA, C.R.S. REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS: a atuação em rede do movimento feminista na América Latina. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, n.20, jul./dez. 2014.
FLORENZANO, Modesto. A Revolução Russa em perspectiva histórica e comparada. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n.75, S.P., 2008.
FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. Revista enfoques. UFRJ, RJ, v.9, n.1, agosto 2010.
FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética?. **Revista Lua Nova**., n.70, 2007.
GOHN, Maria da Glória. **Capacitação em SS e política social**: Módulo 2. Brasília: CEAD, 1999.
GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2001.
GOHN, Maria da Glória**. Movimentos sociais na Contemporaneidade. In: Revista Brasileira de Educação, vol. 16, n.47. RJ, maio/agosto2011.**
GOHN, Maria da Gloria; BRINGEL, Bruno M. **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
GOHN, M. G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.
GUIMARÃES, M. C. R. Lutas sociais e serviço social no Brasil face às querelas do nosso tempo. Em Pauta, RJ, 2023. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/72466/44898.

HOBSBAWN, E.J. A Revolução Francesa. **Coleção Leitura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Os 100 anos da Revolução Russa. Por que lembrar? Brasil de Fato, 27 de outubro de 2017.
LÊNIN, V. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978.
MANDEL, Ernest. A crise socialista e a renovação do marxismo. **A terra é redonda**, 2021.
MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez, 2010.
REIS, Daniel Aarão. As Revoluções Russas – o ciclo autoritário. **A Terra é redonda**, 2022.
SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. SP: Cortez, 2005.
SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**; São Paulo: Loyola, 1996.
TEIXEIRA, Carlos Sávio, MEDEIROS, Tiago. Contra a mediocridade, contra o identitarismo: uma contribuição para o debate público e acadêmico nacional. **Revista da defensoria pública do Distrito Federal**, Brasília, vol. 5, n. 2, 2023.
TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, São Paulo, nº 17, p. 05 -18 de junho de 1989.
VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. **O valor do socialismo**. São Paulo: Expressão popular, 2010.
VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. Filosofia da Praxis. São Paulo: Expressão popular, 2011.

Bibliografia Complementar:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. Serviço Social e Sociedade, n.127, p.456-475, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n127/0101-6628-sssoc-127-0456.pdf.
BARROS, Andréa Kelmer de A ORGANIZAÇÃO HOMOSSEXUAL EM JUIZ DE FORA: estudo sobre a trajetória do concurso Miss Brasil Gay em Juiz de Fora desde 1977 até a formação do MGM em 2000. **Tese de doutorado**, UFF/Niterói,2016.
BARROS, A. K de. História Recente das Lutas e Movimentos Sociais no Brasil: desafios e conquistas. In: SOUZA JUNIOR, A. B. de e et al. **Sociedade e Mobilização**, Pembroke Collins, Rio de Janeiro, 2020. p.367-282.
BARROS, Andréa Kelmer de. FEMINISTA É TUDO IGUAL? As diferentes vertentes teóricas feministas. In: **Políticas públicas no Brasil:** ensaios para uma gestão pública voltada à tutela dos Direitos Humanos. vol. VI/ organizadores: Anderson Vichinkeski Teixeira, Giancarlo Montagner Copelli, Marcelo Dias Jaques. – Blumenau, SC: Dom Modesto,2024.
BENTES,Ivana.Sovimaquiparaleroscomentarios/?https://**aterraeredonda.com.br**/2025-08-17. Acesso em 17 agosto 2025.
BRAZ, M. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Serviço Social e Sociedade**. [online]. 2012, n.111, pp.468-492. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282012000300005&script=sci_abstract&tlng=pt.
CFESS. O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais. **CFESS Manifesta**. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social. Vitória (ES),

2018. Disponível em file:///C:/Users/User/Documents/2021.1/2018-CfessManifesta-16Enpess-GTPAbepss-site.pdf. Acesso em 11/06/2021.
COSTA, F. N. https://aterraeredonda.com.br/ FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA.exploracaodotrabalhonaeradigital/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2025-04-03. Acesso em 03/04/2025.
DOLCE, Julia; SARTORATO, Diego. Marx 200 anos. **Brasil de Fato**, 05 de maio de 2018.
FONTES, V. Capitalismo, crises e conjuntura. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0409.pdf.
.GALVÃO, A.; AMORIM, E.; GOMES & SOUZA, J.; GALASTRI, L. (orgs). **Capitalismo: crises e resistências**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
GENRO, Tarso. O terceiro governo Lula. In:https://**aterraeredonda.com.br**/o-terceiro-governolula2/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2025-04-03. Acesso em 03 de abril de 2025.
GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Disponível em: https://**www.scielo.br**/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 27. Jul. 2025
MACHADO,ThiagodeOliveira.Aparticipaçãosocialnasredesdigitais.https://**aterraeredonda.com.br**/ 2025-04-25. Acesso em 26 de abril de 2025.
MOURA, Clóvis. Os quilombos e a luta de classes no Brasil. In: Revista Debate Sindical, Ano 9 - N° 20 dezembro/janeiro/fevereiro 95/96, p. 43-48.
OSORIO, Jaime. As classes sociais no capitalismo. In: OSORIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 205-238 [cap. 4].
REIS, Julia P., FREIRE, Thales M. A pós-modernidade e sua influência na gênese do pensamento dos movimentos sociais na atualidade. In: **Saberes em movimento:** perspectivas teóricas, de militância e representatividade em gênero e sexualidade. Anais do II Congresso de Diversidade sexual e de gênero. BH: Initia Via, 2017.
RICCI, Rudá. Fim da era dos movimentos sociais brasileiros. **Folha de SP**, 20 de outubro de 2009.
REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS: a atuação em rede do movimento feminista na América Latina. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, n.20, jul./dez. 2014.
SANTOS, Boaventura de Sousa. E agora Brasil? **Brasil de Fato**, 23 de julho de 2019.
SOUZA, Cláudio André de; PEREIRA, Carla Galvão. - **Movimentos sociais**. Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência de Educação a Distância, 2022.
SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020 (p. 91 a 123).

Unidade Curricular: Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual		
Período: 7º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Criada sem equivalência	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: Relações de exploração/opressão de classe, gênero, raça/etnia, sexualidades no capitalismo. A divisão racial e sexual do trabalho. Políticas de enfrentamento ao racismo, homofobia, preconceitos de raça e gênero/patriarcado. Principais formas de		

enfrentamento e lutas sociais na contemporaneidade. O Serviço Social e a aproximação com esse campo de debate e suas lutas.

Objetivo:

Apresentar aos estudantes os debates e pesquisas sobre a relação entre classe, gênero/patriarcado, raça/ etnia e diversidade sexual no contexto do capitalista na contemporaneidade, apresentando as principais discussões debates atuais sobre as lutas sociais, e conquistas políticas nesse campo, realizando as mediações com o Serviço Social brasileiro e o Projeto Ético-Político da profissão.

Bibliografia Básica:

ARRUZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismos para os 99%: um manifesto. CANDIANI, Heci Regina (TRAD). São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

BOZON, Michel. Demografia e sexualidade. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). A sexualidade nas ciências humanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: História e crítica de um preconceito. Tradução Guilherme Joao de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014, 276p.

CORRÊA, Mariza. Fantasias corporais. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DAVIS, Ângela. Mulher, raça e classe. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013. Disponível em: ttp://www.redehumanizasus.net/sites/default/files/blog/files/davis._mulher_raca_e_classe.pdf

DUARTE, Marco José de O. Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. In: Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

DUTRA, Adriana Soares. Violência Estatal e Experimentos de Resistência na Vida Social brasileira. Faperj, 2003.

ENGELS, Friederich. A família monogâmica. In.: A origem da família, da propriedade privada e do Estado.

EURICO, M. (et.al). Formação em serviço social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades. Temporalis, n. 42, 2021 (pag. 293-303). Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37235

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. In: Olhos d'Água. Rio de Janeiro: Pallas, pp.99-109, 2015.

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. 2020. —A escrevivência e seus subtextos‖. In: DUARTE, Constância Lima (org.), NUNES, Isabela Rosado. Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.

FARIAS. Flávio Bezerra de . O Estado Capitalista Contemporâneo. Cortez, 2000.

FERNANDES, F. A integração do Negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus, 1965.

FREDERICI, S. Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. Editora Elefante: 2004.

FISHER, Saul H. Uma nota sobre a homossexualidade masculina e o papel da mulher na Grécia antiga. In: A inversão sexual. As múltiplas raízes da homossexualidade. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago editora, 1973.
FURLANI, Jimena. Políticas identitárias na educação sexual.In: GROSSI, Miriam Pillar [etalli]. Movimentos sociais, educação e sexualidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. Revista Katálysis, Florianopólis, v. 21, n. 03, pp. 514-522, set./dez., 2018 (on line). Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?lang=pt&format=pdf
GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo. In: Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos. Maria Beatriz Costa Abramides (org.). São Paulo: EDUC, 2021.
GONZALEZ, Lélia; RATTZ, Alex; RIOS, Flávia. Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.
GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras. São Paulo: Diáspora afriacana, 2018.
GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latinoamericano: ensaio, intervenções e diálogos.
FLÁVIA RIOS, Márcia Lima (org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020
JESUS, Carolina Maria de. Diário de Bitita. Sesi-SP Editora: São Paulo, 2014.
JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Editora Ática, 2014.
HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo soc. [online]. 2014, v. 26, n. 1, pp. 61-73. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/abstract/?lang=pt
KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In.: Dicionário Crítico do Feminismo
KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Jess Oliveira (tradução). 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
HOOKS, bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019a.
HOOKS, bell. Eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019b.
LÊNIN. V. I. O poder soviético e a situação da mulher, 1919. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/11/06.htm
Lisboa, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf. Acesso em: 02 /01/2014.
MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política: livro I. Vol.1. Reginaldo Sant'Ana (Trad.). 32ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
MORAES, Lívia de Cássia. Feminismo e Marxismo: Contribuições para o debate por Hartmann, Young e Arruza. S/D. Disponível em: http://www.niepmarx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC30/MC301.pdf
MOTTA, Daniele Cordeiro. Desvendando o nó: a imbricação de gênero, raça/etnia e classe na obra de Heleieth Saffioti. In: IX Colóquio Interacional Marx e Engels, Anais [...], IX Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas – SP, 2018.
MOURA, Clóvis. A quilombagem como expressão de protesto radical. 2001.
NASCIMENTO, Beatriz. Mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007.

NASCIMENTO, Beatriz. Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Alex Ratts e Bethania Gomes (org.). Ogums Toque Negro Editora. Rio de Janeiro, 2015.
NASCIMENTO, Beatriz. A Senzala Vista da Casa Grande Localização do original: Fundo Maria Beatriz do Nascimento, 1981 – Proprietário: Arquivo Nacional. Disponível: www.museuafrorio.uerj.br/?work=arquivos. Versão datilografada e assinada do artigo escrito por Beatriz Nascimento no qual faz uma leitura crítica do filme "Xica da Silva" de Cacá Diegues. A
NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa;TOITIO, Rafael. O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O Trabalho Duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2004
PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós emancipação. In: XAVIER, Giovane et al. (orgs). Mulheres negras no Brasil escravista e do pós escravista. São Paulo: Selo Negro, pp. 297- 313, 2012.
ROCHA, ROSELI. A questão étnico racial e sua relevância na formação em Serviço Social. Petrópolis: Vozes, 1976. 383p.
SAFFIOTI, HeleiethI. B. Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres. FundaçãoPerseuAbramo, 2004.
SAFFIOTI, H. O poder do macho. Editora Moderna: 1987.
SAFFIOTI, H. A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
SANTOS, D.B.C. e ARAÚJO, D.C. Sexualidades e gêneros: questões introdutórias In: Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009. - 216 p
SANTOS, Bárbara. Teatro das oprimidas: estéticas feministas para poéticas políticas. Rio de Janeiro: Editora Philos, 2019.
SILVA, Ana Paula Procópio da. Formação social brasileira e questão racial: o racismo em debate. In: ELPÍDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo; ROCHA, Roseli. Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021.
SOARES, Maria Raimunda Penha. Dossiê Territórios e lutas sociais: insurgências e resistências contra a mercantilização da vida. In: Quilombo e luta pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2020 Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/32939

Bibliografia Complementar:

BERGER, Peter. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1973.
CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: selo negro, 2011
CISNE, M. Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social. 1. ed. São Paulo: outras expressões, 2012. v. 1000
CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília, 1993.

FISHER, Saul H.Uma nota sobre a homossexualidade masculina e o papel da mulher na Grécia antiga. In: A inversão sexual. As múltiplas raízes da homossexualidade. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago editora, 1973.
CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
LIMA, Rita de Lourdes de. Serviço Social e Gênero no Brasil: uma análise do processo de formação profissional. Pesquisa de Pós-Doutorado. UFRJ, 2012.
SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.
FERREIRA, G.G; AGUINSKY, B.G. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 223-232, jul./dez. 2013.
Lisboa, Teresa Kleba;Pinheiro, Eliane Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. Revista Katálysis, vol. 8, núm. 2, julio-diciembre, 2005, pp. 199-210.

Unidade Curricular: ELETIVA		
Período: 7º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: não há	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: Ementa aberta		
Objetivo: Possibilitar a atualização do currículo às mudanças da sociedade, permitindo que questões emergentes da agenda profissional possam ser trabalhadas e os estudantes tenham maior oportunidade de escolha. Disciplina de ementa aberta.		
Bibliografia Básica: A ser definida de acordo com a área temática de estudo. **Bibliografia Complementar:** A ser definida de acordo com a área temática de estudo.		

Unidade Curricular: OFICINA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL III		
Período: 7º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Oficina de Estágio em Serviço Social III – SSO036	**Pré-Requisito:** Oficina de Estágio em Serviço Social II	
Ementa: O potencial do projeto de intervenção de estágio na capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na formação profissional. Execução, monitoramento e avaliação do projeto de intervenção. A supervisão de estágio em Serviço Social como atribuição privativa de assistentes sociais. Sistematização e avaliação da experiência de estágio supervisionado e do trabalho profissional no campo de estágio.		
Objetivo: - Orientar o estudante-estagiário no processo de execução, avaliação e monitoramento do projeto de intervenção.		

- Preparar o discente para o processo de sistematização e avaliação da experiência de estágio e do trabalho profissional no campo de estágio;
- Refletir sobre os desafios postos ao Projeto Profissional Crítico a partir da experiência do Estágio Supervisionado.

Bibliografia Básica:

CFESS. Código de Ética do/a assistente social. Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf
CFESS. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2008. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf
CRESS-MG. (Org.). A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2023. Disponível em: https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Livro-CRESS MG-_-A-dimensa%CC%83o-te%CC%81cnico-operativa-no-trabalho-de-assistentes-sociais-.pdf
BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009 (p. 576-591).
BELLONI, Isaura, MAGALHAES, Heitor, SOUSA, Luzia Costa. Metodologia de Avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões de Nossa Época: v. 75)
CUNHA, Edite da Penha. Avaliação e Monitoramento da Política de Assistência Social. In. Caderno de Assistência Social: trabalhador. Núcleo de Apoio à Assistência Social – Belo Horizonte: NUPASS, 2006 (p. 152-162).
GIAQUETO, Adriana. A dimensão educativa no estágio supervisionado em Serviço Social: a perspectiva do supervisor de campo. In: Serviço Social e saúde. Campinas, Vol. 12, nº 2 (16), 2013, p. 157-170.
GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009.
HILLESHEIM, Jaime; J. MANFROI, Vania Maria; CARTAXO, Ana Maria Baima. Estágio supervisionado em serviço social [recurso eletrônico]: contradições no cotidiano de trabalho. - 1. ed. - Florianópolis [SC] : Emais, 2022.
PORTES. Lorena Ferreira et al. Serviço Social e seus fundamentos: uma experiência de educação permanente em uma universidade estadual do Paraná. Emancipação, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-23, e24422714, 2024. Disponível em http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao
RAMOS, Adriana; SANTOS, Francine H. C. dos. Articulação entre supervisão de campo e acadêmica em Serviço Social. Temporalis, Brasília, ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.
SANTOS, Cláudia M. dos., LEWGOY, Alzira M. B., ABREU, Maria Helena E. (org.). FORTI, Valéria, GUERRA, Yolanda (coord. da série). A supervisão de estágio em Serviço Social: Aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. (Coletânea nova de serviço social).
TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009.
YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social e a construção dos direitos sociais. In. BAPTISTA, Vera Miriam; BATTINI, Odária. (Org.) A prática do Assistente Social: teoria,

ação, construção do conhecimento. Volume 1. São Paulo: Veras, 2009. REVISTA EM PAUTA n. 30, v. 10, Rio de Janeiro, 2012.

Bibliografia Complementar:

ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS. Brasília: ABEPSS, 2009. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_20160331114536819823O.pdf
BRASIL. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf _____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/arquivos/2020/legislacao.pdf
BARROCO, M. L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético político. In. Revista Serviço Social e Sociedade, Cortez: São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
CARMONA, Rafael G.; SANTOS, Daraci Rosa dos. A supervisão técnica em serviços do SUAS: Uma competência profissional em construção no Serviço Social. Humanidades em Perspectivas, [S. l.], v. 2, n. 1, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/calbiero,+4+-+A+SUPERVIS%C3%83O+T%C3%89CNICA+EM+SERVI%C3%87OS+DO+SUAS.pdf
FACHINA, Andreza Mendes. A supervisão de estágio em serviço social: Aprendizados, contribuições e desafios. [Dissertação de mestrado UNESP Faculdade de Ciências Humanas e Sociais]. Franca: [s.n.], 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/8d814ff7-2a0d-44c1-abfb-37b65e9dbc87/content
FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra?. In: _____ (orgs). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2010, p. 3-23.
IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2008.
MARCONSIN, Cleier. Documentação em Serviço Social: Debatendo a Concepção da Burocracia e Rotineira. In. FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (Orgs.). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2010, p. 65-76.
MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009.
SANTOS, Cláudia Mônica dos; NORONHA, Karine. O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social uma Perspectiva Crítica. In. FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (Orgs.). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2010, p. 47-63.
SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico política. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009.

Unidade Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I		
Período: 7º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04

Equivalência: Orientação ao TCC I – SSO041	**Pré-Requisito:** Pesquisa em Serviço Social II
Ementa: Pesquisa e revisão bibliográfica. Estruturação da monografia. Estudo das categorias teórico-metodológicas do objeto de estudo. Elaboração do primeiro capítulo da monografia.	
Objetivo: Iniciar o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação individualizada de um docente sobre temática pertinente à formação profissional em articulação com as unidades curriculares de pesquisa.	
Bibliografia Básica: BRASIL. Decreto nº 12.651, de 7 de outubro de 2025. Regulamenta a Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Brasília: Presidência da República, 2025. BRASIL. Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Brasília: Presidência da República, 2024. DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1992. FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos. 4 ed. Papirus, São Paulo, 1997. LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1983. LUCKESI, Cipriano e outros. Fazer Universidade: uma Proposta Metodológica. São Paulo: Atlas, 1985. MINAYO, M.C. S. et. al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica. Atlas, São Paulo, 1996. **Bibliografia Complementar:** CERVO, Amado Luiz. Metodologia Cientifica. 4ª Ed. São Paulo: Makron Books, 1996. GALLIANO, Guilherme. O método científico. Teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994. GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.	

8º PERÍODO

Unidade Curricular: PSICOLOGIA SOCIAL		
Período: 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Psicologia Social e Serviço Social – CEX062	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: As contribuições da psicologia social no debate contemporâneo sobre as relações sociais: indivíduo-sociedade. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social. A atuação da psicologia social com famílias e grupos sociais no âmbito das políticas sociais. Saúde mental. Reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial. Debate contemporâneo.		

Objetivo:
Compreender a psicologia social e as suas formas de abordagem e intervenção junto aos grupos sociais, famílias e indivíduos no âmbito das políticas sociais. Analisar a importância do movimento de reforma psiquiátrica, a luta antimanicomial e suas contribuições para a defesa dos direitos sociais.

Bibliografia Básica:

AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.
BASAGLIA, Franco. A psiquiatria alternativa. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1979.
BISNETO, José Augusto. Serviço Social e saúde mental. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
BOCK, Ana Maria (org). Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2004.
CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social. Brasília: CFP/CEFESS, 2007.
DUARTE, José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Torres de. (Orgs). Famílias e famílias: Práticas e convenções contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Editora UFBA, 2008. FANON, F. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2015.
GADOTTI, Moacir. Marx: Transformar o mundo. 1ª ed. São Paulo: FTD, 1989.
JACQUES, Maria da Graça Corrêa et al. Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2013.
KALOUSTIAN, Silvio Manoug. Família brasileira: a base de tudo. São Paulo: Cortez Editora, 1994.
LANE, S.T.M. O que é Psicologia Social. São Paulo, Brasiliense, 1994.
PASSOS, R. G. **Série assistente social no combate do preconceito**: discriminação contra população usuária da saúde mental. v. 8. Brasília, DF: Comissão de Ética e Direitos Humanos/CFESS, 2022.
SZASZ, Thomas S. A fabricação da loucura. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo. Psicologia Social: principais vertentes. Porto Alegra: Artmed, 2011.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira. Psicologia aplicada à administração: uma introdução à Psicologia Organizacional. São Paulo: Atlas, 2014.
BASAGLIA, Franco. A psiquiatria alternativa. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1979.
BOCK, Ana M. Bahia e outros. Psicologias. São Paulo, Atlas, 1999.
BORGES et al. A Síndrome de Burnout e os valores organizacionais: um estudo comparativo em hospitais universitários. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2002, 15(1), pp. 189-200
CODO, Wanderley e SAMPAIO, José Jackson C. Sofrimento psíquico nas organizações. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
COHN, A. O Sistema Único de Saúde: A síndrome da Dualidade. Revista USP-Saúde, nº 51, São Paulo, 2001.
DAVIS, C. & OLIVEIRA, Z. M. R. Psicologia na Educação. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1990.
DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elizabeth e JAYET, Christian. Psicodinâmica do trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.
GALLIANO, A. Guilherme. Introdução à Sociologia. 1ª ed. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1981.

GOMBRICH, E.H. Verdade e estereótipo. Arte e Ilusão. Um estudo da representação pictórica, São Paulo, 1986.
KANAANE, Roberto. Comportamento humano nas organizações. São Paulo, Atlas, 1996.
MISSIAS-MOREIRA, Ramon; COLLARES-DA-ROCHA, Julio Cesar Cruz; servo, Maria Lúcia Silva. Representações sociais e seus diversos olhares, vols. I e II. Curitiba: CRV, 2018.
SPINK, Mary Jane P. O conhecimento cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Unidade Curricular: ELETIVA		
Período: 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: não há	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: Ementa aberta		
Objetivo: Possibilitar a atualização do currículo às mudanças da sociedade, permitindo que questões emergentes da agenda profissional possam ser trabalhadas e os estudantes tenham maior oportunidade de escolha. Disciplina de ementa aberta.		
Bibliografia Básica: A ser definida de acordo com a área temática de estudo. **Bibliografia Complementar:** A ser definida de acordo com a área temática de estudo.		

Unidade Curricular de Extensão: Educação, diversidade e inclusão Social		
Período: 8º	**C.H. Total:** 75 horas de extensão	**Créditos:** 05
Equivalência: -	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: Lutas de classes e disputa de projetos educacionais no Brasil. Estrutura e organização do sistema educacional no Brasil: políticas educacionais, reformas do ensino e planos e diretrizes. Os desafios da participação social e democracia na educação brasileira. Educação e diversidade de povos, territórios e biomas. A luta anticapacitista e a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional. Educação e territórios da região de abrangência da UFVJM. Ações de extensão devidamente registradas na Proexc, voltadas para a abordagem de temas constantes na ementa da unidade curricular.		
Objetivo: - Realizar estudos e pesquisas sobre a estrutura do sistema educacional no Brasil; - Propiciar aos estudantes uma articulação entre a pedagogia da autonomia como força popular nas atividades de ensino nas escolas públicas no município de Teófilo Otoni/MG, prioritariamente no território do entorno da UFVJM; - Organizar espaços comunitários/coletivos de diálogo, debates, reflexões sobre a educação no Brasil; - Organizar espaços comunitários/coletivos de práxis social nas escolas públicas no município de Teófilo Otoni/MG.		
Bibliografia Básica: ABREU, Maria Helena Elpídio. Território, Política Social e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo. 1ed. São Paulo: Papel Social, 2016.		

ACHTSCHIN, Márcio A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri. Teófilo Otoni: [s. n.], 2018. 176 p.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018. Brasília, 2018.
BRASIL. LEI N° 13.005/2014 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
BRASIL. Lei nº 14.276/2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/legislacao/2021/lei-no-14-276-de-27-de-dezembro-de-2021/view#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2014.113,Profissionais%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(Fundeb). Acesso em: 11 de fev. 2026.
BARBOSA, L. Acessibilidade no Ensino Superior: desafios para a inclusão de estudantes com deficiência. *Revista de Educação Especial*, 25(2), 120-137, 2019.
BRASIL. Lei n°13146, de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 11 fev. 2026.
BRASIL. *Lei Federal Nº. 9394 de 20 de dezembro*. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 11 fev. 2026.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2005
FRIGOTTO, Gaudêncio. Mercantilização da educação superior e o fazer docente. Unichapecó. Revista Pedagógica. 2009. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/379/202
FRIGOTTO, Gaudêncio; PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe. Educação democrática: antídoto ao escola sem partido. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.
FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da História e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr. 2011.
JESUS, Rodrigo Ednilson de. Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: lutas por redistribuição e reconhecimento. Paidéia, Belo Horizonte, v. VIII, pp. 151-173, 2012
LEHER, R. **Universidade e Heteronomia no capitalismo dependente**: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 3. ed., rev. e ampl. Goiânia: Alternativa, 2001. 259 p.
LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar, políticas, estruturas e organização. 2 ed. SP: Cortez, 2005.
MESZAROS, István,1930. Educação para além do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje. São Paulo: Cortez, 2002.
SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. São Paulo: Autores Associados. 1998.
SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e educação: uma questão em debate. Interface – Natal/ RN – v1. 2005.
TONET, Ivo. Educação contra o capital. 3 ed. São Paulo, 2016.
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 2, de 18 de janeiro de 2021. Diamantina: UFVJM, 2021.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a formação anticapacitista em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2024**.**
BRASIL. Lei nº 13.935/2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 11 fev. 2026.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS, 2013. 53 p. (Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Diálogos do Cotidiano - assistente social - reflexões sobre o trabalho profissional - Caderno 4
IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 326 p.
MÉSZÁROS, S. A educação para além do capital. Boitempo, 2 ed. 2005
SAVIANI, Demerval. Escola e democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política. 40. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Unidade Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II		
Período: 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Orientação ao TCC II – SSO043	**Pré-Requisito:** Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I	
Ementa: Revisão bibliográfica. Coleta, organização, análise, sistematização dos dados da pesquisa. Monografia para defesa pública. Versão final da monografia.		
Objetivo: Concluir o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação individualizada de um docente sobre temática pertinente à formação profissional em articulação com o seminário de TCC I.		

Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos. 4 ed. Papirus, São Paulo, 1997.
LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1983.
LUCKESI, Cipriano e outros. Fazer Universidade: uma Proposta Metodológica. São Paulo: Atlas, 1985.
MINAYO, M.C. S. et. al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica. Atlas, São Paulo, 1996.

Bibliografia Complementar:

CERVO, Amado Luiz. Metodologia Cientifica. 4ª Ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
GALLIANO, Guilherme. O método científico. Teoria e pratica. São Paulo: Harbra, 1986.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.

GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Grupo de unidades curriculares eletivas

Unidade Curricular: OFICINA DE TEXTOS ACADÊMICOS		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO066	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: Tipologias dos textos e gêneros textuais, tendo em vista a prática de produção dos textos acadêmicos.		
Objetivo: Desenvolver habilidades de leitura e elaboração de textos do gênero científico.		
Bibliografia Básica: BIANCHETTI, I. MACHADO, A.M.N. A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2012. MOTTA-ROTH, D; HENDGES, G.R. Produção textual na universidade. São Paulo: Cortez, 1996. SEVERINO. Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico.23 Ed. São Paulo, Cortez, 2007. **Bibliografia Complementar:** FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 2. ed. São Paulo: Ática,1991. GARCIA, Othon M. Comunicação e prosa moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1997. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Desvendando os segredos do texto. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português Instrumental de acordo com as normas da ABNT. 25ª ed.São Paulo: Atlas, 2004. ZANOTELLO, Simone. Redação reflexão e uso. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.		

Unidade Curricular: QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: ECO019	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: A renda da terra, a teoria do valor e a formação de preços. Penetração do capitalismo na agricultura: proletarização no campo, subordinação das formas de produção não capitalistas ao capital e os processos de industrialização da agricultura. Estrutura agrária e relações de produção. Renda da operação agrícola. Intervenção do estado no setor agropecuário (crédito, preços, incentivos, legislação trabalhista, reforma agrária, latifúndios).		
Objetivo:		

Abordar o tema da Questão Agrária, tal como ela se gestou, se desenvolveu e se complexificou ao longo da história brasileira, desde a colônia até o presente momento.

Bibliografia Básica:

ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil: novas questões, velhos desafios. Dados para subsidiar o debate. Disponível em: http://agrobiodiversidade.files.wordpress.com/2010/08/estudo_paulo_alentejano1.pdf. Acesso em: 01-10-2013.

BANDEIRA, Muniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A barbárie moderna do agronegócio versus a agricultura camponesa: implicações sociais e ambientais. In.: Revista GeoGraphos, Jan. 2012. Disponível em: http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/articulos/agricultura-camponesa.pdf. Acesso em: 01-10-2013.

CARVALHO, Horácio Martins de. Camponês, o guardião da agrobiodiversidade. In.: DATALUTA, julho de 2013. ISSN 2177 4463. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/7artigodomes_2013.pdf. Acesso em: 01-10-13.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço. 9.ed. Cap. 05, São Paulo: Brasiliense, 1965.

DARCY, Ribeiro. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio e Reforma Agrária. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgrariA_Bernardo.pdf. Acesso em: 01-10-2013.

FERNANDES, Florestan. A ditadura em questão. Cap.01, São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica. Cap.05, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. Circuito Fechado. São Paulo: Hucitec, 1976.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5.ed. São Paulo: Global, 2008.

FURTADO, Celso. Análise do “modelo” brasileiro. 8.ed. São Paulo: Civilização brasileira, 1986.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Orientador: Bernardo Mançano Fernandes, Presidente Prudente: 2008. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2008/girardi_ep_dr_prud.pdf. Acesso em: 01-10-2013.

IANNI, Otávio. Ditadura e agricultura - o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LUGON, Clovis. A república Guarani. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. Revista Agrária, Universidade de São Paulo – USP, Nº 12, p. 3-113, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/702. Acesso em: 01-10-2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. Cap.8, São Paulo: FFLCH, 2007.

PINASSI, Maria Orlanda. Da miséria ideológica à crise do capital - uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.
SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. In.: Revista Economia e Sociologia Rural, Vol.50, Nº 3, Brasília, Jul/Sept, 2012. ISSN 0103-2003. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032012000300007. Acesso em: 01-10-2013.
SILVA, José Graziano da. O que é Questão Agrária? 4.ed., São Paulo: Brasiliense,1981.
SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.
STÉDILE, João Pedro (ORG.). A questão agrária no Brasil - o debate tradicional: 1500-1960, São Paulo: Expressão Popular. 2005.
STÉDILE, João Pedro. A questão agrária hoje, Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2002.

Bibliografia Complementar:

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Cap. V., São Paulo: Nova Cultural, 1986. p.57-86. (Os economistas).
LENIN.V.I. Revision del programa agrário del partido obrero. In.: _____. Obras escogidas. Tomo III, Moscu: Editorial Progresso. 1976, p. 198-225.
LENIN.Vladimir Ilitch. El congreso de diputados campesinos. In.: _____. Obras escogidas. Tomo III, Moscu: Editorial Progresso. 1976, p.332-335.
LENIN.Vladimir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Cap.III, São Paulo: Abril cultural, 1982. (Os economistas).
MARTINS. José de Souza. O cativeiro da terra. São Paulo: Hucitec, 2004.
MARX, Karl. Metamorfoses do sobrelucro em renda fundiária. In.: _____. O capital: crítica da economia política. 2.ed., Livro Terceiro, Tomo 2, São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 121-266. (Os economistas).
MARX, Karl. Renda da terra. In: _____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004, p.61-78.
RICARDO, David. Sobre a renda da terra. In.: _____. Princípios de economia política e tributação. 2.ed. São Paulo: Nova cultural, 1985. p.65-76. (Os economistas).
SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil. Publicado aos 29 de dezembro de 2010 por Land Research Action Network – LRAN; Disponível em: http://www.landaction.org/spip.php?article587&lang=en. Acesso em: 01-10-2013.
SILVA. Sérgio S. Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo. São Paulo: Polis, 1981.
SMITH, Adam. A renda da terra. In.: _____. A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol.1 São Paulo: Nova Cultural, 1996. p.185-213. (Os economistas).
SODRÉ, Nelson Werneck. A coluna prestes. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Unidade Curricular: ECONOMIA BRASILEIRA II		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: ECO081	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa:		

Crise do capital na década de 1970. II PND: Propostas, Padrão de Financiamento e Crescimento da Dívida Externa. Retomada da Hegemonia Norte-Americana e Crise da Dívida Externa na Década de 1980. Implementação do Neoliberalismo no Brasil, Política Econômica Voltada ao Pagamento dos Serviços da Dívida Externa, Inflação e Planos de Combate à Inflação. Aprofundamento da Internacionalização Financeira. Anos 1990: Consenso de Washington e Governo Collor. Plano Real e Acirramento do Neoliberalismo nos Governos FHC. Anos 2000: Política Econômica dos Governos Lula e Dilma e Continuidade do Neoliberalismo no Brasil.

Objetivo:

Proporcionar aos discentes uma compreensão da economia brasileira recente, o debate sobre os caminhos da economia, as políticas econômicas adotadas, as crises, o crescimento, os planos de estabilidade macroeconômica e suas implicações para um suposto desenvolvimento econômico nacional.

Bibliografia Básica:

ARIDA, P. (org.) Inflação Zero: Brasil, Argentina e Israel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BAER, M. A internacionalização financeira no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

BAER, M. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BATISTA JR., P. N. e RANGEL, A. A renegociação da dívida externa brasileira e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados. Caderno Dívida Externa. n. 7, PEDEX, São Paulo, 1994.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Cadernos da Dívida Externa. n. 6, PEDEX, São Paulo, 1994.

BELLUZZO, L. G. M. e ALMEIDA, J. G. Depois da Queda. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

BELLUZZO, L. G. M. O senhor e o unicórnio: a economia brasileira nos anos 80. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (orgs.). Desenvolvimento capitalista no Brasil. 4. ed. Campinas: UNICAMP.IE, 1998. V. 2. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 10).

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A vulnerabilidade econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2005.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

CASTRO, A. B.; SOUZA F. E. P. A economia brasileira em marcha forçada. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

CAVALCANTI, C. B. Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna. Rio de Janeiro, BNDES, 1988.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo no fim do século. Economia e Sociedade. Volume 5, 1995.

CRUZ, P. D. Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CRUZ, P. D. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. Nova Economia. Belo Horizonte, v.5, n.1, ago.1995.

FILGUEIRAS, L. A. M. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

FORUM GAZETA MERCANTIL (org.). FMI x BRASIL: a armadilha da recessão. São Paulo: Ed. Gazeta Mercantil, 1983.
FURTADO, C. A nova dependência: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
GONÇALVES, R. Globalização e Desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. II PND. Disponível em: http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/3plans/1974II-PND/pdf/II-PND.pdf.
LESSA, C. A estratégia de desenvolvimento, 1975/76; sonho e fracasso. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 5).
LESSA, C. Visão crítica do II PND. Revista Tibiriçá, ano II, no. 6, jan-março, 1977 p. 47-72.
MACIEL, D. De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda/Goiânia: Funape, 2012.
MAGALHÃES, J. P. A. et al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed Garamond, 2010.
MANDEL, E. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990. MERCADANTE, A. (org.). O Brasil pós-Real: a política econômica em debate, 1997.
OLIVEIRA, F. A. Política econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.
PAULA, J. A. (org.) A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
PAULA, J. A. (Org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 224 p.
PAULANI, L. Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.
SALVADOR, E. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.
SAMPAIO JR., P. A. Crônica de uma crise anunciada. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.
TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. Revista de Economia Política. Vol. 5, n.o 2, abril-junho/1985.
TAVARES, M. C. e ASSIS, J. C. O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
TEIXEIRA, A. O ajuste impossível – um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

Bibliografia Complementar:

ABREU, M. P. (org.). A ordem do progresso: sem anos de política econômica republicana, 1889- 1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
ANTUNES, R. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
ARRUDA, M. Dívida E(x)terna: para o capital, tudo; para o social, migalhas. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BASUALDO, E. M.; ARGEO, E. Neoliberalismo y sectores dominantes: tendências globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, 2006.
BATISTA JR. P. N. Da crise internacional à moratória brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
BATISTA JR. P. N. O Plano Real à Luz das Experiências Mexicana e Argentina. Estudos Avançados, n. 28, set.-dez. de 1996.
BATISTA JR., P. N. Formação de capital e transferência de recursos ao exterior. Revista de Economia Política. Vol. 7, no. 1, janeiro-março/1987.
BATISTA JR., P. N. Mito e realidade na dívida externa brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
BATISTA, P. N. et al. Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
BELLUZZO, L. G. M.; GALÍPOLO, G. Manda quem pode, obedece que tem juízo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.
BELLUZZO, L. G., O capital e suas metamorfoses. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (orgs.). Desenvolvimento capitalista no Brasil. 4. ed. Campinas: UNICAMP.IE, 1998. V. 1. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 9).
BENAKOUCHE, R. Bazar da dívida externa brasileira. São Paulo: Boitempo, 2013.
BIONDI, A. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Geração Editorial, 2014.
BORGES, A.; POCHMANN, M. Era FHC: a regressão do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, Cadernos MARE, n. 1, 1997.
CAMPOS, F. A. A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). Campinas: 2009. Tese (Doutorado) Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas.
CAMPOS, F. A (org). Introdução à formação econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. Marília: Lutas anticapital, 2018.
CANO, W. A desindustrialização no Brasil. Texto para discussão. IE/UNICAMP: Campinas, n. 200, jan. 2012.
CANO, W. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995.
CANO, W. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
CARNEIRO, M. L. F. Auditoria da dívida externa: questão de soberania. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
CARNEIRO, R. (org.). Política econômica da Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
CHOSSUDOVSKY, M. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.
CORAZZA, G. Dívida interna: o Estado paga a conta. Ensaios FEE. Porto Alegre, 6(2): 171-182, 1985.

DIMENTEIN, G.; SOUZA, J. A história do Real: trama de uma sucessão. 3. ed. São Paulo: Ática/Folha de São Paulo, 1994.
DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. (orgs.). Desafios da globalização. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
DUMENIL, G.; LEVY, D. A crise do neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.
FIESP. Livres para crescer: proposta para um Brasil moderno. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.
FIORI, J. L. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: EDUERRJ, 1995.
FURTADO, C. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.99
FURTADO, C. O capitalismo global. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
FURTADO, C. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
FURTADO, Celso. ABC da dívida externa: o que fazer para tirar o país da crise financeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1989.
GENNARI, A. M. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos noventa. Pesquisa & Debate. São Paulo: PUC, v.13, n.1 (21), 2002.
GONÇALVES, R. O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto: 2000.
GONÇALVES, R. A herança e a ruptura: cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
GONÇALVES, R. O nó econômico. Rio de Janeiro: Record, 2003.
GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F. A. Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil. Belo Horizonte: 2009.
HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2003
HAYEK, F. A. O Caminho da servidão. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
IANNI, O. A era do globalismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
KUCINSKI, B.; BRANFORD, S., A ditadura da dívida: causas e consequências da dívida latino-americana. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
LESBAUPIN, I.; MINEIRO, A. O desmonte da Nação em dados. Petrópolis: RJ: Vozes, 2002.
LOPES, F. Choque heterodoxo: combate à inflação e reforma monetária. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
LOPREATO, F. L. Caminhos da política fiscal do Brasil. Tese de Livre Docência, São Paulo: Unesp, 2011.
MAGALHÃES, J. P. A; MINEIRO, A. S.; ELIAS, L. A. (orgs.). Vinte anos de política econômica. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
MATTOS, A. C. M. (org.). A inflação brasileira: uma abordagem prática e moderna antes e depois do choque. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
MATTOSO, J. O Brasil desempregado. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.
MELLO, J. M. C. de. Consequências do neoliberalismo. Economia e Sociedade. Campinas: IE/UNICAMP, v.1, n.1, agosto, 1992.
MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.
NETTO, J. P. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, F. A. A economia brasileira em preto e branco. Campinas: Hucitec/Fecamp, 1991.
OLIVEIRA, F. A.; BIASOTO JR., G. (orgs.). A política econômica no limiar da hiperinflação. São Paulo: Hucitec; Campinas, SP: FECAMP, 1990.
OLIVEIRA, F. Collor: a falsificação da ira. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
OLIVEIRA, F. de. O Momento Lênin. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n.75, jul. 2006.
OLIVEIRA, G. Brasil Real, desafios da pós-estabilidade na virada do milênio. São Paulo: Mandarim, 1996.
REGO, J. M. (org.) Inflação inercial, teoria sobre inflação e o Plano Cruzado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
RIBEIRO JR. Amaury. A privataria tucana. São Paulo: Geração Editorial, 2011.
RODRIGUES, C. H. L. Considerações sobre o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso: contradições do discurso e acirramento da implementação do neoliberalismo. IV Encontro Internacional de Economia Política e Direitos Humanos. Buenos Aires, 2011.
RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. Imperialismo e Empresa Estatal no Capitalismo Dependente Brasileiro (1956-1998). Campinas: 2017. Tese (Doutorado) Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas
SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
SAMPAIO JR., P. A. S. Entre a Nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.
SAMPAIO JR., P. A. S. Globalização e Reversão Neocolonial. Filosofia y teorias políticas entre la crítica y la utopia. Buenos Aires: Clacso, 2007.
SAMPAIO JR., P. A. S. Padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica do Brasil em 1983 e 1984. Campinas: 1988. Dissertação (Mestrado) Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas.
SCHINCARIOL, V. E., Economia e política econômica no governo Dilma (2011-2014): uma história político-econômica da primeira administração de Dilma Rousseff. São Paulo: Raízes da América, 2016.
SICSÚ, J. (Org.). Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?). São Paulo: Boitempo, 2007.
SINGER, P. O dia da lagarta: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado. São Paulo: Brasiliense, 1987.
SINGER, P. Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
SINGER. P. O Brasil na crise: perigos e oportunidades. São Paulo: Contexto, 1999.
SODRÉ, N.W. A farsa do neoliberalismo. 5. Ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (Des) Ajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
TAVARES, M. C.; DAVID, M. D. (orgs.). Economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes/Achiamé, 1982.

Unidade Curricular: ECONOMIA SOLIDÁRIA

Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: ECO023 - Economia Solidária	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
Origens e desenvolvimento do associativismo/cooperativismo. Economia, solidariedade e cooperação na história do pensamento econômico. Economia Solidária e as novas configurações do mundo do trabalho: resistência ao desemprego e experiências de trabalho associado e autogestionário, precarização das relações de trabalho, processos de terceirização, relações de trabalho no cooperativismo tradicional ***versus*** cooperativismo solidário. Relações entre o trabalho no Terceiro Setor e na Economia Solidária. Limites e possibilidades emancipatórias do trabalho autogestionário. Limites e possibilidades da Economia Solidária como política pública de geração de emprego e renda. Fábricas recuperadas. Comércio Justo. Clubes de troca. Bancos comunitários e moedas sociais.

Objetivo:
Analisar a gênese da chamada Economia Solidária, compreender sua atuação e limites dentro do modo de produção capitalista.

Bibliografia Básica:

ABDALLA, M. O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulos, 2002.
ABRAMIDES, M. B. C. As lições da comuna de Paris e a atualidade da revolução social. Revista Pucviva, nº 40, janeiro/abril 2011.
ARRUDA, M. Humanizar o infra-humano – a formação do ser humano integral: **Homo** evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis: Vozes, 2003.
BARBOSA, R. N. de C. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
COELHO, T. O que é utopia. Coleção primeiros passos. São Paulo: Círculo do Livro, Ed. Brasiliense, 1980.
ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. 9. ed. São Paulo: Global Editora, 1988.
GERMER, C. A. Economia solidária: uma crítica marxista. In.: GEDIEL, José Antônio Peres (ORG.). Estudos de direito cooperativo e cidadania. Curitiba: Programa de pós-graduação em direito da UFPR, n. 1, 2007.
GONZÁLEZ, H. A comuna de Paris: Os assaltantes do céu. São Paulo: Brasiliense, 1982.
GUILLERM, A.; BOURDET, Y.Autogestão: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
MALAGUTI, M. L. Crítica a razão informal. São Paulo: Boitempo, 2001.
MARQUES, R. M. Tomando o céu de assalto. Revista Pucviva, nº 40, janeiro/abril 2011.
MENEZES, M. T. C. G. de. Economia solidária: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.
MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
MONTAÑO, Carlos. Microempresa na era da Globalização. São Paulo: Cortez, 2001.
MOTTA, F. C.P. Burocracia e Autogestão. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PANIAGO, Maria C. Os meios que se perderam dos fins: cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores. In: Revista Outubro n.18. São Paulo: Alameda, 2008.
PETITFILS, Jean-Christian. Os socialismos utópicos. São Paulo: Círculo do Livro, Zahar Editores, 1977.
PINHO, Diva Benavides. Que é cooperativismo. São Paulo: São Paulo Editora, 1966.
RIOS, Gilvando Sá Leitão. O que é cooperativismo. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.
SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Coleção reinventar a emancipação social para novos manifestos. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
SINGER, Paul; MACHADO, João. Economia Socialista. Socialismo em discussão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). A economia solidária no Brasil a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
SINGER, Paul. Globalização e desemprego diagnóstico e alternativas. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
SINGER, P.A economia solidária no governo federal. In. : BENINI et al. (Org.). Gestão Pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária. Vol. 1. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
SINGER, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In.: SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.
TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.
TEIXEIRA, A. (Org). Utópicos, herético e malditos os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.
WELLEN, H. Para a crítica da Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOVAY, Ricardo.Org. Laços financeiros contra a Pobreza. São Paulo: Fapesp/Anna Blume, 2004.
ARROYO, João Cláudio Tupinambá & SCHUCH, Flávio Camargo. Economia Popular e Solidária: A alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
AVIDOVIC, G. **Hacia um mundo cooperativo: económicamente, socialmente, políticamente**. Zaragoza: Centro Nacional de Educacion Cooperativa, 1976. 222 p.
BONAPARTE, H. M. **Frente al neoliberalismo: cooperativas post modernas?**. Revista del Instituto de la Cooperación, n. 81, p.337-386, 1993.
CONFEDERAÇÃO das cooperativas de reforma agrária do Brasil - CONCRAB. Sistema cooperativista dos assentados. Caderno de Cooperação Agrícola, São Paulo, n. 5, 1997.
COSTA, F. As cooperativas e a economia social. Lisboa: Horizonte, 1986, 119 p.
CULTI, M. N. Sócios do suor: cooperativas de trabalho. São Paulo: Anais da ABET Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, v. II, 1999. Disponível via: mnculti@uem.br

DARDENGO, A. M. A panaceia econômico-solidária: uma sistematização dos discursos apologéticos e críticos da economia solidária no Brasil. Dissertação de mestrado. Vitória: PPGPS- UFES, 2013.
DUARTE, L. M. Capitalismo e cooperativismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 1986. DUTRA, T. A. As cooperativas de trabalho no Brasil: década de 90. São Leopoldo: [s. n.], 1986.
EISLER, R. A verdadeira riqueza das Nações: Criando uma economia solidária. São Paulo: Cultrix, 2007.
HOLZMANN, L. Operários sem patrão. São Carlos: UFScar, 2001.
KONDER, L. Fourier, O socialismo do Prazer. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
LISSAGARAY, P-O. História da Comuna de 1871. São Paulo: Ensaio, 1995.
MALAGUTI, M. L. Crítica a razão informal. São Paulo: Boitempo, 2001.
MARX, K. A Guerra Civil na França. São Paulo: Global, 1986.
MAUAD, M. J. L. As cooperativas de trabalho e sua relação com o direito material do trabalho. São Paulo: PUC, 1997. (Dissertação Tese Mestrado em Direito do Trabalho) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
OLIVEIRA, F. Cooperativismo de trabalho e o desemprego tecnológico. Cooperativa & Trabalho, n. 2, p. 27-28, 1999.
PÉRIUS, V. Cooperativas de trabalho: manual de organização. Perspectiva Econômica, v. 32, n.97, Série Cooperativismo, n. 41, 1997.
PINHO, D. B. Economia e Cooperativismo. São Paulo: Saraiva, 1997.
POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
QUIJANO, A. La economia popular y sus caminos en América Latina. Mosca: Azul Editores, 1998.
RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: FASE, 1995.
SCHNEIDER, J. O. Cooperativas de produção ou de trabalho: sua viabilidade no Brasil. Cadernos CEDOPE - Série Cooperativismo, n. 6, 1991. SENAC/ARRJ. Cooperativismo: uma forma de organização dos trabalhadores. Projeto Artesão. Rio de Janeiro: SENAC, 1999.125p.
TIRIBA, L. Economia popular, a relação trabalho-educação como mediação entre "mundo da cultura" e "mundo da produção". In: XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1999. TONET, I. Educação, Cidadania e Emancipação Humana. Ijuí: Uniijuí, 2005.
VELA, H. O sistema cooperativado dos assentados: primeiros resultados de um processo. Perspectiva Econômica, v. 30, n. 89, p. 87-97, 1995. YUNUS, M. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

Unidade Curricular: ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: ECO027	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: As concepções teóricas da natureza do Estado e o pensamento econômico. Formas de intervenção do Estado no capitalismo contemporâneo. Economia e política das finanças públicas no Brasil. Gastos públicos. Financiamentos dos gastos públicos e dívida pública. Sistema tributário. Orçamento público.		

Neoliberalismo e política fiscal. Indicadores fiscais e temas atuais sobre finanças públicas no Brasil.

Objetivo:

Apresentar aos estudantes uma base teórica que permita o entendimento da natureza e das funções clássicas do Estado capitalista. Possibilitar o reconhecimento das formas de intervenção do Estado sobre a economia e a sociedade e dos principais fundamentos que permeiam a temática acerca do setor público no capitalismo contemporâneo. Apresentar conceitos relacionados as finanças públicas, bem como os principais conceitos/indicadores e base de dados para o caso brasileiro; entender o resultado fiscal: os gastos públicos e as receitas públicas, seus aspectos teóricos e especificidades no Brasil.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BAER, Mônica. O rumo perdido: crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BAUMANN, Renato. O Estado: salva-vidas na Índia, garantia de Bem-Estar na Bélgica ou motor de crescimento na Belíndia. Planejamento e Políticas Públicas, no. 9, junho 1993. Brasília: IPEA. (p.201-223).

CORAZZA, Gentil. Teoria econômica e Estado: de Quesnay a Keynes. Porto Alegre, UFRGS, 1984. (Dissertação de mestrado em economia).

DELDUQUE J.J. Dívida Pública: a proposta de independência, São Paulo: Campinas, 2000.

BARBOSA, Fabio Oliveira. O déficit do setor público e a política fiscal no Brasil, 1980-1988, Proyecto Regional de Política Fiscal, CEPAL-PNUD, Santiago de Chile, 1991.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare-State. LUA NOVA. no. 24, setembro de 1991. São Paulo: Marco Zero e CEDEC, 1991. (p.85-116). [31]

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2ed. Col. Os Economistas. (Cap. I e II, p. 17-41). [24]

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005. (p. 75-96).

IANNI, Otávio. Estado e capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2004. (P. 9-46).

LENIN, V.I. O Estado e a revolução. São Paulo: Expressão popular, 2010. (Cap. I, A sociedade de classes e o Estado. p. 225-236, Cap. III A experiência da Comuna de Paris).

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Col. Os Pensadores. (Cap. II, p.35-39; Cap. V, p.45-54; Cap. VII, p. 64-70; Cap. IX, p.82-84; Cap. XII, p. 91-97). [27]

MANDEL, E. Teoria marxista do Estado. Lisboa: Antídoto, 1977. [76]

MANDEL, Ernest. O Estado na fase do capitalismo tardio. In: MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1988. P. 333-350.

MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. O Estado super-desenvolvido. Das Metrópoles ao Terceiro Mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeira Parte, p. 13-43; Segunda Parte, p. 45-88).

NAKATANI, P. O Papel e o Significado da Dívida Pública na Reprodução do Capital. Primer Simposio Internacional sobre deuda pública, auditoria popular y alternativas de ahorro e inversión para los pueblos de America Latina, 2006.
NAKATANI, Paulo. Estado e Acumulação de Capital. Discussão sobre a teoria da derivação. Porto Alegre: UFRGS, Análise Econômica, no. 8, Ano 5, março 1987. (p.35-64).
OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.
OLIVEIRA, F. A.; BIASOTO Jr., Geraldo. A reforma tributária: removendo entraves para o crescimento, a inclusão social e o fortalecimento da federação. Campinas: IE, 2015. Texto para discussão. Disponível em: /www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3430&tp=a.>
REZENDE, F. Finanças Públicas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
TRINDADE, José Raimundo Barreto Trindade. Dívida pública e teoria do crédito em Marx: elementos para análise das finanças do Estado capitalista. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal do Paraná).
VON MISES, L. Uma crítica ao intervencionismo. Rio de Janeiro: Nórdica, 1977. O Intervencionismo p. 13-19; A Destruição Resultante da Intervenção p. 29-36. A Doutrina do Intervencionismo p. 36-43; Liberalismo e Liberalismo Social p. 82-88; Controle ou Lei Econômica p. 88-92.

Bibliografia Complementar:

CANO, W. Soberania e Política Econômica na América Latina. Unesp/Unicamp Economia, São Paulo/Campinas, 2000.
CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. (Equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papirus, 1988.
CARVALHEIRO, Nelson. Fundamentos da intervenção do Estado: algumas concepções de Keynes e Kalecki. Revista de Economia Política. São Paulo, vol. 7, n° 2, abr/jun,1987, p. 105-22.
GIACOMONI, J. Orçamento Público. 16ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças Públicas. 4a. ed. A Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia (2000). Finanças públicas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus.
MAGDOFF, HARRY. SWEEZY, Paul M. A crise do capitalismo americano. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
OLIVEIRA, F. A. Autoritarismo e crise fiscal no Brasil (1964-1984). São Paulo: Hucitec, 1995.
OLIVEIRA, F. A. Crise, reforma e desordem do sistema tributário nacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
RIANI, Flavio. Economia do Setor Público - Uma Abordagem Introdutória - 5ª Ed. 2011/ LTC.
SANTOS, Reginaldo Souza. A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo: uma discussão com os filósofos economistas, de Smith a Keynes. Campinas, UNICAMP, 1991.
SANTOS, Theotonio dos. O papel do Estado num mundo globalizado. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Rio de Janeiro, n° 2, junho, p. 47-71, 1998.

TRINDADE, José R. B. A Dinâmica dos Gastos Estatais numa Perspectiva Marxista Clássica. Revista de Economia (Curitiba), v. 34. P. 131-149, 2008.

Unidade Curricular: ESTADO, VIOLÊNCIA E CONTROLE SOCIAL		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO062	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: A formação do estado capitalista e o controle social das massas. Os diferentes tipos de violência legitimados pelo Estado capitalista. A violência social e a violência simbólica. Violência, Estado e controle social na contemporaneidade.		
Objetivo: Levar os estudantes a uma reflexão sobre as diversas formas de controle e violência social exercidos pelo aparato estatal. Estudar a relação entre violência, controle social e Estado capitalista na contemporaneidade.		
Bibliografia Básica: BORGES, Wilson Hilário. Violência, Direito e Trabalho na Organização Social Ed. Germinal, 1977. DUTRA, Adriana Soares. Violência Estatal e Experimentos de Resistência na Vida Social brasileira. Faperj, 2003. FARIAS. Flávio Bezerra de. O Estado Capitalista Contemporâneo. Cortez, 2000. O SOCIAL EM QUESTÃO. n. 11 Violência. PUC Rio, 2004. **Bibliografia Complementar:** BERGER, Peter. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1973. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. RJ: Bertrand Brasil, 1989. CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. Multiculturalismo: tolerância ou respeito pelo outro? SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE Violência nº 70. São Paulo: Cortez, 2006.		

Unidade Curricular: ORÇAMENTO PÚBLICO		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO063	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: Conceito. Normas legais aplicáveis. Espécies. Planejamento Orçamentário. Características. Natureza do orçamento Público. Finalidade do orçamento Público. Princípios Orçamentários. Aspectos gerais sobre a execução do orçamento público.		
Objetivo: Conhecer a estrutura da administração normativa e contábil-gerencial do setor público brasileiro e a importância de sua integração com o Orçamento Público. Apresentar teoria e prática de elaboração e análise do orçamento Público, demonstrando sua importância para a área de ensino.		

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e Contabilidade Pública: teoria, prática e mais de 700 exercícios. 3.ed. Rio de Janeiro/RJ: Elsevier, 2007.
GIACOMINE, James. Orçamento Público. 15.ed. ampliada, revista e atualizada São Paulo/SP: Atlas, 2010.
MESSA, Ana Flávia. Direito Tributário e Financeiro. 4.ed. São Paulo: Rideel, 2010.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
ANGÉLICO, J. Contabilidade Pública. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
BRASIL, República Federativa. Constituição Federal de 05 de outubro de 1.988 e emendas posteriores. BrasíliaDF: Diário Oficial da União de 06/10/l988. 2008. www.stn.gov.br
KOHAMA, H. Contabilidade Pública: teoria e prática. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Unidade Curricular: LITERATURA, CINEMA E SOCIEDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO072	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
Estudos sobre a relação entre cultura e sociedade brasileira. Articulação entre a filmografia, a literatura e o contexto da ditadura e da Nova República. Momentos importantes do cinema nas últimas décadas. Produção literária do período. Aspectos sócio-políticos presentes na literatura e no cinema contemporâneos no Brasil.

Objetivo:
A disciplina tem como objetivo geral analisar em que medida a realidade do país pode ser compreendida a partir das obras literárias e cinematográficas. Alguns objetivos específicos nortearão o estudo: a) Realizar o levantamento das obras cinematográficas e literárias com elementos sócio-políticos mais representativas do período posterior a 1960; b) Analisar trabalhos de crítica cinematográfica e literária relacionados ao período; c) Promover o estudo de alguns filmes e obras literárias selecionados em diálogo com a crítica cinematográfica e com os estudiosos de cultura e sociedade brasileira.

Bibliografia Básica:

BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema brasileiro: propostas para uma históri**a. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
BUTCHER, Pedro. **Cinema brasileiro hoje**. São Paulo: Publifolha, 2005.
CAETANO, Daniel (Org.). **Cinema Brasileiro 1995-2005**: ensaios sobre uma década. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.
CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2006.
COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasi**l. Ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2017.
GOMES, Paulo Emílio Sales. **Uma situação colonial**? São Paulo: Companhia das letras, 2016.
LEME, Caroline Gomes. **Ditadura em imagem e som**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo, Ática, 1990.
PELLEGRINI, Tânia. **Literatura, cinema e televisão**. São Paulo: Itaú Cultura, 2003.
RAMOS, Fernão (Org.). **História do cinema brasileiro**. São Paulo: Art Editora, 1987.
RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, Estado e lutas culturais**: anos 50, 60, 70. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
SIMIS, A. (Org.). **Cinema e televisão durante a ditadura militar**: depoimentos e reflexões. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2005.
VECCHIO, Angelo del; TELAROLLI, Sylvia (org.). **Literatura e Política Brasileira no Século XX**. Série Diálogos. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2006.
XAVIER, Ismail. **O cinema brasileiro moderno**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

Bibliografia Complementar:

ADORNO, Theodor W. **Crítica cultural e sociedade**. In: Prismas. Trad.: Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998, p. 7-26.
ADORNO, Theodor W. O artista como representante. In: **Notas de Literatura I**. Tradução de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003a.
ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. In: **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Organização de João Barrento (Edição do Kindle). Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas. Vol. I**. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
BERNARDET, Jean-Claude. **Brasil em tempo de cinema**: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiante**s. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.
DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor**. O regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: Editora UnB, 1996.
FREIRE, José Carlos. **Notas sobre literatura e ditadura no Brasil.** Porto Alegre: Editora Fi, 2022.
JAMESON, Fredric. **Marcas do visível**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
JAMESON, Fredric. A lógica cultural do capitalismo tardio. In: **Pós-modernismo,**

a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996, p. 27-79.
ORICCHIO, Luiz Zanin. **Cinema de novo**: um balanço crítico da Retomada. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção**: engajamento político e indústria cultural na
MPB (1959-1969). São Paulo, Annablume/Fapesp, 2001.
NITRINI, Sandra; HOSSNE, Andrea Saad (org.). **Memória & trauma histórico**. Literatura e cinema. São Paulo: Hucitec, 2018.
PELLEGRINI, Tânia. **A imagem e a letra**. Aspectos da ficção brasileira contemporânea. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1999.
RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.
SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros escritos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
XAVIER, Ismail. **Alegorias do subdesenvolvimento**: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

Unidade Curricular: Religião e Sociedade no Brasil		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO071	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
A Religião e suas implicações político-sociais. Abordagens sociológicas, filosóficas e antropológicas do fenômeno religioso. Pensadores da sociologia e da filosofia da religião. A gênese do teológico-político. Configuração do campo religioso brasileiro: discursos hegemônicos e contra hegemônicos. Religião, política e sociedade no Brasil. Religião e sociedade no Vale do Mucuri.

Objetivo:
Propiciar aos discentes uma reflexão sobre as implicações sociais da religião. Apresentar as diferentes abordagens sociológicas, filosóficas e antropológicas do fenômeno religioso. Realizar análises críticas e fomentar debates sobre a relação entre teológico e político. Refletir sobre a relação entre religião e estado na sociedade brasileira. Compreender a importância da religião na formação histórico-social do Vale do Mucuri. Discernir e entender as diversas manifestações religiosas que existem atualmente em Teófilo Otoni e região.

Bibliografia Básica:

ACHTSCHIN, Márcio. *A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri* / Márcio Achtschin – Teófilo Otoni: UFVJM, [s.n.], 2018. (versão digital/e-book)
BASTIDE, Roger. *O Sagrado Selvagem e outros ensaios.* Trad. Dorothée de Bruchard. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
BASTIDE, Roger. *O Sonho, o Transe e a Loucura*. Trad.br. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
BATAILLE, Georges. *Teoria da Religião (Seguida de Esquema de uma teoria das religiões*). Trad. br. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

CATROGRA, Fernando. *Entre Deuses e Césares-Secularização, Laicidade e Religião Civil: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Editora Almedina, 2006.
CATROGRA, Fernando. *Nação, Mito e Rito-Religião Civil e Comemoracionismo*. Fortaleza: Edições NUDOC/Museus do Ceará, 2005.
CHAUI, Marilena. *Manifestações Ideológicas do Autoritarismo Brasileiro*. Org. André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.
CHAUI, Marilena. *Sobre a Violência*. Org. Ericka Marie Itokazu, Luciana Chaui-Berlinck. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*. Trad. br. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
DURKHEIM, Émile. *Textos Selecionados/As formas elementares da vida religiosa*. (Coleção Os Pensadores) Trad. br. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
ESPINOSA, Baruch. *Tratado Teológico-Político*. Trad. Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
GAMBINI, Roberto. *Espelho Índio. A formação da alma brasileira*. São Paulo: Axis Mundi/Terceiro Nome, 2000.
FEUERBACH, Ludwig. *A Essência do Cristianismo*. Trad. Br. José da Silva Brandão. Petrópolis: Vozes, 2013.
FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*.51ª Edição. São Paulo: Global, 2006.
FREUD, Sigmund. *Textos Escolhidos*. (Coleção Os Pensadores). Trad. br. Durval Marcondes. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.
MARX, Karl. *Manuscritos econômico- filosóficos e outros textos escolhidos*. 4ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).
ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro-Umbanda e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
PALS, Daniel. *Nove Teorias da Religião*. Trad. br. Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2019.
WEBER, Max. *Textos Selecionados* (Coleção Os Pensadores). Trad. br. Maurício Tragtenberg. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
SODRÉ, Muniz. *Pensar Nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.
VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios/Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

Bibliografia Complementar:

ASSUNÇÃO, Luiz. *O reino dos mestres: a tradição da jurema na umbanda nordestina*. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.
CARNEIRO, João Luiz*. Religiões afro-brasileiras: uma construção teológica*. Petrópolis: Vozes, 2014.
CHAUI, Marilena. *Política em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
CHAUI, Marilena. *Desejo, Paixão e Ação na Ética de Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
Crenças, Sacralidade e Religiosidades. Entre o consentido e o marginal. Org. Artur Cesar Isaia. Florianópolis: Insular, 2009.

Espiritismo e religiões afro-brasileiras/História e Ciências Sociais. Org. Artur Cesar e Ivan Aparecido Manoel. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
HABERMAS, Jurgen. *Fé e Saber*. Trad.br. Fernando Costa Mattos. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
MARRAMAO, Giacomo. *Poder e Secularização-As Categorias do Tempo*. Trad. br. Guilherme Alberto Gomes de Andrade. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
SLOTERDIJK, Peter. *O Zelo de Deus*. Sobre a Luta dos Três Monoteísmos. Trad. br. Nélio Schneider. São Paulo: Editora UNESP, 2016.
SLOTERDIJK, Peter. *Pós Deus*. Trad. br. Markus A. Hediger. Petrópolis: Vozes, 2019.
SCHLEIERMACHER, Friedrich. *Sobre a Religião*. Trad. br. Daniel Costa. São Paulo: Ed. Novo Século, 2000.

Unidade Curricular: METODOLOGIA CIENTÍFICA		
Período: 1º	**C.H. Total:** 30	**Créditos:** 02
Equivalência: Metodologia do Trabalho e da Pesquisa Científica e Tecnológica – SSO015	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
Condições históricas e sociais do surgimento do pensamento científico. Método científico e a pesquisa científica. Ciência e senso comum. A ciência enquanto uma relação de valores/conhecimento e ideologia/teoria. Pesquisa: Relações sujeito/objeto e tipos de pesquisa. A teoria, o método e a pesquisa na construção do conhecimento científico. Técnicas e instrumentos de registro e comunicação. Normalização de trabalhos acadêmicos. A importância da pesquisa para o Serviço Social.

Objetivo:
Introduzir a discussão sobre a especificidade do conhecimento científico, sua relação com as ciências sociais, a pesquisa enquanto instrumento fundamental para a intervenção social.

Bibliografia Básica:

ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 5. ed. São Paulo, Loyola, 2002.
GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.
RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2007.
TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Sistema de Bibliotecas. **Manual de normalização: monografias, dissertações e teses.** Organizado por Rodrigo Martins Cruz. 4. ed. Diamantina: UFVJM, 2023. 84 p.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender**: introdução à metodologia científica. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
FEITOSA, Vera Cristina. **Redação de textos científicos**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2007.
LUCKESI, Cipriano e outros. **Fazer Universidade**: uma proposta metodológica. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.
MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
RÚDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Unidade Curricular: POLÍTICA SOCIAL SETORIAL: CRIANÇA E ADOLESCENTE E SOCIOJURÍDICO		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO056	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:

Aspectos históricos da proteção à infância no Brasil. O direito à proteção integral à criança e ao adolescente. O Estatuto da Criança e Adolescente e o sistema de garantia de direitos: serviços, programas e projetos de proteção social, conselhos de direitos, conselhos tutelares, o acesso a justiça, medidas socioeducativas e atos infracionais. A intervenção do Serviço Social na política da criança e adolescente. Debate sobre a inserção profissional, especificidade do trabalho e das demandas surgidas em decorrência das manifestações da “questão social”, que refletem no sociojurídico no cotidiano profissional.

Objetivo:

Compreender a organização da política social destinada à infância e juventude no Brasil e o campo sociojurídico, a partir de suas especificidades, e as possibilidades de intervenção profissional do Serviço Social.

Bibliografia Básica:

COELHO, Ailta. Políticas de proteção à infância e adolescência e descentralização. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 60. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
CARVALHO, Denise B. B. "Criança e Adolescente" in Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 03: Política Social. Brasília: CEAD/UNB, 2000.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org). O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2003.
BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei nº 8069, 1990). Brasília: Presidência da República, 1990.
DUARTE, José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. (Orgs). Famílias: Práticas sociais e conversações contemporâneas e família contemporânea em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
EURICO, M. C. Racismo na Infância. 1. ED. São Paulo, Cortez, 2020.

FÁVERO, Eunice Teresinha; MELÃO, Magda Jorge Ribeiro; JORGE, Maria Rachel Tolosa (Orgs.). O Serviço Social e a psicologia no judiciário: Construindo saberes, conquistando direitos. 2ª Edição. São Paulo, Cortez Editora, 2005.
IAMAMOTO, Marilda Vilella. Questão social, família e juventude: Desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. IN: Política social família e juventude: Uma questão de direitos. SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. (Orgs). São Paulo: Cortez Editora, 2004.
LIMA, Rodrigo Silva Uma interpretação marxista sobre a infância e os abrigos. Revista Katálysis V. 24 n.1 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75343
NETO, Wanderlino Nogueira. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. IN: Serviço Social e Sociedade, nº 83, São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 05-25.
RIZZINI, Irene. O Século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
SILVA, Maria Liduina de Oliveira. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: Descontinuidades e continuidades. In: Serviço Social e Sociedade, nº 83, São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 31-47.

Bibliografia Complementar:

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. IN: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene, A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, Amais Editora Instituto Interamericano Del Niño, 1995.
ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, 11ª Ed. Livros técnicos e científicos, 1981.
Declaração dos Direitos da Criança de 1959. On-line, vários.
FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil?. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene, A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, Amais Editora Instituto Interamericano Del Niño, 1995.
RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Amais Editora - Instituto Interamericano Del Niño. Rio de Janeiro, 1995.
FREITAS, Marcos Cezar de. História social da infância no Brasil. (Org.). São Paulo, 6ª edição. Cortez Editora, 2006.
MIRANDA, Silvanir Marcelino de. Infância trabalho e direitos no Vale do Mucuri-MG. São Paulo, tese de doutorado, USP, 2006.
MARCILIO, Maria Luíza. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.
VOGEL, Arno, Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. IN: In PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil, Rio de Janeiro, Amais Editora - Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

Unidade Curricular: ÁREA DE INTERVENÇÃO: ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL

Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO058	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
O envelhecimento na sociedade capitalista. As determinações sociais, econômicas e políticas do envelhecimento no Brasil e a relação gênero, raça e classe. Políticas públicas para a pessoa idosa no Brasil: lutas sociais e direitos. O trabalho do/a assistente social com as pessoas idosas.

Objetivo:
- Estudar temas contemporâneos relacionados ao envelhecimento: concepções de violência e violência contra o idoso, família, sexualidade, questão étnico-racial, previdência;
- Analisar a construção de políticas públicas para os idosos no Brasil.
- Discutir as diferentes categorias relacionadas ao processo de envelhecimento;
- Apreender a inserção do Serviço Social em diferentes espaços sócio-ocupacionais em ações voltadas para a pessoa idosa;

Bibliografia Básica:

BRASIL, Lei 10741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa. Brasília, 2003.
FALEIROS, Vicente de Paula. Direitos Humanos, Políticas Públicas e Envelhecimento. **Revista mais 60**. 23/01/2024. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/editorial/ed-86-direitos-humanos-politicas-publicas-e-envelhecimento/. Acesso em: 25 jul. 2025.
HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. A Ideologia da Velhice. São Paulo: Editora Cortez, S/data.
MOREIRA, Virginia e Nogueira; Fernanda Nícia. Do indesejável ao inevitável: a experiência vivida do estigma de envelhecer na contemporaneidade. Psicol. USP vol.19 no.1 São Paulo Mar. 2008.acessado em 12 de janeiro de 2013.
PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
SILVA, Alexandre. A população negra e o seu envelhecimento: idosas negras e idosos negros na busca por mais visibilidade. In: EURICO, Márcia Campos [et al] (Orgs.). **Antirracismos e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022, p. 53-63.
TEIXEIRA, SOLANGE MARIA. Serviço Social e Envelhecimento. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2020. v. 1. 385p. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELHECIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf
TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Andréa Moraes. A construção Social da Violência Contra os Idosos. IN: Textos Sobre Envelhecimento, v.3, n.6. Rio de Janeiro, 2001.
BRASIL. **Política Nacional do Idoso**, Lei nº. 8. 842, de 4 de janeiro de 1994.
BRASIL. Presidência da República. Subsecretaria de Direitos Humanos. Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa / Presidência da

República. Subsecretaria de Direitos Humanos. Brasília: Subsecretaria de Direitos Humanos. 2005
CAMARANO, A. A.; KANSO, S. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. Revista Brasileira de Estudos da População. Notas de Pesquisa. Rio de Janeiro: REBEP, v. 27, n. 1, p. 233-235 jan./jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/ pdf/rbepop/v27n1/14.pdf. Acesso: 5 jan. 2020.
COUTRIN, R.M.E. Quem disse que os aposentados estão inativos? O movimento dos aposentados e pensionistas e o jogo de resistência contra o poder. Textos sobre Envelhecimento, Rio de Janeiro, 2002.
MINAYO, Cecília. Violência contra Idosos: O avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2ª edição, 2005.
TEIXEIRA, SOLANGE MARIA. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, v. 1, p. 135-154, 2020.
TEIXEIRA, SOLANGE MARIA. O Envelhecimento e as Reformas no Sistema de Seguridade Social no Brasil Contemporâneo / Aging and Reforms in the Social Security System in Contemporary Brazil. TEXTOS & CONTEXTOS (PORTO ALEGRE), v. 17, p. 126-137, 2018.

Unidade Curricular: ÁREA DE INTERVENÇÃO: QUESTÃO AGRÁRIA E REALIDADE REGIONAL		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO059	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
Analisar a questão agrária no Brasil e nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, incorporando o debate sobre mineração, território e diversidade, bem como as implicações para o exercício profissional do Serviço Social**.**

Objetivo:
 Compreender as transformações históricas e contemporâneas da questão agrária, com foco nas regiões afetadas por projetos mineradores e pelo agronegócio.
 Discutir a **relação entre expropriação, racismo ambiental e desigualdades territoriais**, considerando os impactos sobre **povos indígenas, comunidades quilombolas e camponesas**.
 Refletir sobre as **lutas sociais e estratégias de resistência** frente à expansão mineral e suas contradições socioambientais.
 Analisar as **políticas públicas agrárias, ambientais e sociais** voltadas à sustentabilidade e à defesa dos territórios tradicionais.
 Identificar as **possibilidades de intervenção do Serviço Social** em contextos de conflito territorial e ambiental, promovendo práticas éticas e emancipatórias.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *Terras de quilombo, terras indígenas e povos tradicionais.* 2. ed. Manaus: UEA Edições, 2020.
ALMEIDA, C. S. de. *Território da água, território da vida: comunidades tradicionais e a monocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha.* 2018. Dissertação (Mestrado

– Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, 2018.
CHAVES, M. et al. Lítio. In: PEDROSA-SOARES, A. et al. (coord.). *Recursos minerais de Minas Gerais Online: síntese do conhecimento sobre as riquezas minerais, história geológica, meio ambiente e mineração de Minas Gerais.* Belo Horizonte: CODEMGE, 2018. p. 1–19.
FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento.* São Paulo: Global Editora, 2008.
GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina.* 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
LUSA, Mailiz Garibotti. *Serviço Social e questão agrária no Brasil: notas para um debate necessário. Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 25, n. 1, p. 84–105, 2022. DOI: 10.5433/1679-4842.2022v25n1p84. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/44001.
MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política.* São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. 24 – A assim chamada acumulação primitiva.
MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra.* 3. ed. São Paulo: Contexto, 2022.
MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo (orgs.). *Mineração: violências e resistências.* Marabá: iGuana, 2021.
MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro.* 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância panafricanista.* 3. ed. rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2019.
PRADO Jr., Caio. *A questão agrária no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 2019.
SANT'ANA, Raquel Santos. *Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência social e serviço social.* São Paulo: Cortez, 2012.
SCOLESO, Fabiana. Agronegócio, Agricultura 4.0 e as novas fronteiras da acumulação: a incontrolabilidade do capital sobre a natureza, territórios e mundo do trabalho. In: VALENCIA, Adrián Sotelo; ALVES, Giovanni (orgs.). *Trabalho, crise capitalista e geopolítica global.* São Paulo: Projeto Editorial Práxis, 2023.
SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória.* São Paulo: UNESP, 2004.
SULZBACHER, A. W.; LAGE, N.; LOPES, L. S. Mineração e questão agrária no Vale do Jequitinhonha: análises a partir do garimpo tradicional. *Revista Campo-Território*, v. 15, n. 36, p. 400–429, 2020.
ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, violência e resistências: uma ecologia política dos conflitos ambientais.* Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
ALENTEJANO, Paulo R. R. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia. *Revista Terra Livre*, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 69–95, 2011. Disponível em: http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/426/403.
CARVALHO, Horácio M. de. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 2005.
CHRISTOFFOLI, P. I. Agroindústria. In: CALDART, Roseli Salete et al. *Dicionário de Educação do Campo.* São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.
DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950–2003. In: JACCOUD, L. (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.* Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, Guilherme C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*, v. 1, n. 2, p. 111–125, jan./ago. 2010.
DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. *A relação serviço social e questão agrária na contemporaneidade: inserção e prática de assistentes sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão.* São Luís: UFMA, 2010. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFMA.
ELIAS, M. F. M. A atualidade da questão agrária e das lutas sociais do campo no Vale do Mucuri – Minas Gerais. In: *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina.* Londrina: UEL, 2013.
GRAZIANO, E.; GRAZIANO NETO, F. As condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. *Revista Perspectivas*, v. 6, São Paulo, 1983.
LEITE, A. C. G. A produção do Vale do Jequitinhonha mineiro como uma "região" brasileira e o planejamento regional como instrumento da sua modernização retardatária. In: *14° Encuentro de Geógrafos de América Latina.* Lima, 2013.
LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. *Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza.* São Paulo: Cortez, 2012.
RAMALHO, Claudilene da Costa. *A questão agrária nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.* In: *5º Encontro Internacional de Política Social – 12º Encontro Nacional de Política Social.* Vitória: UFES, 2017.
RAMALHO, Claudilene da Costa. *Os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha: entre a superexploração e a resistência.* Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2014.
SERVILHA, M. de M. *Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa.* Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.* Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2014.
SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
SOARES, G. C. *Na trilha guerreira dos Borun.* Belo Horizonte: Núcleo de Publicação do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2010.
SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (orgs.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos.* Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.
STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: 1500–1960.* São Paulo: Expressão Popular, 2005.
STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária na década de 1990.* Porto Alegre: UFRGS, 1999.
STEDILE, João Pedro. Questão agrária. In: CALDART, Roseli Salete (org.) et al. *Dicionário da Educação do Campo.* Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 641–646.

Unidade Curricular: ÁREA DE INTERVENÇÃO: SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO057	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: A Política de Saúde no Brasil (na sua perspectiva histórico-crítica). A inserção Histórica do exercício profissional da (o) Assistente Social na política de saúde. Os espaços socioocupacionais de trabalho: Atenção primária, média complexidade em		

saúde e alta complexidade, envolvendo Unidades Básicas de Saúde, Ambulatórios com equipes multi/interdisciplinares, hospitais, empresas privadas relativas aos planos de saúde). O acesso à política saúde nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha: povos indígenas, quilombolas, população LGBTQUIA+ e as ações e serviços de saúde voltadas aos diferentes usuários do Sistema Único de Saúde.

Objetivo:

Analisar a intervenção profissional da (o) Assistente Social na política de saúde a partir de uma perspectiva histórica, ou seja, trazendo elementos da formação sócio-histórica brasileira com vistas a debater, também, a intervenção profissional a partir da realidade regional, qual seja os vales do Mucuri e Jequitinhonha em diversos espaços sócio-ocupacionais de trabalho.

Bibliografia Básica:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. O Projeto Ético Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

ACHTSCHIN, Márcio A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri. Teófilo Otoni: [s. n.], 2018. 176 p.

BRASIL. Lei nº 8080/90. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organizacão e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8142/90. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS} e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. Política Nacional de Humanização: Documento Base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília-DF, 2004, 2ª edição.

BRAVO, Maria Inês S.; MATOS, Maurílio de C. Projeto Ético Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional. Cortez: São Paulo, 2007, 7ª edição.

BRAVO, Maria Inês S. et. al. Saúde e Serviço Social. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2018

CAMARGO, Maria Angelina Baia de Almeida. Processamento e proletarização do trabalho do Assistente Social no acirramento da crise capitalista: estudo das condições e das relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

CASTRO, M.M.C; OLIVEIRA, L.M.L. Trabalho em Saúde: Desafios contemporâneos para Serviço Social. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/7649/6437, 2011. Acesso em: 14/06/2016.

CFESS. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Saúde. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2013.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo, 1997.

GELBCKE, F.L; MATOS, E. e SALLUM, N.C. Desafios para a integração Multiprofissional e Interdisciplinar. Tempus, Actas de Saúde Coletiva, mai. 2012;

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, 2012, 6º edição, Cortez;
LIMA, N.T; GERSCHMAN, S; EDLER, F.C; SUAREZ. Saúde e Democracia: História e Perspectivas do SUS.
MATOS, Maurílio Castro de Serviço social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional / Maurílio Castro de Matos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. Brasília, DF: Cead/Abepss/Cfess, 1999. (Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 1);
RAICHELIS, Rachel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Rachel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (orgs.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.
SANTOS, L. Sistema Único de Saúde: os desafios da gestão interfederativa. Campinas: Saberes Editora, 2012.
ZIGATO, J.O. A implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) no Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora: Dilemas presentes e perspectivas futuras. Dissertação de Mestrado, 2015

Bibliografia Complementar:

COSTA, M.D.H.O Trabalho nos Serviços de Saúde e a Inserção dos(as) Assistentes Sociais. In: Serviço Social e Saúde: trabalho e formação profissional. São Paulo, 2007, Cortez.
MOURÃO, A.M; LIMA, A.A.C; SOUZA, A.I.S; OLIVEIRA, L.M.L.A Formação dos Trabalhadores Sociais no Contexto Neoliberal. O Projeto das Residências em Saúde da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. In: Serviço Social e Saúde: trabalho e formação profissional. São Paulo, 2007, Cortez.
PINHEIRO, R. Integralidade em Saúde. Dicionário da educação profissional em Saúde. Cadernos de Saúde, UFRJ, 2012.
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA POLÍTICA DO SUS. Brasília-DF, 3º edição, 2017.
POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS. Brasília-DF, 1º edição, 2023
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. 3º edição, 2017.
Zigato, J.O. O Processo de Gestão da (o) Assistente Social no Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora: Limites e possibilidades de efetivação do Projeto Ético-Político Profissional. Monografia de Especialização em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da UFJF, 2012.

Unidade Curricular: ASSISTÊNCIA SOCIAL E GESTÃO DO SUAS		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO061	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: A Política Nacional de Assistência Social - PNAS, as estratégias de proteção social. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: princípios, diretrizes e objetivos.		

Os principais elementos constitutivos do SUAS. O trabalho do/a assistente social na política de assistência social.

Objetivo:

- Analisar a construção da Política Nacional de Assistência Social no Brasil, bem como, as particularidades que a constituem;
- Compreender a construção do Sistema Único de Assistência Social no Brasil, sua implantação, implementação e condições de funcionamento;
- Analisar os desafios do SUAS duas décadas após a sua implantação; Princípios organizativos do SUAS: pacto federativo, descentralização, instâncias decisórias, laicização, participação, financiamento e controle social.
- Identificar as características e as contribuições de assistentes sociais na garantia de direitos sociais no SUAS;
- Refletir sobre as condições de trabalho no SUAS e o projeto ético político profissional.

Bibliografia Básica:

ABREU, Maria Helena Elpídio. Território e produção do espaço no contexto da ideologia neodesenvolvimentista no Brasil. Revista Praia Vermelha, v. 24, n. 1. 2014. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/3464.

BOSCHETTI, Ivanete. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. Argumentum, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 8, n. 2, p.12-29, maio/ago. 2016.

BRASIL (1993). Presidência da República. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Lei nº 7.742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL (2007). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Cadernos SUAS. Nº 2. Desafios da gestão do SUAS nos municípios e estados. Brasília: MDS; São Paulo: IEE/ PUC-SP.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. NORMA OPERACIONAL BÁSICA – NOB-RH/SUAS. Brasília: 15/07/2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. In: Caderno de textos: (1ª versão): Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores / Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Brasília, DF: CNAS, MDS, 2011, Eixo II.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Financiamento da Assistência Social no Brasil. Caderno SUAS, ano 2, nº 2, Brasília: 2007.

BRASIL. Norma Operacional Básica, NOB/SUAS, Sistema Único de Assistência Social: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Julho de 2005.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, novembro de 2004.

CAMPOS, Edval Bernardino. O protagonismo do usuário da assistência social na implementação e controle social do SUAS. In: Caderno de textos: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS / Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Brasília, DF: CNAS, MDS, 2009, p. 17-24.

CAMPOS, Naara de Lima; FERRAZ, Jeane Andreia; CARRARO, Gissele. Crise, contra reformas e assistência social: Concepções e projetos em disputa. In: 7º

ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E 14º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2019, Vitória. Anais [...]. Vitória, 2019.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasil, 2009.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O trabalho do assistente social no Suas: seminário nacional/ Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para avançar na luta – Brasília: CFESS, 2011, p. 72-107.
COUTO, Berenice Rojas. Assistência social e crise do capital: política social com que característica? Argumentum, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 8, n. 2, p. 30-34, maio/ago. 2016.
COUTO, Berenice Rojas[et al] (orgs). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2011.
COUTO, Berenice Rojas; SILVA, Marta Borba. A política de assistência social e o Sistema Único de Assistência Social: a trajetória da constituição da política pública. In: O Sistema único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implementação. Org(s).
FERRAZ, Jeane Andreia; CAMPOS, Naara de Lima; BERWIG, Solange. Fundo público e assistência social: o desfinanciamento público. In: 7º ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E 14º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2019, Vitória. Anais [...]. Vitória, 2019.
HORST, Claudio Henrique Miranda. Serviço Social e a temática família: renovação e conservadorismo na produção do conhecimento. Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 392-414,jul. / dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32043
MARTINS, Valdete de Barros. Participação e controle social no SUAS: o que temos e o que queremos. In: Caderno de textos: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS / Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Brasília, DF: CNAS, MDS, 2009, p. 7-16.
MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 31-44.
Moraes, P. M., Nunes, R., Horst, C. H. M., & Mioto, R. C. T. (2020). FAMILISMO E POLÍTICA SOCIAL: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. Revista De Políticas Públicas, 24(2), 802–818. https://doi.org/10.18764/2178-2865.v24n2p802-818
PAIVA, Beatriz Augusto. Cartografia teórico-metodológica no estudo da proteção socioasistencial básica do SUAS. In: PAIVA, Beatriz Augusto. Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração. São Paulo: Veras Editora, 2014.
RAICHELLIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e condições de trabalho no SUAS. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 104, Dez/2010.
SILVA, Maria Ozanira Silva et al. A política de assistência social na conjuntura brasileira de desconstrução de direitos e de desmonte da seguridade social: 2016/2018. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e (coord.) O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste realidades e especificidades. São Paulo: Cortez, 2019.
SILVA, Meyrieli de Carvalho. A questão racial e suas implicações para o serviço social no Sistema Único da Assistência social – SUAS. Dissertação. Disponível em: tese_14938_Dissertacao - Meyrieli Silva.pdf (ufes.br)

SPOSATI, Aldaíza. Qual política de assistência social queremos defender no contexto de crise do capital? Argumentum (Vitória), v. 8, n. 2, p. 6-15, maio./ago. 2016.

Bibliografia Complementar:

BEHRING, Elaine Rosseti. Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. In: Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional O trabalho do/a Assistente Social no SUAS. Brasília: CFESS, 2011. p. 84-95.
BOSCHETTI, Ivanete. A Assistência Social no Brasil: um direito entre a originalidade e conservadorismo. Brasília: UNB, 2003. p. 39-116.
BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social e trabalho no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2017.
CAMPOS, Naara de Lima; FERRAZ, Jeane. Assistência social, crise e contrarreformas: inflexões entre o novo e o velho. Temporalis, Brasília, ano 20, n. 39, p. 11-26, jan./jun. 2020. Disponível em https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/28653. Acesso em: 30 ago. 2020.
CARRARO, Dilciane. As categorias da política de assistência social na América Latina: concepções ídeo-teóricas e proteção social. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016
CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. Revista Serviço Social e Sociedade. N° 87. São Paulo. Cortez. 2006.
MARQUES, Rosa Maria. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n.1, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/caderno%20-%2001.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.
MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. Katálysis, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 13 n. 2, p. 173-180, jul./dez. 2010.
MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete. O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
MOTA, Ana Elizabete. Assistência Social em Debate: Direito ou Assistencialização? In: SEMINÁRIO NACIONAL O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília: CFESS, 2011. Anais [...]. Brasília: CFESS, 201. 1p. 65-71.
MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N° 87. São Paulo. Cortez. 2006.
PAIVA, Beatriz Augusto O Suas e os direitos socioassistenciais: A universalização da seguridade social em debate. Serviço Social & Sociedade, n. 87, São Paulo: Cortez, 2006. p. 5-24.
PAIVA, Beatriz Augusto. Assistência Social e políticas sociais no Brasil, configuração histórica: contradições e perspectivas. Katálysis, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 4. p. 11-34, 1999. Disponível em

https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6250/5828. Acesso em: 10 dez. 2020.
SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social em Debate: Direito ou Assistencialização? In: SEMINÁRIO NACIONAL O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS. Brasília: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Anais [...]. Brasília, 2011. p. 32-51.
SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema Único de Saúde. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N° 87. São Paulo. Cortez. 2006.

Unidade Curricular: ECO125 - CRISE DO CAPITAL E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: ECO125	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
Expressão da matéria em sistemas complexos. Biogeofísica do sistema terra. Ciclos biogeoquímicos e o Homo sapiens sapiens. Crise do capital. O capital e a produção destrutiva. O capital e as dimensões da catástrofe ambiental. O capital, os Pontos de não retorno e as Alças de retroalimentação. Não linearidade do Sistema Terra e os seus limites à expansão do capital. Superação do capital ou Extinção do Homo sapiens sapiens: a emergência climática.

Objetivo:
Proporcionar aos estudantes condições teóricas suficientes para apreender a importância do Sistema Terra, do caráter destrutivo do Sistema do Capital, de sua Crise Estrutural e da Emergência Climática.

Bibliografia Básica:
1. ALTVATER, Elmar. O capitaloceno, ou a geoengenharia contra as fronteiras planetárias do capitalismo. In. MOORE, Jason W . (Org.) Antropoceno ou Capitolaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p.224-249.
2. CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão popular, 2015. 624p.
3. IPCC. Mudança do clima – Relatório síntese. 2023. Disponível em: file:///E:/78916/Backup%20Ro/Motoca1/FAULDADES/UFVJM/AULAS/ELETIVAS/Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria%20e%20seus%20desafios%20contempor%C3%A2neios%20-%202024-01/Bibliografia/IPCC_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 08-06-2025.
4. MARQUES FILHO, Luiz César. Capitalismo e colapso ambiental. 2.ed., Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2016. 711p.
5. MARQUES FILHO, Luiz César. O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023. 624p.
6. MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo: 2009.
7. SALDIVA, Paulo Hilário Nascimento et al. Poluição do ar e efeitos para a saúde. In.: HESS, Sônia. Ensaios sobre a poluição e doenças no Brasil. 1.ed. Cap.10, São Paulo: Outras expressões, 2018. p.238-255.
8. WOLOWSKI, Marina et al. Relatório temático sobre polinização, polinizadores e produção de alimentos no Brasil [livro eletrônico], São Carlos, São Paulo: Editora Cubo, 2019. 8,36 Mb; PDF. Disponível em:

https://www.bpbes.net.br/wpcontent/uploads/2019/03/BPBES_CompletoPolinizacao-2.pdf. Acesso em: 19-08-2020.
Palestras on line:
1. GATTI, Luciana. Amazônia - Desmatamento, Emissão de Carbono e Mudanças Climáticas. Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=clnCHYI3EuU. Acesso em: 08-06-2025.
2. MARQUES FILHO, Luiz Cesar. A Grande Aceleração: Vetores de aceleração da tendência ao colapso socioambiental no Antropoceno. Aula promovida pelo Instituto de Física de São Carlos (IFSC/USP). Tempo: 1h: 20m. 28 de jan. de 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Tj1TGCIGjLs. Acesso em: Acesso em: 19-08-2020.
3. USP. Sistema Terra. Cursos USP – UNIVESP. 2012. Disponivel em: https://www.youtube.com/watch?v=vMvPq5Wps1M&list=PL2BA4358B131D9E58&index=1. Acesso em: 08-06-2025.

Bibliografia Complementar:

1. MACEDO, Rogério Fernandes; LIMA FILHO, Paulo Alves de et al. (Orgs.). Setas contra o capital sobre pandemônios na pandemia e as revoluções necessárias. Marília: Lutas anticapital, 2020. 346p.
2. MARQUES FILHO, Luiz Cesar. Pandemia evidencia a emergência de superar o capitalismo e conceber outro socialismo. E.ntrevista. 28 Julho 2020. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/601328- pandemia-evidencia-a-emergencia-de-superar-o-capitalismo-e-conceberoutro-socialismo-entrevista-especial-com- luiz-marques. Acesso em: Acesso em: 19-08-2020.
3. NASA. Earth - The Blue Marble. Disponível em: https://visibleearth.nasa.gov/collection/1484/bluemarble?page=5. Acesso em: 03-04-2024.
4. SAITO, Hokei. O ecossocialismo de Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2021. 350p.
5. WILD, M. The global energy balance as represented in CMIP6 climate models. Clim Dyn 55, 553– 577 (2020). https://doi.org/10.1007/s00382-020-05282-7.

Unidade Curricular: EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO060	**Pré-Requisito:** Não há	

Ementa:
Análise da Educação Popular no Brasil: concepções teóricas e experiências significativas no âmbito de suas determinações históricas. O método da Educação Popular e a caracterização do debate atual. Serviço Social e Educação Popular: os perfis pedagógicos da prática profissional. A educação popular como possibilidade metodológica do Serviço Social.

Objetivo:
Objetivo Geral:
Analisar a construção histórica e a dimensão político-pedagógica da educação popular na sociedade brasileira, destacando a educação popular como possibilidade metodológica do Serviço Social.

Objetivos Específicos:
Estudar as principais abordagens teóricas que fundamentam a concepção crítica de Educação Popular.
Possibilitar uma análise histórica e crítica das experiências de Educação Popular no Brasil, buscando conhecê-las nos diferentes momentos históricos até o período atual.
Abordar o debate atual sobre a educação popular.
Refletir sobre a relação Serviço Social e Educação Popular .

Bibliografia Básica:

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.
CEPIS. Concepção de Educação Popular do CEPIS. São Paulo: Cepis, 2008.
CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. 7ªed. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção Questões de Nossa Época)
FÁVERO, Osmar (Org.) Cultura Popular. Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 13ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
GÓES, Moacir de. De pé no chão também se aprende a ler (1961 1964): uma escola democrática. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.
HURTADO, Carlos Nuñez. Comunicação e educação popular: educar para transformar, transformar para educar. Petrópolis: Vozes, 1993. Cap. 2.
PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo: Cortez, 1994.
SCHEFFER, Grabriela (org.). Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre a educação popular. 2021
SIVA, Maria Jacinta da. A contribuição pedagógica dos intelectuais para a construção da hegemonia. In: Educação e Emancipação. Revista do Mestrado em Educação. São Luis: EDUFMA, Jan./Fev. v.1, n.1, 2002.
SOUZA, João Francisco. Educação Popular para o terceiro milênio desafios e perspectivas. In; COSTA, Marisa Vorraber. Educação popular hoje. São Paulo: Loyola, 1998.
TORRES, Rosa Maria. Discurso e Prática em Educação Popular. Ijuí: UNIJUÍ Editora, 1988.
VIEIRA, Carlos Eduardo. Cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci. In: Educação e Pesquisa. São Paulo. v. 25, n.1,p.51-56, jan./jun.1999.

Bibliografia Complementar:

BETTO, Frei. Desafios da Educação Popular. São Paulo: CEPIS, 2000.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A cultura popular na educação popular... trinta anos depois. In: Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995. Cap. 1 e 6.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 18.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
IASI, Mauro Luis. Ensaios sobre consciência e emancipação. São Paulo. Expressão Popular, 2007.

JARA, Oscar. Concepção Dialética da Educação Popular. São Paulo, CEPIS, 1985.
MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.
MORROW, Raymond.A. TORRES, Carlos Alberto. Gramsci e a educação popular na América Latina. Percepções do debate brasileiro. In: Currículo sem Fronteiras. v.4,n.2,p.33-50, Jul/Dez, 2004.
PAIVA, Vanilda Pereira (Org.) Perspectivas e dilemas da educação popular. Rio de Janeiro. Graal, 1984. Introdução.
SILVA, Carmen. Planejamento de Atividade de Formação. São Luis: Agência Graúna, 1997.
VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Coleção Pensamento Social Latino-Americano).
WANDERLEY, Luis Eduardo. Formas e orientações da educação popular na América Latina. In: GADOTTI, Moacir.
TORRES, Carlos Alberto. (Orgs) Educação Popular: utopia latino-americana. São Paulo: Cortez, 1994.

Unidade Curricular: ESPANHOL PARA INICIANTES		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 30	**Créditos:** 02
Equivalência: CEX181	**Pré-Requisito:** Não há	

Ementa:
Noções gerais sobre a estrutura gramatical – morfologia, sintaxe e ortografia básica. Vocabulário. O abecedário.

Objetivo:
Desenvolver habilidades básicas sobre a Língua Espanhola na oralidade, leitura, compreensão auditiva e escrita.

Bibliografia Básica:

Ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro, O - 1. ed. / 2005. Español lengua viva: libro del alumno / c2007.
Formas de tratamento em português e em espanhol variação, mudança e funções conversacionais, As [recurso eletrônico] / 2011.
GALVÁN, Claudia Bruno. Espanhol no ensino universitário brasileiro = El espanõl en la enseñanza universitaria brasileña, O / 2009.
GONZÁLES Hermoso, Curso practico: gramática de español lengua extranjera - 3. ed. / 1995.
MILANI, Esther Maria. Gramática de espanhol para brasileiros - 4. ed. / 2011. Gramática y práctica de español : con respuestas - 2. ed. / 2011.
ROMERO, Ricardo. Diccionario de la lengua española: español-español - 1. ed. / 2005
SERRA, Maria Lúcia de Andrade. Fonética: aplicada a la enseñanza del español como lengua extranjera /2007.

Bibliografia Complementar:

BOROBIO, Virgilio. – ELE – inicial 1. Ediciones SM, Madrid.1 ed.

BOROBIO, Virgilio. – ELE – inicial 2. Ediciones SM, Madrid. 1.ed.

Unidade Curricular: PROCESSAMENTO DA AÇÃO PROFISSIONAL: PROCESSOS E RELAÇÕES DE TRABALHO		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO069	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: Trabalho, questão social, política social e Serviço Social. A tensa e contraditória relação entre projeto profissional e trabalho assalariado. O trabalho em serviços e as profissões no capitalismo contemporâneo. O processamento do trabalho do/a assistente social sob a hegemonia das políticas neoliberais. As distintas inserções profissionais em espaços ocupacionais de natureza diferentes e o processo de particularização de funções e atribuições profissionais. As condições e relações de trabalho: precarização, informalidade, intensificação e proletarização.		
Objetivo: Analisar o processamento da ação profissional no âmbito dos processos e relações trabalho no marco dos avanços teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnico-operativos acumulados pela profissão no seu processo de renovação crítica no Brasil.		
Bibliografia Básica: ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão. São Paulo: Boitempo, 2018. CAMARGO, Maria Angelina B. de C. de A. **Processamento e proletarização do trabalho do assistente social no acirramento da crise capitalista**: estudo das condições e das relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni (MG). 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. DAL ROSSO, Sadi. Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008. DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo, 2016. IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em tempo de capital fetiche. 2 edição. São Paulo: Cortez, 2008. IAMAMOTO, Marilda. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. In. CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. 1ª edição ampliada. Brasília, 2012. IAMAMOTO, Marilda. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. In. Revista Em Pauta. Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Número 21. Rio de Janeiro, 2008 IAMAMOTO, Marilda. A formação acadêmico-profissional em Serviço Social. In. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 134, São Paulo: Cortez, 2019. MEIRELLES, Dilmara Silva. O conceito de serviço. Revista de Economia Política, São Paulo, Centro de Economia Política, 2006. RAICHELIS, Raquel. Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social. In Revista Em Pauta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 41. Rio de Janeiro, 2018. RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.		

Bibliografia Complementar:

CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. In Revista Em Pauta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 31. Rio de Janeiro, 2013.
DAL ROSSO, Sadi. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 70, 2014.
GUERRA, Yolanda. et al. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. In: Mesa temática coordenada: Fundamentos do trabalho do/a assistente social no contexto de reconfiguração das políticas sociais no Brasil. Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social realizado no período de 04 a 09 de dezembro de 2016, Ribeirão Preto - SP.
MARX, Karl. Capítulo Inédito do Capital. Porto (Portugal): Publicações Escorpião, 1975.
MARX, Karl. O Capital (Crítica da Economia Política). São Paulo: Civilização Brasileira, 2006. (Livro 1, v. 1 e 2).
MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. In. NETTO, José Paulo. O leitor de Marx. Rio de Janeiro, 2012.
MARX, Karl. A ideologia alemã (Feuerbach). Grijalbo. São Paulo, 1977.
RAICHELIS, Raquel. Proteção Social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. Serviço Social & Sociedade, nº 116. São Paulo: Cortez, 2013.
RODRIGUES, Mavi. O exercício profissional 30 anos depois do Congresso da Virada. In. Revista Praia Vermelha n. 21. Rio de Janeiro: UFRJ/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Vol. 21, nº 2, 2012, (p. 51-68).

Unidade Curricular: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SERVIÇO SOCIAL		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO073	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: O desenvolvimento capitalista e a escravidão negra. Escravidão clássica e escravidão moderna. Formação social brasileira: as relações étnico-racial e o racismo no Brasil. Racismo e sexismo no capitalismo brasileiro. Formas de lutas e resistências antirracistas no país. Serviço Social e questão étnico-racial: populações negras, indígenas e quilombolas. Políticas sociais, proteção social e racismo. As relações étnico-racial nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri		
Objetivo: • Propiciar elementos introdutórios ao debate sobre as relações étnico-racial na sociedade moderna capitalista, objetivando a compreensão do racismo enquanto elemento estrutural e estruturante das relações sociais no Brasil. • Estudar a escravidão moderna como imperativo econômico para a constituição do modo de produção capitalista. • Contribuir para o avanço do debate étnico-racial e da luta antirracista na formação e no trabalho profissional, fomentando a construção de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas antirracistas e coerentes com os princípios do Serviço Social brasileiro.		

• Possibilitar a compreensão dos elementos constitutivos do mito da democracia racial, seus traços e desdobramentos na formação do Estado brasileiro e das políticas sociais racializadas. • Refletir sobre as relações étnico-racial nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha
Bibliografia Básica: ALMEIDA, Silvio de. O que é racismo estrutural?. Letramento, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: http://generoesexualidade.ffch.ufba.br/o-que-e-racismo-estrutural/. ALMEIDA, Magali da Silva. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. In: Revista Argumentum. Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017. Disponível em: http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15764/10929 COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/51982 DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 15-78. EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n114/n114a05.pdf GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf GONZALEZ, Lelia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982. MARTINS, Tereza Cristina Santos. Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise? Ser Social, v. 19, 2017, p. 275-295. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14686. MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço Social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. Belo Horizonte, MG. Letramento, 2020. MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. Afro-Ásia, Bahia, n.14, p. 124- 137, 1983. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/moura/1980/03/21.pdf MOURA, Clóvis. População, miscigenação, identidade étnica e racismo. Dialética racial do Brasil negro.São Paulo: Editora Anita. p. 123-173. 1994. MOURA, Clóvis. Os Quilombos e a Luta de Classes no Brasil. Revista Debate Sindical, São Paulo, ano 9, n.20, dezembro – janeiro – fevereiro de 1995/1996, p.43. MUNANGA, Kabegele. Teoria social e relações raciais no Brasil. In: Cadernos Penesb Especial curso ERER. Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (n. 12), p. 169-203. Rio de Janeiro/Niterói, 2010.Disponível em: http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/LIVRO%20PENESB%2012.pdf PANKARARU, Elisangela Cardoso de Araújo Silva. Trabalho, expropriação, povos indígenas no Brasil e a lógica do capital. Temporalis, n. 43, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38228 QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, 2005.

Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf
RAMALHO, Claudilene da Costa. Mulheres Quilombolas Do Vale Do Jequitinhonha: Tecelãs Da Resistência. Tese Doutorado em Política Social pelo Programa de pós-graduação em Política Social da UFES, 2023.
ROCHA, Roseli da Fonseca. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e a sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, Maria 139 Beatriz (Org.); DURIGUETTO, Maria Lucia (Org.). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.
WILLIAMS, Eric. Capitalismo e escravidão. Rio de Janeiro: Americana, 1975 (p. 07-34).

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131- 154, 2014. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086.
CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos, v.15, n. 28, pag. 127-137, 2018. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp- content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-denise-carreira.pdf.
CFESS. Série assistente social no combate ao preconceito: Racismo. Brasília, 2016.
COSTA, Gracyelle. Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros. 2020. 309f. (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16398
CORATO, Carmen. As expressões do (neo)conservadorismo no Serviço Social brasileiro na atualidade. Dissertação de mestrado (UFRJ, 2018). p. 175-182.
DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, v.12, n.23, p.100-122, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.
EURICO, Márcia Campos. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf.
FIGUEIREDO, Angela; CRUZ, Cintia (orgs). EDUFRB, Cruz das Almas; Fino Traço, Belo Horizonte, 2016.
GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. In: Beleza Negra: representações sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negras. Cruz das Almas, BA; Belo Horizonte : EdUFRB : Fino Traço, 2016.
HASENBALG, Carlos A., MUNANGA, Kabengele e SCHWARCZ, Lília. Racismo: Perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. EDUFF: Niterói, 1998.
MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
PEREIRA, A. A. “O mundo negro”: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.
SCHEFFER, Graziela. Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 127, p.

476-495, set./dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n127/0101-6628-sssoc-127- 0476.pdf.

Unidade Curricular: SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES DE GÊNERO		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO067	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
A divisão sexual do trabalho. As relações sociais de gênero e classe social. Patriarcado e violência contra as mulheres. O movimento de mulheres no Brasil. O Estado e as políticas públicas para as mulheres. A importância do estudo das relações sociais de gênero e classe social para o Serviço Social. A intervenção do assistente social nas relações de gênero.

Objetivo:
Levar os discentes a uma reflexão sobre a relação entre gênero, etnia e diversidade sexual no contexto do Estado capitalista na contemporaneidade. Apresentar os principais debates atuais sobre as lutas sociais, movimentos sociais e conquistas políticas no campo da raça, gênero e diversidade sexual. Realizar reflexões e debates acerca da questão étnico racial e de gênero no âmbito do serviço social brasileiro. Refletir sobre as desigualdades de classe, gênero, étnico- raciais: avanços e desafios para o projeto ético- político do serviço social.

Bibliografia Básica:

BOZON, Michel. Demografia e sexualidade. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). A sexualidade nas ciências humanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
CISNE, M. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. 1. ed. são paulo: outras expressões, 2012. v. 1000
CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014, 276p.
CISNE, M.; GURGEL T. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos liberais para a autonomia das mulheres. Ser Social (UnB), v. 10, p. 69-96, 2008.
CORRÊA, Mariza. Fantasias corporais. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
DAVIS, Ângela. Mulher, raça e classe. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013. Disponível em: http://www.redehumanizasus.net/sites/default/files/blog/files/davis._mulher_raca_e_classe.pd f
DUARTE, Marco José de O. Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. In: Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.
DUTRA, Adriana Soares. Violência Estatal e Experimentos de Resistência na Vida Social brasileira. Faperj, 2003.
FARIAS. Flávio Bezerra de. O Estado Capitalista Contemporâneo. Cortez, 2000.
FISHER, Saul H.Uma nota sobre a homossexualidade masculina e o papel da mulher na Grécia antiga. In: A inversão sexual. As múltiplas raízes da

homossexualidade. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago editora, 1973.
FURLANI, Jimena. Políticas identitárias na educação sexual.In: GROSSI, Miriam Pillar [etalli]. Movimentos sociais, educação e sexualidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
Hirata, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, junho 2014.
LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf. Acesso em: 02 /01/2014.
ROCHA, ROSELI. A questão étnico racial e sua relevância na formação em serviço social. Petrópolis: Vozes, 1976. 383p.
SAFFIOTI, HeleiethI. B. Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres. Fundação PerseuAbramo, 2004.
SAFFIOTI, Heleieth B. A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Jaqueline de Melo. Diversidade sexual e serviço social [livro eletrônico]: (in)visibilidades na formação profissional no Brasil / Jaqueline de Melo Barros. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2025. Disponível em: https://www.cress-am.org.br/images/LIVROS/ebook-diversidadesexualeservicosocial-1408251.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.
BERGER,Peter.Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1973.
CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: selo negro, 2011
FISHER, Saul H.Uma nota sobre a homossexualidade masculina e o papel da mulher na Grécia antiga. In: A inversão sexual. As múltiplas raízes da homossexualidade. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago editora, 1973.
CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. Revista de Estudos Feministas. ano 2 vol.1. Brasiliense. São Paulo.
LIMA, Rita de Lourdes de. Serviço Social e Gênero no Brasil: uma análise do processo de formação profissional. Pesquisa de Pós-Doutorado. UFRJ, 2012.
SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.
FERREIRA, G.G; AGUINSKY, B.G. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 223-232, jul./dez. 2013
LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. Revista Katálysis, vol. 8, núm. 2, julio-diciembre, 2005, pp. 199-210

Unidade Curricular: TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: SSO068	**Pré-Requisito:** não há	

Ementa:
Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Constituição Federal de 1988. A importância da luta e da defesa dos direitos de cidadania no Brasil frente a proteção de pessoas em condições de desigualdades econômicas, políticas e culturais de classes.

Objetivo:
Conhecer as condições sociais e históricas que explicam os direitos, sua trajetória de formalização na legislação e os dilemas de sua efetivação no Brasil no momento contemporâneo. Analisar os direitos civis e políticos, bem como os direitos econômicos, sociais e culturais a partir da normativa internacional que coloca a pessoa humana como fundamento da ordem constitucional. Examinar legislações que tratam de direitos especiais, como trabalho, previdência social, infância e juventude, idosos, deficientes e outras categorias que se encontram em condições de desigualdades econômicas, políticas e culturais de classes.

Bibliografia Básica:

BARROSO, Luís Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. In: Cláudio Pereira de Souza Neto; Daniel Sarmento (Coords.). Direitos Sociais: Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>.

BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 out. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispões sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8213cons.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8213cons.htm>.
BRASIL. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 08 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8213cons.htm>.
BRASIL. Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>.
BRASIL. Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: < www.direitoshumanos.usp.br>.
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 11. Ed. São Paulo: LTr, 2012.
IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. 16. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.
PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>.
PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>.
SPOSATI, Aldaíza (Org.). Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Unidade Curricular: TEORIA SOCIAL III		
Período: 7º ou 8º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: Criada sem equivalência	**Pré-Requisito:** não há	
Ementa: A importância da tradição do pensamento marxista enquanto aprofundamento do debate. Lênin, Rosa Luxemburgo, Mandel, Mészáros. A teoria do Estado ampliado e a superestrutura. Fundamentos da ontologia do ser social. Capitalismo tardio e seus dilemas. Crise estrutural e socialismo.		
Objetivo: Discutir aspectos gerais da contribuição do pensamento social da tradição marxista para a compreensão da realidade social e suas contradições, atuando deste modo para o entendimento de categorias fundamentais ao exercício profissional do Serviço Social.		
Bibliografia Básica:		

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
LÊNIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social II. Tradução de Nélio Schneider (com a colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes). Capítulo 2. São Paulo: Boitempo, 2013.
LUXEMBURG, Rosa. Acumulação do Capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
LUXEMBURG, Rosa. Reforma ou Revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2015.
MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. 2ª Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
MÉZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
MÉZÁROS, István. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo editorial, 2003.
NETTO, José Paulo (org) G. Lukács/Sociologia. São Paulo: Ática, Grandes cientistas sociais, vol. 20, 1981.

Bibliografia Complementar:

COGGIOLA, O. (org.). Globalização e socialismo. S. Paulo, Xamã, 1997.
COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 1994.
COUTINHO, Carlos Nelson. Contra a corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
LUKÁCS, G. História e consciência de classe. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. IN: Outubro nº 04. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, 2000.
MARX, K. O capital. Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, "Os economistas", Tomo I, Volumes 1 e 2, 1983.

Unidade Curricular: CRISE DO CAPITAL E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA II		
Período: 7º	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04
Equivalência: ECO115	**Pré-Requisito:** Não há	
Ementa: Expressão da matéria em sistemas complexos. Biogeofísica do sistema terra. Ciclos biogeoquímicos e o Homo sapiens sapiens. Crise do capital. O capital e a produção destrutiva. O capital e as dimensões da catástrofe ambiental. O capital, os Pontos de não retorno e as Alças de retroalimentação. Não linearidade do Sistema Terra e os seus limites à expansão do capital. Superação do capital ou Extinção do Homo sapiens sapiens: a emergência climática.		
Objetivo: Proporcionar aos estudantes condições teóricas para apreenderem as dinâmicas intrínsecas do Sistema Terra, da incontrolabilidade do Sistema do Capital, da destrutividade do Sistema do Capital, da Crise Estrutural do Sistema do Capital, a Emergência Climática como limite absoluto reprodução ampliada do capital e os impactos para as maiorias trabalhadoras.		
Bibliografia Básica:		

MOORE, Jason W . (Org.) **Antropoceno ou Capitolaloceno**? Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. 340. p.2.
MARQUES FILHO, Luiz César. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2.ed., Campinas, São Paulo: EditoraUnicamp, 2016. 711p.3.
MARQUES FILHO, Luiz César. **O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência**. São Paulo: Elefante, 2023. 624p.
MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo: 2009.
Kohei Saito. **O capital no Antropoceno**. São Paulo: Boitempo: 2024.

Bibliografia Complementar

MACEDO, Rogério Fernandes; LIMA FILHO, Paulo Alves de et al. (Orgs.). Setas contra o capital sobrepandemônios na pandemia e as revoluções necessárias. Marília: Lutas anticapital, 2020. 346p.2.
CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos nasaúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão popular, 2015. 624p.
3. NASA. Earth - The Blue Marble. Disponível em: https://visibleearth.nasa.gov/collection/1484/bluemarble?page=5.Acesso em: 03-04-2024.
4. SAITO, Hokei. O ecossocialismo de Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. 1.ed.São Paulo: Boitempo, 2021. 350p.
5. WILD, M. The global energy balance as represented in CMIP6 climate models. Clim Dyn 55, 553 577 (2020).https://doi.org/10.1007/s00382-020-05282-7.
6. IPCC. Mudança do clima Relatório síntese. 2023. Disponível em:file:///E:/78916/Backup%20Ro/Motoca1/FAULDADES/UFVJM/AULAS/ELETIVAS/Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria%20e%20seus%20desafios%20contemporr%C3%A2neios%20-%202024-01/Bibliografia/IPCC_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 08-06-2025.
7. WOLOWSKI, Marina et al. Relatório temático sobre polinização, polinizadores e produção de alimentos no Brasil[livro eletrônico], São Carlos, São Paulo: Editora Cubo, 2019. 8,36 Mb; PDF. Disponível em:https://www.bpbes.net.br/wpcontent/uploads/2019/03/BPBES_CompletoPolinizacao-2.pdf. Acesso em: 19-08-2020.
8. Instituto Rockström. Disponível em: https://www.pik-potsdam.de/en/topics/weather-extremes-atmosphere. Acessoem: 01-12-2025.
9. Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES).Disponívem em: https://www.ipbes.net/about. Acesso em: 01-12-25.
10. Our World in data. Disponível em: https://www.ipbes.net/about. Acesso em: 01-12-25.
11. **Cemaden - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.** Disponível em:https://mapainterativo.cemaden.gov.br/. Acesso em: 01-12-25.

Unidade Curricular: Língua Brasileira de sinais – LIBRAS		
Período: A partir do 7º período	**C.H. Total:** 60	**Créditos:** 04

Equivalência: CEX134	**Pré-Requisito:** Não há

Ementa:
A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua oficial e natural da comunidade surda brasileira; Conceito e classificação de surdez; Sujeito surdo: diferença, cultura e identidade; Políticas públicas educacionais para surdos; inclusão e filosofias educacionais na educação de surdos; Princípios básicos da LIBRAS.

Objetivo:
- Promover uma reflexão sobre a Educação e a Inclusão de Surdos;
- Conhecer a surdez, bem como, as diferenças entre surdos e ouvintes;
- Levar os alunos a compreenderem a função da Libras na educação de alunos surdos;
- Saber como receber o aluno surdo na escola, entendendo a legislação que ampara a inclusão de alunos surdos na escola regular;
- Aprender a se comunicar em LIBRAS em alguns contextos;
- Diferenciar o papel do professor regente de alunos surdos do papel do intérprete educacional de LIBRAS.

Bibliografia Básica:

[1] CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2001. v.1, v.2.
[2] BRITO, L. F. Integração social & educação de surdos. Rio de Janeiro: Babel, 1993.
[3] GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa abordagem sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997.
[4] QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed. 1997a.
[5] SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[6] SEMINÁRIO SOBRE LINGUAGEM, LEITURA E ESCRITA DE SURDOS. Anais do I Seminário sobre Linguagem, Leitura e Escrita de Surdos. Belo Horizonte: CEALE-FaEUFMG, 1998.
[7] SKLIAR, C. (Org). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
[8] SKLIAR, C. (Org). Atualidade da educação bilíngue para surdos. Vol. 1 e 2. Porto Alegre: Mediação, 1999.

Bibliografia Complementar

[9] BOTELHO, Paula. Linguagem e Letramento na Educação de Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
[10] BRITO, L F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
[11] COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças. João Pessoa: Arpoador, 2000.
[12] LEITE, E. M. C. Os papéis dos intérpretes de LIBRAS na sala de aula inclusiva. Petrópolis: Arara Azul, 2005.
[13] LODI, A. C. B., HARRISON, K. M. P., CAMPOS, S. R. L., TESKE, O. (orgs). Letramento e Minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.
[14] QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Unidade curricular optativa

Unidade Curricular: ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO		
Período: A partir do 5º período	**C.H. Total:** 30	**Créditos:** 02
Equivalência: SSO074	**Pré-Requisito:** Ética Profissional e Serviço Social e Fundamentos do Serviço Social III	

Ementa:
A concepção de estágio supervisionado circunscrita no projeto de formação profissional da ABEPSS e no aparato jurídico-político da profissão. Instrumentos didático-pedagógicos do estágio supervisionado. A supervisão direta de estágio. As dimensões constitutivas da profissão e sua indissociabilidade no exercício profissional.

Objetivo:
- Refletir o estágio supervisionado em Serviço Social como atividade teórico-prática e de capacitação para o exercício profissional a partir da realidade em que o estagiário/a está inserido/a.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social Abepss. Brasília, 2009.
BRASIL. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social. Brasília, 1993.
BRASIL. Lei nº 11788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Brasília: CFESS, 2008.
MESQUITA, Andréa P. de.; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de. M. Dicionário crítico: estágio supervisionado em Serviço Social. Fortaleza: Socialis, 2019.

Bibliografia Complementar

BARROCO, M.L. TERRA. S. H; Conselho Federal de Serviço Social CFESS. (Org.). Código de Ética do/a Assistente social. Comentado. São Paulo: Cortez, 2012.
CFESS. Atribuições privativas do (a) assistente social: em questão. Brasília: CFESS, 2002.
IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.
LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATOS, Maurílio C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 124. São Paulo: Cortez, outubro-dez. de 2015.

12 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os instrumentos de avaliação presenciais em sua grande variabilidade deverão se adequar à legislação e às normas vigentes na UFVJM. A avaliação do rendimento acadêmico em cada **unidade curricular** será realizada mediante provas escritas e/ou orais, atividades em sala aula, seminários, trabalhos teóricos e de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, trabalhos escritos com data previamente acordada, elaboração de projetos e execução de projetos e outras atividades estabelecidas pelos docentes e registradas nos planos de ensino. Deve-se ressaltar que todas as formas e instrumentos avaliativos devem estar previstos no plano de ensino, bem como o valor de cada uma das avaliações, que deverão ser no mínimo três, totalizando 100 pontos.

Entende-se que a avaliação é parte constitutiva do processo de formação, devendo articular-se de forma pedagógica e possibilitar a construção da capacidade reflexiva por um lado, e mensurar em forma de nota ou conceito o aprendizado por outro. Deve-se destacar que a concepção avaliativa, presente neste processo, é de forma espiral e não meramente cumulativa, ou seja, a estrutura curricular está organizada de forma que os conteúdos partem de questões gerais, possibilitando aprofundamentos contínuos e sistemáticos.

Individualmente todas as unidades curriculares deverão prever em sua avaliação a distribuição de 100 pontos ao longo do semestre letivo, distribuídos em formas de trabalhos, provas ou seminários que possibilitem ao professor avaliar o nível de conhecimento alcançado, através de uma nota e apresentadas no plano de ensino, que deverá ser registrado pelo docente no e-campus. O discente que eventualmente perder alguma avaliação deverá solicitar a repetição da mesma, obedecendo às normativas institucionais para esta questão, de modo que lhe seja garantido o direito de repeti-la.

A avaliação deverá se constituir como parte integrante do processo de ensino e aprendizado desenvolvido nas várias unidades curriculares e atividades do curso. Nesse sentido, ela será uma atividade contínua, sistemática que desempenhará diferentes funções, como as de diagnosticar o conhecimento prévio dos estudantes, seus

interesses e necessidades, além de detectar dificuldades de aprendizagem no momento em que elas ocorrem. Assim, será possível construir coletivamente um planejamento estratégico e formas de superação das dificuldades identificadas. O caráter formativo das avaliações tem ainda por finalidade a orientação dos docentes, a autonomia dos discentes e futuros profissionais em relação ao seu processo de aprendizagem, contribuindo com a qualificação destes com condições de iniciar a carreira.

Portanto, a avaliação de aprendizagem nos cursos de graduação é um processo de acompanhamento contínuo englobando as dimensões diagnóstica, formativa e prospectiva. Tais avaliações deverão ser especificadas nos planos de ensino de cada unidade curricular, registradas no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (e-campus) e respeitando as normas da UFVJM.

A avaliação da aprendizagem será feita ao longo de todo o curso, incorporando-se às atividades individuais e coletivas, com dois objetivos principais:

a) permitir os avanços e progressos dos estudantes e ser capaz de identificar as necessidades, ou seja, as áreas de estudo que exijam maior investimento;

b) levantar elementos para a avaliação do próprio curso, o que permitirá aos professores, tutores e equipe de coordenação organizar atividades que possam aprimorar o desempenho.

Conforme regulamento dos cursos de graduação (Resolução CONSEPE 24/2025) o resultado das Avaliações Presenciais deverá ser divulgado pelo docente no máximo 30 (trinta) dias após sua realização, limitado ao último dia letivo. Caso haja outra avaliação subsequente dentro desse período, a nota da avaliação anterior deverá ser divulgada no mínimo 48 (quarenta e oito) horas antes da aplicação desta nova avaliação, respeitando-se os prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

O curso de Serviço Social na UFVJM é presencial, não sendo previstas atividades na modalidade a distância em nenhuma das unidades acadêmicas, ou seja, a integralidade da carga horária deverá ser cumprida de forma presencial, portanto, será necessário 75% da presença em todas as unidades curriculares do curso e um mínimo de 60 pontos para aprovação. O estudante que obtiver nota inferior a 40 pontos, ou mais de 25% de faltas, estará reprovado na referida atividade curricular prevista.

O estudante que obtiver entre 40 e 59 pontos, e mais de 75% de presença, deverá realizar um exame final conforme calendário acadêmico, sobre todo o conteúdo apresentado no semestre, devendo obter nota igual ou superior a 60 pontos para ser

aprovado. Caso ocorra a reprovação e a disciplina for pré-requisito para cursar alguma outra, o/a discente não poderá cursar a disciplina ulterior até que cumpra o pré-requisito.

13 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPC

O acompanhamento, avaliação, reflexão e atualização de um projeto de formação profissional, devem ser processos sistemáticos e contínuos que possibilitem o aprimoramento e sintonia entre a realidade objetiva e a capacidade de responder profissionalmente às demandas postas no bojo desta intervenção. No caso do Serviço Social de uma forma mais geral, este processo é mediado pelos protagonistas que compõem a categoria profissional, mediada por suas instituições representativas[38], que buscam contribuir neste processo a partir de debates coletivos, oferecendo subsídios para a reconstrução permanente do projeto formativo a partir de questões gerais que deverão ser mediadas pelos particularismos.

Assim, temos a questão social, enquanto contradição entre o capital e o trabalho, e a realidade brasileira em suas particularidades, enquanto um quadro mais amplo para a construção de uma formação profissional em Serviço Social, que seja capaz de responder as diversas demandas postas na realidade concreta. Nesta direção, sendo esta realidade composta por um processo extremamente complexo e atravessada por distintas mediações, torna-se necessário que o processo de acompanhamento e avaliação do projeto formativo proposto, seja realizado de forma constante, para que o mesmo esteja articulado a esta realidade e não se furte a enfrentar suas problemáticas e desafios.

A partir destas considerações mais gerais, é que o curso de Serviço Social da UFVJM procura realizar seu processo particular de revisão curricular, sem perder de vista a necessidade de pensar os desafios locais, regionais e institucionais de sua formação. Ou seja, garantir uma formação profissional de qualidade capaz de garantir aspectos mais gerais do processo formativo, sem deixar de articular-se com o contexto particular em que se encontra.

Em relação aos egressos, o acompanhamento dos mesmos, far-se-á em através de encontros e debates em torno de estágio, bem como atividades diversas como

[38] Referimo-nos particularmente aqui ao conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

grupos de pesquisa e estudo, extensão e outras atividades em que seja possível realizar de forma contínua, uma reflexão sobre o processo formativo e suas diversas mediações com a realidade e instituições. O egresso do curso de Serviço Social, devidamente registrado no Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS/MG – adquire a prerrogativa de uma vez atuando como assistente social em alguma instituição, tornar-se supervisor de estágio. Esta é a realidade de muitos/as egressos/as do curso que exercem a profissão em diversos municípios que ofertam campos de estágio com para a UFVJM e, onde os/as estudantes do curso realizam estágio.

Neste sentido, torna-se necessário de forma sistemática e articulada com as Coordenações de Estágio e de Curso que sejam realizados Fóruns de Supervisores, supervisões coletivas de estágio, rodas de conversa, cursos de extensão, palestras, discussões sobre sistematização do trabalho profissional, dentre outros temas que atravessam a organização do estágio, sendo estes espaços privilegiados de formação, capacitação e acompanhamento de egressos do curso, podendo a partir destes espaços surgir demandas que poderão ser discutidas com o colegiado do curso no sentido de propor ações voltadas ao acompanhamento e educação permanente dos/as egressos/as.

Ao longo de sua existência o curso, muitos egressos têm atuado como professores substitutos, e atualmente temos uma das egressas que tomou posse como professora efetiva da Universidade[39] e atuará no curso de Serviço Social.

Além disso, com a oferta de dois cursos de mestrado vinculados ao curso os egressos tem se inserido como estudantes dos programas de pós-graduação do Mestrado Interinstitucional (MINTER) em Política Social, desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal Fluminense (instituição promotora) e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (instituição receptora) e do Programa de Pós-graduação em Política Social e Desenvolvimento Regional.

O Colegiado de Curso e NDE também poderão propor e realizar pesquisas junto aos egressos para avaliar o processo formativo e os conteúdos que poderiam ser aprimorados, bem como avaliar os processos de inserção acadêmico-profissional dos/as egressos.

Neste âmbito, o processo de acompanhamento e avaliação deste projeto será realizado de forma sistemática, observando as resoluções institucionais estabelecidas

[39] Professora Sidimara Cristina de Souza, tomou posse em 08 de junho de 2026.

pelos conselhos superiores e demais espaços decisórios quando for o caso, pelas instâncias decisórias e deliberativas do curso, a saber: coordenação de curso, NDE, colegiado, docentes e discentes.

Coordenação de Curso[40]

É atribuição da coordenação de curso, realizar o acompanhamento pedagógico da formação profissional, buscando propor, discutir, implementar, avaliar e acompanhar as estratégias construídas para alcançar os objetivos postos. Espera-se que este processo seja realizado a partir do debate coletivo com a participação dos sujeitos envolvidos neste processo, voltando-se para o acompanhamento pedagógico do curso.

É função da coordenação também garantir a dimensão interdisciplinar deste processo, realizando o constante acompanhamento pedagógico do mesmo em conjunto com o coletivo dos docentes e discentes, para que seja possível refletir sobre a pertinência do processo formativo proposto, avaliar a necessidade de realização de ajustes, por meio de uma constante e permanente articulação entre a realidade concreta e os conteúdos propostos.

Nesta direção caberá à coordenação também fomentar a realização de reuniões periódicas do colegiado e NDE, com a participação de docentes e discentes com o objetivo de realizar os encaminhamentos relativos ao ENADE e seus desdobramentos sobre os seus resultados e outras formas institucionais de avaliação do curso integrados ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), publicizando e socializando os resultados destes processos.

Além disto, a coordenação deverá propor e articular práticas pedagógicas que contribuam com o desenvolvimento do curso e para atingir objetivos propostos neste projeto formativo, buscando colaborar com a construção de estratégias que efetivamente integrem o corpo docente e discente e os conteúdos curriculares, garantindo uma formação profissional em consonância com os princípios e diretrizes curriculares.

Deste modo, a partir deste amplo processo, será possível acompanhar e avaliar os resultados produzidos de modo que seja possível construir estratégias

[40] O plano de ação da coordenação do curso de Serviço Social (biênio 2026-2027) está disponível em: https://portal.ufvjm.edu.br/a-universidade/cursos/sso/plano-de-acao-da-coordenacao-servico-social

pedagógicas permanentes que oportunizem uma atualização sistemática e contínua do presente projeto.

Núcleo Docente Estruturante – NDE

Este espaço, composto por docentes, tem a função consultiva, propositiva e de assessoramento referente a matéria acadêmica do curso é parte constitutiva de sua gestão acadêmica, responsável, juntamente com a coordenação do curso, pela elaboração, implementação, atualização, avaliação e aprimoramento das ações que possibilitem a consolidação do projeto pedagógico.

Nesta direção, o NDE deve contribuir com o processo de avaliação e sistematização do projeto pedagógico, propondo sempre que for necessário e possível, ações pertinentes nesta direção, contribuindo deste modo com a garantia do perfil do egresso desejado, bem como a formação atualizada permanente dos discentes.

Deve, portanto, enquanto parte da estrutura acadêmica do curso, atuar no sentido de zelar pela integração curricular e a existência adequada da interdisciplinaridade das diferentes atividades curriculares previstas, indicando, por exemplo, formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa, extensão, bem como ações pontuais que considerar necessárias neste processo, em sintonia com as diretrizes gerais do curso e as exigências profissionais, do mercado e da realidade local e nacional, bem como políticas públicas e áreas relacionadas à intervenção profissional do Serviço Social.

Assim, o NDE deve atuar na direção de garantir o cumprimento das diretrizes nacionais do curso, bem como o conjunto de normativas que regulamentam o desenvolvimento da formação profissional no interior da UFVJM.

Colegiado do Curso

O colegiado do curso é o órgão deliberativo maior na esfera acadêmica do curso, devendo assumir papel relevante neste processo, no sentido de contribuir com o acompanhamento e articulação das ações necessárias para implementação do projeto pedagógico, atuando na definição e execução de estratégias pedagógicas. Além disso, precisa acompanhar e monitorar, com a coordenação, o processo de ensino-

aprendizagem no intuito de adequar as orientações para que a formação prevista no PPC ocorra de forma plena, contribuindo para a inserção adequada do futuro profissional na sociedade e no mercado de trabalho. O Colegiado participará da análise de todos os instrumentos avaliativos, encaminhamentos e deliberações propostas pelo NDE, enquanto parte constitutiva deste processo.

Docentes e Discentes

A coordenação de curso, NDE e colegiado devem garantir de forma permanente condições para a participação do coletivo dos docentes e discentes em todos os processos e atividades pedagógicas propostas no curso, enquanto partes constitutivas essenciais desta proposta formativa. A participação destes sujeitos nos processos de reflexão, acompanhamento e avaliação de forma ativa e propositiva é essencial em todo o processo. Isto poderá ser realizado através de participação em reuniões e momentos coletivos, como também por meio de instrumentais e pesquisas criados para com esta finalidade.

Dos instrumentos de avaliação

Um dos mecanismos implementados será o SINAES – o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – instituído pela Lei 10.861/2004, e o Decreto nº 9.235 de 15/12/2017, dispõem sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Ensino Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Assim, esse decreto define por meio do § 3º de artigo 1º que a avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES constituirá referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade. Esta avaliação terá como componentes os seguintes itens:

a) Auto-avaliação, conduzida pelas CPA’s;

b) Avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP;

c) Avaliação dos cursos de graduação. (ACG);

d) ENADE – Exame Nacional de Avaliação de Desenvolvimento dos estudantes.

Ao longo do desenvolvimento das atividades curriculares, a Coordenação do Curso deve agir na direção da consolidação de mecanismos que possibilitem a permanente avaliação dos objetivos do curso.

A UFVJM instituiu através da Resolução CONSEPE 30/2024 o Instrumento de Avaliação de Ensino (IAE) dos cursos de graduação que promove a avaliação discente das atividades docentes, além de contemplar a autoavaliação docente e discente nas unidades curriculares. A avaliação se realiza através de questionário a ser respondido semestralmente. Os critérios de avaliação dos discentes tem por base os seguintes critérios: I - Assiduidade; II - Conteúdo; III - Didática; IV - Metodologia de ensino; V - Planejamento; VI - Avaliação; VII - Postura ética profissional.

O colegiado de curso deverá acompanhar, debater e analisar semestralmente os resultados das avaliações além de formular propostas de intervenção para o aprimoramento das práticas didático-pedagógicas. Devendo encaminhar à PROGRAD os resultados das discussões das avaliações.

Poderão ser utilizados instrumentos desenvolvidos pela coordenação e equipe pedagógica do curso atendendo a objetivos específicos, para acompanhamento e avaliação do desempenho acadêmico, desempenho do corpo docente. Essa avaliação terá como finalidade identificar aspectos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem e propor ações que visem a melhoria do curso de Serviço Social.

Os discentes participarão de avaliações regulares do curso com o objetivo de identificar as condições de ensino a eles oferecidas relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas do campus e organização didático-pedagógica.

14 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

14.1) Coordenação do Curso

Conforme estabelece o Estatuto da Universidade, o coordenador e o vice-coordenador devem ser eleitos dentre os docentes vinculados diretamente ao curso através de departamento ou órgão equivalente, por sufrágio secreto e universal com mandato de dois anos, permitida uma reeleição (UFVJM, 2014).

As atribuições da Coordenação são regulamentadas pela Resolução Nº. 09 – CONSEPE, de 19 de junho de 2009, que estabelece competências dos Coordenadores de Cursos de Graduação da UFVJM. A coordenação, junto com o colegiado de curso e os docentes, deve articular e organizar a implementação do projeto pedagógico, buscando a integração entre as áreas do conhecimento contempladas na estrutura curricular.

14.2) Colegiado de Curso

A coordenação didático-científica e pedagógica de cada curso de graduação é exercida por um colegiado de curso, de acordo com o Regimento Geral, sendo integrado pelo coordenador e vice-coordenador do curso, cinco docentes e três discentes. Conforme estabelecido no Regimento Geral da UFVJM, são atribuições do Colegiado de Curso:

> I – coordenar o Processo Eleitoral para eleger o Coordenador e o Vice-Coordenador;
> II – propor ao Conselho de Graduação a elaboração, acompanhamento e revisão dos projetos pedagógicos;
> III – orientar, coordenar e avaliar as atividades pedagógicas, buscando compatibilizar os interesses e as especificidades dos cursos atendidos pelo colegiado;
> IV– decidir sobre as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida à legislação pertinente;
> V – propor ao Departamento ou órgão equivalente que ofereça disciplinas ao curso, modificações de ementas e pré-requisitos das disciplinas do curso;
> VI – providenciar a oferta semestral das disciplinas e decidir em conjunto com o Departamento ou órgão equivalente questões relativas aos respectivos horários;
> VII – reportar ao órgão competente os casos de infração disciplinar;
> VIII – subsidiar os órgãos superiores da Universidade sobre a política de capacitação docente;
> IX– coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso. (UFVJM, 2011).

14.3) Corpo Docente

De acordo com o Estatuto da UFVJM (2014):

> **Art. 59.** O corpo docente da UFVJM compreende:

I- os integrantes das carreiras de magistério;
II- os docentes visitantes e substitutos, nos termos do Regimento Geral;
III- outras categorias docentes previstas em lei.
Parágrafo único. O ingresso, a nomeação, a posse, o regime de trabalho, a promoção, o acesso, a aposentadoria e a dispensa do docente são regidos pela legislação vigente.

Art. 60. Entende-se por atividades de magistério:
I- as pertinentes ao ensino, à pesquisa e à extensão;
II- as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia e coordenação, exercidas por professores, na UFVJM, além de outras previstas na legislação vigente.

Neste sentido, o corpo docente é fundamental para a implementação e cumprimento do projeto pedagógico participando diretamente na promoção de estratégias pedagógicas que integrem os componentes curriculares e estimulem os estudantes no seu processo de aprendizagem e nas reflexões como futuro profissional do Serviço Social, atuante em diversos espaços sócio-ocupacionais. Neste sentido, todo o corpo docente deve estar comprometido com a formação geral do estudante, contribuindo para o desenvolvimento de sua consciência crítica, para o exercício pleno da sua cidadania, fornecendo-lhe subsídios para atuar na realidade na qual se insere.

14.4) Núcleo Docente Estruturante

Em atendimento à Resolução CONSEPE nº 16 de 18 de junho de 2010, (revogada pela Resolução 4 do CONSEPE de 10 de março de 2016) foi estruturado o Núcleo Docente Estruturante (NDE).

O NDE busca contribuir para a consolidação do profissional egresso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação. O NDE mantém atividades regulares com o objetivo de cumprir o propósito para o qual foi instituído.

No Curso de Serviço Social é composto por 8 membros, tendo o coordenador de Curso como seu presidente. Os membros são indicados pelo Colegiado, dentre os

professores que ministram aulas no curso, levando-se em consideração os requisitos estabelecidos na Resolução nº 4 do CONSEPE, de 10 de março de 2016[41]:

> I – formação em nível de pós-graduação;
> II – regime de trabalho em tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
> III – experiência docente mínima de 3 (três) anos, em ensino superior (UFVJM, 2016).

15 TRANSIÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular constante neste Projeto Pedagógico será implantada, de forma gradual, **a partir do 2º semestre de 2026 (2026/2)**, sendo obrigatório para os/as discentes que ingressarem no 1º período do curso. Os alunos matriculados em semestres anteriores, vinculados ao PPC de 2007, tem a opção de migrar para o novo PPC a partir de 2027/1.

Assim, visando garantir as melhores condições possíveis para realizar a transição curricular é que se propõe as estratégias listadas neste plano, de modo que sejam garantidos para todos/as os/as estudantes, as condições efetivas para a realização dos devidos ajustes, quando necessários. Sendo assim, a partir de **2029/2** o curso de Serviço Social, contará apenas com a proposta curricular deste PPC, considerando que este é o prazo máximo para enquadramento de discentes da proposta curricular de 2007.

Os estudantes inseridos na estrutura curricular de 2007 poderão a qualquer momento, dependendo da necessidade, cursar as equivalências da proposta que será iniciada em 2026/2, garantindo, deste modo, que tenham condições de realizar os ajustes necessários e acessar os conteúdos que garantam a continuidade da sua formação.

Neste plano de transição, os estudantes que ainda não tiverem iniciado o Estágio Curricular (obrigatório), poderão optar pela migração para a proposta vigente a partir de 2027/1, sem prejuízo das Unidades Curriculares cursadas, **devendo ser realizadas as devidas equivalências constantes no quadro do item 15.1**, que trata

[41] A composição também obedece às seguintes proporções, conforme Art. 5º da resolução citada: I – 60% (sessenta por cento) de docentes com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; II – 40% (quarenta por cento) de docentes atuando ininterruptamente no curso desde o último ato regulatório; e III – 70% (setenta por cento) dos docentes com formação específica na área do Curso. IV – Na renovação dos integrantes do NDE, deve ser assegurada a permanência de no mínimo 2/5 de seus membros. (UFVJM, 2016).

das equivalências entre o currículo de 2007 e o 2026/2. Justifica-se esta lógica de transição, o fato da presente proposta de PPC propor uma alteração na organização do estágio curricular em relação ao conteúdo, estrutura acadêmica e carga horária, sendo desaconselhável que ocorra alteração na estrutura formativa em relação ao estágio. **Portanto, a regra geral, é que os estudantes poderão realizar a transição para a proposta curricular de 2026/2 sem prejuízo, somente se os estudantes ainda não tiverem iniciado o estágio curricular**.

Caso por quaisquer motivos ocorra necessidade de migração fora da regra geral estabelecida, caberá à Coordenação de curso, NDE e Colegiado analisar os casos particulares, promovendo o aproveitamento e equivalências dos conteúdos cursados até o momento de transição[42]. O mesmo procedimento deverá ser observado para os casos em que os/as estudantes tenham cursado alguma Unidade Curricular, que tenha deixado de existir na nova proposta curricular, devendo ser igualmente observadas as particularidades pela coordenação de Curso, NDE e Colegiado, realizando as equivalências e aproveitamentos possíveis.

Os estudantes ingressantes no curso em período anterior a 2026/2, ou seja, inseridos na estrutura curricular de 2007, que optarem pela migração para esta proposta curricular, e que tenham cursado e sido aprovados em conteúdos em que exista equivalência com a nova proposta, deverão ser dispensados, conforme quadro disposto no item 15.1.

Para situações que demandem aproveitamento de Unidades Curriculares aos discentes ingressantes no curso em período anterior a 2026/2 e optarem pela migração, e que já tenham cursado as UC, tendo sido devidamente aprovados em unidades curriculares pertencentes à estrutura curricular do projeto de 2007, serão dispensados de cursar as unidades curriculares previstas na nova estrutura curricular,

Situações específicas como oferta de unidade curricular relativas ao projeto de 2007, em período especial, que requeiram procedimentos não contemplados neste documento, serão analisadas pela Coordenação de Curso, NDE e Colegiado. O NDE, como instância consultiva coletiva, juntamente com a coordenação de curso, acompanhará o processo de implementação do PPC, formulando pareceres relativos às demandas dos/as discentes não previstas neste documento, buscando subsidiar o

[42] Mesma situação para os/as estudantes que tenham solicitado o trancamento da matrícula no currículo de 2007 e retornem no currículo 2026/2.

colegiado nas suas decisões. O colegiado, como órgão responsável pela coordenação didática do curso e sendo composto por docentes e discentes, deliberará sobre as questões que surgirem.

Para definição da equivalência, tomou-se como referência os requisitos estabelecidos na Resolução CONSEPE nº 24, de 12 de setembro de 2025, que estabelece em seu art. 69º -*"Para a dispensa de disciplinas dos cursos de graduação da UFVJM por equivalência deverá ser observada a compatibilidade de, no mínimo, 75% da carga horária e do conteúdo programático"*. Tal legislação não foi utilizada para aproveitamento das unidades curriculares referentes ao estágio, pois, neste caso, a equivalência será validada apenas para a correspondência de carga horária igual a 100%.

15.1 Quadro de equivalência entre unidades curriculares Currículo 2007 e Currículo 2026/2

PERÍODO	CURRÍCULO 2007	CÓDIGO	UNIDADES CURRICULARES VIGENTES A PARTIR DE 2026/2	CR	CHS	AULAS	
						T	P
1º	Leitura e Produção de Textos	SSO011	Leitura e Produção de Textos	04	60	630	
	Metodologia do Trabalho e da Pesquisa Científica e Tecnológica	SSO015	-				
	Filosofia e Ética	SSO014	Filosofia	04	60	60	
	Formação Social Histórica e Política do Brasil	ECO042	Formação sócio-histórica do Brasil I	04	60	60	
	Introdução ao Serviço Social	SSO013	Introdução ao Serviço Social	04	60	60	
	Sociologia I	SSO012	Teoria Social II	04	60	60	

PERÍODO	CURRÍCULO 2007	CÓDIGO	UNIDADES CURRICULARES VIGENTES A PARTIR DE 2026/2	CR	CHS	AULAS	
						T	P
2º	Sociologia II	SSO017	Teoria Social I	04	60	60	00
	Questões Sociais e Globalização	SSO018	Acumulação capitalista e Questão Social	04	60	60	00
	Economia Política e Serviço Social	ECO043	Economia Política	04	60	60	00
	Fundamentos do Serviço Social I	SSO016	Fundamentos do Serviço Social I	04	60	60	00
	Ciência Política	ECO041	Teoria Política	04	60	60	00

PERÍODO	CURRÍCULO 2007	CÓDIGO	UNIDADES CURRICULARES VIGENTES A PARTIR DE 2026/2	CR	CHS	AULAS	
						T	P
3º	Fundamentos Do Serviço Social II	SSO019	Fundamentos do Serviço Social II	04	60	60	00
	Pensamento Social Brasileiro Geral	SSO020	-				
	Antropologia Cultural e Serviço Social	SSO021	Antropologia	04	60	60	00
	Psicologia e Serviço Social	CEX062	Psicologia e Serviço Social	04	60	60	00
	Política Social e Serviço Social I	SSO022	Fundamentos da Política Social	04	60	60	00

PERÍODO	CURRÍCULO 2007	CÓDIGO	UNIDADES CURRICULARES VIGENTES A PARTIR DE 2026/2	CR	CHS	AULAS	
						T	P
4º	Fundamentos do Serviço Social III	SSO023	Fundamentos do Serviço Social III	04	60	60	00
	Pensamento Social Brasileiro Contemporâneo	SSO024	-				

	Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social	SSO025	Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social	04	60	60	00
	Política Social e Serviço Social II	SSO026	Política Social Setorial: Previdência Social	04	60	60	00
	Ética profissional e Serviço Social	SSO027	Ética e Serviço Social	04	60	60	00

PERÍODO	CURRÍCULO 2007	CÓDIGO	UNIDADES CURRICULARES VIGENTES A PARTIR DE 2026/2	CR	CHS	AULAS	
						T	P
5º	Política Social e Serviço Social III	SSO028	Política social setorial: Assistência Social	04	60	60	00
	Fundamentos do Serviço Social IV	SSO029	Fundamentos do Serviço Social IV	04	60	60	00
	Processo de Trabalho e Serviço Social I	SSO030	Processo de Trabalho e Serviço Social	04	60	60	00
	Legislação Social e Serviço Social	SSO049	Legislação Social e Direitos Humanos	04	60	60	00
	Oficina de Estágio em Serviço Social I	SSO031	Oficina de Estágio em Serviço Social I	04	60	60	00

PERÍODO	CURRÍCULO 2007	CÓDIGO	UNIDADES CURRICULARES VIGENTES A PARTIR DE 2026/2	CR	CHS	AULAS	
						T	P
6º	Estado, Classes e Movimentos Sociais	SSO033	Estado, Classes e Movimentos Sociais	04	60	60	00
	Pesquisa em Serviço Social I	SSO035	Pesquisa em Serviço Social I	04	60	60	00
	Administração em Serviço Social	SSO034	Planejamento e Gestão Social	04	60	60	00
	Fundamentos de Estatística	ECO044					
	Oficina de Estágio em Serviço Social II	SSO032	Oficina de Estágio em Serviço Social II	04	60	60	00

PERÍODO	CURRÍCULO 2007	CÓDIGO	UNIDADES CURRICULARES VIGENTES A PARTIR DE 2026/2	CR	CHS	AULAS	
						T	P
7º	Pesquisa em Serviço Social II	SSO037	Pesquisa em Serviço Social II	04	60	60	00
	Avaliação de Indicadores Sociais, Projetos Sociais e Serviço Social	SSO038					
	Eletiva I						
	Oficina de Estágio em Serviço Social III	SSO036	Oficina de Estágio em Serviço Social III	04	60	60	00

PERÍODO	CURRÍCULO 2007	CÓDIGO	UNIDADES CURRICULARES VIGENTES A PARTIR DE 2026/2	CR	CHS	AULAS	
						T	P
8º	Processo de Trabalho e Serviço Social II	SSO040	Processo de Trabalho e Serviço Social				
	Orientação ao TCC I	SSO041	Trabalho de conclusão de curso I	04	60	60	00
	Eletiva II						
	Oficina de Estágio em Serviço Social IV	SSO039					

PERÍODO	CURRÍCULO 2007	CÓDIGO	UNIDADES CURRICULARES VIGENTES A PARTIR DE 2026/2	CR	CHS	AULAS	
						T	P
9º	Serviço Social e Pensamento Social	SSO042	-				
	Orientação ao TCC II	SSO043	Trabalho de conclusão de curso II	04	60	60	
	Eletiva III	-	-				

16 REFERÊNCIAS

ABEPSS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional**. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.

ABEPSS/CEDEPSS**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. In. *Caderno ABESS* n. 7, São Paulo: Cortez, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: 25 anos das diretrizes curriculares da abepss. 25 ANOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS. 2021. Edição comemorativa trilíngue. Disponível em: www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_20230302165042293950O.pdf. Acesso em: 28 dez. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**. Brasília: ABEPSS, 2017. Disponível em: www.abepss.org.br/arquivos/textos/arquivo_20190322143927152562O.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Plataforma Antirracista**. Brasília: ABEPSS, 2022. Disponível em: https://abepss.org.br/lancamento-da-plataforma-antirracista/. Acesso em: 26 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política de comunicação ABEPSS**: versão para debate público. Brasília: ABEPSS, 2022a. Disponível: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/politica-de-comunicacao-abepss-debate-publico-20220614223323613057O.pdf. Acesso em: 04 mai. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Projeto "ABEPSS itinerante"**: Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas. Brasília: ABEPSS, 2014. Disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/07/documento_2016040416201077143O0.pdf. Acesso em: 24 abr. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **ABEPSS itinerante.** Brasília: ABEPSS, 2025. Disponível em: https://abepss.org.br/abepss-itinerante/. Acesso em: 27 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social Brasília: ABEPSS, 2018. Disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2022/12/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-20181204141942714643O.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a formação anticapacitista em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2024. Disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2026/03/Texto-formacao-anticapacitista.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

ALMEIDA. Ney Luiz Teixeira de. Educação. In: CFESS/ABEPSS. Capacitação continuada em Serviço Social e política social. Módulo 3. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-Unb, 2000. Pp. 153-163.

ANDES. Cadernos Andes nº 02. 3ª edição. Brasília, 2003.

BARROS, Jaqueline de Melo. Diversidade sexual e serviço social [livro eletrônico]: (in)visibilidades na formação profissional no Brasil / Jaqueline de Melo Barros. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2025. Disponível em: https://www.cress-am.org.br/images/LIVROS/ebook-diversidadesexualeservicosocial-1408251.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

BERHING, Elaine Rossetti. Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei 11.788/08. Dispõe sobre estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm [acesso em 03/06/2019].

BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html. Acesso em 06/05/2019.

BRASIL. **Lei nº 14914 de 03 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. Brasília: Presidência da República, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial para desenvolvimento e uso responsáveis de inteligência artificial**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/segape/referencial-oficial-pt.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta

o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: CNE, 2018.

CAMPOS et. al. Quanto Vale ou é por lítio? Crise estrutural do capital e extração minerária no Vale do Jequitinhonha, Mimas Gerais, Brasil. In: Conferência Latino-americana y Caribeña de Ciencias Sociales, 10., 2025, Bogotá. **Anais** [...]. Bogotá: CLACSO. Disponível em: https://conferenciaclacso.org/programa/resumen_ponencia.php?&ponencia=Conf-1-3010-53124&d=3. Acesso em: 25 out. 2025.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. **Relação das comunidades negras quilombolas em Minas Gerais**. Belo Horizonte: CEDEFES, 2021. Disponível em: www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Relacao-CNQ-em-Minas-Gerais-atualizadaem04062021.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a assistente social. Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. Brasília: CFESS, 2012. Cfess, 2025. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5185/0cLhNmpy8IwrV7HpCiS0bPNIUhCUIsUq.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 992, de 22 de março de 2022**. Estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social, regulamentando os princípios II, VI e XI inscritos no Código de Ética Profissional. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/rescfess992.pdf. Acesso em: 03 de fevereiro de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **RESOLUÇÃO CFESS N° 1.054, de 14 de novembro de 2023**. Estabelece normas vedando condutas de DISCRIMINAÇÃO E/OU PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL no exercício profissional do/a assistente social, referenciadas nos princípios II, VI, XI inscritos na Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional do/a assistente social. Brasília: CFESS, 2023. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/1054-2023-1.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília: CFESS, 2022. Disponível: https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

FREIRE. Paulo. Pedagogia do oprimido. 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. FORPROEX, Manaus: 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. A situação da Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni segundo o Índice Mineiro de Responsabilidade Social de 2018. **Informativo FJP**: Indicadores Sociais. Belo Horizonte: FJP, v.3, n.5, 2021. Disponível em: fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/14.05_Inf_CIS_05_2021.pdf. Acesso em: 28 de set. 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**. NOTA TÉCNICA: As Regiões Geográficas Intermediárias de Minas Gerais (RGINT): aspectos da distribuição espacial da população do estado pelo Censo Demográfico de 2022**. Belo Horizonte: FJP, n.8, 2023. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/servicos-fjp/consultar-pesquisas-e-estudos-de-indices-indicadores-e-estatisticas/estatistica-e-informacoes/estudos-populacionais/D. Acesso em: 05 out. 2025.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações **A dinâmica demográfica de Minas Gerais em 2018**: um retrato doestado no período pré-pandemia. Belo Horizonte: FJP, 2021b. Disponível em: Acesso em: fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/26.10_Estatistica-Informacoes-42_Indicadores-Demograficos.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. A situação da Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni segundo o Índice Mineiro de Responsabilidade Social de 2020. **Informativo FJP**: Indicadores Sociais. Belo Horizonte: FJP, v.5, n.4, 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Setores Impulsionadores do crescimento econômico da região geográfica Intermediária de Teófilo Otoni. **Informativo** FJP: Análise insumo-produto. Matriz insumo-produto. Belo Horizonte: FJP, v. 3, n. 4, 2021c. Disponível em: fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/26.05_Inf_CAIP_MIP_04_2021.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

GHON. Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação teórico-metodológica. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1990.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alfabetização – Resultados do universo**. IBGE, 2024. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-alfabetizacao. Acesso em: 28 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**. Brasília, IBGE, 2024a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=39980&t=resultados. Acesso em: 28 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Internet chega a 74,9 milhões de domicílios do país em 2024**. Brasília: IBGE, 2025. Disponível em: 28 jan. 2026. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44031-internet-chega-a-74-9-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2024. Acesso em: 28 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 7302 – Domicílios e Moradores, por situação do domicílio e existência de microcomputador ou tablet no domicílio**. Brasília: IBGE, 2025b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7302#resultado. Acesso em: 28 jan. 2026

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do quarto trimestre de 2024**. Brasília: IPEA, Carta de Conjuntura, n. 66, nota de conjuntura 13, 1 trim. 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2025/03/retrato-dos-rendimentos-do-trabalho-resultados-da-pnad-continua-do-quarto-trimestre-de-2024/. Acesso em: 28 jan. 2026.

JORGE, Ediane Moura; PONTES, Reinaldo Nobre. A Interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões**. Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-187, jan./jul. 2017.
https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/26444/15750. Disponível em: Acesso em: 29 mai. 2026.

LIMA, Fabiana A. **Empreendedorismo, crise e reprodução do capital: mediações histórico-concretas.** São Paulo, Serv. Soc. Soc. 147 (1), 2024 Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nMVg7Y4wMGgbhwSjyZGwP6c/?lang=pt. Acesso em: 29 jan. 2026.

MARTINS, Marcos Lobato. Identidades sociais e ação coletiva: o caso dos garimpeiros da microrregião de Diamantina. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1997. (Dissertação de mestrado).

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. 17ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais 2020-2023**. Belo Horizonte: SEDESE, 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Saúde. **Relatório anual 2023.Comitê Estadual de Prevenção da mortalidade materna infantil e fetal de MG – CEPMMIF**. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Saúde. CEPMMIF, Jul., 2025. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/wp-content/uploads/2025/07/2023-Aprovado_Relatorio-de-Mortalidade-materna-infantil-e-fetal.pdf . Acesso em: 10 out. 2025.

MOLJO, Carina; SILVA, José Fernando Siqueira. **Cultura profissional e tendências teóricas atuais**: o Serviço Social brasileiro em debate. In. GUERRA, Yolanda el al (Org.) *Serviço Social e seus fundamentos*: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

MOTA, Ana Elizabete. **Dinâmica capitalista contemporânea, trabalho, questão social e Serviço Social**: projeto de cooperação e intercâmbio em Serviço Social, 2007.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. **PAHO/WHO**, Brasília, 2023. Disponível em: www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente. Acesso em: 08 jun. 2023.

SEBRAE. **Região SEBRAE: MG – Jequitinhonha e Mucuri**. In: Observatório Setorial Territorial. Disponível em: https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/mg-jequitinhonha-e-mucuri. Acesso em:

SILVA, Ricardo Silvestre Da. **O avanço da contrarreforma neoliberal no ensino superior brasileiro pós anos 2000 e a formação profissional em Serviço Social**. Tese de Doutorado. Rio De Janeiro: URFJ, 2016.

SOUZA, João Valdir de. **Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção/reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro**. Tese de Doutorado, PUC/SP: São Paulo, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 04 - CONSEPE, de 10 de março de 2016**. Institui o Núcleo Docente Estruturante – NDE nos cursos de graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Diamantina: UFVJM/CONSEPE, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução 24 de 12 de setembro de 2025**. Estabelece o Regulamento dos cursos de graduação. Diamantina: UFVJM, 2025b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **RESOLUÇÃO Nº 01, DE 16 DE JANEIRO DE 2025**. Estabelece normas para o Programa de Apoio Didático da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Diamantina: UFVJM, 2025c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 15 CONSEPE, de 14 de dezembro de 2020**, que estabelece normas e orientações para elaboração, alteração e tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFVJM. UFVJM: Diamantina, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho Universitário. **Estatuto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM**. Diamantina: Conselho Universitário, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho Universitário. **RESOLUÇÃO Nº 8 (CONSU), de 27 de novembro de 2023**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2024–2028. Diamantina: Conselho Universitário, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Pesquisa revela que mais de 80% dos alunos da UFVJM vêm de escola pública**. Diamantina: UFVJM, 2019. Disponível em: https://www.ufvjm.edu.br/noticias/9175. Acesso em: 25 nov. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Programas Stricto Sensu**. Diamantina: UFVJM, 2025a. Disponível em: https://portal.ufvjm.edu.br/prppg/pos-graduacao/stricto-sensu. Acesso em 03/10/2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Pró-reitoria de graduação. **Projeto Pedagógico**: curso de graduação em Serviço Social. Teófilo Otoni: UFVJM, 2007. Disponível em: ufvjm.edu.br/prograd/projetos-pedagogicos.html. Acesso em: 26 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Pró-reitoria de graduação. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Serviço Social**. Bacharelado. Modalidade presencial. Período excepcional de pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Teófilo Otoni: UFVJM, 2021. Disponível em: ufvjm.edu.br/prograd/projetos-pedagogicos-periodo-de-pandemia-.html. Acesso em: 04 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Relatório de Gestão 2024**. Diamantina: UFVJM, 2025. Disponível em: https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2024-1/view. Acesso em: 20 fev. 2026.

VELOSO, Renato. O lugar das tecnologias da informação e comunicação no Serviço Social. In: VASCONCELOS, Ana Maria de; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; VELOSO, Renato (Orgs.). **Serviço Social em tempos ultraneoliberais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p. 63-82. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_63c21bb47ff0478a82029da75325f23e.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

YAZBEK, Maria Carmelita**. Classes subalternas e assistência social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas. In. GUERRA, Yolanda el al (Org.). **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

17 ANEXOS

17.1 Infraestrutura

Coordenação do Curso: o curso conta com uma sala para o atendimento direto aos acadêmicos e apoio à coordenação no desenvolvimento de suas atividades administrativas. A sala é equipada com computadores com acesso à internet, impressora e mobiliário para atendimento aos discentes e desempenho dos trabalhos.

Gabinete individual do docente: cada docente dispõe de um gabinete equipado com computador com acesso à internet, telefone e mobiliário garantindo a privacidade para o desempenho das atividades em tempo integral.

Salas de aula: o curso conta com salas de aula climatizadas e equipadas com recursos audiovisuais, acesso à internet, além de quadro, mesa para o/a professor/a e carteiras para os/as e demais mobiliários adequados.

Laboratórios de informática: O prédio de salas de aulas do campus Mucuri dispõe de 02 (dois) laboratórios de informática climatizados que podem ser utilizados pelo curso para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São equipados com computadores com acesso à internet e demais mobiliários.

Auditórios: O Campus do Mucuri dispõe de 05 (cinco) auditórios, os quais podem ser utilizados pelo curso para a realização de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os auditórios têm as seguintes capacidades: 01 (um) auditório com capacidade para cerca de 300 (trezentas) pessoas; 03 auditórios com capacidade para 150 (cento e cinquenta) pessoas; 01 auditório, localizado no prédio do ICET, com capacidade para cerca de 120 pessoas.

Biblioteca: o Campus do Mucuri dispõe de uma Biblioteca que atende o curso. O Sistema de Bibliotecas (SISBI) da UFVJM tem como missão organizar, disseminar e democratizar o acesso à informação, dando suporte ao ensino, a pesquisa e a extensão, sustentando e colaborando com a UFVJM como propulsora do desenvolvimento regional e nacional.

O acervo do SISBI é informatizado. O Pergamum é o software utilizado para gerenciamento dos serviços. É um sistema *online* onde se pode realizar consultas, renovações e reservas fora da Biblioteca. O objetivo do software é obter as melhores práticas de cada Instituição a fim de manter o software atualizado e atuante no mercado, tornando-o capaz de gerenciar qualquer tipo de documento, atendendo com excelência as Bibliotecas.

O acervo da Biblioteca é composto por Livros, *e-books*, periódicos, vídeos, DVDs e CD-ROMs. É disponibilizada uma página com acesso a acervos digitais, como livros, periódicos, portais, entre outros, onde você encontra informações selecionadas e confiáveis.

A UFVJM tem investido na ampliação e aprimoramento tecnológico do seu acervo, com destaque à disponibilização de inúmeros títulos na forma de e-Books.

A Biblioteca também oferece acesso ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil, o melhor da produção científica internacional. Possui acervo atualizado periodicamente, compatível com o Projeto Pedagógico do Curso e com o número de vagas. A biblioteca conta com servidores qualificados para o atendimento da comunidade acadêmica. Dispõe de computadores com acesso à internet, e mobiliários para atendimento dos usuários.

17.2 Corpo Docente

Docente	Titulação	Regime	Lattes	Área
Ana Paula de Magalhães Leite	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4428011H2	Serviço Social
Andréa Kelmer de Barros	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4551895A9	Serviço Social
Carlos Alberto Dias	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4736908J0	Psicologia

Catarina Ferreira da Conceição R. da Silva	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4250110A5	Letras, Linguística e Artes
Claudilene da Costa Ramalho	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4470310Y0	Serviço Social
Ciro Andrade da Silva	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4533964P2	Serviço Social
Diogo Prado Evangelista	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4746940J7	Serviço Social
Fábio Fraga dos Santos	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4759680J9	Sociologia
Fran de Oliveira Alavina	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4205857D5	Filosofia
Jhony Oliveira Zigato	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4298632J3	Serviço Social
José Carlos Freire	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4243786H6	Filosofia
Jorge Fulgêncio Silva Chaves	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4739182Y2	Direito
Márcio Achtschin Santos	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4231300E6	Sociologia
Mônica Freitas Ferri	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4717213P2	Serviço Social
Raquel Cristina Lucas Mota	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706392A3	Serviço Social
Ricardo Silvestre da Silva	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4734230Y5	Serviço Social
Vanessa Juliana da Silva	Doutorado	40 horas/Dedicação exclusiva	: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4730051Z3	Serviço Social
Sidimara Cristina de Souza	Doutorado	40 horas/Dedi	http://lattes.cnpq.br/3128913637798713	Serviço Social

		cação exclusiva		

O curso de Serviço Social tem compromisso ético-político com o aprimoramento intelectual docente, tal como disposto no Código de Ética de Assistentes Sociais “X - “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 2012, p. 24). Nosso corpo docente, é bem qualificado, sendo em sua totalidade doutores e alguns pós-doutores.

A Resolução CONSU nº 21, de 20 de dezembro de 2019, regulamenta a aplicação do Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento no âmbito da UFVJM.

> Entende-se por ações de desenvolvimento: aprendizagem em serviço, estágio, intercâmbio, estudo em grupo, curso, oficina, palestra, seminário, fórum, congresso, workshop, simpósio, semana, jornada, convenção, colóquio e outras modalidades similares de eventos e ações que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da Administração (UFVJM, 2019, p. 3).

O plano de desenvolvimento docente no curso deve seguir o disposto nesta resolução, visando contribuir para o aprimoramento intelectual docente e a progressão e promoção docente conforme plano de carreiras e cargos do magistério superior (Lei 12772/2012).

O Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCHS) está em processo de elaboração de seu regimento interno que incluirá a previsão de afastamentos para qualificação de seus servidores.

17.3 Corpo Técnico Administrativo

Técnicos Administrativos	Cargo	Nível	Titulação	Lattes
Rhideme Souza Pereira	Assistente em Administração	Médio	Mestrado	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8716612H4

O plano de desenvolvimento do corpo técnico-administrativo é regido pela Resolução CONSU nº 21/2019. Atualmente, a técnica-administrativa vinculada ao curso

está em processo de qualificação em nível de doutorado. A avaliação da carreira na UFVJM a partir do desempenho dos servidores é realizada pela Comissão Interna de Supervisão (CIS).

17.4 Regulamentos de Estágio, TCC, AC, Extensão

ANEXO I

POLÍTICA DE ESTÁGIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFVJM

Teófilo Otoni-MG
2026

1 APRESENTAÇÃO

O estágio supervisionado é um componente curricular obrigatório e indispensável na formação profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; BRASIL, 2002). Nesse sentido, o presente documento apresenta as diretrizes que norteiam a Política de Estágio do Curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Campus do Mucuri.

A Política de Estágio Supervisionado em Serviço Social da UFVJM, nas suas dimensões político-pedagógica, técnico-administrativa e jurídico-formal, foi fruto de reflexões e debates, tendo por base a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, as legislações referentes ao estágio em âmbito nacional, institucional e a realidade em que se insere a Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

2 DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado em Serviço Social é um componente curricular obrigatório e integrador do currículo. A concepção, o aparato legal e institucional do Estágio Supervisionado em Serviço Social, desta Política, está fundamentado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS como

> [...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do estudante no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71).

Nesta direção, a política de estágio do curso de Serviço Social da UFVJM, está em sintonia tanto com as diretrizes gerais para o curso, como a Política Nacional de Estágio, construída e aprimorada pela categoria ao longo de vários debates coletivos.

2.1 O estágio supervisionado curricular obrigatório

No curso de Serviço Social da UFVJM, o estágio supervisionado curricular obrigatório, tem carga horária de **450 horas,** devendo ser realizado pelo estudante do **5º**

ao 7º período do curso, distribuída de forma equivalente entre os períodos, sendo requisito para aprovação e obtenção de diploma. A carga horária de atividade de campo deve ser **150 horas semestrais** e esta atividade deve ser concomitante a supervisão acadêmica na universidade.

> O processo do **estágio supervisionado curricular obrigatório** pressupõe **supervisão direta**, constituindo-se conforme prevê o art. 4º, §1º, da Resolução CFESS nº 533/08, a participação do supervisor de campo e do supervisor acadêmico, através de acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pela UFA e as instituições públicas ou privadas que oferecem campos de estágios (ABEPSS, 2010, p. 16).

Deste modo, a presente proposta de organização do estágio curricular obrigatório no curso de Serviço Social da UFVJM, procura contribuir com a devida articulação teórico-prática garantindo o que é preconizado em suas diretrizes gerais.

2.2 Distribuição de Carga Horária de Estágio e Documentos Utilizados

Disciplina	**Período**	**Carga Horária Semestral obrigatória**	**Instrumentais de registro de uso obrigatório nas unidades curriculares de estágio**
Oficina de estágio em Serviço Social I	5º Período	150 h	- Termo de compromisso de estágio; - Plano de estágio; - Diário de campo - Quadro de frequência mensal; - Avaliação do supervisor de campo - Relatório final de estágio
Oficina de estágio em Serviço Social II	6º Período	150 h	- Termo de compromisso de estágio; - Plano de estágio; - Quadro de frequência mensal; - Relatório mensal de atividades; - Avaliação do supervisor de campo; - Relatório final de estágio
Oficina de estágio em Serviço Social III	7º Período	150 h	- Termo de compromisso de estágio; - Plano de estágio; - Relatório mensal de atividades; - Quadro de frequência mensal; - Avaliação do supervisor de campo; - Relatório Final de estágio.

2.3 O Estágio Curricular Não-Obrigatório

O Estágio Curricular Não-Obrigatório poderá ser realizado por acadêmico que desejar dar continuidade às atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Obrigatório, devendo cumprir todas as exigências legais previstas na Lei 11788/2008, Lei 8662/93,

Resolução CFESS 533/08 e os requisitos previstos nas diretrizes curriculares do curso, da Política Nacional de Estágio e nas normas da UFVJM.

Para o ingresso nesta modalidade de estágio, o acadêmico deverá estar matriculado em Unidade Curricular Estágio não-obrigatório.

3 DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

3.1 Compete à coordenação de estágio do curso de Serviço Social da UFVJM

- Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com a participação dos docentes, discentes e supervisores de campo;
- Promover encontros sistemáticos de análise e avaliação dos estágios, envolvendo estagiários, supervisores acadêmicos e de campo;
- Encaminhar o acadêmico ao campo de estágio, respeitando normatização inerente à matéria, além de acompanhar e avaliar o desenvolvimento do estágio, objetivando o alcance dos objetivos propostos;
- Promover reuniões entre os professores da disciplina, objetivando democratização e discussão das questões referentes ao estágio, troca de informações e experiências entre os professores, busca de unidade no encaminhamento das disciplinas, garantindo o processo de estágio de acordo com a proposta curricular;
- Discutir e encaminhar, em conjunto com os docentes das unidades curriculares e supervisor de campo, o desligamento ou a transferência de estudantes do estágio;
- Propor / rever modelos de documentos de estágio;
- Organizar em conjunto com os supervisores acadêmicos, a apresentação dos campos de estágio e/ou experiências profissionais, objetivando a democratização de experiências entre estudantes da Universidade, principalmente dos futuros estagiários ao ser realizada ao longo do semestre;
- Promover, em articulação com os supervisores acadêmicos, atividades de educação permanente junto aos supervisores de estágio;

- Selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio respeitando os princípios da política de estágio e considerando as demandas dos estudantes;
- Publicizar e possibilitar o acesso aos estudantes, professores e supervisores aos instrumentos jurídico-políticos do estágio e conteúdos pedagógicos;
- Cumprir os requisitos da documentação exigida pela resolução 533/2008 junto ao Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais;
- Tomar as providências para a formalização do termo de compromisso de estágio entre a Unidade de Formação e a Unidade Concedente;
- Manter arquivo digital com os documentos referentes à realização do estágio de cada acadêmico no Sistema Eletrônico Institucional;
- Fomentar, coordenar e articular o Fórum Local de Supervisão de Estágio, em articulação com o CRESS e a ABEPSS.

3.2 Compete ao supervisor acadêmico

- Supervisionar academicamente as atividades desenvolvidas pelo estagiário;
- Orientar o estagiário/a quanto à documentação exigida para a realização do estágio;
- Construir o Plano de Estágio, conjuntamente com os supervisores de campo e estagiário/a, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico do curso e o projeto de trabalho do serviço social no campo de estágio;
- Participar das atividades organizadas pela coordenação de Estágio do curso de serviço social;
- Realizar visitas aos campos de estágio, tendo em vista maior articulação entre o Curso e as unidades campo de estágio;
- Orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio do curso de Serviço Social da UFVJM;
- Encaminhar à coordenação de estágio, relato de irregularidade ou demanda específica dos estagiários/as em campo de estágio para providências;

- Orientar e avaliar o estagiário/a em seu aprendizado, visando sua qualificação durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-política da profissão;
- Fornecer à coordenação de estágio os documentos necessários para compor o arquivo digital de cada estagiário no Sistema Eletrônico Institucional;

3.3 Compete à instituição campo de estágio

- Assinar por meio de representante legal o termo de compromisso de estágio;
- Disponibilizar profissional de Serviço Social para supervisionar o estagiário(a) no desenvolvimento das atividades de estágio, conforme as normas de regulamentação da profissão e o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais;
- Oferecer condições de participação do profissional supervisor de campo para participação nas atividades programadas pelo Curso;

- Proporcionar ao estagiário/a as condições adequadas para a realização do estágio supervisionado.

3.4 Compete ao profissional supervisor de campo

- Planejar, em conjunto com o/a estagiário/a, e o supervisor/a acadêmico, as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário durante o estágio incluindo-as nos planos de estágio;
- Acompanhar e supervisionar o/a estagiário(a) em suas atividades cotidianas de estágio;
- Participar das atividades programadas pelo curso, relacionadas à supervisão de estágio;

- Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do(a) estagiário(a), juntamente, com o supervisor(a) acadêmico, quando da avaliação semestral, emitindo parecer e nota;
- Inserir, acompanhar, orientar e avaliar o estagiário/a no campo em conformidade com o plano de estágio;
- Disponibilizar ao estagiário(a) a documentação institucional e a literatura de temáticas específicas referentes ao campo de estágio;
- Encaminhar as sugestões e dúvidas à Coordenação de Estágio e contatar com os supervisores acadêmicos, Coordenador(a) de estágio(a) ou Coordenador de Curso, quando julgar necessário;
- Decidir juntamente com a Coordenação de Estágio e Supervisão Acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários(as);
- Avaliar conjuntamente com a Coordenação de Estágio, a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio;
- Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pelo Curso;
- Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário;

3.5 Compete ao estagiário

- Construir o Plano de Estágio, conjuntamente com o supervisor acadêmico e de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico do curso e o projeto de trabalho do serviço social no campo de estágio;
- Elaborar a documentação exigida como instrumentos de aprendizagem e sistematização do estágio nos prazos e formas previamente estabelecidos;
- Participar das atividades de supervisão, cumprindo com as atividades de preparação estabelecidas pelo supervisor de campo e acadêmico (leitura bibliográfica, elaboração de relatório etc.);

- Respeitar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio;
- Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágio, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio;
- Apresentar sugestões e proposições que venham contribuir para a qualidade de sua formação profissional;
- Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágio, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas;

4 PROCEDIMENTOS PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

4.1 Processo de abertura de Campos de Estágios

São condições para abertura de novos Campos de Estágio:

- Existência de pelo menos um assistente social, devidamente registrado no Conselho Regional, que esteja disposto a assumir e responsabilizar-se pela atividade de supervisão;
- Horário do(a) estagiário(a) em campo, compatíveis com o horário da/o assistente social supervisora/o;
- Garantia de condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social e do estágio supervisionado;
- Proposta de Trabalho do Serviço Social e do supervisor(a) de campo compatíveis com o projeto de formação profissional do curso;
- Visita à instituição campo de estágio pela Coordenação de Estágio.

4.2 Inserção e desligamento dos Estudantes no Estágio

A inserção no campo de estágio, bem como o desligamento do mesmo deverão ser tratados com a Coordenação de Estágio, e com os supervisores(as) acadêmicos e de campo. Por ocasião de desligamento ou mudança de campo de estágio antes do prazo estabelecido, o estudante deverá comunicar por escrito pelos canais institucionais à coordenação de estágio os motivos do desligamento que irá providenciar a rescisão do termo de compromisso anteriormente celebrado.

4.3 Avaliação, aprovação e reprovação na realização do Estágio Supervisionado em Serviço Social

a) Serão avaliados e aprovados(as) nas Oficinas de Estágio os(as) estagiários(as) que estiverem matriculados(as) e cumprirem todas as exigências determinadas no Projeto Pedagógico do Curso.;

4.4 Documentação utilizada pelos estudantes em Oficina de Estágio Supervisionado I, II e III

4.4.1 Ficha de identificação do campo

Documento a ser preenchido pelo estudante e pelo assistente social supervisor de campo a ser entregue à coordenação de estágio quando o estudante se apresenta ao campo para ingresso no mesmo;

4.4.2 Termo de compromisso de estágio

Documento a ser preenchido com no mínimo 15 dias de antecedência do início do estágio para assinatura da parte concedente, instituição de ensino e estagiário. Após as assinaturas, a coordenação de estágio deve enviar cópia à instituição de campo de estágio. Sem este documento devidamente assinado o estagiário não poderá realizar o estágio conforme a Lei 11788/2008. Os procedimentos e orientações para celebração do termo de compromisso serão disponibilizados pela PROGRAD. Nos casos em que houver necessidade de mudança de instituição concedente durante o semestre letivo, novo termo de compromisso deverá ser celebrado.

4.4.3 Termo aditivo ao termo de compromisso

Documento a ser preenchido caso haja alguma alteração no termo de compromisso anteriormente celebrado, como, por exemplo, mudança na carga horária, supervisor de campo ou acadêmico, dentre outras. O modelo do termo aditivo para preenchimento será disponibilizado pela PROGRAD.

4.5 Documentação de estágio a ser entregue pelos estagiários aos supervisores acadêmicos durante a realização do estágio supervisionado

4.5.1 Plano de estágio

Documento elaborado em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a lei 8662/93 (Lei de regulamentação da profissão) e o Código de ética do profissional (1993), A Resolução 533/2008 e o PPC, com o objetivo de planejar as atividades a serem realizadas durante o semestre pelo estudante sob orientação do supervisor acadêmico e supervisor de campo.

Importante: É documento obrigatório, previsto na Lei Federal 11788/2008 e na Resolução do CFESS 533/2008.

4.5.2 Folha de frequência e atividades

Documento comprobatório da carga horária e das atividades desenvolvidas no campo de estágio. Tal documentação deverá ser assinada pelo supervisor de campo e pelo estagiário e deverá ser conferida pelo supervisor acadêmico. A carga horária semestral obrigatória é de 150 horas.

4.5.3 Avaliação do supervisor de campo

Documento no qual o supervisor de campo avalia o estagiário no desenvolvimento do estágio supervisionado.

4.5.4 Diário de Campo

É um instrumento de anotações, comentários e reflexão para uso individual do estudante. O diário de campo, possibilita ao estagiário desenvolver habilidades de reflexão e sistematização do cotidiano do estágio supervisionado.

4.5.5 Relatório Final

Relatório elaborado pelo estagiário ao final das disciplinas articulando a experiência vivenciada no campo de estágio e os conteúdos trabalhados durante a formação profissional, articulando as dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica. Este relatório será elaborado a partir de roteiro próprio fornecido pelo professor da disciplina, sendo um dos instrumentos de avaliação.

Informações sobre documentação:

- Em caso de férias ou ausência provisória do supervisor de campo, estas devem ser informadas por escrito através dos canais institucionais a/ao supervisora/o acadêmico, bem como se haverá indicação de um substituto no exercício da supervisão para que a informação seja arquivada na pasta do estagiário.

5 INFORMAÇÕES SOBRE AS UNIDADES CURRICULARES DE OFICINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Deve-se ressaltar que o desenvolvimento das atividades do estágio, coordenadas pelo supervisor acadêmico, através das unidades curriculares, deverão ser realizadas concomitantemente ao Estágio Supervisionado em campo. Deste modo, as unidades curriculares Oficina de Estágio em Serviço Social (I, II e III) e Estágio Supervisionado (I, II e III) são co-requisitos, ou seja, devem ser cursados de forma concomitante e correspondente. No caso do estágio não-obrigatório o/a estudante dever estar matriculado na unidade curricular optativa de Estágio Curricular não-obrigatório.

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO CAMPO DE ESTÁGIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO/A ESTAGIÁRIO/A

Nome da(o) estagiária(o):
CPF:
Data de nascimento:
N.º de Matrícula:
Semestre/Ano:
Telefone:
Endereço:
Email:
Trabalha: Sim ( ) Não ( )
O Estágio é: remunerado ( ) Não remunerado ( )
Dia e Horário de realização do Estágio em Campo:

2. IDENTIFICAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO

Nome da Instituição Concedente:
Campo de Estágio:
Endereço:
Telefone:
Email:

3. IDENTIFICAÇÃO DO SUPERVISOR DE CAMPO

Nome do Supervisor(a) de campo:
Número do Registro do CRESS:
Telefone para contato:
Email:
Carga horária de trabalho:
Horário de Trabalho:
Vínculo Institucional: CLT ( ) Estatutário ( ) Outro:
_____

Assinatura eletrônica do supervisor(a) de campo:

ROTEIRO DO PLANO DE ESTÁGIO

Ano/semestre:

Oficina de Estágio em Serviço Social: I ( ) II ( ) III ( )

I – IDENTIFICAÇÃO	
Nome do Estagiário:	Matrícula:
Período:	Turno:
Nome da instituição Concedente:	
Campo de Estágio	
( ) Programa/( )Projeto/( )Setor/( )Equipamento Público ( ) Outro(a)_____ onde atua (se for o caso):	
Endereço:	
Telefones da instituição:	
E-mail:	
Nome do assistente social supervisor de campo:	Nº de registro no CRESS:
Contatos do assistente social (Telefone):	
E-mail:	
Dia e Horário de trabalho do supervisor de campo: ( ) segunda-feira ( ) terça-feira ( )quarta-feira ( )quinta-feira ( )sexta-feira ( ) sábado	

_____ _____ _____ _____ _____ _____
Carga horária semanal de trabalho na instituição: ( ) 20 horas ( ) 30 horas Outra: _____
Nome do Supervisor acadêmico: Nº de registro no CRESS:
Dia e Horário de trabalho do supervisor de campo: ( ) segunda-feira ( ) terça-feira ( )quarta-feira ( )quinta-feira ( )sexta-feira ( ) sábado _____ _____ _____ _____ _____ _____

Data de Início do Estágio:	Data de Término:
Dias e Horário de estágio ( ) segunda-feira ( ) terça-feira ( ) quarta-feira ( ) quinta-feira ( )sexta-feira ( ) sábado _____ _____ _____ _____ _____ _____	
Total de carga horária semanal:	Carga horária Total:150 horas

III – ESPECIFICAÇÃO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA

Ementa da disciplina:
Metodologia adotada na supervisão de acadêmica (como e quando será realizada):
Competências que o aluno deverá desenvolver no estágio:

– ESPECIFICAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO
Objetivo (s) da instituição:
Área de atuação de Serviço Social:
Objetivo(s) do serviço social na instituição:
Atribuições e Competências do Assistente Social no campo de estágio, conforme a Lei 8662/1993:
Ações (frentes de trabalho) desenvolvidas pelo Assistente Social na instituição:
Instrumentais utilizados no trabalho profissional:
Metodologia adotada na supervisão de campo (como e quando será realizada):

V– ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO DESENVOLVIDAS PELO ALUNO NO SEMESTRE		

AÇÃO	ATIVIDADES	PERIODICIDADE
	.	

Teófilo Otoni - MG, xx de xx de 20xx.

Assinatura do(a) Estagiário(a)	Assistente Social Supervisor(a) de Campo	Assistente Social Supervisor(a) Acadêmico(a)

QUADRO MENSAL DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Semestre Letivo/Ano:
Unidade Curricular: SSOXXX - Oficina de Estágio em Serviço Social (I, II, III)

Estagiário/a:
Mês:
Campo de estágio:
Supervisor/a de campo:

DIA / MÊS ANO	ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA

DATA:_____/_____/_____ TOTAL DE HORAS: _____

_____
_____
Assinatura do(a) estudante(a) Assinatura do(a) supervisor(a)/carimbo/n.CRESS

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

O relatório constitui-se numa forma de registro e reflexão sobre determinada atividade realizada no estágio. É um documento que pode servir como base de dados, compor a documentação da instituição, por isso é preciso que o texto seja redigido de forma clara e em acordo com as normas ortográficas e de produção de textos acadêmicos. Deve-se evitar gírias, considerando-se a formação acadêmico-profissional do/a assistente social. Por isso, sua construção deve se pautar pela síntese teórico-prática que oriente a reflexão e propostas de intervenção profissional.

ROTEIRO DE RELATÓRIO

Semestre Letivo/Ano:

Unidade Curricular: SSOXXX - Oficina de Estágio em Serviço Social (I, II, III)

Estagiário/a: _____
Mês: _____
Campo de estágio: _____
Supervisor/a acadêmico/a:
_____

Título: Relatório de ....(entrevista, reunião de grupo, visita domiciliar, observação, outro)

1- Identificação: nome, data, horário, local, assuntos em pauta, participantes e objetivos

2- Antecedentes (o que motivou a realização da atividade)

3- Desenvolvimento (ambiente físico, descrição cronológica dos acontecimentos)

4- Síntese dos principais aspectos relatados com interpretação e avaliação:

- percepção do estagiário acerca do processo;

- atuação do estagiário;

- análise teórico-metodológica e ético-política da intervenção

- oferecer informações acerca da previsão de nova intervenção e encaminhamentos necessários;

5- Considerações finais

6- Referências

Data e Assinatura do Relator

FICHA AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR DE CAMPO

Instituição/campo de estágio: _____
Nome do Estagiário/a: _____
Ano/semestre: _____
Nome do (a)Supervisor(a) de campo: _____

Avaliação do Supervisor de Campo

Indicadores da Avaliação	Orientações	Descrição do Desempenho
1- Responsabilidade e Assiduidade	Este item se refere a participação do estudante no campo de estágio, tendo como referências: assiduidade, pontualidade e responsabilidade no cumprimento das atividades solicitadas no campo de estágio, sobretudo, em relação aos usuários e equipe de trabalho.	
2- Ética	Este item se refere a capacidade do estudante se posicionar respeitando os preceitos da profissão, inscritos na Lei de Regulamentação da Profissão e nos princípios do Código de Ética.	
3- Capacidade de Análise	Este item consiste na capacidade do estudante apreender a dinâmica institucional, a partir da compreensão crítica da política que norteia as intervenções no campo de estágio, as conjunturas nacional e local e as demandas postas à profissão.	
4-Capacidade investigativa e interventiva	Este item se refere à capacidade do estudante propor pesquisas e intervenções a partir da realidade do campo de estágio, além da capacidade de responder às demandas colocadas pela instituição e usuários e identificar novas possibilidades de intervenção.	
5- Processo de Supervisão	Este item se refere à participação do estudante nas atividades propostas pelo supervisor, tais como leitura de textos, planejamento e execução das atividades etc. Além disso, se refere a capacidade de diálogo e reflexão (supervisor e supervisionado) sobre situações vivenciadas no campo de estágio.	
Outras observações		

Nota: (0 a 10):_____
Local e data: _____
Assinatura digital: _____

ORIENTAÇÃO PARA ELABORAR O DIÁRIO DE CAMPO

1.Nome da/o estudante/estagiário/a:
2.Local do estágio supervisionado:
3.Supervisor/a de campo:
4.Supervisor acadêmico:
5.Local, data, horário
6.Desenvolvimento:
6.1. Atividades realizadas no dia (descrever detalhadamente as atividades realizadas)
6.2. Objetivo(s) das atividade (s) (iniciar com verbo no infinitivo, por ex: conhecer, verificar, etc.
6.3. Avaliação fundamentada – análise teórico-metodológica e ético-política da intervenção

7. Referências

ROTEIRO DO RELATÓRIO DE ANÁLISE INSTITUCIONAL

Roteiro de Relatório de Estágio

Estágio I

CAPA

Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas – FACSAE

Curso de Serviço Social

Relatório de Estágio I

Nome do estudante

Nome do professor

Dia/mês/ano

PRIMEIRA PÁGINA

Identificação do estudante(a)

Nome

Área temática

Nome da Instituição

Período/Ano Estágio

Nome do Professor

Nome do Supervisor

SEGUNDA PÁGINA

Sumário

TERCEIRA PÁGINA

DESENVOLVIMENTO

1. SITUAR A INSTITUIÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO, SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO USUÁRIA

1.1. Breve histórico da instituição e a problematização com a política social a que está vinculada

- Histórico da instituição e da política social
- Concepção, destinatários, gestão (municipal, estadual ou municipal), controle social e financiamento

1.2. Identificação e caracterização da instituição

- Nome:
- Endereço:
- Natureza da Instituição (pública/privada):
- Objetivos e/ou finalidades da instituição
- Serviços prestados, programas, projetos institucionais e/ou desenvolvidos com outras instituições ou movimentos populares.
- Recursos institucionais: humanos (equipe, tipo de vínculo), materiais (infra-estrutura, equipamentos, materiais de consumo), recursos financeiros (fontes), parcerias e rede de atendimento;
- Normas e rotinas de funcionamento e atendimento

1.3. Identificar o Serviço Social na instituição:

- histórico, organização, atribuições, projetos que desenvolve;
- Objetivos do trabalho do/a assistente social;
- demandas profissionais e requisições institucionais dirigidas ao Serviço Social;
- Instrumentalidade no exercício profissional
- Ações desenvolvidas pelo Serviço Social e as referências teórico-metodológicas, ético-políticas na intervenção profissional;

1.4. Perfil da população usuária:

- Sexo, faixa etária, procedência, escolaridade, emprego/ocupação, local de moradia, etc.;
- Identificação das expressões da questão social;
- Identificação dos movimentos organizados aos quais está vinculada, identificação de suas formas de participação social e política e controle social que exerce.

2 INSERÇÃO NO CAMPO E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

2.1. Situar o Projeto/frente de atuação ao qual o/a estudante está vinculado

2.2. Apresentação do histórico da inserção e desdobramentos no campo de estágio

- Ações realizadas para o conhecimento da instituição e os serviços prestados;
- Ações desenvolvidas no que se refere ao planejamento, realização, avaliação e sistematização do trabalho desenvolvido;
- Identificação da documentação utilizada para a sistematização do trabalho realizado: diário de campo, relato de atividades (reuniões de equipe, articulações institucionais e interinstitucionais, etc.); relatórios de atendimento individuais e coletivos;
- Processo de supervisão: sistemática utilizada para programação e desenvolvimento da supervisão de campo; dinâmica do processo durante o semestre e análise do/a estudante sobre o processo de supervisão.

3 AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA DE OFICINA DE ESTÁGIO (SUPERVISÃO ACADÊMICA)

Comentar os avanços e recuos na formação enquanto estagiário/a, considerando os diferentes setores (Universidade, instituição campo de estágio) e os sujeitos envolvidos no estágio (estagiário/a, supervisor/a acadêmico e supervisor/a de campo)

4 AUTOAVALIAÇÃO QUANTO AO ESTÁGIO

Tomando como referência o Plano de estágio construído com o/a supervisor acadêmico/a e supervisor/a de campo no início do semestre, destacando: responsabilidade (pontualidade, entrega de documentação; resposta a compromissos, utilização do tempo no estágio); atitudes profissionais (relacionamento com os diferentes segmentos na instituição; observância dos princípios éticos, participação, enfrentamento de novas situações, colaboração, criatividade) relação teoria-prática (capacidade de realização de uma prática pensada, ou seja a partir de reflexão teórica, planejamento e avaliação).

ROTEIRO PARA RELATÓRIO FINAL (PROJETO DE INTERVENÇÃO)

DISCIPLINA: OFICINA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL II

Primeiros passos para a elaboração do projeto de intervenção: **levantamento de demandas no campo de estágio**

I. Identificar a instituição, histórico, como surgiu, finalidade a que se destina, que expressões da "questão social" visa responder, área de atuação/política social a que se vincula.
II. A realidade em que está inserida (caracterização do município-região, dados socioeconômicos, principais problemas enfrentados, potencialidades existentes).
III. Caracterizar o trabalho do/a assistente social na instituição, suas atribuições e competências profissionais em conformidade com a Lei 8662/93, a dimensão técnico-operativa no exercício profissional.

1. **Definição do objeto de atuação**: (deve responder a algumas perguntas básicas)
   a. Considerando as expressões da "questão social" quais nos motivam a elaborar este projeto? Listar as demandas
   b. Que evidências comprovam a existência dessas expressões? Aqui é necessário o levantamento de dados (documentos institucionais que indiquem a demanda, podendo agregar pesquisa de opinião ou outra, e estabelecimento de fontes potenciais, tais como: IBGE, IPEA, Fundação João Pinheiro, MDS/Censo SUAS, sítio municipal, literatura sobre o tema).
   c. Quais são as necessidades se originam dessas expressões?
   d. Quais necessidades a instituição pode suprir?
   e. Qual objeto de atuação? (demanda que será enfrentada?)

2. **Definição do público a quem se destina o projeto**:
   a. Quem sofre com essas expressões? Onde moram?
   b. De todos os envolvidos quais as pessoas a quem se pretende destinar o projeto?

3. **Definição dos objetivos**:
   a. Onde queremos chegar?
   b. Quais as mudanças que espero identificar?
   c. Quando posso esperar que essas mudanças ocorram?

ROTEIRO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Elementos obrigatórios:

- Capa
- Folha de rosto
- Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

Título do projeto: (deve expressar a idéia central do projeto. O título deve despertar o interesse de quem lê, deve ser claro e objetivo, podendo indicar brevemente o que será feito)
Prazo de execução:
Estagiário/a:
E-mail:
Oficina de Estágio em Serviço Social III
Instituição:
Área de atuação:
Endereço:
Telefone: e-mail:
Supervisor (a) acadêmico (a): CRESS:
Supervisor (a) de campo: CRESS:

2. INTRODUÇÃO/APRESENTAÇÃO DO PROJETO: É o último item a ser elaborado no projeto. Deve apresentar a instituição, a política que desenvolve, a demanda a ser enfrentada com a realização do projeto, os objetivos do projeto, público destinatário da ação, a metodologia de intervenção, os resultados esperados e as formas de monitoramento e avaliação. Se houver parceiros, indicá-los e apresentar a importância da sua participação no projeto. Deve ser um texto claro e objetivo. (Máximo 2 laudas)

3. JUSTIFICATIVA: Responde à pergunta Por que? Deve destacar a importância do projeto, o alinhamento do mesmo aos objetivos institucionais, aos valores e princípios ético-políticos da profissão. Demonstrar a relevância do projeto para o público destinatário da ação, destacando sua contribuição para o acesso e/ou ampliação dos direitos sociais.

4. PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE INTERVENÇÃO: Pressupõe o diagnóstico da realidade, a investigação realizada para identificar a principal demanda e definir o objeto de intervenção. Aqui deve-se apresentar os dados (indicadores) que evidenciam a existência do problema e analisar teoricamente o objeto considerando sua inserção na sociedade capitalista, as causas (determinações) e consequências do mesmo na realidade estudada a partir da perspectiva histórica. Significa “[...] ir além da apreensão imediata e desvelar a estrutura imanente do objeto em estudo,

seus significados, suas tendências e situa-la na conjuntura sócio-histórica que a gestou" (BAPTISTA, 2007, p. 69). Ex: Principal problema: altos índices de violência doméstica contra pessoas idosas
Objeto de atuação: violência contra a pessoa idosa.

5. OBJETIVOS

"A definição de objetivos antecipa os resultados esperados, fornecendo o eixo analítico para a escolha de alternativas" (BAPTISTA, 2007, p.79).

5.1 **OBJETIVO GERAL**: Relaciona-se à superação do problema principal. Responde à pergunta para quê? Expressa onde se quer chegar com a proposta. Deve-se enfatizar o acesso e/ou ampliação dos direitos sociais. Deve ser colocado no infinitivo. Indicar quem será o público destinatário da ação e a localidade. Ex: Fortalecer a rede de proteção à pessoa idosa visando diminuir os índices de violência contra o idoso no município x.

5.2 **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**: Vinculam-se ao objetivo geral indicando os caminhos a serem percorridos para alcança-lo.
Ex. - Promover ações de enfrentamento à violência contra o idoso
- Publicizar o fluxograma de atendimento ao idoso vítima de violência no município

6. PÚBLICO DESTINATÁRIO DA AÇÃO: Responde à pergunta para quem? É aquele a quem o objetivo geral se destina. Identificar quem será o público direto e indireto da ação

7. ÁREA DE ABRANGÊNCIA: Definir área de atuação (onde será realizado, bairros ou municípios que abrangerá)

8. METODOLOGIA DE TRABALHO: Responde à pergunta como? Como será concretizado o projeto? Inclui os procedimentos operacionais. As atividades que serão realizadas para alcançar os objetivos. Ressaltando a relevância de cada procedimento escolhido para o alcance da finalidade desejada.

Objetivo específico	**Ação**	**Atividades**	**Prazo**
Promover ações de enfrentamento à violência contra o idoso	1. Realização de reuniões com as direções de escolas para estabelecimento de parceria;	1. Definir as escolas que farão parte da ação; 2. Entrar com contato com a direção das escolas para agendamento de visitas.	1. Março/2024 2. Março/2024

	2. Distribuição de folder educativo sobre o tema	1. Definir as informações que farão parte do folder 2. Elaborar a arte do material 3. Imprimir o folder orçamento 4. Definir local para distribuição	
	3. Realização de palestras com adolescentes, jovens e adultos sobre o tema da violência contra o idoso		

9. METAS E INDICADORES:

Objetivos Específicos	**Metas e prazos**	**Indicadores**	**Meios de verificação**	**Período de verificação**
Promover ações educativas sobre de enfrentamento à violência contra o idoso	100% de realização das palestras nas escolas nos dois primeiros meses de execução do projeto	Quantidade de participantes das palestras	Lista de presença	Após cada intervenção realizada

10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO: deve conter todas as atividades a ser realizadas para execução, monitoramento e avaliação do projeto.

Meta	**Atividades**	**Mês 01**	**Mês 02**	**Mês 03**	**Mês 04**	**Mês 05**	**Mês 06**
Meta 1							
Meta 2							

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Responde à pergunta: estamos no caminho certo? Descrever como será realizada a avaliação e o monitoramento das atividades realizadas durante a implementação do projeto. Como serão acompanhados os resultados (formulários, visita domiciliar e/ou institucional, pesquisas, entrevistas, reuniões de equipe, outros). Indicar quem vai participar dessa avaliação.

Avaliar é comparar o que realizamos com o que planejamos, comparar a realidade do

projeto com o que queremos alcançar ou ter. O cronograma é um bom instrumento de avaliação, pois auxilia na identificação das atividades realizadas e/ou que precisam ser realizadas (NOVAMERICA, 1998).

12. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO

Nome	**Formação**	**Função no projeto**	**Tipo de vínculo**	**Carga horária semanal**

13. ORÇAMENTO GERAL DO PROJETO: Responde à pergunta: com que meios vamos realizar este projeto? Listar os recursos já disponíveis na instituição e o que precisa ser captado.

Exemplo de itens de orçamento (itens e valores fictícios):

Infraestrutura/equipamentos

Descrição	**Quantidade**	**Custo**	**Fonte**
Auditório para 50 pessoas	01	R$ 500,00	Cedida pela Creche Araruta
Cadeiras plásticas	50	R$ 1.500,00	Cedida pela Creche Araruta
Mesa	01	R$	
Total			

Material de Consumo

Descrição	Quantidade	Unidade	Custo Unitário	Custo Total	Fonte
Canetas	2	Caixa	R$ 15,00	R$ 30,00	CRAS ou a captar
cartucho de impressora	3	Unidade(s)	R$ 120,00	R$ 360,00	
Envelopes A4	30	Unidade(s)	R$ 0,30	R$ 9,00	
Papel A4	6	resma	R$ 12,00	R$ 72,00	
pastas de cartolina com elástico	15	Unidade(s)	R$ 1,50	R$ 22,50	
Total				R$ 546,00	

Material Permanente

Descrição	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total	Fonte
Computador	1	R$ 1.200,00	R$1.200,00	
datashow	1	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00	
Impressora multifuncional	1	R$ 500,00	R$ 500,00	

Laptop	2	R$ 1.200,00	R$ 2.400,00	
Total			R$ 6.600,00	

Passagens

Percurso	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total	Fonte
Teófilo Otoni » Diamantina » Teófilo Otoni	4	R$ 400,00	R$ 1.600,00	
Teófilo Otoni » municípios escolhidos» Teófilo Otoni	40	R$ 80,00	R$ 3.200,00	
Total			R$ 4.800,00	

CUSTOS TOTAIS DO PROJETO

Item do Orçamento	**CRAS**	**Creche Araruta**	**Instituição x ou a captar**
Infra-Estrutura/ Equipamentos		500,00	-
Material de Consumo			-
Material Permanente	-	-	
Passagens	-	-	
Totais R$			-

14. PARCERIAS: Indicar as parcerias para a realização do projeto e qual a contribuição prevista (recursos financeiros, materiais, infraestrutura, ou outros).

Nome da instituição	**Natureza**	**Especifique qual será a contribuição prevista (financeira, recursos físicos ou de outra natureza)**
Creche Araruta	Não-governamental	Cessão do auditório para realização da palestra

15. REFERÊNCIAS: deve-se listar todas as referências utilizadas no corpo do texto para elaboração do projeto

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. 2 ed. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000. (Série livro-texto; 1).

CORROCHANO, M. C.;WRASE, D. **Elaboração participativa de projetos**: um guia para jovens. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2002.

CFESS/ABESS/CEAD/UnB. Recomendações para a elaboração do projeto de intervenção. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 05, Brasília: CEAD/UnB, 2001.

NOVAMERICA. **Projetos sociais: como elaborar**? São Paulo: Paulinas, 1998.

RODRIGUES, S.; SILVA, S. A. A. da. **Roteiro do Projeto de Intervenção**. Oficina de estágio em Serviço Social III. Teófilo Otoni: UFVJM, semestre 2022/2 (mimeo).
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Instituto de Ciência Sociais Aplicadas/Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social. **Roteiro Para Elaboração de PROJETO SOCIAL**. Ouro Preto-MG, s./d. (mimeo).

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Curso de Serviço Social**. Manual de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. Teófilo Otoni, 2018.

16. ANEXOS (se houver)

Observações:
- O projeto deve estar em conformidade com o manual de normalização da UFVJM.

RELATÓRIO FINAL DE SISTEMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO[43]

DISCIPLINA: OFICINA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL IV

Roteiro

1) IDENTIFICAÇÃO DO/A ESTAGIÁRIO/A:

- Nome completo do/a estagiário/a:
- Carga horária cumprida no semestre:
- Nome da instituição:
- Área de atuação:
- Supervisor/a acadêmico/a: Registro CRESS:
- Supervisor/a de campo: Registro CRESS:

2) CONFIGURAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

- Análise crítica acerca da política social (área de atuação) na qual está inserida/o. Obs: a análise deve ser feita com base em referencial teórico-metodológico.
- População usuária dos serviços prestados;
- Planos/programas/projetos desenvolvidos pela instituição;
- Equipe profissional;
- Descrições da rotina institucional: demandas atendidas e reprimidas, critérios de inclusão.

3) CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL:

- Objetivos do Serviço Social na instituição

[43] O TRABALHO DEVE SER ELABORADO CONFORME O MANUAL DE NORMALIZAÇÃO DA UFVJM

- O trabalho do assistente social: projetos, atividades desenvolvidas, objeto de intervenção, condições e relações de trabalho do/a assistente social;
- Perfil dos usuários/as atendidos pelo Serviço Social: aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos, e rotina que assumem ao utilizar os serviços;
- Demandas colocadas para o Serviço Social;
- Instrumentos e técnicas utilizadas no exercício profissional e sua relação com as dimensões constitutivas da profissão;
- Dimensão Investigativa: apontar os temas relevantes para o desenvolvimento de pesquisas, levantamentos e/ou estudos que possam contribuir para desvendar a realidade dos usuários atendidos e o trabalho do/a Assistente Social na Instituição.
- Apresentar o direcionamento político e ideológico do trabalho profissional, tendo como referência o projeto ético-político.

4) ANÁLISE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

4.1) Reflexão crítica sobre o Serviço Social na instituição

- O espaço sócio-ocupacional e o estágio supervisionado: principais condicionantes e desafios identificados no campo de estágio em relação ao Serviço Social;
- Estratégias, possibilidades e novas demandas no âmbito do trabalho profissional;
- Relação com os demais serviços e programas (trabalho multiprofissional e interdisciplinar) intersetoriais e interinstitucionais.
- Avaliação dos serviços prestados pelo Serviço Social e contribuição do estágio supervisionado.

4.2) Processo de Supervisão (deve ser analisado o conteúdo das unidades de Estágio I, II e III)

- Refletir sobre o processo de supervisão desenvolvido no campo de estágio e na disciplina de estágio (relações entre ambas).

- A contribuição para o planejamento, desenvolvimento das ações, avaliação dos processos e seus avanços e desafios no processo de formação acadêmica (considerando os diferentes setores e atores envolvidos).
- Auto-avaliação: avaliar a sua participação no estágio, tendo como referência o plano individual de estágio.

4.3) Avaliação do Projeto de Intervenção

- Situar o objeto da intervenção e sua relevância.
- Breve descrição sobre o desenvolvimento do projeto de intervenção; as parcerias realizadas; usuários/as beneficiados/as e a equipe envolvida (estudantes/profissionais) na execução do projeto de intervenção.
- Avaliação dos objetivos e dos resultados alcançados com a execução do projeto de intervenção: como os objetivos propostos foram atingidos; como os/as usuários/as beneficiados/as avaliaram os resultados obtidos com o Projeto de Intervenção. (Neste item, caso o usuário não faça a avaliação e/ou não seja possível para o momento, deverá ser relatado pelo estagiário (a).
- Mencionar os limites e possibilidades do desenvolvimento do projeto.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Levantamento dos principais aspectos que marcaram o processo de desenvolvimento do estágio curricular: importância do estágio na formação profissional; a relação estágio, trabalho profissional e projeto profissional crítico.

Anexo II - Diretrizes para elaboração do TCC

Curso de Serviço Social

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (TCC)

Teófilo Otoni, 2026

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
CD – Compact Disc
CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
MG – Minas Gerais
MSN – Messenger
PROGRAD – Pró- Reitoria de Graduação
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UFVJM – Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri

PREFÁCIO

Esta diretriz foi editada com base no Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e na Resolução CONSEPE Nº 24, de 12 de setembro de 2025, buscando estabelecer as diretrizes de orientação para o processo de elaboração e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso articulando a base legal da profissão do Serviço Social. Além disso, pretende ser um auxiliar na administração das unidades curriculares Pesquisa Social I e II, Orientação ao TCC I e II.

A “Diretriz para elaboração e normatização de Trabalhos de Conclusão de Curso” foi criada a partir da iniciativa coletiva dos docentes e discentes do Departamento de Serviço Social, que identificaram a necessidade de um documento voltado para aqueles que estão iniciando a sua caminhada na elaboração de trabalhos acadêmicos.

APRESENTAÇÃO

Conforme as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, no Documento Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 1996, o Trabalho de Conclusão de Curso “é uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o estudante sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente, gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso”.

Segundo o referido documento, este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Além disso, deve se realizar dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas.

Para redigir uma monografia é necessário rigor científico, coerência e domínio teórico suficiente para garantirmos que essa produção seja referência para outros pesquisadores; além de estar em sintonia com as normas do ABNT, portanto existem regras e normas a serem seguidas. São com estas referências que apresentamos as Diretrizes de TCC do Departamento de Serviço Social da UFVJM.

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 DA NATUREZA E OBJETIVO DO TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como uma atividade curricular obrigatória, correspondente a uma carga horária de 120 horas para a elaboração da monografia. O TCC é um trabalho de natureza monográfica, caracterizando-se como um trabalho científico, possibilitando ao estudante reflexão, sistematização e síntese dos conhecimentos adquiridos no Curso.

Consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, produzidos na área do Curso de Serviço Social, como resultado do trabalho de pesquisa, investigação científica, estágio /ou extensão, tendo por objetivo estimular a curiosidade e o espírito questionador do acadêmico, fundamentais para o desenvolvimento da ciência.

Para a elaboração do referido trabalho, deve ser observadas normas de funcionamento diferentes das vigentes para as unidades curriculares da grade curricular e, portanto, seu regulamento, prazos e sistema de avaliação se enquadram no que dispõem as Resoluções CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012 e nº 510 de 07 de abril de 2016, sob a orientação e regulação do Comitê de Ética /UFVJM, Norma Brasileira da ABNT, Manual de Normalização da UFVJM, nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS), 1996, no Projeto Pedagógico em vigor do Curso do Serviço Social e por estas Diretrizes.

1.2 DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A ELABORAÇÃO DO TCC

O estudante deverá ter cursado as disciplinas Pesquisa I e II e nos casos pertinentes o projeto de monografia e a documentação de registro da monografia deverão ser encaminhados pelo estudante e orientador para o Comitê de Ética, caso a proposta seja de pesquisa com seres humanos, sendo que o professor-orientador ao receber o parecer do Comitê de Ética deverá enviar cópia do mesmo à coordenação de curso para arquivamento da documentação.

O TCC deverá ser elaborado por um estudante-autor ou em grupo de até dois componentes, sendo o tema de sua livre escolha, desde que situado dentro do campo de relevância para o Serviço Social e aceito pelo professor orientador.

A definição do tema do TCC deverá se tomar como referências as linhas temáticas de pesquisa da ABEPSS, as áreas de acúmulos dos professores da UFVJM, experiências em núcleos temáticos ou em projetos de pesquisa e de extensão da Universidade, bem como as experiências em estágio.

O TCC deverá ter o mínimo de 50 (cinqüenta) páginas e ser apresentado dentro das normas metodológicas das comunicações científicas, conforme o que estabelece a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de acordo com os princípios do Código de Ética do Assistente Social, da Lei dos Direitos Autorais e do Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

1.3 DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE ORIENTANDO E ORIENTADOR

Em caso de divergências entre orientador e orientando, as partes deverão encaminhar ofício para a Coordenação de Curso, justificando o motivo para desistência da orientação, sendo o caso avaliado pelo colegiado do curso que deverá emitir parecer sobre o pedido. Entretanto, não será permitida desistência de ambas as partes a partir do ingresso do discente na disciplina Orientação de TCC II. Caso tal situação ocorra só será considerada quando for verificada a existência de tempo hábil para que outro orientador possa assumir a orientação sem que as partes sejam prejudicadas.

1.4 DA COMPOSIÇÃO DAS BANCAS

A defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) poderá contar com a participação de professores, pesquisadores e profissionais de outras instituições em bancas avaliadoras no formato híbrido, permitindo a colaboração interinstitucional e a realização da avaliação acadêmica de forma remota ou presencial.

Os professores, pesquisadores e profissionais externos convidados para integrar a banca avaliadora devem ser formalmente aprovados pelo colegiado do curso. A defesa poderá ser transmitida ou gravada, com a devida autorização de todos os membros da banca, para eventual compartilhamento público.

Será composta pelo professor orientador, o qual presidirá a banca e professor vinculado ao Curso de Serviço Social e/ou demais Unidades de Ensino da UFVJM ou de outras Instituições de Ensino Superior ou profissional, não podendo ser membro da Banca, examinadores que possuam parentesco, até o nível de 2º. Grau, com o estudante graduando. Na impossibilidade de um membro da banca não comparecer à defesa do TCC, a banca avaliadora ficará composta de 02 membros.

Poderá ser realizado ao final de cada semestre, um ***Seminário de Monografia*** com os estudantes matriculados na disciplina Orientação de TCC I, onde serão apresentados para o conjunto do curso, as monografias em construção, sendo este um momento de socialização das pesquisas e contribuições.

II DA COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

2.1 DA ORGANIZAÇÃO:

A Coordenação do TCC será assumida pela coordenação de curso, juntamente com o colegiado do curso, que conduzirão o processo e realizarão todos os encaminhamentos necessários para a condução do processo de orientação e organização das bancas

2.2 DAS ATRIBUIÇÕES

a) Elaborar e divulgar o calendário dos TCC's para professores orientadores do Departamento Serviço Social e demais cursos;

b) Manter atualizada a relação da área de conhecimento dos professores orientadores vinculados ou não ao Departamento de Serviço Social;

c) Elaborar e enviar, semestralmente, ao docente das unidades curriculares de Pesquisa em Serviço Social II e Orientação de TCC I a relação do corpo docente com a área de conhecimento;

d) Acompanhar a organização do corpo de orientadores de acordo com a área de pesquisa e disponibilidade do professor orientador junto ao professor da disciplina de Pesquisa Social II;

e) A elaboração desta relação será feita no final da disciplina de Pesquisa em Serviço Social II, quando o docente responsável encaminhará lista com os

nomes dos estudantes e respectivos projetos de pesquisa para coordenação de curso, para que os estudantes iniciem o próximo período letivo o processo de orientação;

f) Intermediar e autorizar a troca de orientador, ouvidas as partes envolvidas;

g) Estabelecer as datas das defesas públicas de TCC;

h) Organizar a parte administrativa das defesas de TCC;

i) Convocar reuniões com os professores orientadores e/ou acadêmicos matriculados na disciplina de Pesquisa Social II e TCC, para sanar dúvidas sobre os procedimentos a serem adotados e/ou sobre o processo de elaboração da monografia;

j) Solicitar a secretaria da coordenação o repasse dos documentos e certificados utilizados pelas bancas;

k) Fornecer ao orientando quando for necessário, ofício para realização de pesquisa de campo.

III) DOS PROFESSORES ORIENTADORES

3.1 DA DEFINIÇÃO DOS PROFESSORES ORIENTADORES

A coordenação de curso divulgará aos discentes matriculados na disciplina Pesquisa em Serviço Social II, ao final de cada semestre relação dos docentes disponíveis e suas respectivas áreas de conhecimento.

Os estudantes deverão encaminhar o requerimento para orientação de monografia (anexo 1), até o último dia letivo do período que antecede o início das orientações, para que a coordenação de curso possa organizar a lista das orientações. Este requerimento deverá ter se possível ciência do possível docente orientador. Quando não houver ciência de nenhum docente a definição da orientação será realizada pelo colegiado de curso.

Preferencialmente cada professor orientador assumirá até duas monografias por semestre, compatíveis com suas atividades acadêmicas, podendo a seu critério, orientar um número superior de trabalhos. A Coordenação de Curso encaminhará juntamente com o colegiado, o professor-orientador pela compatibilidade da área de conhecimento, bem como estar de acordo com o número mínimo de TCC’s compatível com suas atividades acadêmicas.

3.2 DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES ORIENTADORES

a) Assumir um número até dois (2) TCC's, por semestre, compatível com suas atividades acadêmicas, podendo a seu critério, orientar um número superior de trabalhos;

b) Orientar sobre a bibliografia referente ao tema;

c) Decidir em conjunto com os orientandos a forma que a orientação ocorrerá, definindo o horário de supervisões, freqüência e a metodologia, estabelecendo metas e prazos de entrega;

d) Elaborar com o estudante o cronograma de atividades para o desenvolvimento da monografia;

e) Orientar sobre a metodologia da pesquisa definida para o trabalho;

f) Orientar sobre a redação final da monografia, conforme normatização da ABNT;

g) Informar ao estudante sobre os prazos relativos ao processo de elaboração do TCC;

h) Sugerir à coordenação de curso a composição da banca examinadora, definindo conjuntamente a data da apresentação pública do trabalho;

i) Encaminhar nos prazos previamente estipulados a sugestão dos nomes dos membros das bancas, bem como o nome do orientando, o título de sua monografia e suas temáticas afins;

j) Compor e presidir a banca examinadora do TCC, segundo a temática de estudo;

k) Comunicar à coordenação de curso o resultado da avaliação realizada pela banca através da Ata da Banca Examinadora;

l) Comunicar a coordenação de curso toda e qualquer situação que possa comprometer de alguma forma o processo de elaboração, bem como a conclusão do trabalho;

m) Enviar o projeto de pesquisa e a documentação necessária para apreciação do Comitê de Ética, através da plataforma Brasil[44] e informar à coordenação de curso, tal procedimento;

[44] Sistema responsável pelo envio de projetos ao comitê de ética. O processo de aprovação do projeto pelo comitê de ética, pode levar até 90 dias, portanto para que seja possível o cumprimento do

n) Enviar uma cópia do parecer do Comitê de ética à coordenação de curso;

o) Fornecer ao orientando quando for necessário, ofício para realização de pesquisa de campo;

p) Cumprir as atribuições recomendadas pelo Comitê de Ética.

IV) DAS ATRIBUIÇÕES DOS ORIENTANDOS

a) Freqüentar regularmente as orientações de acordo com o horário estabelecido pelo orientador;

b) Realizar pesquisa bibliográfica e/ou documental e/ou de campo;

c) Solicitar a coordenação de curso ou orientador ofício para instituição pesquisada no sentido de facilitar o acesso aos sujeitos da pesquisa e explicar o objetivo da pesquisa em tela, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Comitê de Ética;

d) Cumprir as tarefas solicitadas pelo professor orientador, de acordo com o cronograma estabelecido;

e) Apresentar ao professor o material produzido para as devidas correções e considerações com antecedência mínima de quinze dias no decorrer do processo de orientação;

f) Elaborar o TCC de acordo com as normas técnicas em vigor;

g) Cumprir os prazos estabelecidos para a entrega do TCC;

h) Entregar o TCC em três (3) vias à banca conforme calendário estabelecido para apresentação pública;

i) Acatar as recomendações da Banca Examinadora, observando o prazo estabelecido para efetuar as alterações sugeridas;

j) Entregar o TCC com as alterações sugeridas pela Banca Examinadora, até 07 (sete) dias corridos após a defesa, ao professor orientador para apreciar essas alterações e encaminhar à coordenação de curso.

V) DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

---

calendário semestral de realização das bancas é recomendável que os projetos que necessitarem de aprovação do comitê de ética seja realizado com tempo hábil.

5.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado pela Banca Examinadora que poderá aprová-lo, atribuindo-lhe nota de sessenta (60) a cem (10); aprová-lo com restrições, atribuindo-lhe nota condicionada a apresentação de sugestões de reformulação a serem feitas, com o acompanhamento do orientador no prazo de 07 (sete) dias corridos; ou reprovar o TCC, devendo o estudante reiniciar o processo de elaboração e se matricular na unidade curricular Orientação de TCC II.

A avaliação do TCC será realizada por uma Banca Examinadora em sessão pública, composta pelo Professor Orientador na condição de Presidente e 02 (dois) membros examinadores, podendo haver membros externos à UFVJM, com a aprovação do professor orientador.

A avaliação do TCC será efetuada com base no trabalho escrito, na exposição e defesa oral, sendo que para avaliação do trabalho escrito cada membro da Banca Examinadora deverá receber uma cópia, com 15 (quinze) dias de antecedência à realização da defesa do TCC, sendo que este prazo pode ser flexibilizado com anuência individual dos membros da banca. A exposição oral do trabalho deverá ser feita pelos discentes perante a Banca Examinadora por um tempo máximo de 20 (vinte) minutos.

Os membros da Banca Examinadora, após a apresentação do trabalho, terão, no máximo, 20 minutos para os comentários e arguição dos discentes, tendo estes tempos iguais para realizar suas respostas e comentários. Após a exposição e/ou arguição, a Banca Examinadora atribuirá nota final ao estudante.

O discente que não defender o trabalho no semestre no qual está matriculado será reprovado e deverá apresentar no próximo semestre, ou em data previamente marcada junto à coordenação de curso que deverá ter ciência.

Após a sessão de defesa será lavrada ata, que será lida e assinada pelos membros da Banca e pelo acadêmico examinado, sendo que a nota final da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser encaminhada pelo presidente da banca examinadora em forma de ata para a secretaria da coordenação de curso.

A coordenação de curso, juntamente com o colegiado e NDE, estabelecerá data no calendário acadêmico para realização de um seminário de TCC, com estudantes matriculados nas unidades curriculares de Pesquisa I e II e Orientação de TCC I, para uma apresentação pública das propostas de desenvolvimento das

monografias, de modo que seja possível ter um panorama sobre os trabalhos desenvolvidos e socializar para a comunidade acadêmica os mesmos, sendo este esforço parte do processo de avaliação do mesmo.

5.2) DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios adotados pela banca examinadora, na avaliação da monografia (anexo 2), serão:

· Desenvolvimento das etapas do projeto;
· Apresentação oral e escrita;
· Redação e ortografia;
· Observância no uso das normas técnicas científicas;
· Conteúdos significativos correlatos à temática;
· Utilização adequada dos recursos audiovisuais;
· Argumentação lógica na fundamentação teórica;
· Nível de conscientização crítica e criativa sobre a realidade analisada;
· Maturidade profissional.

VI) DAS DISPOSIÇOES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Serviço Social, consideradas em sua integridade. Todos os dispositivos expostos nesta diretriz passam a vigorar a partir de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Serviço Social da UFVJM e registrado em ata.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
FACULDADE DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

PLANILHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DE TCC

Nome do estudante (a): _____
Título do Trabalho:_____
Professor (a) orientador (a): _____
1º Examinador: _____
2º Examinador: _____
3º Examinador: _____

ITENS PARA AVALIAÇÃO ESCRITA	**NOTA** (0 a 1 para cada item)
Redação com clareza, objetividade e coerência	
Articulação teórico-metodológica	
Adequação e atualidade da bibliografia	
Trato analítico e crítico dos dados da pesquisa	
Articulação e relevância para o Serviço Social	
NOTA PARCIAL = soma das notas dos itens acima	

Observações_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
FACULDADE DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

PLANILHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DE TCC

Nome do estudante (a): _____
Título do Trabalho:_____
Professor (a) orientador (a): _____
1º Examinador: _____
2º Examinador: _____
3º Examinador: _____

ITENS PARA AVALIAÇÃO ORAL	**NOTA** (0 a 1 para cada item)
Contextualização do tema e a definição clara do objeto da pesquisa	
Forma de apresentação do trabalho (competência discursiva e habilidade de comunicação)	
Domínio do conteúdo da monografia	
Capacidade argumentativa	
Coerência entre o que foi apresentado e o que está escrito na monografia (análise e síntese do trabalho)	
NOTA PARCIAL = soma das notas dos itens acima	

Observações_____
_____
_____
_____
_____

NOTA FINAL: Soma das duas notas parciais _____
Data: _____
Assinaturas:
Presidente da Banca: _____
1º examinador: _____
2º examinador: _____

REQUERIMENTO PARA ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Período de início da orientação: _____

Proposta de tema da monografia:

_____

Autor(es):

_____

_____

_____

Previsão para término da monografia: _____

Docente orientador: _____

Informações relevantes:

_____

_____

_____

_____

Assinatura do docente: _____

Assinatura do(s) discente(s):

_____

_____

_____

Local e Data: _____

Anexo III - Regulamentação das Atividades Curriculares Complementares do Curso de Serviço Social

Da natureza e objetivo das atividades complementares

Art. 1º As Atividades Complementares (ACs) do Curso de Serviço Social estão previstas como atividades obrigatórias, nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social (MEC), no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social em vigência e na Resolução CONSEPE nº 24, de 12 de setembro de 2025).

Art.2º As Atividades Complementares (ACs), compõem as matérias básicas necessárias à formação profissional e são “constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho” (Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, ABEPSS, 1996).

Art. 3º As Atividades Complementares (ACs) são de natureza formativa "tem por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade” (Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, ABEPSS, 1996).

§1º - Os documentos que balizam a natureza, o objetivo e a equivalência em horas das Atividades Complementares (ACs) do Curso de Serviço Social são as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS e a Resolução CONSEPE nº 24, de 12 de setembro de 2025.

§2º - Todos(as) os(as) discentes que estão regularmente matriculados(as) no curso Serviço Social, na data de aprovação dessa Resolução, estão sujeitos ao regime de horas das Atividades Complementares (ACs), conforme previsto na Resolução CONSEPE nº 24, de 12 de setembro de 2025.

Art. 4º – Cada hora comprovada corresponderá a uma hora de registro das Atividades Complementares (ACs).

Da constituição das atividades complementares

Art. 5º São consideradas Atividades Complementares (ACs) do Curso de Serviço Social para a integralização do currículo, as atividades pertencentes aos cinco grupos a seguir: atividades de ensino e publicação; atividades de pesquisa e publicação; atividades de extensão, cultura, esporte e publicação; atividades de representação estudantil; capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística.

§1º Outras atividades consideradas relevantes para a formação do(a) discente poderão ser autorizadas pelos colegiados de curso para integralização curricular.

§2º – todas as atividades devem ter afinidade com a área de formação em Serviço Social.

§3º – Em nenhum dos grupos acima destacados, o estudante poderá ultrapassar 50% da carga horária total exigida para comprovação total das ACs e AACCs.

§4º A participação em toda e qualquer atividade a ser computada como AC deverá ser comprovada mediante apresentação de declaração ou certificação emitida pelo órgão/entidade promotora do evento em que conste a condição de participação do(a) discente, a carga horária e a data

Art. 6º - As horas das ACs deverão estar distribuídas em pelo menos três dos seguintes grupos:

I. atividades de ensino e publicação;
II. atividades de pesquisa e publicação;
III. atividades de extensão, cultura, esporte e publicação;
IV. atividades de representação estudantil;
V. capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística.

§1º – são exemplos de atividades complementares de ensino e publicação: a participação em núcleo de estudos e pesquisas; disciplinas eletivas, desde que a carga horária mínima exigida na grade curricular já tenha sido cumprida pela/o discente; disciplinas optativas cursadas em outros cursos de graduação; monitoria; cursos de formação; Programa de Educação, Programa de Educação Tutorial (PET), e demais Projetos Institucionais. E, também, o estágio curricular não-obrigatório, mediante acompanhamento de assistente social docente da unidade de formação acadêmica e assistente social do campo de estágio.

§2º - são exemplos de atividades complementares de pesquisa e publicação: a participação de alunos em projetos de pesquisa; iniciação científica, publicação de autoria e co-autoria do aluno vinculado à prática da pesquisa; apresentação de trabalhos em jornada científica; participação em jornada científica.

§3º - são exemplos de atividades complementares de extensão, cultura, esporte e publicação: a participação em projetos de extensão reconhecidos pela UFVJM, eventos; publicações; apresentações e exposições, desde que ligados a extensão universitária; a participação em eventos tais como: seminários; oficinas; mini-cursos; simpósio; encontros; congressos, atividade programada, atividade física, atividades culturais.

§4º – são exemplos de atividades de representação estudantil aquelas que envolvem a representação direta de discentes eleitos entre os seus pares em entidades representativas ou instâncias deliberativas tais como: a participação em colegiado

de curso; comissão designada por portaria ou pelo Colegiado de Curso; Centro Acadêmico; Diretório Central dos Estudantes; Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social; Representação discente na ABEPSS; Conselho de Graduação; União Nacional dos Estudantes (UNE); União Estadual dos Estudantes; CONSEPE e CONSU.

§5º – são exemplos de capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística a participação em instâncias deliberativas no campo das políticas sociais e/ou movimentos sociais, envolve a participação em conselhos de políticas sociais, de direitos e em outras instâncias vinculadas aos movimentos sociais.

Parágrafo único – Conforme o Art.º 9º da Resolução CONSEPE/UFVJM 02/2021 “é vedada a utilização de carga horária de extensão vinculada a componentes curriculares para as Atividades Complementares.

Art. 7° A participação em eventos, cujos certificados não explicitem a carga horária do mesmo, será contabilizada como 1 hora de atividade complementar (AC).

Dos requisitos necessários para a integralização da carga horária

Art. 8º As Atividades Complementares são obrigatórias para a integralização curricular do Curso de Serviço Social, e a quantidade de horas está prevista no PPC do curso de Serviço Social, sendo, portanto, um pré-requisito para a colação de grau.

Parágrafo único - A carga horária deverá ser cumprida no decorrer do seu processo de graduação.

Art. 9º Somente as atividades realizadas após o ingresso no curso de Serviço Social, poderão ser objeto de reconhecimento e validação.

Do aproveitamento das atividades complementares

Art. 10º Para aproveitamento das Atividades Complementares exige-se que todas possuam documentos comprobatórios.

Parágrafo único – O discente deve requerer o aproveitamento da atividade realizada, na Coordenação de Curso.

Art. 11º Os documentos comprobatórios das atividades complementares deverão ser entregues pela/o discente no último período do curso, em data estabelecida formal e legalmente todo semestre letivo, pelo colegiado do curso de serviço social. As

comprovações apresentadas pela/o discente deverão ser arquivadas pela coordenação de curso.

Parágrafo único – a entrega dos documentos deve estar acompanhada do quadro de atividades realizadas (Anexo I) e da declaração de cópias autênticas (Anexo II), devidamente preenchidos e assinados.

Art. 12º Serão consideradas atividades complementares com fins de integralização da carga horária apenas as atividades previstas neste documento.

Da comissão avaliadora

Art. 13º Os documentos entregues pelas/os discentes serão avaliados por docentes do curso de Serviço Social, designados pelo Colegiado do curso mediante portaria.

Art. 14º Compete aos docentes responsáveis por avaliar os documentos, emitir e encaminhar para a Coordenação de Curso o parecer SATISFATÓRIO ou INSATISFATÓRIO.

Art. 15º Após a avaliação deverá ser o registro de horas ACs no sistema de registros acadêmicos vigente, até que a/o discente atinja a pontuação mínima requerida.

Art. 16º Das decisões acerca da avaliação das atividades Complementares caberá, em 72 horas, recurso à Coordenação do Curso de Serviço Social.

Art. 17º Os casos não previstos neste regulamento serão submetidos ao Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 18º Esta regulamentação entra em vigor na data de sua publicação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), revogadas as disposições em contrário.

Quadro de Horas das Atividades Complementares

Nome do Aluno:_____

Número de matrícula: _____

Data da entrega:_____/_____/_____

	GRUPO DE ATIVIDADES	Carga Horária	Quant.de Certificados	Carga Horária Total
I	**ATIVIDADES DE ENSINO E PUBLICAÇÃO**			
1.	participação em núcleo de estudos e pesquisa			
2.	disciplinas eletivas			
3.	disciplinas optativas			
4.	Monitoria			
5.	Curso de formação de longa duração			
6.	estágio curricular não-obrigatório			
7.	Programa de Educação Tutorial-PET			
II	**ATIVIDADES DE PESQUISA E PUBLICAÇÃO**	**Carga Horária**	**Quant.de Certificados**	**Carga Horária Total**
1.	a participação em projetos de pesquisa			
2.	iniciação cientifica			
3.	publicação de autoria e co-autoria			
4.	apresentação de trabalhos em jornada científica			
5.	participação em jornada cientifica			
6.	Publicação em revista cientifica			

III	ATIVIDADES DE EXTENSÃO, CULTURA, ESPORTE E PUBLICAÇÃO	Carga Horária	Quant.de Certificados	Carga Horária Total
1.	participação em projetos de extensão			
2.	Eventos próprios de extensão universitária			
3.	apresentações e exposições de trabalho			
4.	Seminário			

5.	Oficinas			
6.	mini-curso			
7.	Simpósio			
8.	Encontros			
9.	Congressos			
10.	Semana Acadêmica do Curso de Serviço Social			
11.	atividade programada			
12.	estágio interdisciplinar de vivência de discentes			
13.	Atividade física			
14.	Participação em atividades culturais			
15.	Organização de atividades Culturais			
IV	**ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL**	**Carga Horária**	**Quant.de Certificados**	**Carga Horária Total**
1.	Participação em colegiado de curso			
2.	Comissão designa por portaria ou por colegiado de curso			
3.	Centro Acadêmico			
4.	Diretório Central dos Estudantes			
5.	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social			
6.	ABEPSS			
7.	Conselho de Graduação			
8.	CONSEPE			
9.	CONSU			
10.	UNE			
11.	UEE			
12.	Organização de evento do movimento estudantil			
V	**CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E ATIVIDADES DE INSERÇÃO CIDADÃO E FORMAÇÃO INTEGRAL/HOLÍSTICA**	**Carga Horária**	**Quant.de Certificados**	**Carga Horária Total**
1.	Membro do conselho de Assistência Social			
2.	Membro do conselho de Saúde			
3.	Membro do conselho da Criança e Adolescente			

4.	Membro do conselho Juventude			
5.	Membro do conselho de educação e/ou Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica.			
6.	Membro do Conselho do Idoso			
7.	Membro do Conselho de Direitos			
8.	Membro do conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS			
9.	Membro do Conselho de Segurança Alimentar			
10.	Membro do Conselho de Trabalho Emprego e Renda			
11	outras instâncias de representação vinculadas aos movimentos sociais			
12.	Participação em Conferências e/ou fóruns de políticas sociais			
13	Curso de Formação e/ou capacitação em Políticas Sociais e Movimentos Sociais			
			Carga Horária Total	

DECLARAÇÃO DE CÓPIAS AUTÊNTICAS

Eu,_____, portador do CPF nº _____, matriculado sob o nº_____, no Curso de Serviço Social, desta Universidade, declaro para fins de comprovação das Atividades Complementares obrigatórias, de integralização curricular do Curso de Serviço Social, que os documentos comprobatórios entregues para a Comissão Avaliadora são cópias autênticas dos originais.

Teófilo Otoni,_____de_____de_____.

Assinatura

Observação: Esta declaração deverá acompanhar o Quadro de Horas das Atividades Complementares

ANEXO IV - A Política de Extensão do curso de Serviço Social: a inserção curricular das atividades de extensão e seus desafios

1. Apresentação

Esse documento apresenta a Política de Extensão[45] do Curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Resultado de um esforço coletivo de reflexão e sistematização docente acerca da extensão universitária, destina-se a apresentar os marcos legais, estabelecer as bases conceituais, princípios, diretrizes e objetivos que devem orientar a operacionalização da extensão no âmbito do Curso de Serviço Social em nossa Universidade.

A metodologia adotada para a elaboração desse documento contemplou encontros sistemáticos de docentes extensionistas, para estudos, discussões, problematizações e proposições acerca da extensão universitária no curso, assim como, mais detidamente, para o processo de inserção curricular[46] da extensão como parte das exigências normativas sobre a organização da extensão universitária em ensino superior[47].

Para tanto, foi realizado levantamento de referências bibliográficas acerca da extensão universitária e da curricularização da extensão. Buscou-se, ainda, aproximações com os relatos de experiências de profissionais que vivenciaram recentemente o processo de curricularização da extensão em outras universidades, além de levantamento de documentos orientadores, tanto normativos quanto jurídicos, pertinentes ao tema. Somado a esses movimentos, foi realizado um esforço de reuniões em formato de oficinas de trabalho visando conhecer experiências

---

[45] Uma primeira proposta de sistematização da política de extensão do curso de Serviço Social em atenção à Resolução CONSEPE 02/2021 foi elaborada e encaminhada pela presidência do Núcleo Docente Estruturante, no ano de 2023.

[46] Termo utilizado pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEXC) para designação desse processo.

[47] Resolução MEC/CNE 07 18/12/2018 (https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808); artigo 207 da CF; Lei Federal N.º 9.394,de 20 de dezembro de 1996 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm); PNE - 2014-2024, instituído pela (Lei Federal Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) e Resolução CONSEPE, 18-01-2021 (http://www.ufvjm.edu.br/formularios/doc_view/9733-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT).

nacionais e locais do processo de implementação da curricularização da extensão com pró-reitores de duas universidades federais[48].

2. Introdução

O curso de Serviço Social da UFVJM iniciou suas atividades no território do Mucuri em 2006 no contexto da expansão e interiorização das Universidades públicas antes do surgimento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O curso orienta-se pelas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 e firma-se conforme as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas por meio da Portaria CNE/CES N°491/2002.

Ao longo de sua existência, foram desenvolvidos diversos programas e projetos de extensão[49], além de inúmeras ações como, palestras, cursos e seminários, por docentes do curso de Serviço Social, pautados, sobretudo, pelo compromisso estabelecido com o Projeto Ético-Político profissional, vinculado às demandas postas na contradição das relações sociais e suas determinações imediatas, onde estão inseridos projetos societários vinculados às forças políticas socialmente presentes neste espaço.

---

[48] Em uma breve retomada das atividades/encontros realizados pelo NDE do curso de Serviço Social, há que se destacar: em 12/12/2022 ocorreu a recomposição do NDE por conta da mudança da coordenação do curso; em 20/12/2022 houve reunião com o técnico da PROEXC Mário Guimarães Gomes para retirada de dúvidas sobre o preenchimento da planilha de extensão; em 06/04/2023: reunião online entre todos os coordenadores de curso da FACSAE e o pró-reitor à época, Welisson Tiano dos Santos Ramos; 20/04/2023: reunião ampliada e presencial do NDE, com todos os professores do curso; 27/04/2023: reunião ampliada e presencial do NDE com o pró-reitor de extensão à época, prof Welisson; 28/04/2023: reunião presencial entre o pró-reitor de extensão com todos os coordenadores de curso da FACSAE para dirimir dúvidas; 02/05/2023: reunião ampliada e híbrida do NDE, tendo como convidada a pró-reitora de extensão da UFJF, a profa Ana Lívia de Souza Coimbra, para elucidar como a extensão está sendo implantada na UFJF; 03 e 04/05/2024: continuação dos trabalhos para pensar na proposta de curricularização do curso de Serviço Social enquanto Unidades Curriculares; 11/05/2023: reunião ordinária do NDE para dar continuidade ao trabalho da construção da curricularização da extensão; 03/10/2023: reunião para iniciar a apresentação do documento sobre parâmetros da extensão para o curso de Serviço Social; 30/11 e 01/12/2023: finalização da apresentação do documento parâmetros da extensão para o curso de serviço social. Foi retirado o encaminhamento de envio do documento para a coordenação de curso, para compartilhar com todos os docentes, para fazerem contribuições, para a versão final.

[49] Observatório da Juventude, Café filosófico, Núcleo de Extensão e Pesquisa sobre Envelhecimento – NEPE, Curso de Extensão Relações Sociais na Ordem do Capital, Núcleo de Extensão e Pesquisa Agrário e Movimentos Sociais, Laboratório Experimental de Educação, Cultura e Arte – Educarte, Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Rádio Zóio D'água, Museu Virtual do Mucuri – MUVIM, Grupo Cultural Tambores do Mucuri.

Os programas, projetos e ações de extensão foram construídos a partir da realidade concreta, procurando manter indissociáveis os núcleos de fundamentos da formação profissional preconizados pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, com a perspectiva da indissociabilidade do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, enquanto horizonte político-acadêmico construído historicamente por forças que protagonizaram disputas no interior da universidade pública brasileira e no interior da sociedade civil de um forma geral, enquanto movimento estratégico de ampliação da democracia, conhecimento científico e publicização do conjunto de conhecimentos produzidos em diversas áreas do saber, articulados com a sociedade civil e seus protagonistas. Destaca-se que tal movimento ocorreu mesmo em contextos desfavoráveis de ordens financeiras e de condições de trabalho para a sua implementação e execução, inserida em num contexto de desfinanciamento da universidade pública e privatização da política de educação superior sob orientação neoliberal.

A despeito de todos os esforços anteriores a esse documento, tais ações e projetos estavam mais relacionados às áreas de interesse das/os docentes proponentes e coordenadoras/es de suas respectivas pesquisas, ações e projetos, do que a uma proposta consolidada do Curso de Serviço Social para a extensão universitária, conforme as exigências postas pela curricularização da extensão. Os Parâmetros para a Extensão Universitária do Curso de Serviço Social têm vinculação imprescindível ao seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e deverão estar consubstanciados em pesquisas que abranjam a realidade regional e local, a partir de suas demandas, para que a Universidade e, em especial, o Curso de Serviço Social, cumpram uma função social transformadora.

3. A extensão universitária: concepção, diretrizes e princípios

A extensão universitária no Brasil é balizada pelo princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, expressa no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. “As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

A primeira legislação brasileira que faz referência à extensão universitária é o Decreto nº 19.851, de 11/4/1931,[50] o qual começou a desenhar uma concepção de extensão, que terá um início com fortes influências estrangeiras e se estenderá até a década de 1960. Entretanto, conforme João Antônio de Paula (2013), desde o período entre 1911 e 1917, instituições de ensino superior primeiramente em São Paulo, posteriormente no Rio de Janeiro, Viçosa e Lavras desenvolviam atividades de extensão[51].

As iniciativas de extensão universitária no Brasil, conforme aponta Gurgel (1986) foram influenciadas, desde seu surgimento, pelos modelos de extensão populares, a partir das experiências nas universidades populares da Europa, no século XIX, com objetivo de disseminar os conhecimentos técnicos ao povo, e pelos modelos extensionistas norte-americanos, que aparecem no século XIX, com dois objetivos, o de extensão em forma de cooperativas ou rural, que no caso do Brasil, podemos citar as experiências de Viçosa e Lavras, e ainda em forma de prestação de serviços.

Em 1912, a criação da Universidade Livre de São Paulo marcou a experiência de Universidades populares. Foi a primeira experiência de extensão universitária diretamente relacionada a uma instituição de ensino superior no Brasil, e, promovia cursos os mais variados possíveis, e abertos a todos que quisessem participar. Gurgel (1986), destaca que, nela foi definida a primeira formulação extensionista no país, os cursos de extensão, que ainda hoje significam a forma mais difundida e conhecida de práticas extensionistas no Brasil.

A extensão popular volta à cena no Brasil em 1938, como bandeira de luta dos movimentos estudantis a partir das ideias do Manifesto de Córdoba, surgido na Argentina, no contexto da Reforma da Educação em 1918, sendo uma expressão da manifestação estudantil por uma reforma em que a Universidade se desprendesse das amarras da Igreja e do Estado, por uma universidade mais democrática, aberta ao povo e com representação discente e de demais atores nos conselhos

[50] De acordo com esse Decreto, no seu Art. 99. “A vida social universitária terá como organizações fundamentais: [...] *c)* extensão universitária;”[sic]. No Art. 109, o referido Decreto estabelece a que se destina extensão: “A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos philosophicos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e colectivo.” [sic].

[51] A Lei 5.540, de 20 de novembro de 1968 - Lei Básica da Reforma Universitária, faz referência à extensão universitária. Entretanto, somente na Constituição Federal de 1988 a extensão foi estabelecida como parte indissociável do tripé Ensino- Pesquisa-Extensão.

universitários, o fim das cátedras, dentre outros. No Manifesto de Córdoba, a extensão universitária é vista como, “objetivadora do fortalecimento da universidade, pela projeção da cultura universitária ao povo e pela maior preocupação com os problemas nacionais” (GURGEL, 1986, p.36)

No Brasil, conforme Sousa (2000), apesar das lutas do movimento estudantil, nos anos 1960, através da UNE, que reivindicava uma universidade mais democrática, mais aberta a atender aos interesses do povo e mais autonomia da gestão financeira, intelectual e administrativa, o governo da Ditadura Militar, implementou a reforma da educação superior em 1968, Lei 5.540 de 1968, a partir de acordos MEC/USAID. Nesta, promoveu-se um estudo, diagnóstico, realizado pela USAID, instituição norte-americana , e imprimiu uma reforma que definiu boa parte da atual configuração do ensino superior, com definição da autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e financeira das universidade, com implantação de departamentos, como forma organizacional das instituições, com participação docente nos órgãos decisórios das instituições, introduzindo cursos de especialização e de extensão nas diferentes modalidades organizacionais, além de extinguir as cátedras e criar o regime de trabalho com dedicação exclusiva nas universidades públicas.

As práticas de extensão de influência norte-americanas, com ênfase na prestação de serviços cresceram nesse período dos anos 1960, sendo os programas mais conhecidos, segundo Gurgel (1986), os CRUTAC, os campi avançados e o Projeto Rondom, de 1969, como práticas de extensão de dimensão nacional. A Lei 5.540 de 1968, ressurge com a extensão universitária como obrigatória em todas as Instituições de Ensino Superior (IES), e já nos anos 1980, na Constituição Federal de 1988, esse preceito vai ser absorvido, quando no artigo 207, a Extensão Universitária, conforme Sousa (2000) passa a se constituir, em articulação, com o ensino e a pesquisa, como princípio fundamental que deve reger as universidades brasileiras.

Nos anos 1990, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) reforça esse preceito, porém conforme apontou Souza (2000), de forma tímida e pouco elucidativa. Nesse sentido, no artigo 49, parágrafo 3º coloca a extensão como instrumento de difusão das conquistas e benefícios produzidos no âmbito da universidade, para o povo, e ainda como um dos requisitos mínimos para o credenciamento das universidades.

Neste mesmo período, em que pese alguns avanços, o processo de institucionalização da extensão ocorre perpassado por disputas, sobretudo a partir da

ofensiva neoliberal intensificada nos anos de 1990. Neste contexto, diversas universidades por meio da pesquisa e da extensão passaram a vender seus serviços à iniciativa privada, enquanto uma modalidade da extensão (ABEPSS, 2022), imprimindo uma racionalidade mercadológica à educação.

No campo progressista, na defesa de uma universidade comprometida com os princípios da justiça social, solidariedade e democracia, a extensão universitária se apresenta como um importante elo entre universidade e sociedade. Todavia, para tanto, há que se superar o academicismo da universidade, *"para que ela consiga sair de seus muros, integrando, interdisciplinarmente, os saberes das comunidades"* (GADOTTI, 2017, p. 04).

> É exatamente aqui, que a ideia de extensão universitária, traz sua contribuição. Assim, se existir humanamente, como diria Paulo Freire é pronunciar o mundo, só o posso fazer nas relações que travo a partir do mundo, com o mundo, com a realidade social, nas relações das pessoas e nas atitudes que eu possa ter com os outros é que me faz diferente. A Universidade não deve, portanto, abster-se de vivenciar o mundo, de oferecer espaço além de seus muros, de ouvir a sociedade, de dialogar entre os saberes, de inovar a partir das demandas necessárias ao mundo, da comunicação do conhecimento. Nesse sentido, a extensão situa o sujeito/acadêmico/pesquisador e outros sujeitos envolvidos neste processo de aprendizagem no tempo presente, nas demandas de sua sociedade, apresentando-se como espaço de aprendizagem e interação com o mundo de hoje e no tempo presente. Desta forma, a extensão apresenta-se como um espaço privilegiado para a formação profissional que vai além do tecnicismo, ou seja, a extensão provoca situações concretas de vivência da realidade cotidiana, nas quais apresenta ao aluno desafios teórico-práticos, a serem solucionados. As problemáticas sociais que se apresentam no cotidiano despertam a curiosidade e o desejo para aprender impulsionados por uma causa/demanda societária que lhes faça sentido, buscando soluções possíveis a partir da construção de projetos coletivos. (ALMEIDA, 2015, p.62).

Dessa forma, o que se observa no processo são diferentes sujeitos que compartilham vivências e aprendizagens e, que, podem ser reconhecidas diferentemente. Além disso, essas vivências e aprendizagens envolvem relações sociais constantes entre esses sujeitos, no processo formativo e educativo. Almeida (2015, p. 64) afirma que repensar a extensão enquanto atividade acadêmica é colocá-la junto ao ensino e a pesquisa, ao lado, entendendo-a como instrumento que permite a democratização do conhecimento que se produz e ensina na universidade, como também, como instrumento que responda às demandas societária, se constituindo como uma forma privilegiada de formação profissional, no qual, "o aluno tem a possibilidade de adquirir conhecimento na realidade social e não tornar-se um profissional aquém da realidade social e demandas de seu tempo. Dessa forma, a

extensão apresenta-se como espaço privilegiado de aprendizagem e interação com o mundo de hoje e seu tempo presente.”

Nessa perspectiva, atualmente, um dos maiores desafios da Política Nacional de Extensão no Brasil tem sido a materialização da inserção curricular da extensão universitária, proposta que emergiu da meta 23 do Plano Nacional de Educação 2001-2010 e foi reafirmada no ano de 2014 por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho, que aprovou o Plano Nacional de Educação para 2014-2024.

Em 2018, a inserção curricular da extensão na educação superior brasileira foi ratificada por meio da Resolução MEC/CNE/CES Nº 07, de 18 de dezembro[52], que estabelece:

> Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.
>
> Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos

Ainda de acordo com essa Resolução, em seu Art. 5º, estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

> I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
>
> II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
>
> III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
>
> IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (idem)

[52] Esta normatização remonta aos debates ocorridos ao longo das décadas de 1990 e 2000, tanto no âmbito do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das universidades Públicas - FORPROEX, como nas próprias universidades públicas, que culminaram com a aprovação da Política Nacional de Extensão no ano de 2012.

A inserção curricular das atividades de extensão é um dos grandes desafios na atualidade, porque, a materialização das diretrizes, acima citadas, bem como a institucionalização da extensão universitária, por meio de sua curricularização, precisam enfrentar os impactos das reformas na educação brasileira empreendidas nas últimas décadas. No conjunto de medidas implementadas pelos governos desde FHC (1994-1998/1999-2002), passando pelos governos de Luiz Inácio da Silva e Dilma Rousseff (2003-2006/2007/1010 e 2011-2014/2014-2016), e os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), estão um conjunto de programas e projetos, por adesão, como o FIES, o PROUNI, O REUNI, dentre outros, que reforçam a lógica da privatização da educação brasileira, em especial a educação superior, por meio de repasse de recursos públicos para a esfera privada, contribuindo para a expansão da educação privada e para a privatização da educação superior pública, além da diminuição drástica dos recursos para a educação superior pública.

Sobre isso, Iasi (2019), ao analisar o ciclo iniciado nos anos 1970 até seu fechamento em 2016, afirma que, o Brasil, em sua inserção subordinada e dependente à ordem capitalista e imperialista, desenvolveu um capitalismo completo, e realizou uma total adequação aos padrões de acumulação de capitais que hoje predominam. Nesse sentido, significa dizer que, o país desenvolveu uma forma de inserção capitalista que, embora chamada de flexível, acobertava ideologicamente sua face extremamente precarizante das relações de trabalho e predatória, que intensifica, cada vez mais, a exploração e extração do mais valor, mercantilizante de todas as esferas da vida.

A política de ajuste fiscal que vem sendo adotada pelos governos brasileiros desde 1990 se intensificou no contexto do ano de 2016, quando Michel Temer, aprova a Emenda Constitucional nº 95, que congelou os gastos públicos por vinte anos e afetou diretamente as políticas públicas como a educação e a saúde, bem como os direitos dos trabalhadores. Esse duro golpe foi sentido na Educação superior, que, segundo Leher (2018, p. 69), teve seu orçamento reduzido para pouco mais de R$3 bilhões, com os contingenciamentos de 2017, significando uma redução de recursos de 14% em relação ao orçamento do ano anterior, e que são incapazes de custear, segundo o autor, as despesas já contratualizadas, inviabilizando até o tradicional edital universal do CNPq em 2016 e 2017. Somando-se a isso, foi possível inferir que, mesmo com a queda do orçamento em 2017, o Projeto de Lei de 2018 “não corrigiu as perdas acumuladas nas despesas de custeio, e os recursos do Tesouro para

capital foram reduzidos em mais de 50% em relação ao já encolhido orçamento do ano anterior”

Nesse sentido, a inserção curricular da extensão envolve, antes de mais nada, enfrentar esse contexto de precarização de desmonte da educação superior pública brasileira, lutando pela garantia, por exemplo, de um orçamento para a extensão universitária que propicie um processo de inserção curricular que atente, por exemplo, ao que o FORPROEX (2006) defende, que é o compromisso em pensar um currículo que seja flexível, e que, ultrapasse, portanto, as competências técnicas e científicas de transmissão de conhecimento, e a mera execução pro forma das atividades de extensão, mas que propicie uma formação construída via participação dos estudantes e, com base em reflexões dos contextos políticos, sociais e culturais, se faça de forma crítica. Esse currículo deve colocar o estudante como protagonista de sua formação acadêmica e coadunar com a integralização curricular das ações extensionistas.

Nesse sentido, a ABEPSS (2022) destaca que, o primeiro cuidado que se deve ter com a extensão universitária é compreender que o processo de inserção curricular busca colocá-la como elemento central no processo da formação profissional, reafirmando-a como um espaço importante dentro da relação com o ensino e com a pesquisa. Assim, chama a atenção para o cenário atual, em que as forças antidemocráticas, articuladoras das reformas educacionais conduzidas a partir do ideário neoliberal, podem, ao invés de fortalecer uma educação democrática, pública, gratuita e laica, “se beneficiar deste processo para reforçar uma concepção de extensão voltada para os interesses do mercado e não para os princípios que regem a Política Nacional de Extensão” (ABEPSS, 2022, p. 24).

De uma maneira geral, nos cursos de serviço social, em relação ao debate acerca da inserção curricular da extensão, a ABEPSS aponta que, um dos grandes desafios, para que se efetive a concepção de extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de educação emancipatória, é o financiamento da extensão no contexto atual. A recomendação da Associação é de que se pactue junto às Universidades as fontes de financiamento para as ações propostas e que se reivindique o financiamento público. Urge, na concepção da instituição, a luta contra toda forma de mercadorização da educação e, no caso da extensão universitária, contra a oferta de serviços pagos, tendo em vista a recusa da privatização do ensino superior público no Brasil. Urge também, a necessidade de luta contra todas as

medidas neoliberais de expansão da educação pública, pelo fortalecimento da educação privada, que vêm sendo aprofundadas desde os governos do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016), como também mais recente pelos governos Temer de 2016 a 2018, e Bolsonaro a partir de 2019.

Assim, diante dos desafios colocados, e, pela necessidade de garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na inserção curricular da extensão universitária, a UFVJM tem se mobilizado para avançar nesse processo e os movimentos realizados serão expostos abaixo.

4. A extensão universitária na UFVJM e o processo de inserção curricular

No âmbito da UFVJM, a política de extensão universitária foi estabelecida por meio da Resolução CONSEPE Nº. 06, de 17 de abril de 2009. Essa política institucional objetiva: *"Ampliar e aprofundar as relações entre a UFVJM e outros setores da sociedade, em especial dos Vales Jequitinhonha e Mucuri"* e *"contribuir com alternativas de transformação da realidade, no sentido de melhoria das condições de vida e do fortalecimento da cidadania".* (UFVJM, 2009, p. 06).

No que diz respeito à inserção curricular da extensão, institucionalmente denominada "curricularização da extensão", sua regulamentação ocorreu somente em 2021, por meio da Resolução CONSEPE Nº 02, de 18 de janeiro de 2021. Essa resolução, em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária e com a Resolução CNE/CES 007/2018, estabelece:

> Art. 1º A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (UFVJM, 2021)

A curricularização da extensão na UFVJM, a partir da Resolução supramencionada, poderá ocorrer pelas seguintes modalidades: I) Projeto de extensão; II) Programa de extensão; III) Prestação de serviço; IV) Curso e oficinas; V) Evento.

A Resolução também estabelece que as atividades de extensão para fins de integralização do curso poderão ser operacionalizadas por meio das seguintes

atividades curriculares: I) Unidade curricular; II) Atividade complementar; III) Práticas como componentes curriculares; VI) Estágio.

Estabelece, ainda, que os cursos devem incluir em seus projetos pedagógicos os componentes curriculares que prevejam as atividades de extensão e submetê-los para fins de apreciação e registro na Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC).

5. O serviço social e extensão universitária

Segundo a ABEPSS (2022), o processo de profissionalização do serviço social foi ampliado nos anos 1940 pela sua institucionalização dentro do corpo de Estado corporativista, onde foram se desenvolvendo órgãos e instituições assistenciais. Nesse processo, incorporaram-se ao conservadorismo católico, as exigências de qualificação e sistematização do espaço sócio-ocupacional, que vai dar uma mescla de influências do serviço social norte-americano e europeu.

Esta caracterização geral do Serviço Social tradicional é importante porque possibilita demarcar que o desenvolvimento do serviço social, marcado pelo conservadorismo marcou a imagem profissional, bem como o desenvolvimento de ações críticas diante da realidade social e suas contradições, e ainda, no caráter educativo e na dimensão política da profissão. Nesse sentido, esse Serviço Social tradicional marca também uma concepção de educação que se reflete em compreensões acerca da extensão e o sentido assumido por sua prática educativa, que, ao longo do tempo, e ainda, trazendo para os dias de hoje, podem reforçar concepções de extensão mais assistencialistas.

As práticas de extensão na Universidade brasileira, no período, conforme apontou Ferraz (2019, p. 29), eram constituídas da realização de cursos e conferências, destinando a divulgar o conhecimento produzido na universidade para elevar o nível cultural da população. As práticas, consideradas assistencialistas, tinham, de maneira geral a ideia de beneficiar o coletivo, mas a perspectiva era salvaguardar os interesses nacionais, presentes no período histórico entre 1940 a 1970, “além de expressar a influência educativa da universidade na sociedade, corroborando para a manutenção do poder hegemônico e expansão dos pensamentos elitistas”

Ao analisar a relação entre serviço social e a extensão universitária, a partir de Ferraz (2019) é possível observar que, a dimensão interventiva do serviço social, pela via do trabalho ou da formação, levou os profissionais a terem inserção direta nas diferentes realidades sociais e políticas, por meio da atuação nas diversas refrações a questão social.

> Ao atuar nas refrações da questão social e, portanto, mantendo proximidade com a realidade dos segmentos mais pauperizados, tanto em espaços urbanos quanto rurais, a profissão vai estar nos espaços onde irão incidir os trabalhos de extensão universitária e, até a década de 1970 - quando o a extensão passar a ter conceitos e normas específicas - o vínculo vai se dar principalmente pelas atividades previstas em trabalhos do chamado "Desenvolvimento de Comunidade"[2] ou em projetos de educação popular. (FERRAZ, 2019, p.62).

Nesse sentido, entre as décadas de 1940 e 1960, os estudantes participavam de projetos de trabalho junto a instituições, faculdades ou universidades, e, por meio deles entrava em contato com a comunidade, seja pelo estágio ou pela militância religiosa. Nesse contexto, as atividades se voltavam para a integração social, de formas diferentes, a depender dos direcionamentos das propostas de desenvolvimento assumidas pelo Estado, nos diferentes contextos. No contexto a partir dos anos 1960, as práticas, devido à efervescência do início desta década, se voltaram mais para a contestação da ordem, aproximando-se mais dos movimentos sociais e segmentos mais pauperizados, com alguma organização coletiva.

No período entre 1960 e 1964, a institucionalização da extensão foi bastante inexpressiva, não avançando em sua concepção mais assistencialista, mas é importante destacar que os estudantes se engajavam em ações de extensão, como: os Centros Populares de Cultura (CPC), os Movimentos de Cultura Popular (MCPs), visando através de campanhas de alfabetização de adultos e da cultura popular, com intuito de conscientizar a população, visando a sua libertação das condições adversas impostas pelo sistema capitalista em vigor.

A ABEPSS (2022) destaca que a perspectiva conservadora na profissão, manteve sua hegemonia até a década de 1970, e começa a ser questionada a partir da segunda metade dos anos 1960, através de um processo de questionamento do padrão de desenvolvimento capitalista, que levou a questionamentos e problematizações em torno dos fundamentos que até então vinham alicerçando a intervenção profissional.

O processo de "Intenção de Ruptura" com o serviço social tradicional, no Brasil, conforme aponta Netto (2006) propiciou uma relação fecunda com o marxismo,

que levou às condições de se pensar criticamente o serviço social, de forma que se constituiu uma maioridade intelectual e teórica da perspectiva de ruptura com o conservadorismo.

Com a erosão da Ditadura Militar, no contexto de 1982-1983, é que, segundo a ABEPSS (2022), se criam as condições ideais para o espraiamento da “Intenção de ruptura, no sentido de que se demarca, em virtude do clima da transição democrática, as posições vinculadas a intenção de ruptura com o conservadorismo em todas as instâncias da vida profissional. Nesse momento, também, houve um estreitamento da relação da profissão com os movimentos sociais, fazendo ressurgir diálogos e práticas relacionadas à educação popular, que outrora, nos anos 1960 surge por meio de atividades do movimento estudantil, e que foram cerceadas pela Ditadura Militar.

Na Universidade, houve, nesse contexto, a retomada dos debates quanto à organização, funcionamento e seu papel social, o que cria as condições para a consolidação da Extensão como função acadêmica, assim como a elaboração de um conceito mais amplo e progressista de Extensão. Nesse sentido, o FORPROEX (2006) veio a conceituá-la como “Processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”.

> Convém, porém, observar que, a efervescência vivenciada pela profissão – resultante que é da conjuntura sócio-histórica – põe em conflito na profissão os diversos projetos profissionais, que por sua vez expressam determinados projetos sociais. Neste processo de disputas internas a profissão elabora uma direção social estratégica, que tanto não anula os demais vetores que compõem o corpo profissional, dado que não existe um bloco homogêneo no contingente profissional, como também não se resume a um caráter estritamente ídeo-político, uma vez que envolve todos os elementos que compõem a cultura profissional. É somente neste processo que se criam as condições para que o Serviço Social supere o caritativismo e se desenvolvesse de fato como uma profissão norteada por uma dimensão teórico-metodológico, ético-política e técnico- operativa de ruptura com esse tradicionalismo (ABEPSS, 2022, p.20).

Todo esse processo, conjunto de determinações e confluências que se forjou na profissão, brevemente descrito, levou ao produto que foi o projeto ético-político, na entrada dos anos de 1990, que se constitui no conjunto de regulamentações profissionais: o Código de Ética de 1993, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, de 1996, a Leite que regulamenta a profissão, de 1993 e, posteriormente, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, de 2009.

As diretrizes curriculares da ABEPSS aprovadas em 1996 estabelecem como princípios da formação profissional a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. No ano de 2022, com o objetivo de contribuir com o processo de inserção curricular da extensão no âmbito dos cursos de serviço social, por meio de uma concepção de extensão ampla e crítica e do estabelecimento de parâmetros e subsídios para este processo, a ABEPSS elaborou e publicou o documento "Curricularização da Extensão e Serviço Social". O documento destaca a importância do estabelecimento de relações entre os princípios profissionais da categoria em confluência com os princípios que regem o debate crítico sobre a educação nas universidades, a função social da universidade, a referência ao debate da educação popular e dos movimentos sociais e referenda uma concepção de extensão "popular, comunicativa e orientada para processos de uma educação emancipatória" (ABEPSS, 2022, p.27).

5.1. A inserção curricular da extensão em serviço social na UFVJM e o trabalho de construção da presente política

O debate do processo de inserção curricular da extensão no curso de Serviço Social teve início em 2019, a partir da Instrução Normativa Conjunta Reitoria e PROGRAD - INCRP Nº 04, de 12 de abril de 2019, que normatizava "o cômputo e lançamento de Créditos Curriculares de Extensão como carga horária dos Cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri". Essa foi retificada pela INCRP Nº 07, de 19 de junho de 2019, a fim de atender a Resolução CNE/CES 07/2018.

No ano de 2023 foram realizadas três oficinas pedagógicas com o intuito de avançar o debate a respeito da inclusão da carga horária de 10% das atividades de extensão na matriz curricular do curso.

Ainda no primeiro semestre, foram realizados dois eventos importantes pelo Curso de Serviço Social[53] que evidenciaram as demandas regionais e reforçaram a necessidade de aprofundar a relação universidade e sociedade, indicativos para a construção desses Parâmetros para a Extensão do Curso de Serviço Social.

[53]O Encontro Mineiro de Assistentes Sociais da Região do Mucuri e Jequitinhonha, em 2023 e 2024 e o I Seminário Nacional de Políticas Sociais, realizado em setembro de 2024.

Objetivos da extensão no curso

Em sintonia com a Política de Extensão da UFVJM, são estes os objetivos que orientam as atividades de extensão do Curso de Serviço Social.

Geral:

- Promover a inserção curricular da extensão no curso de Serviço Social enquanto unidade teórico-prática orientada pelos princípios ético-políticos da profissão;

Específicos:

- Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico pautado pela indissociabilidade com o ensino e a pesquisa;
- Fortalecer a relação entre universidade e sociedade, numa perspectiva interdisciplinar, democrática e popular;
- Fomentar atividades que visam à produção e valorização cultural e artística considerando as particularidades regional;
- Contribuir com a elaboração e o fortalecimento das políticas públicas em função das demandas da realidade regional;
- Fortalecer a relação da Universidade com os movimentos sociais e populares na construção de ações conjuntas;

Eixos da política de extensão do curso:

1. Universidade e Sociedade
2. Questão agrária, territorialidade e realidade regional
3. Formação e Trabalho de Assistentes Sociais na Região do Mucuri
4. Educação, diversidade e inclusão Social

5.2 Inserção curricular da extensão no curso do Serviço Social

Considerando que o curso é noturno, situado numa cidade pólo da região, e que uma parte do corpo discente é constituída por estudantes trabalhadores e que residem fora do município em que se realiza o curso presencial, elegemos como prioridade para a operacionalização das atividades de extensão, a utilização de

unidades curriculares para que tais atividades sejam realizadas majoritariamente no horário em que o curso ocorre possibilitando a participação de todos/as os/as estudantes. De acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) propõe como princípio da formação profissional que sejam idênticos os padrões de desempenho e qualidade para cursos diurnos e noturnos, desse modo, a oferta por meio de unidades curriculares garantirá ao estudante a possibilidade de integralizar os conteúdos necessários à inserção curricular da extensão no período noturno, em que está matriculado para realizar o curso.

5.3. Ações de extensão universitária consideradas para fins de inserção curricular

Considerando a Resolução CONSEPE/UFVJM 02/2021 as atividades de extensão na UFVJM podem ser integralizadas a partir das seguintes opções:

I. projeto de extensão;

II. programa de extensão;

III. curso e oficinas

IV. evento.

Cabe ressaltar, que o Curso Serviço Social definiu em seu Colegiado não adotar a atividade de prestação de serviço como extensão.

5.4 Tipos de Operacionalização

Quanto a forma de operacionalização da inserção curricular da extensão no Curso de Serviço Social com base no Art.º 6º da Resolução CONSEPE/UFVJM 02/2021, definiu que essa operacionalização ocorrerá **por meio da criação de quatro unidades curriculares com carga horária cada de 75 horas**. As unidades curriculares extensionistas serão ofertadas do 2º ao 8º período do curso, conforme a proposta da grade curricular. Cabe aos professores responsáveis pelas unidades curriculares, registrar na Proexc as propostas de atividades de extensão nas modalidades previstas nesta política, em conformidade com as legislações vigentes.

Cabe ressaltar ainda, que o Estágio Supervisionado em Serviço Social é uma atividade curricular obrigatória do curso de Serviço Social. No entanto, não será utilizada em nenhuma de suas modalidades (obrigatório e não obrigatório) para fins de operacionalização da inserção curricular da extensão. Isso, a fim de evitar a *"[...] descaracterização das atividades de estágios e descaracterização das atividades de extensão. E, do ponto de vista dos componentes curriculares, evitar a dupla curricularização"* (ABEPSS, 2022, p. 33).

6 O financiamento da extensão universitária

O financiamento da educação no Brasil, especialmente da educação superior, tem sido, historicamente, foco de disputas e lutas, por ser extremamente importante e necessário para a efetivação da política educacional no país. Diante dessa realidade, é importante, então, tratar do financiamento da educação superior a partir da análise de fatores socioeconômicos fundamentais, como, a privatização da educação superior brasileira, através, especialmente do empresariamento da educação, a relação público/privado na educação, os diversos atores envolvidos nesse processo, dentre outros. Nesse âmbito, o financiamento da extensão universitária também se coloca como foco de lutas e disputas, e, tem sido ao longo de décadas um dos grandes gargalos para sua efetiva institucionalização na Educação Superior Brasileira, especialmente na Universidade Pública.

Sendo assim, a Constituição Federal de 1988, nos artigos 205, 206 garante o direito à educação a todo o cidadão e estabelece que é um dever do Estado garantir essa oferta, como também garante a gratuidade e igualdade das condições de acesso e permanência, além de autonomia didático-científica, da gestão financeira, do patrimônio. Assim, compete ao Estado prover os recursos financeiros para a educação pública, conforme também expresso no artigo 55 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que estabelece: "caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação por ela mantidas" (BRASIL, 1996).

Desde a primeira década do século XXI, 88% do total de recursos obtidos pelas universidades federais fora advindo do Tesouro Nacional. (FÁVERO E BECHI, 2017). Esse financiamento, segundo os autores, é chamado de incremental ou inercial, tendo em vista que, envolve a destinação de verbas de acordo com o orçamento do ano

anterior de cada instituição, ou seja, ocorre uma negociação do governo com as instituições e as decisões são baseadas em modelos que variam segundo os cenários econômicos e políticos. Por outro lado, é possível observar que uma pequena parte dos recursos que mantém a educação nas Universidades não vem do governo, mas de outras instituições por meio de contratos de gestão e convênios, por meio de lei que permite a complementação de recursos advindo de outras instituições, inclusive, privadas. Dos convênios com organismos privados e públicos, os quais são celebrados com os governos federal, estadual e municipal, vem a segunda parte dos recursos que mantém as universidades federais, representando uma média de 8% da receita total, e o restante de contratos de gestão diversos.

No entanto, vale observar que o financiamento privado na educação pública vem crescendo de forma continuada após os anos 1990, de acordo com Lima (2011), uma vez que o processo de reforma da educação, empreendido nesse período, intensificou a expansão e o aumento da privatização por dentro do setor público no Brasil, por meio de mecanismos como as fundações de direito privado, as parcerias das universidades com empresas, a cobrança de taxas e mensalidades por cursos pagos, e, ainda, o redirecionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que intensifica o movimento, de uma educação mais diversificada, flexível e voltada aos interesses do capital. Neste contexto, o Estado reduziu os investimentos tanto para a expansão do sistema quanto em relação à manutenção de um padrão de qualidade e excelência das IFES.

> De acordo com estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), os gastos estimados das três esferas públicas com a educação superior, em 1999, somaram cerca de R$ 8,8 bilhões. Nesse mesmo ano, havia mais de 1,5 milhão de estudantes de graduação matriculados em instituições privadas. Utilizando-se como parâmetro um gasto mensal *per capita* de R$ 315, estima-se que, naquele ano, os dispêndios privados tenham atingido a cifra aproximada de R$ 5,8 bilhões. Com base nessas estimativas, a participação do poder público no financiamento da educação correspondia, em 1999, a algo como 60% do total. Considerando-se que, nos últimos anos, o crescimento das matrículas no setor privado tem sido substancialmente maior que o da esfera pública, e que os gastos governamentais com a educação superior não foram ampliados, pode-se afirmar que atualmente a iniciativa privada já responde por mais de 50% dos recursos disponíveis a essa área, o que indica forte retração da participação do poder público no financiamento da educação superior brasileira. (COBURCI, 2004, p. 687-688).

Nesse âmbito, o autor assevera ainda que, houve um crescimento do setor privado, com programas de bolsas e repasse de recursos públicos para iniciativa

privada, como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, mas também um incentivo para privatização do público, com iniciativas como vendas de serviços, como na pós-graduação, com cobranças de taxas.

Nas décadas seguintes, início do Século XXI, não foi diferente, segundo Lima (2005) os governos que sucederam a FHC, embora fossem do Partido dos Trabalhadores, deram continuidade e aprofundaram as políticas de orientação neoliberal implantadas pelos governos de Collor, Itamar e FHC. Esses governos desenvolveram uma política não apenas de diversificação das IES, mas também das fontes de financiamento, com foco na expansão da educação superior, igualmente alinhados com os documentos do Banco Mundial em relação ao processo de reformulação da educação.

Esses governos, tanto de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), quanto de Dilma Rousseff (2011-2014/2015-2016), se comprometeram, segundo Iasi (2019), com uma política alinhada com o capital financeiro, tendo em vista que, mesmo desenvolvendo políticas de combate à fome e à pobreza, implementaram ações para manter o saneamento do Estado, com forte incentivo ao desenvolvimento econômico e ajuste fiscal, com mais concentração de capital.

Essa afirmação, ganha mais concentricidade, quando traduzida em números, e expressa de fato como esses governos não se comprometeram com a educação pública, pelo contrário, investiram no pagamento de juros da dívida e nos cortes de recursos para as políticas socais, como a educação.

> No período de 2003 a 2016, foram destinados, cumulativamente, por meio do Orçamento da União, R$ 15,118 trilhões para a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento). Esse montante representou, em média, quase metade (47,12%) dos recursos orçamentários da União destinados a todas as áreas de atuação governamental (R$ 32,084 trilhões). O montante de recursos destinados à dívida pública representou 17 vezes mais que os recursos destinados à função educação (R$ 873,019 bilhões), 12 vezes mais que os recursos destinados à saúde (R$ 1,2145 trilhão) e 19 vezes mais que os recursos destinados à assistência social (R$ 801,351 bilhões). (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 4).

Em relação à essa questão, e, retomando a luta dos movimentos sociais, como o FNDEP e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, observa-se que em detrimento desta política de privilegiar o pagamento da dívida pública em detrimento de investimentos em políticas sociais sustentada pelos governos desde a década de 1990, os movimentos sociais têm lutado por uma

educação pública e de qualidade e, incluíram no Plano Nacional de Educação – PNE, de 2001-2010, e mantiveram no PNE de 2014 a proposta de 10% do PIB para a educação Pública.

Nesse sentido, parte da proposta do ANDES aponta para:

> 4.1.1 Ao Estado compete financiar o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão nas universidades públicas, destinando-lhes recursos orçamentários em montante não inferior a 12% do Orçamento da União, em dotação específica para a educação e vinculada a este fim. 4.1.2 O imediato e rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e o seu acompanhamento pelas entidades representativas do setor educacional nos âmbitos federal, estadual e municipal são fundamentais (ANDES, 2003, p. 31).

Além disso, o ANDES tem defendido com muita veemência que haja a gratuidade do ensino, não apenas eximindo-se qualquer cobrança de taxas, mas também que sejam garantidas as condições de permanência do estudante nas IES, através de moradia, alimentação, transporte e material de estudo, e, além disso o ANDES defende a autonomia da gestão financeira das IES e aponta que somente com a implantação do sistema de dotação orçamentária global seria possível se alcançar tal autonomia financeira.

O ANDES ao analisar a implementação de suas propostas pelo governo federal, observou que elas não foram incorporadas. Em relação aos investimentos na área educacional, nas universidades federais, embora se tenha constatado que houve um aumento do orçamento para elas, ao longo do período de 2003 a 2016, sendo as despesas da União com as Universidades elevadas de R$ 19,627 bilhões para R$ 47,626 bilhões, ou seja, com um crescimento de 142,66%, nesse mesmo período, o governo federal destinou, em média, 19,73% do total das despesas da União apenas para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, o que significa 11 vezes mais recursos do que os destinados às universidades federais. (ANDES, 2003).

Nesse processo, em que se registrou um aumento de investimentos em educação nesses governos, a extensão universitária está entre os setores que se beneficiaram desse aumento, com o Programa Nacional de Extensão Universitária, o PROEXT, que tem por objetivo garantir recursos orçamentários para viabilizar a realização dos programas ou projetos de extensão das IES públicas, através, desde 2008, de editais, a partir dos quais as instituições submetem seus programas e

projetos de extensão para a captação de recursos, tendo o Ministério da Educação e Cultura - MEC como principal agente financiador.

O PROEXT possibilitou um aumento de recursos para a extensão universitária, com base em análise dos editais PROEXT, desde 2003 a 2016, de R$4,5 milhões para R$44,10 milhões, respectivamente, o que possibilitou também aumento do volume de ações de extensão desenvolvidas, que passaram de 100 em 2003 para 3.334 em 2016, conforme registrado no Sistema Nacional de Informações de Extensão (SIEX/UFMG).[54]No entanto, é importante considerar que as medidas implementadas pelo governo de Michel Temer, como a promulgação da PEC nº 95/2016, encerraram o PROEXT desde 2017, paralisando os editais, tendo em vista que essa PEC foi responsável por limitar os gastos do governo durante vinte anos, levando as instituições a buscarem outras fontes de financiamento da extensão.

O agravamento dos cursos para a educação superior, bem como as medidas de cortes de recursos também para a extensão universitária vem sendo um dos grandes problemas a serem combatidos desde a implementação das políticas neoliberais no Brasil, e, mais ainda, após 2016, como essa medida de congelamento dos gastos públicos com políticas públicas como saúde e educação.

Nesse sentido, torna-se primordial o debate, como também definições acerca do orçamento das universidades públicas, como também para a extensão universitária. As Diretrizes para a Extensão previstas na Resolução CNE/CES 007/2018 determina em seu artigo 13º, que para efeito do cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições devem incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), *“VI - a previsão e as estratégias de financiamento das atividades de extensão”*.

Assim, a Resolução CONSEPE/UFVJM 02/2021, foi omissa quanto às estratégias de financiamento das atividades de extensão na UFVJM, uma vez que não menciona o financiamento da inserção curricular da Extensão. Desse modo, para cumprir a meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, é necessário que a Universidade garanta no orçamento a destinação de recursos para tais atividades. Tendo em vista que a inserção curricular da extensão passa a ser a condição para integralização do curso, o orçamento dos

[54] Disponível em: https://sistemas.ufmg.br/siex/PrincipalVisitante.do

cursos deve ser ampliado para garantir o financiamento das atividades curriculares de extensão universitária.

8.7. Disposições Gerais

A carga horária total das unidades curriculares extensionistas deverá equivaler a 10% da carga horária total da graduação em Serviço Social. Nesse sentido, considerando as 3.000 horas do curso, serão destinadas 300 horas de atividades de extensão, conforme previsto nas legislações em vigor;

Os critérios de avaliação de cada unidade curricular deverão estar previstos nos Planos de Ensino aprovados, com base na ementa, objetivos e bibliografias presentes nas UC de extensão, pelo Colegiado;

Os Planos de Ensino deverão apresentar os critérios de avaliação das respectivas unidades curriculares. Não poderá ser computada a carga horária de 20% na modalidade remota ou à distância para as atividades de extensão.

Referências

ALMEIDA, L.P. **A extensão universitária no Brasil**: processos de aprendizagem a partir da experiência e do sentido. DIRE n°7 | 2015 : Les universités latino-américaines aujourd'hui: expressions locales. Disponível em: http://epublications.unilim.fr/revues/dire - ISSN : 2260-1155. Acesso em: 02 out. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Documento Preliminar acerca da curricularização da extensão**. Brasília, 26 de maio de 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social_final-20230126191305448767O.pdf Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. C**onstituição da República Federativa do Brasil** (1988). Texto atualizado até a Emenda Constitucional 109/2021. Brasília, 1988. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal. Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** (LEI N° 13.005/2014): http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014.

BRASIL. **Resolução CNE** 07/2018. Disponível em:https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808

BRASIL. **Parecer CNE** 498/2020: http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2020-pdf/157501- pces498-20/file

CORBUCCI, P. R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: Da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade,** Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, especial out. 2004. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 09 jun. . 2024.

FÁVERO, A. A.; BECHI, D. O financiamento da educação superior no limiar do século XXI: O caminho da mercantilização da educação. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 90-113, jan./abr. 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650577. Acesso em: 12 jun. 2025.

FERRAZ, A.P. **Serviço Social e extensão universitária: reflexões sobre formação profissional.** Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/22784/2/Anita%20Pereira%20Ferraz.pdf Acesso em: 01 out. 2024.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**: https://proex.ufsc.br/files/2016/

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX. **Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e a flexibilização curricular**: Uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS/Brasília: MEC/Sesu, 2006. Disponível em: https://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf. Acesso em: 01 out. 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX. Recomendações do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) sobre a inserção curricular da extensão - **48º Encontro Nacional do FORPROEX** - UERJ/dez/2021.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária**: Comunicação ou Domesticação? São Paulo: Cortez/ Autores Associados/Universidade Federal do Ceará, 1986.

IASI, M. L. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 417-438, 01 out. 2024.

LEHER, R. **Universidade e Heteronomia no capitalismo dependente**: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LIMA, K. R. S. **Reforma da educação superior nos anos de contrarrevolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio da Silva. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2005.

LIMA, K. R. S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **R. Katálisys**. Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/njFR8jqRKsGf6bBxTFxSFyh/abstract/?lang=pt. Acesso em: 02 mai. 2024.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2006. 334 p.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

UFVJM. Resolução CONSEPE, N. 06, de 17 de abril de 2009. Política de Extensão.

UFVJM - CONSEPE - Resolução N.º 02, de 18 de janeiro de 2021

As Metas do Plano Nacional de Cultura.

UFVJM. Resolução CONSEPE, N. 26, de 19 de outubro de 2012. Política Cultural da UFVJM.

ANEXO V - Quadro da Natureza de Extensão das Unidades Curriculares

DESCRIÇÃO DA NATUREZA DE EXTENSÃO	
ASPECTO 1	**MODALIDADE DA AÇÃO**
SUPORTE LEGAL/ORIENTAÇÕES	Indicar qual(ais) opção(ões) - Projeto, Programa, Curso, Evento e Prestação de Serviço. (Cf. Art. 3º. da Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO OPÇÃO SELECIONADA	(x) Programa (x) Projeto (x) Curso / Oficina (x) Evento ( ) Prestação de Serviço
ASPECTO 2	**VÍNCULO DA AÇÃO**
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar qual é o vínculo da ação - 1- Institucional/UFVJM; 2- Governamental; 3- Não-Governamental. (Cf. Art. 3º. da Res. CONSEPE n.2/2021)
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(x) Institucional/UFVJM (x) Governamental (x)Não-governamental
ASPECTO 3	**TIPO DE OPERACIONALIZAÇÃO**
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar o(s) Tipo(s) da operacionalização da ação: 1. Unidade Curricular; 2-Atividade Complementar; 3-Prática como componente curricular; 4- Estágio. (Cf. Art. 6o. da Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / **OPÇÃO SELECIONADA**	(x) Unidade Curricular; ( ) Atividade Complementar; ( ) Prática como componente curricular; ( ) Estágio

ASPECTO 4	**CÓDIGO(S) E NOME(S) DA(S) UCS DO PPC VINCULADAS À AÇÃO DE EXTENSÃO**
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar o(s) Código(s) e nome(s) da(s) UCs do PPC vinculadas à ação de extensão (Cf. §1o. Art.6o - Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	1. SSOxx: Universidade e Sociedade 2. SSOxx: Questão agrária, territorialidade e realidade regional 3. SSOxx: Formação e Trabalho de Assistentes Sociais no Vale do Mucuri e região 4. SSOxx: Educação, diversidade e inclusão Social
ASPECTO 5	**COMPONENTES CURRICULARES DAS UCS COM BASE NA DCN DO CURSO VINCULADAS À AÇÃO DE EXTENSÃO.**
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação. (Cf. Art.14 - Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).

DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	O Curso de graduação Serviço Social da UFVJM – oferecido em modalidade presencial no campus Mucuri no período noturno – contém em sua grade, cinco unidades curriculares obrigatórias, sendo 4 Unidades Curriculares obrigatórias, que contemplam a totalidade de suas cargas horárias vinculadas à Extensão, ou seja, 300 horas. São elas: 1. SSOxx: Universidade e Sociedade, de 75 horas SSOxx: Questão agrária, territorialidade e realidade regional, de 75 horas SSOxx: Formação e Trabalho de Assistentes Sociais no Vale do Mucuri e região, de 75 horas SSOxx: Educação, diversidade e inclusão Social, de 75 horas Perfazem-se, assim, as 300 horas dedicadas às ações de extensão universitária que constituem objeto de curricularização no Curso de Serviço Social da UFVJM, em cumprimento às normas legais (Lei nº 13.005/2014) com a Resolução CNE nº 7, de 18/12/2018 (estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira) e Resolução Consepe nº 2, de 18/01/2021 (regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da UFVJM).
ASPECTO 6	**OBJETIVOS**
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar os objetivos da ação de extensão vinculado à curricularização. Regulamento da PROEXC

DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	Objetivo geral: Viabilizar a troca de saberes entre os membros da comunidade interna e externa à UFVJM ao promover atividades de reflexão e discussão, ao lado da sociedade em geral, mediante levantamento de demandas, identificação das expressões da questão social, análise das problemáticas nos âmbitos econômicos, históricos, culturais e políticos concernentes ao país e ao Vale do Mucuri, construindo coletivamente o conhecimento e democratizando-o. Objetivos específicos: • Ampliar e aprofundar as relações do Curso de Serviço Social com a sociedade civil e os movimentos sociais e populares, com maior ênfase para a região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; • Promover o desenvolvimento de habilidades dialógicas voltadas à troca de conhecimentos e experiências entre os envolvidos nas ações extensionistas (discentes/ servidores/ comunidade externa); • Contribuir para a formação cidadã dos estudantes a partir da promoção de vivências, na estrutura curricular do Curso de Serviço Social da UFVJM, de modo a desenvolver aproximações às diversas manifestações da questão social que os estimulem à ação transformadora da realidade, no sentido de contribuírem com a melhoria das condições de vida da população; • Desenvolver a dimensão da função social da universidade pública, estimulando a abordagem interdisciplinar através de debates plurais nas interações com setores e atores sociais diversos, de modo a contribuir com o desenvolvimento sócio-político, educativo e científico da região.
ASPECTO 7	**METODOLOGIA**
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar a estratégia e a metodologia a ser adotada na realização da ação de extensão vinculado à acurricularização. Regulamento da PROEXC.
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	O Curso de Serviço Social da UFVJM contempla a oferta da sua carga horária curricular de Extensão, com o desenvolvimento de ações extensionistas em unidades curriculares obrigatórias: são 300 horas distribuídas entre as disciplinas obrigatórias a seguir:

	1. SSOxx: Universidade e Sociedade, de 75 horas SSOxx: Questão agrária, territorialidade e realidade regional, de 75 horas SSOxx: Formação e Trabalho de Assistentes Sociais no Vale do Mucuri e região, de 75 horas SSOxx: Educação, diversidade e inclusão Social, de 75 horas A metodologia pedagógica adotada nas unidades curriculares é descrita a seguir. 1.SSOxx: Universidade e Sociedade Para o desenvolvimento desta UC, serão adotados procedimentos metodológicos que potencializem a implementação de ações junto aos discentes do curso, ações estas as quais eles serão também organizadores e corresponsáveis pela elaboração e desenvolvimento das atividades de extensão, em um processo de interação dialógica junto à comunidade interna e externa da UFVJM, de maneira que se proporcione aos discentes a compreensão da relação entre Universidade e Sociedade, propiciando a primeira experiência no curso entre os discentes e a extensão universitária, além de se construir conhecimentos acerca da importância social da universidade pública no contexto social do Vale do Mucuri 2. SSOxx: Questão agrária, territorialidade e realidade regional Para a realização desta UC, serão adotados procedimentos metodológicos que potencializem a implementação de ações junto aos discentes do curso, ações estas as quais eles serão também organizadores e corresponsáveis pela elaboração e desenvolvimento das atividades de extensão, em um processo de interação dialógica junto à comunidade interna e externa da UFVJM, de maneira que se proporcione um espaço de interação, relato de experiências entre os discentes, docentes, comunidade externa, nos espaços de atuação dos movimentos sociais e populares, organizações da sociedade civil. Também serão desenvolvidas ações que contribuam com o fortalecimento das pautas de lutas agrária e urbanas dos movimentos e organizações populares, possibilitando a compreensão das contradições que permeiam a realidade brasileira, particularmente dos Vales. Serão desenvolvidos também, debates e reflexões sobre a

	intervenção do Estado na questão agrária, urbana. Ocorrerá a realização de atividades que possibilitem a compreensão sobre a soberania alimentar e a atualidade da reforma agrária na realidade regional. Realização de fóruns de debates e de construção do conhecimento sobre os impactos da mineração e os modelos de desenvolvimento do capital no campo, articulando também com as relações de gênero e raciais, especialmente o racismo ambiental. 3.SSOxx: Formação e Trabalho de Assistentes Sociais no Vale do Mucuri e região Para o desenvolvimento desta UC, serão adotados procedimentos metodológicos que potencializem a implementação de ações junto aos discentes do curso, ações estas as quais eles serão também organizadores e corresponsáveis pela elaboração e desenvolvimento das atividades de extensão, em um processo de interação dialógica junto à comunidade interna e externa da UFVJM, de modo a construir o conhecimento coletivo junto à população dos Vales, sobre quais são as demandas que podem ser solicitadas ao assistente social, quais são as principais requisições socioinstitucionais que a população tem que solicitar junto aos órgãos governamentais e não governamentais, com maior ênfase para a política social da assistência social. Realização de debates, reflexões, análises sobre o desmonte das políticas sociais em tempos de ultraconservadorismo, realização de atividades que possibilitem o entendimento das atribuições e competências dos assistentes sociais em seu exercício profissional, buscando compreender as novas Tecnologias de Informação e comunicação e os reflexos das TIC´s no trabalho do assistente social. 4.SSOxx: Educação, diversidade e inclusão Social Para a realização desta UC, serão adotados procedimentos metodológicos que potencializem a implementação de ações junto aos discentes do curso, ações estas as quais eles serão também organizadores e corresponsáveis pela elaboração e desenvolvimento das atividades de extensão, em um processo de interação dialógica junto à comunidade interna e externa da UFVJM, de modo que se proporcione um espaço de interação, relato de experiências entre os discentes, docentes,

	comunidade interna e externa à UFVJM, com a realização de estudo e pesquisa sobre a estrutura do sistema educacional no Brasil, possibilitando a construção do conhecimento sobre o significado da pedagogia da autonomia como força popular nas atividades de ensino nas escolas públicas no município de Teófilo Otoni/MG, propiciando a realização de espaços comunitários/coletivos de diálogo, debates e reflexões sobre a educação no Brasil, bem como promovendo espaços comunitários/coletivos de práxis social, nas escolas públicas no município de Teófilo Otoni/MG
ASPECTO 8	**INTERAÇÃO DIALÓGICA DA COMUNIDADE ACADÊMICA COM A SOCIEDADE**
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação na interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social (Cf. I, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	As ações extensionistas do Curso de Serviço Social buscam fomentar o aprendizado de mão-dupla proveniente da interação entre o conhecimento, as experiências e os saberes populares da comunidade externa, articulado com o conhecimento acadêmico, impulsionando a construção coletiva do desenvolvimento do saber. A comunidade externa à universidade irá receber e contribuir com as ações de extensão do curso, ao se apropriar e se inserir ativamente em discussões qualificadas sobre temáticas de relevância social, possibilitando dessa forma, a produção do conhecimento com o compartilhamento dos saberes construídos, em uma práxis cotidiana, profissional e de vivência comunitária. A comunidade acadêmica (docentes/ técnicos/ discentes) irá contribuir com a divulgação e reflexão de conhecimentos científicos, favorecendo o diálogo com a comunidade externa sobre a complexidade das questões contemporâneas, quais os principais desafios na atualidade, e, ainda, quais são os principais anseios da comunidade, de modo a estimular a permanente interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha.

ASPECTO 9	**INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE**
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão da formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular. (Cf. II, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	A proposta de curricularização de extensão do curso de serviço social da UVFJM, prevista em seu Projeto Pedagógico se desenvolverá em uma perspectiva de se garantir as dimensões da interdisciplinaridade e interprofissionalidade na sua implementação, considerando que a mesma será realizada a partir da articulação das várias áreas do conhecimento, mediante distintas atividades nas quais será possível a participação de diferentes profissionais, instituições, sujeitos sociais, com a realização das ações em espaços diversos. As atividades de extensão irão primar pela formação cidadã dos estudantes, tendo como preocupação central a constituição e as vivências baseadas em seus conhecimentos.
ASPECTO 10	**INDISSOCIABILIDADE ENSINO – PESQUISA – EXTENSÃO**
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão e a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (Cf. IV, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	O desenvolvimento da proposta de extensão no curso de Serviço Social da UFVJM, ocorrerá em um processo no qual a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão será uma premissa. A incorporação de atividades extensionistas nas unidades curriculares propostas, busca, por sua vez, fortalecer a troca de saberes nesse ciclo formativo entre os estudantes e a comunidade externa à UFVJM, contribuindo para construção coletiva e dialógica do conhecimento através de ações de extensão e a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, desenvolvidas em processo pedagógico e educacional único.

ASPECTO 11	IMPACTO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE: CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS GRADUANDOS NA AÇÃO PARA SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Descrever a contribuição da ação de extensão para o impacto na formação do discente, conforme estabelece a legislação vigente: “Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira”. (Cf. I-VII, Art. 6o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).

DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	A proposta da curricularização da extensão do curso de Serviço Social da UFVJM, bem como as unidades curriculares que foram pensadas e construídas para sua efetivação, preconizam que a formação do discente ocorra com a contribuição da ação de extensão, visando a formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável, o qual requer o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e do Vale do Mucuri, respeitando e compreendendo as diferentes interpretações da vida em sociedade. Deve buscar efetivar a promoção de iniciativas que expressam o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas do conhecimento, em especial, aquelas que são bandeiras de luta para o curso de serviço social, no Brasil e na UFVJM. As atividades de extensão devem promover a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, incentivando a atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das diversas problemáticas que assolam a sociedade brasileira, nos âmbitos econômico, social e cultural. Torna-se também de fundamental importância, a atuação das ações de extensão, que foquem na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para a melhoria das condições de vida da população nos aspectos social, econômico, político, cultural, em defesa de uma sociedade mais equitativa, sustentável, nos Vales do Mucuri.
ASPECTO 12	**IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão e produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; (Cf. III, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	O desenvolvimento das ações de extensão, previstas no PPC do curso de Serviço Social da UFVJM, busca produzir impactos tanto no ambiente acadêmico da UFVJM, como em outras instituições da sociedade e, junto à comunidade no Vale do Mucuri, pois possibilitará a circulação e interação de diferentes áreas do conhecimento e de saberes, buscando a partir da construção e aplicação de conhecimentos,

	uma progressiva articulação com a comunidade local, mediante a realização das atividades extensionistas.
ASPECTO 13	**DESCRIÇÃO DO PÚBLICO-ALVO**
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre o perfil e participação do público-alvo na ação de extensão e, principalmente, a interação com a comunidade externa. Pois são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias. (Cf. Art. 7o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	As ações de extensão têm como público-alvo a comunidade externa e interna à UFVJM, como movimentos sociais e populares, organizações não-governamentais, instituições governamentais, grupos comunitários, órgãos sindicais, professores do ensino fundamental e médio, profissionais liberais, egressos do curso, estudantes da UFVJM e de outras universidades da região. A interação será preconizada pela relação dialógica, com a construção do conhecimento sendo realizado mediante a contribuição dos diversos saberes, de todos os sujeitos sociais inseridos nas atividades e ações de extensão, realizadas pelo curso de Serviço Social da UFVJM.

17.5 Referendo NDE para referências bibliográficas

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

REFERENDO Nº 1/2026/COORDSS/DIRFACSAE/FACSAE

Processo nº 23086.005405/2026-84

Interessado: Docentes do DCHS

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Serviço Social, Campus do Mucuri,
após análise das informações das bibliografias básicas e complementares que compõem as unidades curriculares constantes na Estrutura Curricular do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) reformulado (PPC 2026/2), em reunião ordinária realizada no dia 10/04/2026, referendou tais informações comprovando a compatibilidade em cada bibliografia básica e complementar das unidades curriculares.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Teófilo Otoni (MG), 05 de maio de 2026.

Membros do NDE

Curso de Serviço Social

UFVJM - Campus do Mucuri

Documento assinado eletronicamente por **Mônica Freitas Ferri**, **Servidor(a)**, em 05/05/2026, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Diogo Prado Evangelista**, **Docente**, em 05/05/2026, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Silvestre da Silva**, **Docente**, em 05/05/2026, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Claudilene da Costa Ramalho**, **Docente**, em 05/05/2026, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Jhony Oliveira Zigato**, **Docente**, em 05/05/2026, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Magalhães Leite**, **Docente**, em 05/05/2026, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2100381** e o código CRC **3A0A4CA0**.

Referência: Processo nº 23086.005405/2026-84 SEI nº 2100381

17.6 Acordos de Cooperação para oferta de unidades curriculares ofertadas por outros departamentos/ cursos

Acordo de Vagas-Termo de Partilha de Unidades Curriculares e Responsabilidades

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
CAMPUS DO MUCURI - TEÓFILO OTONI – MINAS GERAIS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
www.ufvjm.edu.br

Teófilo Otoni, 01 de outubro de 2019.

Assunto: Acordo de colaboração entre o curso de Serviço Social e demais cursos da FACSAE, que versa sobre a Partilha de Unidades Curriculares e Responsabilidades

Este documento que comporá o novo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, celebra o acordo de colaboração entre o curso de Serviço Social e os outros cursos da FACSAE. Portanto, conforme segue abaixo, através deste documento, se formaliza as relações de **Partilha de Unidades Curriculares e Responsabilidades (PDR)** entre os cursos signatários. A PDR é resultado de um longo processo que resultou em acordos firmados anteriormente, discutidos nos NDE's e Colegiados dos respectivos cursos.

Neste sentido, o atual documento busca atualizar os acordos estabelecidos, tendo em vista que ocorreram várias alterações, desde o início dos cursos na FACSAE, bem como a criação e extinção do DICB – Departamento Interdisciplinar de Ciências Básicas.

Assim, pela Partilha de Unidades Curriculares e Responsabilidades, reitera-se e estabelecem-se os acordos que segue, em que o curso de Serviço Social é responsável pelas seguintes Unidades Curriculares:

- **Filosofia e Ética** no curso de *Administração* (60 horas);
- **Filosofia e Ética** no curso de *Ciências Contábeis* (60 horas);

  Observação: Esta disciplina será ofertada para o curso de Ciências Contábeis, até o semestre 2022/2, quando deixará de

ser obrigatória naquele curso. Esta alteração foi definida em reunião com a Direção da FACSAE, os respectivos departamentos e coordenações de curso, conforme consta no Processo SEI Nº 23086.012000/2021-98.

- **Filosofia da Educação** no curso de *Matemática* (60 horas);
- **Filosofia** no curso de *Ciências Econômicas* (60 horas);
- **Metodologia Científica** no Curso de *Ciências Econômicas* (60 horas);
- **Leitura e Produção de Textos** no curso de *Ciências Econômicas* (30 horas);
- **Leitura e Produção de Textos** no curso de *Administração* (60 horas);
- **Leitura e Produção de Textos** no curso de *Ciências Contábeis* (60 horas).

Em contrapartida o curso de Serviço Social recebe a seguintes Unidades de outros cursos, conforme segue abaixo:

- **Economia Política e Serviço Social** do curso de Ciências Econômicas (60 horas). Na nova proposta curricular, esta Unidade Curricular terá seu nome alterado para **Economia Política** e continuará com a mesma carga horária;
- **Ciência Política** do curso de Ciências Econômicas (60 horas). Na nova proposta curricular, esta Unidade Acadêmica terá seu nome alterado para **Teoria Política** e continuará com a mesma carga horária;
- **Fundamentos de Estatística** do curso de Ciências Econômicas (60 horas). Na nova proposta esta disciplina deixará de ser ofertada a partir de 2025/2;
- **Psicologia Social e Serviço Social** do curso de Matemática (60 horas). Na nova proposta curricular, esta Unidade Acadêmica terá seu nome alterado para **Psicologia Social** e continuará com a mesma carga horária;
- **Legislação Social e Serviço Social** do curso de Ciências Contábeis (60 horas). Na nova proposta curricular, esta Unidade Acadêmica terá seu nome alterado para **Legislação Social e Direitos Humanos** e

continuará com a mesma carga horária, passando a ser ofertada pelo Departamento de Ciências Humanas e Sociais, a partir de 2022/2.

Observação: Esta disciplina deixará de ser ofertada pelo Departamento de Ciências Contábeis e passará ser responsabilidade do Departamento de Ciências Humanas e Sociais, a partir de 2022/2. Esta alteração foi definida em reunião com a Direção da FACSAE, os respectivos departamentos e Coordenações de curso, conforme consta nos documentos constantes no Processo SEI Nº 23086.012000/2021-98 (Anexo V).

Assinam este documento as coordenações de curso e chefias de departamento.

Coordenação de Administração

Departamento de Adminisração

Coordenação de Ciências Contábeis

Departamento de Ciências Contábeis e Jurídicas

Coordenação de Ciências Econômicas

Departamento de Ciências Econômicas

Coordenação de Matemática

Departamento Ciências Exatas

Coordenação de Serviço Social

Direção da Facsae

Documentos referente ao acordo sobre a disciplina de Legislação Social

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO

Processo nº 23086.012000/2021-98

Interessado: Departamento de Ciências Contábeis, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Coordenação do curso de Serviço Social, Congregação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas

Eu Vasconcelos Reis Wakim, coordenador do Curso de Ciências Contábeis da UFVJM, conforme portaria da reitoria nº 2146 de 04/10/2021, embasado na Resolução CONSEPE nº 18 de 20/06/2008 que define suas atribuições resolve:

Considerando que o Colegiado do Curso de Ciências Contábeis encontra-se desfalcado e com inexistência de suplentes, demandando de realização de eleição para seu preenchimento;

Considerando que os membros remanescentes do Colegiado se encontram de férias;

Considerando que a demanda de departamentalização da disciplina Legislação Social ofertada no curso de Serviço Social, partiu deste último;
Considerando que não há nenhum po de prejuízos para os cursos envolvidos (Ciências Contábeis e Serviço Social) e seus respectivos departamentos, conforme explicado na reunião ocorrida entre os representantes dos cursos (processo SEI nº 23086.012000/2021-98); e

Considerando a necessidade de urgência de manifestação desta coordenação para que o processo de reformulação do PPC do Curso de Serviço Social possa ter celeridade nos trâmites institucionais, esta coordenação aprova de forma *ad referendum* o novo acordo de carga horária entre os dois departamentos e cursos envolvidos.

Teófilo Otoni, 08 de outubro de 2021

Documento assinado eletronicamente por **Vasconcelos Reis Wakim**, **Coordenador(a)**, em 08/10/2021, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autencidade deste documento pode ser conferida no site hps://sei.ufvjm.edu.br /sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0485836** e o código CRC **1E2F8961**.

Referência: Processo nº 23086.012000/2021-98 SEI nº 0485836

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ATA DE REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO ENTRE A COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, A CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, A COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS PARA PROPOR A DEPARTAMENTALIZAÇÃO DA DISCIPLINA LEGISLAÇÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL.

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, com início às quatorze horas e trinta minutos, por meio de webconferência, estiveram reunidos: mediando a reunião, o diretor Wederson Marcos Alves, representando as chefias de departamento, a professora Vanessa Juliana da Silva - DCHS e o professor Marcos Valério Martins Soares - DCCO, representando as coordenações dos cursos, e os professor Ricardo Silvestre da Silva - Coordenador do Curso de Serviço Social, professores Vasconcelos Reis Wakim e Sorele Carpanez Veiga Correa - Coordenação do Curso de Ciências Contábeis. Tema da reunião: proposta de departamentalização da disciplina Legislação Social e Serviço Social pelo Departamento de Ciências Humanas e Sociais da FACSAE. O professor Wederson abriu a reunião e passou a palavra para a professora Vanessa Juliana e informou que em reunião departamental realizada no dia 27/09/2021, o Departamento de Ciências Humanas e Sociais deliberou por acolher a solicitação do Colegiado de Curso de Serviço Social referente à departamentalização da disciplina Legislação Social e Serviço Social, atualmente sob responsabilidade do DCCO. Em virtude do processo de revisão do Projeto Pedagógico do Curso, a ementa da referida disciplina foi atualizada e, após estudo de viabilidade, o DCHS foi favorável ao pleito. O professor Ricardo informa que o colegiado realizou minuciosa avaliação do quadro docente e das disciplinas que serão ministradas e decidiu-se pela viabilidade do curso ministrar a referida disciplina. Segundo a professora Vanessa o objetivo da atual reunião é dialogar sobre a proposta do DCHS e verificar questões referentes ao acordo de vagas (carga horária), nesse sendo o curso de Serviço Social quer assumir a disciplina de Legislação Social e Serviço Social e deixar de ofertar a disciplina de Filosofia para o curso de Ciências Contábeis. O professor Vasconcelos salienta que a disciplina de Filosofia no curso de Ciências Contábeis será ofertada como obrigatória no antigo projeto pedagógico e posteriormente, de acordo com o novo projeto, será ofertada como eleva. Propõe ainda a mudança de nomenclatura de “acordo de vagas” para “acordo de equivalência de carga horária”. O professor Ricardo diz que a disciplina de filosofia seria ofertada pelo Serviço Social até 2022/2 e a partir de 2023/1 não seria mais oferecida. Após discussões os cursos de Serviço Social e Ciências Contábeis se comprometeram em, havendo interesse dos alunos em se matricularem em disciplinas específicas de cada curso, estes poderão se matricular dentro do limite dos 20% de vagas adicionais abertas semestralmente. deliberou-se pelo seguinte encaminhamento, o DCCO levará à sua assembleia a seguinte proposta: o

DCHS assume em definitivo a disciplina de Legislação Social e Serviço Social, atualmente ofertada pelo DCCO ao curso de Serviço Social, e ainda, não mais oferta a disciplina de Filosofia ao Curso de Ciências Contábeis a partir de 2023/1. A proposta posteriormente passará pela Congregação para ratificação da decisão. Eu, Moara Gomes Ferreira secretariei e lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.

_____

Wederson Marcos Alves Diretor da FACSAE

_____

Vanessa Juliana da Silva Chefe do DCHS

_____

Marcos Valério Martins Soares Chefe do DCCO

_____

Ricardo Silvestre da Silva

Coordenador do Curso de Serviço Social

_____

Vasconcelos Reis Wakim

Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

_____

Sorele Carpanez Veiga Correa

Vice-coordenadora do Curso de Ciências Contábeis

_____

Moara Gomes Ferreira

Secretária da Reunião

Documento assinado eletronicamente por **Vasconcelos Reis Wakim**, **Coordenador(a)**, em 18/10/2021, às 17:41, conforme horário oficial de

Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Moara Gomes Ferreira**, **Servidor**, em 12/11/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Sorele Carpanez Veiga Correa**, **Vice-Coordenador(a)**, em 15/11/2021, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos Valerio Marns Soares**, **Chefe de Departamento**, em 17/11/2021, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Juliana da Silva**, **Chefe de Departamento**, em 26/11/2021, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Silvestre da Silva**, **Servidor**, em 09/12/2021, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Wederson Marcos Alves**, **Diretor(a)**, em 09/12/2021, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autencidade deste documento pode ser conferida no site hps://sei.ufvjm.edu.br /sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0488464** e o código CRC **6E4E643B**.

Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas
Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAE Coordenação do curso de Matemática

OFÍCIO Nº 22/2026/COORDMAT/DIRFACSAE/FACSAE

Teófilo Otoni, 30 de março de 2026.

Mônica Freitas Ferri
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
Coordenadora
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Rua do Cruzeiro, nº 01, Jardim
São Paulo CEP: 39803-371 –
Teófilo Otoni/MG

Assunto: Resposta ao Ofício 2 (2029987): solicitação de inclusão de disciplina eletiva no PPC do Curso de Serviço Social

Prezada Coordenadora,

Em atenção ao ofício encaminhado por esse Colegiado, que trata da solicitação de inclusão da disciplina **Língua Brasileira de Sinais (CEX134)**, ofertada pelo Curso de Matemática, no rol de componentes eletivos do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, informamos que a matéria foi apreciada em reunião do Colegiado do Curso de Matemática.

Após análise, o Colegiado manifestou-se **favorável à solicitação**, considerando a relevância da referida disciplina para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, especialmente no que se refere ao compromisso com a inclusão e a perspectiva anticapacitista.

Entretanto, a aprovação está condicionada aos seguintes termos:

- A oferta da disciplina para estudantes do Curso de Serviço Social fica condicionada à existência de vagas remanescentes nas turmas já previstas e ofertadas regularmente
- pelo Curso de Matemática;
- Não haverá obrigatoriedade de abertura de turmas e/ou vagas extras para atendimento da demanda do Curso de Serviço Social;
- A matrícula dos estudantes do Curso de Serviço Social estará sujeita aos critérios e prioridades institucionais já estabelecidos para ocupação de vagas;
- A presente autorização não implica ampliação de carga horária docente, nem gera obrigação futura de atendimento contínuo da demanda;

A viabilidade da oferta poderá ser reavaliada periodicamente, conforme disponibilidade do curso e planejamento acadêmico.

Solicito **à manifestação do DCEX**, enquanto departamento responsável pela alocação e oferta de carga horária docente da referida disciplina.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e para o diálogo institucional contínuo.

Atenciosamente,

Weversson Dalmaso Sellin

Coordenador(a) do Curso de Matemática

Documento assinado eletronicamente por **Weversson Dalmaso Sellin, Servidor(a)** em 30/03/2026, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2069096** e o código CRC **53B60EAD**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.002124/2026-70 SEI nº 2069096

Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas
Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAE
Departamento de Ciências Exatas

OFÍCIO Nº 14/2026/DCEX/DIRFACSAE/FACSAE

Teófilo Otoni, 27 de abril de 2026.

Mônica Freitas Ferri
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
Coordenadora
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Rua do Cruzeiro, nº 01,
Jardim São Paulo CEP:
39803-371 – Teófilo Otoni/MG

Assunto: Manifestação sobre solicitação de inclusão de disciplina eletiva no PPC do Curso de Serviço Social.

Prezada Coordenadora,

Em atenção ao Ofício nº 2/2026/COORDSS/DIRFACSAE/FACSAE, que trata da solicitação de inclusão da disciplina **Língua Brasileira de Sinais (CEX134)**, ofertada pelo Curso de Matemática, no rol de componentes eletivos do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, e considerando a manifestação do Colegiado do Curso de Matemática por meio do Ofício nº 22/2026/COORDMAT/DIRFACSAE/FACSAE, o Departamento de Ciências Exatas (DCEX) apresenta a seguinte manifestação:

O DCEX manifesta-se **favoravelmente à solicitação**, reconhecendo a relevância da referida disciplina para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, especialmente no que se refere ao compromisso com a inclusão e a perspectiva anticapacitista.

Entretanto, ressalta-se que a oferta da disciplina deverá observar integralmente os critérios e condicionantes estabelecidos pelo Colegiado do Curso de Matemática, conforme segue:

- A oferta da disciplina para estudantes do Curso de Serviço Social fica condicionada à existência de vagas remanescentes nas turmas já previstas e ofertadas regularmente pelo Curso de Matemática;
- Não haverá obrigatoriedade de abertura de turmas e/ou vagas extras para atendimento da demanda do Curso de Serviço Social;
- A matrícula dos estudantes do Curso de Serviço Social estará sujeita aos critérios e prioridades institucionais já estabelecidos para ocupação de vagas;
- A presente autorização não implica ampliação de carga horária docente, nem gera obrigação futura de atendimento contínuo da demanda;
- A viabilidade da oferta poderá ser reavaliada periodicamente, conforme disponibilidade do curso e planejamento acadêmico.

Dessa forma, o DCEX entende que a proposta é viável, desde que observados os limites operacionais e acadêmicos já definidos.
Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Edinelço Dalcumune
Chefia do Departamento de Ciências Exatas - DCEX
FACSAE/UFVJM

Documento assinado **Edinelco . Chefe de .** 2/04/2026, às 21:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. nº 8.539, de 8 de outubro

A autenticidade deste documento pode ser https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo=documento_conferir&id_orgao0, informando o código **209423** e código **E1E5A1F**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.002124/2026-70 SEI nº 2094236

17.7 Modelo de REQUERIMENTO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR

Eu, _____,
portador do documento de identidade _____, matriculado (a) sob número _____no Curso de Graduação em _____da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus XXX, solicito migrar para o novo Projeto Pedagógico do Curso_____, aprovado pela Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE), a partir do _____semestre de XXXX.

Declaro que tenho conhecimento do currículo novo de XXXX horas, (descrever as principais alterações em relação ao currículo anterior).

Declaro, também, que estou ciente que uma vez deferido meu pedido de migração para o novo currículo, não poderei solicitar retorno ao currículo anterior.

Diamantina, _____de _____de 20XX

_____

Assinatura do discente